

Marcionize Elis Bavaresco

**JORNALISMO, IDENTIDADE REGIONAL E
CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS: A DEFINIÇÃO SIMBÓLICA DO
EXTREMO OESTE CATARINENSE NA IMPRENSA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, na Linha de Pesquisa Jornalismo, Cultura e Sociedade, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo. Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Locatelli.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bavaresco, Marcionize Elis
Jornalismo, identidade regional e controvérsias
públicas : a definição simbólica do Extremo Oeste
catarinense na imprensa / Marcionize Elis
Bavaresco ; orientador, Carlos Augusto Locatelli,
2017.
269 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

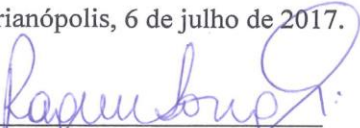
1. Jornalismo. 2. Imprensa. 3. Identidade
regional. 4. Controvérsia pública. 5. Extremo Oeste
catarinense. I. Locatelli, Carlos Augusto . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Marcionize Elis Bavaresco

**JORNALISMO, IDENTIDADE REGIONAL E
CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS: A DEFINIÇÃO SIMBÓLICA DO
EXTREMO OESTE CATARINENSE NA IMPRENSA**


Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

Florianópolis, 6 de julho de 2017.

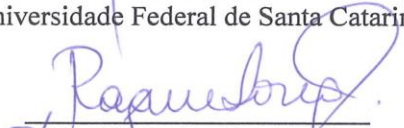


Prof.^a Raquel Ritter Longhi, Dr.^a
Coordenadora do Curso


Banca Examinadora:



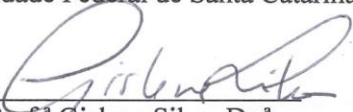
Prof. Carlos Augusto Locatelli, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a Monica Hass, Dr.^a
Universidade Federal da Fronteira Sul



Prof.^a Daisi Vogel, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a Gislene Silva, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

*das coisas
que eu fiz a metro
todos saberão
quantos quilômetros
são*

*aquelas
em centímetros
sentimentos mínimos
ímpetos infinitos
não?*

(Ímpetos infinitos - Paulo Leminski)

Uma pesquisa raramente é fruto apenas do período de sua execução, por isso gostaria de começar agradecendo a todos os professores, colegas, amigos, familiares que dividiram uma parte da sua vida comigo, carrego um pouquinho de cada um de vocês na memória. Especialmente, quero agradecer a todos aqueles que aceitaram compartilhar suas histórias e experiências, que me confiaram angústias, alegrias e esperanças para que eu pudesse transformá-las em jornalismo. Minha formação tem as marcas desses encontros.

Sobre o período do mestrado, mesmo correndo o risco de cometer injustiças devido às peças que as lembranças nos pregam, há algumas pessoas sem as quais esta pesquisa não teria sido possível. Portanto, meus sinceros agradecimentos:

A todos os professores e técnico-administrativos do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (Posjor-UFSC), especialmente aos professores Karam, Christofolletti, Meditsch, Locatelli, Paulo Bernardo, Daiane e Ijuim, que generosamente dividiram algumas de suas reflexões sobre Jornalismo durante as disciplinas que cursei no Posjor. Obrigada também à Raquel e à Valci, por terem encarado o desafio de coordenar e manter as atividades do programa diante dos desafios enfrentados.

Aos meus colegas de curso, que transformaram cada um dos debates em sala de aula, ou em ambientes mais descontraídos, em aprendizado. Especialmente à Ana Luísa, minha querida colega de orientação e gentil ouvinte. Ao Dairan, William, Isadora, Cândida, Tito, Iohanna, Mariana, Miriam, Luciano, Evandro, Leonel, Fred, Débora, Silvio, Magali e Ana Marta, amigos de muitos cafés, reuniões,

congressos e *happy hours*. Sem dúvida vocês fizeram dessa caminhada de pesquisa uma jornada mais leve e alegre.

Ao meu orientador, professor Carlos Locatelli, por ter acreditado no projeto desta dissertação desde seu primeiro esboço. Por ter compartilhado sua experiência de pesquisador e professor. Pela paciência com minha ansiedade, pela franqueza nas suas críticas e doçura nas palavras de estímulo.

Em São Miguel do Oeste, gostaria de agradecer à Maria Regina Baldissera por me dar acesso ao acervo de jornais do qual dispõe; ao Darci Zanotelli, por me receber e permitir que eu utilizasse na pesquisa matérias de jornais de seu arquivo pessoal; à Sandra, que me ajudou a buscar as notícias e reportagens no vasto arquivo do senhor Zanotelli; às funcionárias da Biblioteca Municipal José de Alencar, especialmente à Ana e à Clarice, pela ajuda nos dias em que passei nesse espaço.

Ao André, historiador do Centro de Memória do Oeste (Ceom), localizado em Chapecó, que proporcionou que eu acessasse alguns arquivos mesmo em uma semana conturbada de trabalho.

À equipe da Biblioteca Pública Estadual, em Florianópolis, especialmente ao Cristiano, ao Evandro e à Roseleia pela atenção que me dedicaram durante os dias que passei no setor do acervo sobre Santa Catarina.

Às professoras Daisi Vogel e Monica Hass, que colaboraram imensamente com suas contribuições na banca de qualificação. Também à Gislene Silva, Jorge Ijuim e Juliana Sayuri que, ao lado da Daisi e da Monica, aceitaram o convite para a banca de defesa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos que permitiu a minha dedicação integral à pesquisa.

Há ainda outro grupo de pessoas sem as quais todas as minhas aventuras, pessoais ou profissionais, não teriam o mesmo sabor:

Obrigada aos integrantes de uma certa organização quase secreta: Lis, Fabrizio, Silvia, Chelios, Renata, Diogo e Arthur. A nossa amizade é um dos melhores presentes que recebi da vida nos últimos anos.

Gratidão pelas amizades que resistem ao tempo e à distância e que, mesmo em meio à loucura que foram esses últimos dois anos, conseguiram se fazer presentes: Francine, Diangela, Léo, Dessa, Laiane, Nelson e Tamara (Pato Branco); Kelly, Tati, Denise, Daniel, Juciara, Roselaine, Júlia, Elitana e Cleudes (Erechim). Obrigada ao trio de jornalistas Jaque, Marília e Meriana, pelas alegrias de cada encontro.

À minha grande família: Sueli, Ademir, Jacson, Jaqueline, Adilson, Cauê, Arthur e Marina por estarem sempre por perto. Ao nono Achilles, que nos deixou antes do mestrado começar, e à vó Sibila, que foi morar no céu durante o curso. Sei que você está orgulhosa e que, se estivesse aqui, contaria para todo mundo cada uma das minhas pequenas façanhas.

À família que ganhei do destino e que sempre expressam sua torcida: Dinorá, Sérgio, Luã, Mara e Mateus.

Às “pitchucas pequitas” Alice e Júlia, pelo carinho gratuito.

Ao Michel, irmão de sangue e de espírito, pelo apoio e pela serenidade de sempre.

Aos meus pais, Iria e Adelar, por permitirem que eu voasse, mas garantissem um ninho para onde voltar; pelo amor encorajador; por me lembrarem, sempre, onde estão minhas raízes.

Ao Tiago... São tantos os motivos para agradecê-lo. Poderia ser por me dar suporte para que eu pudesse cursar o mestrado, pelas valiosas dicas de pesquisador e leitura atenta de cada linha, pelo amor genuíno expresso cotidianamente... No entanto, mais do que isso, o que tenho vontade de dizer é: obrigada por existir! O mundo é um lugar melhor com você e eu sou muito privilegiada por tê-lo comigo.

RESUMO

A pesquisa tem como pano de fundo as relações entre jornalismo, controvérsias públicas e identidade regional no jornalismo de proximidade e naquele produzido a partir da lógica do distanciamento, analisadas com referência a um espaço geopolítico, social e simbólico específico: o Extremo Oeste de Santa Catarina. Essa região é constituída por uma gama de municípios localizados na fronteira desse Estado com a Argentina e foi a última porção catarinense explorada por Companhias Colonizadoras, em meados do século XX. A partir de um mapeamento que localizou 232 textos jornalísticos divulgados pela imprensa local, regional, estadual e nacional no período de 1953 a 2016, se busca compreender de que forma o jornalismo, em pautas que apresentam controvérsias públicas, se relaciona com a(s) identidade(s) regional(is). As pautas selecionadas para integrarem o *corpus* se referem a) ao movimento pró-Estado do Iguazu e b) ao projeto do Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico via Ponte Internacional Peperiguaçu. A análise mobiliza três eixos metodológicos: bibliográfico, documental e de análise de enquadramentos jornalísticos. Essa última é aplicada a uma amostra composta por 161 textos de acordo com a metodologia de análise indireta de enquadramentos. Para tornar possível a configuração analítica recorreu-se ao suporte do software *NVivo*. A discussão teórica contextualiza o lugar ocupado pelo jornalismo nas esferas públicas contemporâneas, suas potencialidades e limitações como espaço de debate público e de visibilidade. São destacadas as especificidades do jornalismo enquanto prática discursiva, social e cultural-profissional cujas dinâmicas são influenciadas pela proximidade com seu público, suas fontes e seus financiadores. Como resultado da análise de enquadramentos se observou a hegemonia de duas matrizes cognitivas acerca da região Extremo Oeste na imprensa: uma que tem como cerne a ideia de desenvolvimento e a outra a de reivindicação. Essas matrizes se desdobraram em nove *frames*. O estudo permitiu observar que os enquadramentos mais recorrentes nas pautas que envolveram controvérsia pública acerca de demandas de segmentos da população do Extremo Oeste catarinense estavam afinados com a identidade regional hegemônica (apontada por estudos históricos, sociológicos e antropológicos).

Palavras-Chave: Jornalismo. Identidade regional. Controvérsia pública. Imprensa. Extremo Oeste catarinense.

ABSTRACT

The research has as background the relations between journalism, public controversies and regional identity in proximity journalism and that produced from the logic of distancing, analyzed with reference to a specific geopolitical, social and symbolic space: the Extremo Oeste of Santa Catarina. This region is constituted by a range of municipalities located in the border of that State with Argentina and was the last part of Santa Catarina explored by Colonizing Companies, in the middle of century XX. Based on a mapping of 232 journalistic texts published by the local, regional, state and national press in the period 1953 to 2016, the aim is to understand how journalism, in contests that present public controversies, relates with regional identity. The events selected to integrate the corpus refer to a) the Pro-State Movement of Iguaçu and b) the Bioceanic Integration Road Corridor project via the Peperi-Guaçu International Bridge. The analysis mobilizes three methodological axes: bibliographical, documentary and analysis of journalistic frameworks. The latter is applied to a sample composed of 161 texts according to the methodology of indirect analysis of frameworks. To make this analytical configuration possible we used NVivo software support. The theoretical discussion contextualizes the place occupied by journalism in contemporary public spheres, its potentialities and limitations as a space for public debate and visibility. The specificities of journalism are highlighted as a discursive, social and cultural-professional practice whose dynamics are influenced by the proximity to its public, its sources and its financiers. As a result of the analysis of the frameworks, the hegemony of two cognitive matrices about the Extremo Oeste region in the press was observed: one that has the idea of development as the core and the other the idea of a claim. These matrices were unfolded in nine frames. The study made it possible to observe that the most recurrent frameworks in the events that involved public controversy about the demands of segments of the population of the Extremo Oeste of Santa Catarina were in tune with the hegemonic regional identity (pointed out by historical, sociological and anthropological studies).

Keywords: Journalism. Regional identity. Public controversy. Newspapers. Extremo Oeste of Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo dos acontecimentos com potencial noticioso destacado sobre o Estado do Iguazu.....	119
Figura 2 – Matéria publicada no <i>site</i> da revista <i>Exame</i> no dia 22 de fevereiro de 2016	122
Figura 3 – Parte da capa da primeira edição do jornal <i>A Voz da Fronteira</i>	123
Figura 4 – Linha do tempo dos acontecimentos com potencial noticioso destacado sobre o Corredor Rodoviário de Integração	125
Figura 5 – Matéria publicada no jornal <i>Folha do Oeste</i> em 24 de junho de 1987.....	138
Figura 6 – Diagrama que sintetiza os grupos que compõem cada enquadramento nas décadas de 1950 e 1960.....	150
Figura 7 - Trecho de notícia publicada no jornal <i>A Gazeta</i> em março de 1962.....	153
Figura 8 – Matéria publicada na capa do jornal <i>Folha d'Oeste</i> , de Chapecó, em 7 de setembro de 1968.....	157
Figura 9 – Diagrama que sintetiza os grupos que compõem cada enquadramento na década de 1980	159
Figura 10 -- Parte da notícia publicada no jornal <i>O Ceileiro Regional</i> em 28 de fevereiro de 1985, com destaque para o trecho em que caracteriza a região.....	162
Figura 11 – Jornal <i>Nova Hora</i> , de São Miguel do Oeste, datado de junho de 1989.....	165
Figura 12 – Diagrama que sintetiza os grupos que compõem cada enquadramento na década de 1990	167
Figura 13 – Notícia publicada no jornal <i>Folha do Oeste</i> , de São Miguel do Oeste, em 13 de janeiro de 1990	170
Figura 14 – Notícia publicada na capa do <i>Jornal Regional</i> , de São Miguel do Oeste, em maio de 1994	173
Figura 15 – Editorial publicado no <i>Diário Catarinense</i> em 21 de maio de 1994.....	176
Figura 16 – Diagrama que sintetiza os grupos que compõem cada enquadramento nas décadas de 2000 e 2010.....	178
Figura 17 – Notícia publicada no jornal <i>folha do oeste</i> , de são miguel do oeste, em 17 de maio de 2014	181
Figura 18 – Trecho de reportagem especial publicada no <i>Diário Catarinense</i> em agosto de 2005	184

Figura 19 – Diagrama que sintetiza a relação entre as matrizes interpretativas e os enquadramentos	187
Figura 20 – Reportagem publicada no jornal <i>Zero Hora</i> em maio de 1991	190
Figura 21 – Notícia publicada na revista <i>Exame</i> em fevereiro de 2016	192

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Microrregião Extremo Oeste de acordo com a Ameosc e mesorregião Oeste conforme divisão proposta pelo governo do Estado de Santa Catarina.....	33
Mapa 2 – Território Federal do Iguassú e Estado do Iguazu.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conjugação da noção de discurso de Fairclough (2001, p. 22) ao contexto jornalístico	127
Tabela 2 – Elementos dos enquadramentos a serem identificados....	134
Tabela 3 – Indicação do número de variáveis em cada uma das categorias de elementos de enquadramento	136
Tabela 4 – Exemplo de decomposição do elemento "termos qualificadores" em subcategorias.....	136
Tabela 5 – Exemplo de análise do material jornalístico de acordo com as subcategorias do <i>codebook</i>	139
Tabela 6 – Distribuição dos textos por esfera de visibilidade, pauta e gênero.....	142
Tabela 7 – Distribuição dos textos submetidos à análise de enquadramentos por esfera de visibilidade, pauta e gênero	148
Tabela 8 – Distribuição dos textos do <i>corpus</i> por cobertura e década	148
Tabela 9 – Elementos de formação do enquadramento “região que quer se separar”	151
Tabela 10 – Elementos de formação do enquadramento “região com potencial”	155
Tabela 11 – Elementos de formação do enquadramento “região relevante politicamente e economicamente”	160
Tabela 12 – Elementos localizados no grupo 2.2	163
Tabela 13 – Elementos de formação do enquadramento “região mobilizada por infraestrutura”	164
Tabela 14 – Elementos de formação do enquadramento “região que reivindica pela voz dos representantes”	168
Tabela 15 – Elementos mapeados no grupo 3.2	171
Tabela 16 – Elementos de composição do enquadramento "região que se desenvolve pelo trabalho"	171
Tabela 17 – Elementos de composição do enquadramento "região que progride mesmo sem apoio político”	174
Tabela 18 – Elementos mapeados no grupo 3.5	176
Tabela 19 – Elementos de composição do enquadramento "região que tem força política"	179
Tabela 20 – Elementos que compõem o enquadramento "região que tem necessidades"	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 O ARQUIPÉLAGO REGIONAL CATARINENSE E O EXTREMO OESTE	31
1.1 O DISCURSO CIENTÍFICO E A DIVERSIDADE REGIONAL CATARINENSE	34
1.1.1 Sentidos e temporalidades.....	35
<i>1.1.1.1 Notas sobre o Oeste catarinense</i>	<i>38</i>
1.1.2 Sentidos e espacialidades.....	44
1.1.3 Por uma identidade homogênea?	53
1.2 O DISCURSO JORNALÍSTICO E AS REGIÕES CATARINENSES	57
2 TERRITÓRIO EM DISPUTA: AS ESFERAS DE VISIBILIDADE DO JORNALISMO.....	67
2.1 A REALIDADE SOCIAL, AS RELAÇÕES DE PODER E A IDENTIDADE REGIONAL	67
2.1.1 As fronteiras do reconhecimento.....	71
2.2 JORNALISMO, ESFERA PÚBLICA E (IN)VISIBILIDADES.....	75
2.2.1 A escala da proximidade	81
2.2.2 A escala do distanciamento.....	85
2.3 NA GÊNESE, O DISCURSO JORNALÍSTICO E OS ENQUADRAMENTOS CONCORRENTES.....	88
3 PARA DELIMITAR FRONTEIRAS DE PESQUISA: OPÇÕES METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS.....	95
3.1 O COMPLEXO ECOSISTEMA JORNALÍSTICO EM DIFERENTES ESCALAS	95
3.1.1 Concentração midiática: um panorama	104

3.2 EM BUSCA DOS ENQUADRAMENTOS JORNALÍSTICOS.....	111
--	-----

3.2.1 A construção do <i>corpus</i>: jornalismo, reivindicações e controvérsia pública.....	112
--	------------

<i>3.2.1.1 A cobertura do movimento pró-Estado do Iguaçu</i>	115
--	-----

<i>3.2.1.2 A cobertura da construção do Corredor Rodoviário Bioceânico Brasil-Argentina via ponte Peperi-guaçu</i>	<i>120</i>
--	------------

3.2.2 Estratégias de análise do discurso jornalístico a partir dos enquadramentos	126
--	------------

3.2.3 Delimitação dos dispositivos de enquadramento	132
--	------------

4 A TRAJETÓRIA DOS ENQUADRAMENTOS HEGEMÔNICOS.....	141
---	------------

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VISIBILIDADE DAS PAUTAS	141
--	-----

4.1.1 Mapeamento das ocorrências: a cobertura do Movimento pró-Estado do Iguaçu	143
--	------------

4.1.2 Mapeamento das ocorrências: a cobertura das obras inerentes ao Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico.....	145
---	------------

4.2 ANÁLISE DOS ENQUADRAMENTOS HEGEMÔNICOS.	147
---	-----

4.2.1 Grupo 1 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (décadas de 1950 e 1960).....	149
---	------------

<i>4.2.1.1 Região que quer se separar</i>	<i>151</i>
---	------------

<i>4.2.1.2 Região com potencial.....</i>	<i>154</i>
--	------------

4.2.2 Grupo 2 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (década de 1980)	158
--	------------

<i>4.2.2.1 Região relevante politicamente e economicamente.....</i>	<i>160</i>
---	------------

<i>4.2.2.2 Grupo sem incidência de elementos suficientes para análise</i>	<i>163</i>
---	------------

<i>4.2.2.3 Região mobilizada por infraestrutura.....</i>	<i>163</i>
--	------------

4.2.3 Grupo 3 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (década de 1990)	166
4.2.3.1 <i>Região que reivindica pela voz dos representantes</i>	167
4.2.3.2 <i>Grupo sem incidência de elementos suficientes para análise</i>	171
4.2.3.3 <i>Região que se desenvolve pelo trabalho</i>	171
4.2.3.4 <i>Região que progride mesmo sem apoio político</i> ...	174
4.2.3.5 <i>Grupo sem incidência de elementos suficientes para análise</i>	176
4.2.4 Grupo 4 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (décadas de 2000 e 2010)	177
4.2.4.1 <i>Região que tem força política</i>	179
4.2.4.2 <i>Região que tem necessidades</i>	182
4.3 CARTOGRAFIA DOS ENQUADRAMENTOS	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	203
APÊNDICES	223
Apêndice 1 – Quadro de arquivos pesquisados para mapeamento das matérias	225
Apêndice 2 – Quadro das matérias sobre o Movimento Pró-Estado do Iguaçu mapeadas pela pesquisa.....	229
Apêndice 3 – Quadro das matérias sobre o Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico mapeadas pela pesquisa	241
Apêndice 4 – <i>Codebook</i> final	259

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a discutir as relações estabelecidas entre o jornalismo local, regional, estadual e nacional com as identidades regionais em situações de controvérsia pública, expressas por meio da imprensa. O questionamento mais amplo que motivou a pesquisa diz respeito a como o jornalismo problematiza, altera ou sustenta as qualificações identitárias. Essa curiosidade tem base em uma série de contribuições de autores que apresentam a identidade como uma construção, a qual tem na enunciação, no discurso, um elemento central (MARTÍN-BARBERO, 2006; BHABHA, 2000; MARINAS, 1995; HALL, 2003).

A identidade é um conceito que carrega em si um paradoxo (HALL, 2011; SANTOS, 1994; WOODWARD, 2007): ao mesmo tempo em que tem um sentido de integração – de identificação comum – também segrega. “Ser como é” significa ser diferente do outro. Nos últimos anos o tema voltou a ser foco de debates fomentado pelos discursos nacionalistas, em grande parte, mobilizados diante da crise internacional dos refugiados e de conflitos que expuseram vários países à violência (seja como vítimas do terrorismo ou vítimas da perseguição aos terroristas).

Em certa medida, o nacionalismo é uma expressão, limitada por uma fronteira institucional (o Estado-nação), da identidade regional. O jornalismo, por deter o *status* de enunciador dos fatos reais, é um dos discursos onde esse movimento se manifesta. Nesse sentido, compreender as interfaces entre jornalismo, controvérsias públicas e identidades regionais se mostra fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo.

Sabe-se que uma dissertação não é capaz de dar conta de uma reflexão tão ampla. Por isso o objetivo aqui é contribuir com esse debate a partir de um estudo particular na esperança de que a composição do mosaico de vários estudos feitos a partir de recortes específicos proporcione, aí sim, um acúmulo de conhecimento suficiente para a compreensão acima mencionada.

Para tanto a opção foi por pesquisar a construção simbólica da região Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina na imprensa, dado o entendimento de que essa se estabelece a partir de qualificações que, em conjunto, tem potencial para emoldurar ou tornar permeável o limite de uma determinada identidade regional. Essa nomenclatura, região Extremo Oeste, ou simplesmente Oeste (como será demonstrado no

primeiro capítulo) faz referência a uma gama de municípios localizados na parte de Santa Catarina que faz fronteira com a Argentina.

Reconhecendo as limitações de qualquer pesquisa acadêmica tem-se claro que as análises aqui realizadas são delimitadas pelas escolhas teórico-metodológicas e pelo próprio campo de pesquisa. Nesse sentido, é importante explicitar onde esta análise se posiciona: dentro do campo de pesquisa do Jornalismo, que na concepção aqui adotada, coadunando com a explanação de Silva (2009), não pode ser isolado de sua dimensão comunicacional e da grande área das Ciências Sociais e Humanas da qual é derivado.

No Brasil a discussão da relação do jornalismo com as identidades¹ têm sido tema de investigações acadêmicas em áreas diversas, como na Comunicação², Jornalismo, Ciências das Linguagens³

¹ Para avaliar o estado da arte das questões centrais que envolvem a pesquisa foi realizada uma varredura em algumas plataformas de divulgação de trabalhos acadêmicos. A busca começou pelo Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com base nas citações presentes nos trabalhos reunidos nessa base de dados chegou-se a outras pesquisas, por esse motivo a busca se expandiu a periódicos científicos das áreas do Jornalismo e da Comunicação. Na tentativa de encontrar material diretamente relacionado ao objeto empírico, partiu-se para uma busca no repositório de teses e dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Por esses mecanismos se chegou a um grupo de trabalhos com potencial para contribuir com a pesquisa desenvolvida, os quais serão citados no decorrer da dissertação.

² Especificamente sobre o tema da identidade regional e o jornalismo, foco do interesse desta pesquisa, tem-se, por exemplo, a tese de Felippi (2006), “Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora”, que trabalha com a ideia de que a identidade é uma constante construção narrativa. Em seu trabalho a pesquisadora indica que o jornal analisado midiatisa um modelo identitário de gaúcho, “revitalizando, reconstruindo, reformulando e reforçando uma identidade que é hegemônica na região” (FELIPPI, 2006, p. 151). Para ela, esse processo é intencional e ligado, estreitamente, com questões mercadológicas, o que faz com que o ‘localismo’ se torne um critério de noticiabilidade. Já especificamente em relação ao Extremo Oeste de Santa Catarina há a tese de Pavan (2011), “Tradições e contemporaneidade na midiatisação das identidades culturais: as configurações humorísticas radiofônicas do Top Show e os sentidos produzidos por ouvintes do Extremo-Oeste de Santa Catarina”, que analisa as construções discursivas das identidades regionais expressas nos elementos caricatos e paródias apresentadas no programa radiofônico de humor e nas operações simbólicas realizadas por seus ouvintes. O objetivo é entender como se constituem os sentidos, as apropriações, os pactos e as recusas dessas construções na recepção

e Antropologia. Diante da revisão das pesquisas recentes sobre temas afins delimitou-se o cerne teórico deste trabalho, que parte do lugar ocupado pelo jornalismo nas esferas públicas contemporâneas. O conceito de esfera pública tem raízes no modelo normativo habermasiano de explicação da sociedade. Em sua formulação mais recente, Habermas descreve a esfera pública “(...) como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (1997, p. 92, grifo do autor).

Seguindo a interpretação de Maia e Gomes (2008), o sistema midiático não se configura em uma esfera pública, mas em uma esfera de visibilidade. O conteúdo midiático, então, tem potencial para “pré-estruturar a esfera pública, promovendo um diálogo público generalizado que informa e reconstitui os espaços de discussão não-midiáticos, os fóruns e as esferas públicas locais” (MAIA, 2008, p. 18-19).

O jornalismo pode ser considerado um subsistema dentro do sistema dos *media* que possui características e dinâmicas particulares, as quais podem ser definidas em, pelo menos⁴, duas dimensões: o do contrato social tácito estabelecido com o público, expresso por meio do reconhecimento da legitimidade do jornalismo, ou seja, de sua “utilidade (...) no quadro de uma sociedade pluralista e democrática” (BERNIER, 2004, p. 15); e do seu *ethos* profissional, ou seja, de uma definição de “como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo)” (TRAQUINA, 2012, p. 128).

Porém, se é possível falar de uma esfera de visibilidade deve-se levar em consideração que em sua composição há subdivisões, subsistemas, ou seja, inúmeras outras esferas de visibilidade, também jornalísticas, com suas peculiaridades e dinâmicas próprias. Tendo isso em vista, é compreensível que em esferas particulares os acontecimentos

do programa. Há informações sobre o sistema midiático e o perfil da comunidade local.

³ Sobre a relação identidade regional e mídia regional em Santa Catarina, a dissertação de Cadorin (2011), “Exame de processos de representação da identidade cultural de Tubarão em reportagens do telejornal ‘Câmera Aberta 2ª Edição’, veiculadas pela Unisul TV”, faz uma análise de aspectos inerentes à proximidade do veículo com seu público.

⁴ Há outras dimensões de diferenciação, no entanto, aqui se optou por não se alongar o debate, tendo em vista que o objetivo é apenas pontuar alguns elementos particulares do jornalismo, e não esgotar a discussão.

jornalísticos sejam visibilizados e enquadrados de maneira diferente. Aqui se trabalha com a noção de enquadramentos como “princípios organizadores” ou “esquemas interpretativos” (MAIA, 2009) que tem base na cultura (MOTTA, 2007; GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

Jornalismo local, jornalismo regional, jornalismo nacional, informação de proximidade são alguns dos conceitos utilizados para diferenciar essas esferas jornalísticas. Nesta pesquisa será explorada a noção de jornalismo de proximidade (CAMPONEZ, 2002) como categoria de análise para justificar a diferenciação entre os jornais locais e regionais dos jornais estaduais e nacionais, caracterizados aqui a partir da lógica do distanciamento (MEDINA, 2008; IJUM, 2014). É com base nessas concepções teóricas que se construiu o objeto de pesquisa: as caracterizações simbólicas da região Extremo Oeste de Santa Catarina na imprensa, em suas *diferentes esferas de visibilidades*.

O material empírico analisado é composto por 232 textos jornalísticos publicados pela imprensa local⁵, regional⁶, estadual⁷ e nacional⁸, no período de 1953 a 2016. Esse recorte temporal inicia com a criação dos municípios que hoje abrangem a região estudada e encerra na data limite para a coleta de material de acordo com os prazos para realização da pesquisa.

As perspectivas teórico-metodológicas que orientam o trabalho são a da pesquisa bibliográfica, documental e da análise de enquadramento (adaptada para as peculiaridades do discurso jornalístico e orientada pela interpretação dele como texto, prática discursiva e prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22)). Analiticamente, chegou-se aos enquadramentos por meio do mapeamento dos elementos ou dispositivos de *framing*, procedimento baseado em autores como Gamson e Lasch (1980), Gamson e Modigliani (1989), Entman (1993, 2004), Matthes e Kohring (2008) e Maia e Vimieiro (2010).

⁵ Por local se compreende o material publicado por jornais de São Miguel do Oeste, considerada cidade-polo da região Extremo Oeste de Santa Catarina (FERNANDES, 2009, p. 17).

⁶ Por publicações regionais se entende, nessa pesquisa, os materiais produzidos em cidades próximas de São Miguel do Oeste e em Chapecó-SC.

⁷ Por imprensa estadual se entende aquela formada pelos jornais com circulação em grande parte das cidades catarinense (ou paranaense, ou gaúchas).

⁸ Por imprensa nacional se entende o conjunto de jornais com influência nacional, especialmente aqueles situados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A exemplo de trabalhos como de Vimieiro (2010), Oliveira (2013), Cardoso (2013)⁹, Mont'Alverne (2016), Campos (2014), David et al. (2010), Touri e Koteyko (2014), entre outros, nesta pesquisa se recorreu ao auxílio de um *software* em uma das fases da análise de enquadramentos. Utilizou-se o *NVivo 11*, que sinteticamente se configura em um programa de análise qualitativa e que foi utilizado de maneira pontual: para possibilitar o agrupamento das matérias jornalísticas de acordo com o mapeamento dos elementos de *framing*. Essa medida foi necessária tendo em vista a quantidade de textos e o número de variáveis identificadas, as quais serão detalhadas no Capítulo 3. É importante salientar que o uso do programa de computador ocorreu em uma dimensão exploratória, ou seja, ele apontou possíveis proximidades entre grupos de textos, porém essa confirmação, assim como a análise das matérias antes do cruzamento dos dados, foi feita de maneira manual, baseada na leitura crítica feita pela pesquisadora.

Por conta do recorte temporal longo, já que se chegou até 2016, e a consequente quantidade de matérias jornalísticas potencialmente disponíveis, foram selecionadas duas coberturas noticiosas que fomentaram controvérsias públicas por meio da imprensa acerca das caracterizações atribuídas à região Extremo Oeste ou a sua população, ou seja, controvérsias públicas em torno da identidade regional. Essas coberturas são: a) sobre o movimento pró-Estado do Iguazu; b) sobre o projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico via Ponte Internacional Peperi-guaçu.

Com base nessas considerações se estabeleceu o problema central da pesquisa na seguinte pergunta: Como as características atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina em jornais com diferentes áreas de circulação, na cobertura de controvérsias públicas, se relacionam com a identidade regional?

Para maior clareza, desdobrou-se essa questão central em alguns tópicos complementares:

- Existe uma identidade da região Extremo Oeste de Santa Catarina?
- De que forma os enquadramentos jornalísticos sobre o Extremo Oeste se relacionam com a(s) identidade(s)?

⁹ Vimieiro (2010), Oliveira (2013) e Cardoso (2013) estiveram vinculados ao Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME), coordenado pela professora da UFMG Rousiley Maia, que orientou os três trabalhos.

- Quais as caracterizações simbólicas mais comuns sobre a região Extremo Oeste no material que constitui o *corpus* empírico desta pesquisa?

- O que as matérias analisadas indicam sobre a forma como os jornais “de dentro” e “de fora” da região Extremo Oeste cobrem esse espaço?

Esses questionamentos embasaram a formulação dos objetivos da pesquisa, expressos nos seguintes tópicos:

Objetivo geral: Compreender como as características atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina em jornais com diferentes áreas de circulação, na cobertura de controvérsias públicas, se relacionam com a(s) identidade(s) regional(is).

Objetivos específicos: a) Identificar se é possível admitir a existência de uma identidade da região Extremo Oeste; b) Avaliar de que forma os enquadramentos jornalísticos sobre o Extremo Oeste se relacionam com a(s) identidade(s); c) Mapear as caracterizações mais comuns sobre a região Extremo Oeste no material que constitui o *corpus* empírico da pesquisa; d) Analisar o que os textos jornalísticos pesquisados indicam sobre a forma como os jornais de ‘dentro’ e de ‘fora’ da região cobrem esse espaço.

Para atender esses objetivos a dissertação foi organizada em quatro capítulos. No primeiro se abordou o contexto no qual se construiu o objeto da pesquisa e, especialmente, as discussões em torno das ‘ilhas’ culturais catarinenses. Essa abordagem recorre a outras áreas do conhecimento, como a história, a geografia, a sociologia e a antropologia para compreender a formação desse espaço geopolítico, social e simbólico. Também é feita uma análise documental de matérias jornalísticas anteriores às emancipações dos municípios que atualmente integram a Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (Ameosc). Essa pesquisa exploratória se baseou na noção de que para compreender os enquadramentos jornalísticos acerca da Região Extremo Oeste de Santa Catarina nos jornais a partir de 1953 (ano em que várias dessas comunidades alcançaram o *status* de município) é necessário ter em conta os discursos que antecederam esse período.

Para tanto foram mobilizadas contribuições de autores como Singer (1968), Peluso Junior (1987), Lago (1975, 2000), Piazza (1988), Renk (1997), Mombelli (1996), Serpa (1996), Valentini e Radin (2012), Hass (2007), Nodari (2009), Bavaresco (2005), Silva (2010), Marcon (2009), Marques (2009), entre outros.

No segundo capítulo pretendeu-se demonstrar que a construção da realidade social ocorre em um tensionamento de forças no qual a

visibilidade midiática, e particularmente a jornalística, tem lugar de destaque. A discussão engloba autores como Berger e Luckmann (2004) e Bourdieu (1989), que auxiliam na compreensão sobre como a percepção da realidade é construída. Já sobre a ideia de esfera pública, espaço público e esferas de visibilidade jornalísticas são apresentadas contribuições de autores como Habermas (1984, 1997) e Gomes e Maia (2008). Por fim, aborda-se o jornalismo a partir da esfera de proximidade (CAMPONEZ, 2002) e de distanciamento (MEDINA, 2008; IJUIM, 2014); além de suas intersecções com a identidade, discutidas a partir das contribuições de Pollak (1992), Santos (1994), Hall (2003) e Woodward (2007).

O terceiro capítulo abordou a construção e os limites teórico-metodológicos da pesquisa. Na primeira parte foi feita uma apresentação geral da imprensa nacional, estadual, regional e local a partir de autores como Barbosa (2007, 2013), Fernandes (2003, 2009), Budde (2013), Pereira (2012), Giovanaz (2015), Pinto (2015) e Deolindo (2016). Nesse capítulo também foram especificadas as estratégias utilizadas para a seleção dos textos jornalísticos, bem como detalhadas as ferramentas e etapas da análise. Especialmente sobre a análise de enquadramentos debateu-se com Matthes e Kohring (2008), Vimieiro e Maia (2011a), Entman (1993), Gamson e Modigliani (1989), Gamson e Lash (1980), entre outros.

No quarto e último capítulo os procedimentos e resultados da análise foram pormenorizados e sistematizados. Esse capítulo está dividido em três partes: na primeira se faz uma análise geral da visibilidade das coberturas jornalísticas mapeadas durante a pesquisa; na segunda são apresentados os dados da análise de enquadramentos; na terceira os resultados são interpretados à luz dos princípios teóricos discutidos ao longo da dissertação.

1 O ARQUIPÉLAGO REGIONAL CATARINENSE E O EXTREMO OESTE

*“Permaneço aqui
mesmo assim.*

Nasço onde geografia se faz de sentimento.

Entre princípio e fim de mundo.

Aurora a aurora.

Segundo a segundo.”

(Da certidão de nascer - Lindolf Bell)

Olhar para os veículos de comunicação noticiosos, em diferentes escalas, tendo como fundamento a perspectiva dos enquadramentos culturais¹⁰ (MOTTA, 2007; GAMSON; MODIGLIANI, 1989; MAIA, 2009), requer que o discurso jornalístico seja situado temporal e espacialmente. Isso porque o contexto cultural do qual o jornalismo é derivado, e que também alimenta, é historicamente constituído e compartilhado em um determinado espaço - mesmo que as temporalidades e espacialidades tenham se reconfigurado com as redes digitais (CAMPONEZ, 2002; FIDALGO, 2004; AGUIAR, 2016).

Por esse motivo, neste capítulo se abordará o contexto no qual se construiu o objeto desta pesquisa, o qual será apresentado em maiores detalhes a partir de um primeiro olhar teórico. Parte-se da premissa de que para compreender os enquadramentos hegemônicos acerca da Região Extremo Oeste de Santa Catarina nos jornais regionais/locais e estaduais/nacionais, a partir de 1953, é necessário ter em conta os discursos que antecederam esse período. As estruturas sociais pressupõem continuidades e descontinuidades, mas ambas só podem ser avaliadas em relação ao que as antecedeu. Por esse motivo, mesmo que a metodologia de pesquisa exija um recorde de análise pra a sua operacionalização, esse nunca será totalmente desvinculado da memória, especialmente em se tratando de discussões em torno da identidade regional.

Cabe destacar que se está falando de estruturas sociais e sociedades complexas, onde grande parte das trocas simbólicas, que constituem a própria essência da cultura e da identidade, ocorre pela mediação dos veículos de comunicação. No entanto, se o discurso midiático, e aqui se inclui o jornalístico, possui relevância social devido,

¹⁰ Esse conceito será detalhado no Capítulo 2.

especialmente, à “amplitude e repercussão” (MAIA, 2008), há uma infinidade de outros discursos que concorrem, na esfera pública¹¹, para a delimitação de sentidos.

Particularmente, entre os discursos que reivindicam o *status* de produzirem conhecimento sobre a realidade, mesmo que em termos filosóficos essa ideia possa ser questionada desde a sua essência, estão o jornalístico (MEDITSCH, 2005; GENRO FILHO, 2012; VAN DIJK, 2005) e o científico (SANTOS, 2010). Por esse motivo, neste capítulo serão descritas algumas narrativas acerca do objeto da pesquisa a partir dessas áreas: científica e jornalística.

De antemão, admite-se a impossibilidade de abarcar a diversidade interna dos campos do conhecimento acionados, aos quais se recorrerá com interesse no discurso construído. Portanto, não se pretende discutir a história ou a geografia de Santa Catarina, por exemplo, mas sim os discursos que essas áreas apresentam sobre a identidade catarinense e seus subespaços¹². As escolhas aqui realizadas foram norteadas pela capacidade de auxiliarem na compreensão do objeto de pesquisa, de acordo com os objetivos expostos na introdução.

Organizou-se o capítulo em duas partes principais com base na noção de que os discursos sociais estão imbricados, de modo que um fornece insumos, elementos, reposiciona enunciados do outro, em um sistema de integração e reciprocidade. Além disso, como será melhor detalhado no Capítulo 2, enunciar é uma ação de conformação da realidade (como defende Bourdieu, 1989, p. 14-15), de modo que, essa conformação não é exclusividade de um discurso específico, mas sim resultado dessa imbricação, embora cada um dos discursos possua características particulares que os posicionam de maneira diferente na esfera pública¹³.

Na primeira parte se recorrerá a áreas como a História, Geografia, Antropologia, Ciências Sociais e Políticas para reconstituir fragmentos de discurso sobre a diversidade regional catarinense e suas identidades¹⁴. Na segunda se tratará do discurso jornalístico, delimitado

¹¹ Esse conceito será abordado em maiores detalhes no Capítulo 2.

¹² Aqui no sentido que Milton Santos dá ao termo. O subespaço ao qual ele se refere com ênfase na obra é o ‘lugar’. “(...) a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade e da contiguidade do acontecer histórico se verifique” (SANTOS, 2012, p. 159).

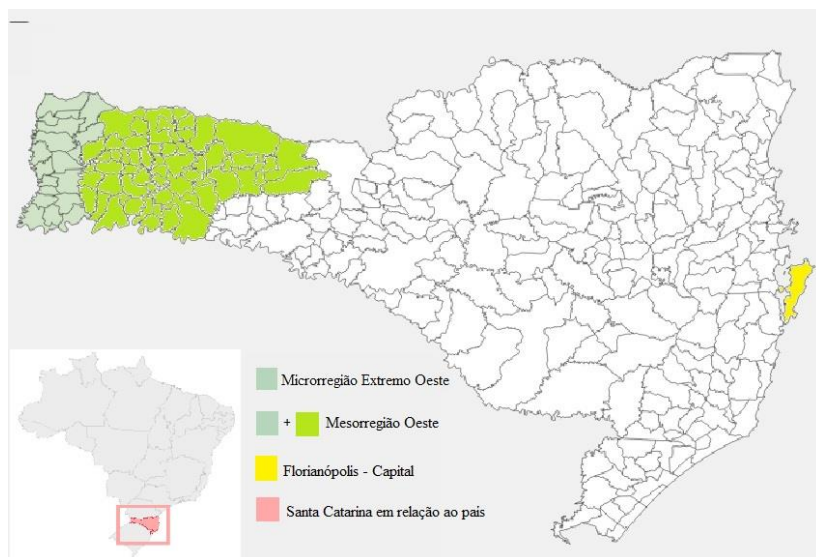
¹³ O conceito de esfera pública será discutido no Capítulo 2.

¹⁴ Especialmente a partir das contribuições de Piazza (1988), Lago (2000, 1975, 1968), Peluso Júnior (1984), Serpa (1996), Marcon (2009), Marques (2003), Nodari (2009), Renk (1997), Hass (2007), Bavaresco (2005), Silva (2010).

a partir de uma análise exploratória em jornais com diferentes escalas de abrangência (regional, estadual, nacional) e no livro de Silva (1950), *O Oeste catarinense*, aqui entendido como conteúdo jornalístico¹⁵.

Embora reconhecendo a arbitrariedade e a historicidade dos conceitos de região, que fazem com que seus limites sejam modificados, em termos de sentido, ao longo do tempo e de acordo com os agentes que mobilizam o enunciado, com o objetivo de facilitar a compreensão dos leitores aqui se optou por uma das versões possíveis. Por isso, para efeito de esclarecimento neste trabalho, quando não houver nenhuma ponderação em contrário, a definição de microrregião Extremo Oeste equivale aos municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc) e de mesorregião Oeste (Mapa 1) aos municípios assim definidos pelo governo do Estado de Santa Catarina¹⁶ (categorização utilizada por muitos dos órgãos estaduais).

Mapa 1 – Microrregião Extremo Oeste de acordo com a Ameosc e Mesorregião Oeste conforme divisão proposta pelo governo do Estado de Santa Catarina



Fonte: Editado pela autora.

¹⁵ O autor se apresenta como jornalista e também é retratado dessa forma em matéria produzida pelo jornal *A Voz de Chapecó* (OESTE, 1950).

¹⁶ Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/geografia>>. Acesso em: 29 set. 2016.

1.1 O DISCURSO CIENTÍFICO E A DIVERSIDADE REGIONAL CATARINENSE

As particularidades da ocupação do território, a geografia e aspectos econômicos levaram, no final da década de 1960 e início de 1970, vários autores a descreverem Santa Catarina como um estado formado por “ilhas regionais”. Singer (1968, p. 83) abordou essa fragmentação sob o prisma econômico: “Santa Catarina apresenta, hoje, um aspecto curioso: o Estado todo se divide em várias zonas, economicamente autônomas, cada uma contando com uma capital regional”. Lago (1975, p. 121) reconheceu no Estado, “pelo menos sociologicamente”, diferentes “ilhas culturais”. Em obra mais recente o geógrafo refinou essa consideração, apontando que a partir da década de 1960 houve um empenho político para consolidação da integração estadual, deixando para trás os tempos das “ilhas econômicas e sociais” (LAGO, 2000, p. 27), questão até hoje controversa. Piazza¹⁷ também faz referência às “ilhas” ou “pequenos arquipélagos” culturais catarinenses, em obra publicada em 1979¹⁸.

Todas essas perspectivas buscavam na história de modelos específicos de desenvolvimento e da colonização¹⁹ do Estado

¹⁷ Pela “classificação provisória, sem pretensões de ser absoluta, da historiografia catarinense” proposta por Wolff (1994), a obra de Piazza aqui citada, *A colonização de Santa Catarina* (1988), estaria situada dentro do grupo “abordagem estadual tradicional”. Entre as principais características das obras assim classificadas estão a “ênfase aos fatos políticos e militares, (...) grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos”. Alguns dos pontos criticados nessa maneira de escrever a história dizem respeito ao fato de ela se configurar em “uma história *vista de cima*, pretende-se objetiva, utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos e às atuações individuais dos *grandes homens*”, aspectos problematizados dentro da perspectiva que a autora descreve como “nova história”. No entanto, Wolff ressalta que isso não torna a “abordagem estadual tradicional” menos importante, tendo em vista que “boa parte do conhecimento histórico sobre as diversas regiões só pode ser obtido em obras com este tipo de orientação metodológica”. Portanto, são “obras de referência para os próprios *novos historiadores*” (WOLFF, 1994). Neste trabalho buscou-se diversificar as fontes de pesquisa para a reconstrução de alguns elementos do discurso histórico de Santa Catarina, de modo a dialogar com diferentes perspectivas.

¹⁸ Neste trabalho a obra é referenciada a partir de sua segunda edição, revista e aumentada, publicada em 1988.

¹⁹ Neste trabalho o conceito é utilizado como referência a um tipo específico de reocupação do território – tendo em vista que ele era habitado por indígenas e

explicações para a fragmentação cultural e identitária do território catarinense. Nos estudos aos quais se teve contato para esta análise dois aspectos são recorrentes para explicar, pelo menos em parte, esse fenômeno: a constituição do território como um “espaço de imigrantes” – para usar um enunciado presente em Lago (2000, p. 69) –, e a “integração parcelada físico-territorial da área catarinense”²⁰. Esse processo teria resultado em “não integração, quer social, quer econômica, ou, ainda, cultural, além da dificuldade de aceitação pelas populações dos aspectos político-institucionais” (PIAZZA, 1988, p. 353).

Seguidamente esse tema volta à tona em diferentes discursos, inclusive naqueles que atribuem aspectos positivos a essa diversidade. A seguir apresentam-se alguns elementos (com base nas obras de diferentes pesquisadores e áreas – História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política) do discurso científico sobre a formação de Santa Catarina e as consequências desse processo para a configuração de identidades regionais e da uma identidade catarinense.

1.1.1 Sentidos e temporalidades

A perspectiva histórica e geográfica das obras aqui analisadas aponta que a ocupação sistemática²¹ do Estado por europeus teve início no século XVII, dentro da política de colonização do governo português

brasileiros, para usar o termo sugerido por Renk (1997) –, que prevê a fixação dos colonos e a exploração econômica com anuência e incentivo do Estado, seja por meio da ação governamental direta, seja através do repasse de terras para fins de colonização à iniciativa privada. Nas palavras de Piazza (1984, p. 12) colonização significa “mais do que povoar, é usufruir da terra, retirando-lhe ao mesmo tempo que a povoa, benefícios de ordem econômico-social”. É preciso observar que essa afirmação se dá pelos olhos dos colonizadores, para os quais a colonização significava o progresso, o que pode ser problematizado, já que os povos tradicionais foram excluídos desse processo.

²⁰ Piazza usa esse enunciado para se referir ao fato de que o território catarinense foi sendo definido de maneira parcelada, com a integração de faixas territoriais em diferentes períodos e com questionamentos sobre os seus limites até meados do século XX (PIAZZA, 1988, p. 353).

²¹ Há registros, na própria obra de Piazza (1988), da presença de europeus no litoral catarinense anteriormente a esse período, “desterrados, náufragos e sacerdotes”. Essa qualificação dos europeus que chegaram ao litoral antes do século XVII, segundo leituras mais recentes, é mais diversa e complexa do que a apresentada pelo autor, embora esporádica, como ele indica.

(PIAZZA, 1988; LAGO, 1975). A ideologia que respaldava esse processo era de um espaço ‘vazio’, mesmo que todo o território fosse habitado por diferentes povos indígenas, a partir daí desterritorializados²². Segundo essa vertente do discurso histórico, a ocupação europeia iniciou pelo litoral, de maneira lenta, com a chegada dos vicentistas (em geral descendentes de portugueses, vindos da província de São Vicente, hoje São Paulo), que se estabeleceram nos núcleos pioneiros – onde atualmente se localizam as cidades de São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna.

Importante destacar que estudos mais recentes, como o de Mamigonian e Vidal (2013) e de Nötzold e Brighenti (2009), registram a presença e participação das populações negra e indígena na formação populacional catarinense, as quais foram invisibilizadas em muitos discursos. Nas obras citadas de Piazza (1988) e Lago (1975) a participação desses povos recebe pouco destaque, focando suas observações nas ações dos colonizadores, imigrantes europeus ou descendentes de imigrantes europeus.

Com base nessa lógica se descreve que no século XVIII o processo de repovoamento²³ foi intensificado com a chegada de imigrantes dos Açores e Madeira na Capitania de Santa Catarina²⁴. Segundo Piazza (1988), a partir da entrada de grupos das ilhas do Atlântico, sob o comando de Portugal, se inicia o processo sistemático de ocupação colonizadora dentro dos moldes da posse das terras por

²² A noção de desterritorialização é comumente utilizada por geógrafos e historiadores tendo como base contribuições de Milton Santos, Gilles Deleuze e Félix Guattari. No Brasil, uma das definições mais conhecidas é trabalhada por Rogério Haesbaert. De maneira ampla ele explica que “(...) todo processo social que se desencadeia implica ao mesmo tempo na destruição de um território e na reconstrução dele em outras bases” (FROTSCHER; LAVÉRDI; VANDERLINDE, 2009, p. 166), esse processo pode ser definido como desterritorialização.

²³ A opção por usar esse termo faz referência ao entendimento de que, embora o território que hoje constitui o Estado de Santa Catarina fosse considerado ‘vazio’ pelos colonizadores europeus, ele era densamente povoado como demonstram, por exemplo, os estudos de D’angelis (1995). Por isso, essa fase de povoamento com imigrantes será tratada como repovoamento, termo mais adequado a esse contexto.

²⁴ A Capitania foi criada em 1738 e “aos poucos incorporou as demais partes do litoral, seguindo-se a incorporação da vila de Lages e ‘seu termo’, em 1820, que significaria uma parcela do planalto catarinense” (PIAZZA, 1988, p. 353).

pequenos proprietários²⁵, processo que se generalizaria por parte de Santa Catarina em diferentes fases. Mais tarde, no século XIX, outros grupos de imigrantes europeus, especialmente de origem alemã e italiana, se estabeleceram no Vale do Rio Itajaí e no sudeste do Estado, o que de acordo com a narrativa descrita colaborou para a formação do mosaico étnico da faixa leste (PIAZZA, 1988)²⁶.

O planalto, mais ao centro de Santa Catarina, teria sido explorado a partir do século XVIII, com a abertura de caminhos para tropas que se deslocavam do sul para o sudeste do país. Esse discurso indica que paulistas estabeleceram locais para pouso e descanso em torno dos quais se formaram vilas, como aquela que deu origem a Lages. No século XIX teriam sido os gaúchos, a partir da região de Passo Fundo e Vacaria, que expandiram seus domínios ao longo do caminho das tropas (VICENZI, 2012).

Os campos são descritos nessa narrativa como espaços propícios para a criação de gado, atividade que, em conjunto com o tropeirismo, teria marcado a primeira fase da ocupação colonizadora dessa faixa territorial, especialmente a partir do desenvolvimento da mineração no centro do país. “O ouro como que ligou, por meio de boiadas e tropas de muares, o norte e o sul” (PETRONE, 1968, p. 219). Diferente do leste do Estado, os relatos apontam que nesse espaço a organização da produção ocorreu em grandes propriedades, em muitas com a utilização de mão de obra escrava, características típicas das áreas de criação de gado (PETRONE, 1968).

A faixa mais a Oeste se constituiu em capítulo à parte nesse enredo, com sua integração a Santa Catarina em termos político-administrativos indefinida até meados do século XX. Durante o período colonial, portugueses e espanhóis teriam feito incursões pela região, com as discussões dos limites envoltas em sucessivos tratados, registrados em narrativas que sinalizam a disputa pelo território entre as potências europeias. No século XIX, com os processos de independência dos países da América Latina a questão dos limites entre Brasil e

²⁵ Segundo Piazza (1988, p. 71), “foi estabelecido um processo jurídico-administrativo para dar aos “casais” a sua porção de terra, ou seja, um pedaço de chão com 1.650 m. de cada lado. [...] lendo os termos de cada concessão, tem-se certeza de que poucos “casais” receberam o quinhão devido”.

²⁶ Embora a maior parte desses imigrantes tenham origens alemãs ou italianas, Piazza (1988) relata uma diversidade de países de origem: Bélgica, França, Estados Unidos, Suíça, Noruega, Irlanda, Polônia, Rússia, Grécia, Síria, Líbano, etc.

Argentina voltou ao debate no episódio conhecido como a Questão de Palmas. A decisão veio em 1895, quando o território foi delimitado como sendo brasileiro (PIAZZA, 1988). No século XX essa área seria reocupada por imigrantes europeus ou seus descendentes vindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul.

Embora esse discurso de que as “ilhas regionais” se configuraram com base nesses dois fatores, a explicação parece simplificadora, tendo em vista que justificaria o início desse processo, mas não parece capaz de responder por que essa narrativa ressurgiu com frequência até os dias atuais. A partir da década de 1980, novas perspectivas teóricas em torno das pesquisas nas ciências humanas e sociais complexificaram essas análises.

1.1.1.1 Notas sobre o Oeste catarinense

Neste ponto serão incluídos estudos mais recentes sobre a mesorregião Oeste, tendo em vista a tentativa de compreender a narrativa científica de maneira mais detalhada. Segundo Renk (1997, p. 34), a ocupação da faixa territorial que atualmente abrange o Planalto Norte, Meio-Oeste e Oeste²⁷ foi irregular, no sentido espacial, o que ela define como uma “ocupação por saltos”. Em uma parcela desse espaço o tropeirismo teve papel importante, no século XIX, com a abertura da chamada “Estrada das Missões”, que ligava Guarapuava a Cruz Alta, passando pelo Goio-ên (na divisa do Rio Grande do Sul com o atual município de Chapecó). Ao longo dessa estrada teriam se formado os primeiros povoados. Segundo as pesquisas de Renk (1997, p. 35), as áreas de campo foram ocupadas por fazendas de criar, já os espaços de matas receberam o excedente da população dessas fazendas - “dedicando-se à pequena lavoura, extração de madeira e erva-mate”.

“A erva-mate surgiu como possibilidade de atividade rentável após 1850” (RENK, 1997, p. 35). A extração, dada a sua valorização, teria atraído ‘aventureiros’ de outras regiões, brasileiros e argentinos. O discurso expresso na obra aponta que esses fatores fizeram com que esse espaço habitado por ‘caboclos’, na denominação que os colonos deram a essa população, ou ‘brasileiros’, como eles se autodenominaram, sem

²⁷ Conforme divisão apresentada no sítio do Governo de Santa Catarina na internet, o Estado é dividido em oito principais regiões (que aqui serão tratadas como mesorregiões): Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. Informação disponível em: <<http://www.sc.gov.br/geografia>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

limites territoriais definidos e com uma população flutuante embrenhada nas matas, fosse conhecido como “área despolicida”, “abandonada pelas autoridades” e habitada por “fora-da-lei” (RENK, 1997, p. 35).

Importante constar que essa narrativa destaca que os Campos de Palmas²⁸ foram ocupados “no hiato da extinção das concessões de sesmarias e a lei das terras” (RENK, 1997, p. 40). Com a implantação da nova legislação – Lei 601/1850 e Decreto 1318/1854 - o governo imperial determinou o registro das terras ocupadas ou obtidas por concessão. No entanto, “a titulação destas, possivelmente, seria irrisória, se comparando à totalidade da população brasileira das matas, alheia e alheada a esses trâmites legais” (RENK, 1997, p. 42).

Uma das iniciativas de reocupação narradas como tentativa de ‘civilizar’ essa região teria sido concretizada com a instalação da Colônia Militar de Chapecó²⁹, criada por decreto imperial de 1859 (RENK, 1997, p. 38). Também é desse período, exatamente de 1889, o decreto que concedeu a Teixeira Soares e à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (depois transferida à *Brazil Railway Company*) “terras devolutas e nacionais, para fins de colonização, ao longo da ferrovia a ser construída”. O governo republicano revalidou a concessão e definiu a faixa de 15 quilômetros ao longo da estrada de ferro, que cortou uma região secularmente reivindicada por Paraná e Santa Catarina.

Essa perspectiva histórica aponta que a construção da ferrovia causou uma série de mudanças sociais, econômicas e ambientais na região. Não apenas devido ao funcionamento da estrada de ferro, mas especialmente em decorrência da atuação das subsidiárias da *Brazil Railway Company*, ou de empresas privadas com as quais essa firmava contratos, na exploração madeireira e de projetos de colonização com imigrantes europeus ou seus descendentes nas áreas concedidas pelo estado (VALENTINI; RADIN, 2012).

²⁸ “Encravados entre os Rios Iguazu e Uruguai e cercados pelo “sertão nacional” alastravam-se com ocupações de outras áreas, com os campos do Erê, ao oeste, e do Irani, ao sul” (RENK, 1997, p. 33). Essa descrição demonstra que, embora Palmas seja um município paranaense, na documentação histórica, quando se fala dos Campos de Palmas, está se referindo, especialmente, ao Oeste catarinense, onde estava situada a maior extensão deles, conforme também aponta D’angelis (1995, p. 284).

²⁹ “Estas colônias são destinadas à defesa da fronteira, à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a invasão dos Índios e a chamar os ditos Índios, com auxílio da catechese [sic], à civilização” (PIAZZA, 1988, p.216).

Em 1910 a ferrovia foi inaugurada. Nessa época os limites entre Paraná e Santa Catarina permaneciam em litígio (HASS, 2007, p. 22). Desde 1900 a questão era tema de uma ação judicial movida pelos catarinenses. Mesmo assim, em sua pesquisa Renk (1997, p. 42) sinaliza que, de 1911 a 1913, extensas glebas localizadas na área contestada foram tituladas pelo governo paranaense aos norte-americanos. Nesses discursos o território colonizado não é apresentado como ‘vazio’. É por esse viés que Valentini e Radin (2012) registram que ao tomar posse das áreas as empresas expropriavam as populações locais, em geral empobrecidas e que tinham na religiosidade, uma forma de catolicismo popular, elemento central do modo de vida sertanejo (VALENTINI; RADIN, 2012).

Para os autores citados essa sucessão de fatos culminou no conflito que ficou conhecido como Guerra do Contestado (1912-1916). Enquanto os dois Estados brigavam judicialmente pelo território, ele teria sido palco de violentos conflitos. Descrito como “multifacetado e complexo desde as suas origens”, narra-se que o movimento do Contestado envolveu “demandas econômicas e sociais, como a luta pela terra e pela emancipação da tutela dos Coronéis”, amalgamada “à expressão política e cultural da tradição de São João Maria” e do catolicismo popular (ESPIG; KARSBURG; MACHADO; VALENTINI, 2012).

A Guerra do Contestado colocou de um lado os “peludos” representados pelos governos (estaduais e federal), os grandes fazendeiros, os representantes da estrada de ferro *Southern Brazil Railway* e da *Lumber and Colonization Company* e, de outro, peões, agregados, tropeiros, ervateiros, médios e pequenos sitiante, que se autodenominaram “peludos” (ESPIG; KARSBURG; MACHADO; VALENTINI, 2012).

Esse discurso entende que o conflito teve repercussões sociais e históricas em toda a configuração do Oeste catarinense. Uma delas foi o de impulsionar o modelo de colonização a partir de então adotado em toda a mesorregião, baseado na venda de pequenas propriedades a imigrantes europeus ou seus descendentes (RENK, 1997; VALENTINI E RADIN, 2012). Também no Oeste essa perspectiva de análise aponta para uma população indígena significativa, como demonstra D’angelis (1995), além dos ‘brasileiros’ descritos por Renk (1997). “A expansão

desse processo colocou tais grupos, com diferentes modos de vida, em contato com os que vinham de fora, decorrendo conflitos de diferentes naturezas” (VALENTINI; RADIN, 2012, p. 142).

Se as populações tradicionais integraram o discurso histórico, pelo menos o mais recente, o mesmo não se pode dizer das políticas de colonização. Nessas a população local foi ignorada, tendo em vista a ideologia predominante de que os ‘trabalhadores’, “construtores do progresso e da civilização”, “as desejadas gentes” eram os imigrantes europeus ou seus descendentes (RENK, 1997, p. 48-49). Portanto, de acordo com essa narrativa, o contexto regional da porção oeste do Estado se estruturou em torno da exclusão social de uma parte da população e de uma aliança de interesses entre o governo e as Companhias Colonizadoras. “Um discurso regional passou a ser construído, tendo como base o mito do pioneiro/desbravador (...)” (HASS, 2007, p. 22).

Com o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916, após manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável aos catarinenses, parte dos Campos de Palmas ficou integrada a esse estado. O território foi dividido em quatro municípios, criados oficialmente em 1917: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó. O último ocupava uma área enorme, mais de 14,7 mil quilômetros quadrados (SILVA, 1950, p. 312), o que equivale a cerca de 15% do território atual de Santa Catarina³⁰, abrangendo praticamente toda a mesorregião Oeste.

No entanto, a anexação desse espaço a Santa Catarina teria mais um capítulo na década de 1940, com a criação do Território Federal do Iguaçú. O projeto teve duração de apenas três anos (1943-1946), dentro do que se convencionou chamar de política de segurança nacional do governo Vargas³¹. No entanto, algumas perspectivas de análise indicam

³⁰ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Santa Catarina possui, atualmente, uma área de 95.737 km². Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 1 set. 2016.

³¹ “O Território Federal do Iguaçú foi criado por Getúlio Vargas pelo Decreto Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, fruto de uma série de decisões políticas que criaram também os Territórios do Amapá, Rio Branco (atual Acre), Guaporé (atual Rondônia) e Ponta Porã (atual Mato Grosso do Sul), todos por motivo de segurança nacional. Em plena Segunda Guerra Mundial, Getúlio justificou a federalização por tratar-se de regiões pouco povoadas e ricas em reservas florestais e minerais. No caso específico do Território do Iguaçú, a justificativa recaía pelo temor de que a vizinha e rica Argentina, sob o regime

que o tema manteve-se vivo por décadas, tendo em vista o movimento que envolveu lideranças do Oeste catarinense e do Sudoeste do Paraná para a criação do Estado do Iguazu. O projeto para o plebiscito que avaliaria o desejo da população na constituição da unidade da federação chegou a ser votado na Câmara dos Deputados, em 1993, mas não foi aprovado.

Na interpretação de Mombelli (1996), ao contrário da criação do Território Federal, que teria se constituído em um movimento de lideranças externas à região, a mobilização pelo Estado do Iguazu era feita pela população local, pelos migrantes que se instalaram ali, com o apoio de várias frações da sociedade. “Quem capitaneou o processo foram segmentos da população urbana: comerciantes, médicos, madeireiros, advogados bem situados economicamente, com o desejo de atingir o pleno domínio e o controle da sociedade política [...]” (MOMBELLI, 1996, p. 114).

Em sua pesquisa ela aponta que o principal argumento para o pedido era o de que a região tinha grande potencialidade econômica, mas era discriminada na distribuição dos recursos governamentais. Nessa afirmação estava embutida a ideia da “capacidade de trabalho” dos colonos gaúchos, descendentes de europeus, imagem que os mesmos acionavam para justificar o progresso econômico e legitimar a demanda por autonomia (MOMBELLI, 1996). Esses elementos coadunam com os traços identitários da população do Extremo Oeste de Santa Catarina identificados por Pavan (2011), que indicam que contemporaneamente permanecem vivas no imaginário local as noções de um povo de descendentes de imigrantes gaúchos, trabalhador, ordeiro, hospitaleiro e com raízes que invocam o rural.

A pesquisadora aponta, ainda, entre os fatores que impulsionaram o movimento, a dependência informacional do Oeste catarinense e do Sudoeste paranaense ao Rio Grande do Sul, já que os grandes jornais de Santa Catarina e do Paraná não davam cobertura à região. “As notícias acabavam sendo divulgadas pela imprensa gaúcha a ponto de políticos gaúchos apoiarem o movimento movidos pelo ‘sentimento gaúcho’ comum” (MOMBELLI, 1996, p. 116).

Outro fator assinalado na pesquisa foi a tentativa de os gaúchos descendentes de italianos e alemães, que habitavam a região, “manter a sua homogeneidade”, evitando a miscigenação (MOMBELLI, 1996, p. 116). Essa suposta homogeneidade era na verdade um elemento

forte do general Perón, resolvesse novamente interessar-se pela área [...]” (MOMBELLI, 1996, p. 114).

discursivo, tendo em vista que, como demonstrado ao longo deste capítulo, todo o Estado foi ocupado por diferentes grupos étnicos que, invariavelmente, renegociavam suas etnicidades – para usar uma expressão presente em Nodari (2009) ao se referir ao Oeste catarinense, mas que pode ser utilizada em relação a todo o Estado.

Essas características do repovoamento do Oeste aparecem também no discurso sobre a microrregião Extremo Oeste, tendo em vista que a segunda integra a primeira. No entanto, o que parece singular sobre o Extremo Oeste, ao menos nas narrativas dos autores que serviram de base para este tópico, é a relação com a Argentina. Diferente do espaço situado nas proximidades da sede de Chapecó, que mantinha relação estreita com o Rio Grande do Sul, as trocas comerciais e socioculturais no Extremo Oeste estariam vinculadas de maneira mais intensa com a Argentina. É o que registra, por exemplo, Bavaresco (2005, p. 56):

Era para a Argentina que tropeavam pequenas tropas de gado e mulas carregadas de erva-mate, para comercializar quando faltavam gêneros de última necessidade. Em Baracon [sic], Argentina, na fronteira com o atual município de Dionísio Cerqueira, encontrava-se facilmente sal, banha e munição, indispensável para a vida nos campos, bem como para aqueles que se embrenhavam nas matas à procura de erva-mate.

Essa articulação fronteiriça também integra o discurso presente no trabalho de Silva (2010, p. 77). Com base em informações de um documento manuscrito que tem autoria atribuída a Edvino Holscher, fundador do museu que leva seu nome no município de Guaraciaba³², há indicações de que passava pela microrregião Extremo Oeste um caminho que ligava Porto Alegre ao Mato Grosso, ao qual se interligavam caminhos vicinais pelos quais se fazia contrabando com a Argentina. Às margens desse caminho teria se instalado uma serraria ainda na década de 1930, devido “à vasta área de araucárias”. O empreendimento, no entanto, teria sido fechado em 1936, devido à resistência da população local. “(...) os caboclos que moravam na região não aceitaram a forma como os proprietários entraram nas matas. Sem

³² A sede do município de Guaraciaba fica a aproximadamente 22 quilômetros de São Miguel do Oeste.

ordem e permissão começaram a derrubada” (HOELSCHER *apud* SILVA, 2010, p 77).

Tem-se então, até aqui, alguns elementos que sugerem a formação das “ilhas regionais” a partir de um olhar mais generalista, que avalia o Estado como um todo, mas dentro de uma perspectiva do discurso focada nos imigrantes e seus descendentes, narrativa que circulou amplamente em um determinado período. Acrescido a isso se tem um discurso formulado a partir de observações mais específicas, aí focadas na mesorregião Oeste devido ao objeto desta pesquisa, que apontam para uma teia de relações de poder e da predominância de uma narrativa desenvolvimentista que, ao mesmo tempo em que explora de maneira mais eficiente economicamente o espaço, marginaliza uma parte da população. A junção dessa formação de uma elite econômica e política local com uma narrativa focada em elementos étnicos dá força às reivindicações por uma presença mais incisiva do Estado na região.

1.1.2 Sentidos e espacialidades

Outra narrativa que deve ser levada em consideração, e que está imbricada nos argumentos apresentados, diz respeito a questões relacionadas à geografia. Um aspecto apontado por Lago (1975) e Singer (1968) é que a morfologia de Santa Catarina favoreceria o estabelecimento do arquipélago citado anteriormente. A Serra do Mar e Geral praticamente dividem o Estado em dois, delimitando os sistemas de drenagem hidrológicos, definidos como sistema integrado do interior, mais ao oeste, e sistema da vertente atlântica, abrangendo toda a faixa leste.

Considerando-se que portos e rios formam as principais vias de penetração do território, antes da abertura de caminhos pelo homem, verifica-se, pelo esboço geográfico acima, que Santa Catarina, em vez de ser unificada pelas vias naturais, é antes dilacerada por elas em zonas independentes, com pouca ou nenhuma comunicação entre si (SINGER, 1968, p. 81).

No entanto, da mesma forma que sobre os aspectos históricos, esse discurso baseado em elementos geográficos estabelecidos nos anos de 1960 e 1970 parece atribuir demasiadamente a aspectos ‘naturais’ a organização política e econômica do Estado.

Peluso Junior (1984, p. 267)³³ confere aos acidentes geográficos parte do isolamento, tendo em vista que “a vida econômica do Estado” teria sido “sempre de difícil articulação”, porque o relevo acidentado não favoreceria “a aproximação entre as diversas regiões”. Mas acrescenta ao debate conteúdo político e, em certa medida, relações de poder inter-regionais, como a desigual distribuição da infraestrutura. Em seu relato sobre a evolução dos meios de transporte ele aponta que em 1940 as estradas de rodagem que ligavam o interior eram de “terra melhorada”, tornando-se intransitáveis com qualquer chuva. A malha ferroviária era insuficiente, sendo mais densa próxima ao litoral e esparsa no interior. Chapecó, nas palavras de Peluso Junior (1984, p. 268), permanecia isolada: “(...) utilizava o rio Uruguai para o transporte de madeira em balsas, e as precárias estradas de rodagem para chegar a centros maiores no vizinho Estado do Rio Grande do Sul”.

Mudanças no transporte ocorreriam apenas no sistema rodoviário, na década de 1970, quando poucas ferrovias permaneciam em funcionamento. O transporte aéreo, que desde a década de 1930 atendia algumas cidades do Estado – inicialmente apenas o litoral com hidroaviões, mais tarde ampliada com pistas terrestres (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 269) – na década de 1950 chegava com linhas comerciais a Florianópolis, Joinville, Itajaí, Laguna, Tubarão, Criciúma, Araranguá, Lages, Videira, Joaçaba, Concórdia e Chapecó. Já em 1984, as viagens aéreas se restringiam a Florianópolis, Itajaí, Lages, Joaçaba e Chapecó. Isso porque a aviação sofreu, ao longo das décadas, alterações de acordo com a política nacional para o setor. A dificuldade de deslocamento teve reflexo na estrutura de comunicação, que demorou a se espalhar pelo Estado.

Peluso Júnior registra que o descontentamento de parte da população com a desigual distribuição dos recursos públicos levou, inclusive, a ser questionada a localização da capital político-administrativa em Florianópolis. Áreas com maior desenvolvimento industrial ou localização mais central, em termos territoriais,

³³ O texto aqui citado, de autoria de Peluso Júnior, é problematizado em artigo escrito por Serpa (1996), com o qual dialogaremos mais adiante. Por hora é importante citar que, de acordo com essa crítica, o texto de Peluso Júnior precisa ser lido a partir de seu “lugar de fala”, ou seja, no bojo do grupo de intelectuais que na década de 1980, reunidos no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), preocupou-se em identificar as peculiaridades e potencialidades catarinenses, com todas as implicações, positivas e negativas, que essa perspectiva traz à tona.

problematizavam essa organização desde o final do século XIX quando, por exemplo, Lages reivindicava o direito de se tornar capital da província ou de deixar de fazer parte de Santa Catarina para ter seu território anexado ao Rio Grande do Sul ou ao Paraná (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 271).

A ‘ausência’ do Estado enquanto agente político, nesse discurso, é destacada em relação ao Oeste.

O Oeste foi povoado por gente que migrou do Estado do Rio Grande do Sul, na onda pioneira que ocupou as terras florestais do vale do rio do Peixe e da região a oeste dessa bacia. Esses lavradores lutaram na floresta para fazê-la produtiva, resolvendo seus problemas sem assistência alguma por parte do Estado de Santa Catarina; criaram sua economia dependente da do Rio Grande do Sul; abriram estradas, construíram cidades, e somente a partir de 1946, com a extinção do Território do Iguaçu, a região começou a sentir, na realidade, a presença do Governo Catarinense (PELUSO JÚNIOR, 1884, p. 272).

Percebe-se nesse trecho um reforço daquilo que Hass (2007, p. 22) chama do “mito do pioneiro/desbravador”, que desconsiderava as ambiguidades do processo de colonização da região. Contudo, feita essa ressalva, tratava-se do registro de um sentimento que parecia generalizado no grande Oeste, tendo em vista as constantes e recorrentes narrativas, seja nos textos científicos seja nos jornalísticos – como veremos mais adiante – dessas reivindicações.

Um aspecto pouco explorado nas obras citadas diz respeito aos processos de regionalização³⁴, que se referem a uma forma de segmentação do território atrelada a diversos fatores de identificação, organização política, econômica, social e histórica. Segundo Marcon (2009, p. 351), a regionalização pode ser vista como um instrumento de análise, mas também como um processo resultante de uma construção

³⁴ Utiliza-se, neste trabalho, o termo regionalização e não divisão regional com base no entendimento de Marcon (2009, p. 351). Ela pondera que a regionalização não é apenas “uma técnica de recortar o espaço”. “(...) no ato de regionalizar está implícito o poder de criar e estabelecer formas espaciais e de garantir a permanência dessas formas, que são constantemente transformadas, reestruturadas pela ação e pela estratégia dos atores sociais”.

social, que tem sua natureza e significado envoltos nas relações de produção, nas simbologias, nos valores, nos códigos de comunicação “que são internalizados e transformados pelas relações de poder, dentro de uma temporalidade específica (...)”.

Essa articulação pode acontecer tanto por ação do estado, por meio de órgãos governamentais, como da sociedade civil, nesse segundo caso envolvendo de maneira mais intensa uma identidade regional (MARCON, 2009; MARQUES, 2003). Essa pode se definir em escala mais ampla, como a nacional, até naquela mais próxima, nas comunidades locais.

Tanto Marcon (2009) como Marques (2003) analisam esse processo em Santa Catarina demonstrando as alterações ao longo do tempo, tendo em vista que esse está em constante mutação. As divisões iniciais estão atreladas aos aspectos morfológicos e ao próprio espaço até então ocupado pelos europeus. Esse é o caso da primeira divisão oficial do território catarinense: a Lei da Reforma Eleitoral, de 1881, que dividiu a então província em dois distritos eleitorais, um com sede em Desterro (Florianópolis) e outro com sede em Laguna (MARCON, 2009, p. 79).

A pesquisadora aponta que, em 1945, ocorreu a primeira divisão em oito regiões fisiográficas feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa delimitação teria ocorrido em função dos fatos econômicos e “das relações regionais organizadas em torno de um centro urbano destinadas a servir de base espacial aos serviços estatísticos para equacionar questões administrativas e para racionalizar os planos governamentais” (MARCON, 2009, p. 108). As regiões ficaram nominadas: Litoral de São Francisco, Litoral de Florianópolis, Litoral de Laguna, Bacia do Itajaí, Planalto de Canoinhas, Campos de Lages, Vale do Rio do Peixe e Oeste. Em, 1959 foi criada a do Alto Rio Negro.

São do início da década de 1960 os primeiros passos de um movimento tido pelas pesquisadoras como importante para a compreensão dos diferentes mecanismos e agentes de regionalização. Com um discurso desenvolvimentista e de protesto em relação à suposta ausência de ações estatais, especialmente na área de infraestrutura, foi criada em 1961 a primeira associação de municípios³⁵ de Santa Catarina,

³⁵ “A Associação de Municípios é uma instituição de direito privado, que tem por objetivo fortalecer a capacidade administrativa e operacional dos municípios filiados. Na ação conjunta, busca a solução dos problemas

a Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense (Ammoc). Segundo Marcon (2009, p. 128), a organização foi articulada pela Associação Comercial de Joaçaba.

Esse tipo de articulação regional avançou:

As associações pioneiras foram: Alto Vale do Itajaí, com sede em Rio do Sul, fundada em 1964; Planalto Norte, com sede em Mafra, em 1966; Região Serrana, com sede em Lages, em 1968; Oeste, com sede em Chapecó, em 1968; Nordeste do Estado, com sede em Joinville, em 1968 (MARCON, 2009, 128).

A pesquisadora destaca que, com o passar dos anos e contando com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Sul (Sudesul), do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serphau) e com recursos do governo estadual, as Associações de Municípios (AMs) se espalharam por Santa Catarina e em 1970 já abrangiam todos os municípios. Marques (2003) registra que os prefeitos foram os principais agentes desse tipo de associativismo, auxiliados por outras lideranças políticas e empresariais. Na interpretação da pesquisadora a identidade regional é um elemento relevante desse processo, “que está presente no cotidiano da população e legitima tal delimitação” (MARQUES, 2003, p. 162). Atualmente, conforme informações disponíveis na página da Federação Catarinense de Municípios (Fecam)³⁶, são 21 organizações.

Também é desse período, especificamente 1963, a criação da Secretaria de Negócios do Oeste pelo então governador Celso Ramos. Em relato de Marques (2003), a implantação do órgão estatal é inserida no contexto da elaboração do Plano de Metas do Governo (Plameg). As raízes desse documento estariam na campanha eleitoral para o pleito estadual de 1960. Segundo essa linha de discurso, a candidatura de Celso Ramos (PSD)³⁷ teria se desenhado em torno da insatisfação com

intermunicipais, e por ser territorializada, define padrões significativos dos fenômenos sociais no espaço (...)” (MARCON, 2009, p. 127).

³⁶ Disponível em: <<http://www.fecam.org.br/>>. Acesso em 27 set. 2016.

³⁷ Partido Social Democrático (PSD), criado em 1945, integrou até 1964, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o bloco pró-getulista da política brasileira. Em 1965, depois de os militares tomarem o poder, em 1964, o pluripartidarismo foi extinto, sendo retomado apenas em 1979.

os governos anteriores, de Jorge Lacerda³⁸ e de Irineu Bornhausen³⁹, especialmente em relação ao projeto de desenvolvimento para o Estado.

Diante disso, a estratégia do candidato Celso Ramos teria sido de sintetizar as demandas e as carências existentes nas diferentes regiões através do "Seminário Socioeconômico". Esse, simbolicamente, teve sua primeira edição regional em Chapecó, em julho de 1959, e a sua edição estadual, de encerramento, em dezembro de 1960, após a eleição de Celso Ramos (MARQUES, 2003, p. 119).

Essa narrativa aponta para um discurso assumido pelo então governador de descentralização e regionalização. Nesse contexto, a Secretaria de Negócios do Oeste seria uma das ações.

Em âmbito nacional, segundo Marcon (2009, 140), esse foi um período de reestruturação, onde “a região passa a ser evocada como instrumento de ação política que permeia as formas de organização da economia e do poder nacional”. Com base nessa lógica se teria determinado a divisão territorial, em 1969, em microrregiões homogêneas “estabelecidas com base em critérios uniformes e gerais para explicar determinados fatos urbano-industriais presentes no país, a partir de combinações espaciais realizadas entre a natureza e as atividades humanas”. Esse formato é criticado pela autora por, em sua compreensão, minimizar o espaço regional, drenando seu conteúdo social, tendo em vista se tratar de uma divisão espacial imposta. Além disso, o termo ‘homogêneo’ pressupõe um padrão interno a esses espaços que, embora acionado em diferentes discursos, não tem correspondência na realidade.

Com essa divisão Santa Catarina passou a contar com 16 microrregiões⁴⁰, que a princípio foram apenas numeradas, situação alterada em 1971 com a nomeação: Colonial de Joinville, Litoral de Itajaí, Colonial de Blumenau, Colonial de Itajaí do Norte, Colonial do Alto Itajaí, Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Litoral de Laguna, Carbonífera, Litoral Sul Catarinense, Colonial do Sul Catarinense, Campos de Lages, Campos de Curitiba, Colonial do Rio

³⁸ Foi eleito governador de Santa Catarina em 1956, pelo Partido de Representação Popular (PRP), que permaneceu ativo de 1945 a 1965, em coligação com a União Democrática Nacional (UDN).

³⁹ Foi eleito governador em 1950, pela UDN, partido que encabeçou o movimento antigetulista.

⁴⁰ De acordo com Marcon (2009) a Resolução que definiu esse novo formato foi aprovada pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas (CONPLANGE) em maio de 1969.

do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas. Em 1976 o IBGE adicionou a essa categorização a ideia de mesorregião, que seria

(...) uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1988 *apud* MARQUES, 2003, p. 46).

Um aspecto interessante do entrelaçamento das narrativas sobre as regiões em termos nacionais e estaduais é o que Marcon (2009) descreve sobre os estudos desenvolvidos a partir de 1972 pelo governo federal, por meio do IBGE. O objetivo era, nas palavras da pesquisadora, “definir as regiões funcionais urbanas”, com foco nos polos urbanos centrais e suas áreas de influência.

Esse discurso científico colocou Florianópolis como centro regional sob a influência de Curitiba “não alcançando, porém, os atributos que a caracterizariam como metrópole, como almejava o governo estadual” (MARCON, 2009, p. 146). Essa teoria de que o desenvolvimento poderia se centralizar em um núcleo metropolitano e se irradiaria parece ter influenciado o governador Colombo Salles (Arena), que governou o Estado no período de 1971 a 1975, ao priorizar os investimentos na capital e na região do entorno com o objetivo de transformar esse espaço em um polo de integração estadual (MARCON, 2009, p. 146).

Embora o registro, nesse discurso, de que os investimentos na capital tenham sido priorizados, a narrativa que o governo parecia querer impingir era de um desenvolvimento do Estado como um todo, a partir das microrregiões. O documento norteador dessa ideia foi o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, de 1971, que, entre outros aspectos, instituiu as 13 “primeiras unidades regionais polarizadas oficiais por ação do governo estadual” (MARCON, 2009, p. 147).

De acordo com a pesquisadora o objetivo dessa categorização era atender a administração de forma regionalizada e servir de base para

a ação governamental e seu planejamento. Cada uma estava associada a um município polo (MARQUES, 2003, p.54). As microrregiões polarizadas foram denominadas de acordo com as siglas das associações de municípios: Região da Grande Florianópolis, da Foz do Rio Itajaí, do Médio Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, Nordeste de Santa Catarina, do Planalto Norte, Alto do Rio do Peixe, do Meio Oeste Catarinense, do Oeste de Santa Catarina, do Extremo Oeste de Santa Catarina, Serrana, Laguna (denominada posteriormente de Vale do Tubarão) e Sul de Santa Catarina.

Tanto na narrativa de Marcon (2009) como de Marques (2003) é essa divisão que registra, pela primeira vez, integrada ao discurso oficial, a microrregião Extremo Oeste. Esse era o nome, inicialmente, da associação criada em 1968, e que abrangia toda a então Zona Fisiográfica do Oeste. No entanto, em 1971 houve uma divisão, que distinguiu a Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc) da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc), que ocupa a área mais próxima da fronteira com a Argentina (MARQUES, 2003).

No período de 1973 a 1998 foram criadas outras 11 microrregiões polarizadas pelo governo do Estado. No total, portanto, eram 24. Segundo Marcon (2009), essa regionalização serviu para fins de planejamento estadual até 2002.

Em âmbito federal, na década de 1980, com novos estudos sobre a rede urbana e, segundo a leitura de Marcon (2009), sob a influência de novas perspectivas teóricas, com foco em questões políticas e sociais, o IBGE propôs uma nova forma de regionalização. Adotou-se então a denominação de macrorregiões, mesorregiões e microrregiões geográficas.

Marques (2003, p. 47) relata que o documento que propunha a revisão mencionava que, para a identificação das microrregiões deveriam ser considerados dois indicadores básicos: a estrutura da produção e a interação espacial, que era analisada através dos fluxos de comercialização da produção. Com isso Santa Catarina foi dividida em seis mesorregiões e 20 microrregiões geográficas, definição adotada a partir de 1990. Dessa forma foi estabelecida, por exemplo, a Mesorregião Oeste Catarinense, composta pelas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia.

A pesquisadora analisou o discurso do IBGE acerca de cada uma das mesorregiões, por meio do estudo que resultou na proposta aprovada de revisão da regionalização. Sobre o Oeste Marques (2003) afirma que o organismo identificou a formação de complexos

agroindustriais, a partir dos anos 1960. Com isso o espaço regional teria passado por um processo de articulação tendo em vista suas necessidades organizacionais. Ainda, ao mesmo tempo em que descrevia Chapecó como “o mais importante centro de serviços do Oeste Catarinense”, “verificava que a rede urbana daquela mesorregião tornava-se mais complexa com o crescimento de outros centros de importância estratégica no processo de circulação, armazenagem e transformação da produção agrícola” (MARQUES, 2003, p. 48). Nesse rol estaria São Miguel do Oeste.

Nacionalmente essa divisão do IBGE continua sendo utilizada para algumas finalidades, como o levantamento de dados estatísticos, muito embora, atualmente, a compreensão mais fluída de região tenha estabelecido varias possibilidades de divisão territorial, de acordo com os critérios adotados. No prisma estadual as discussões são constantes, sempre que se debatem estratégias de planejamento, com forte influência política na formalização de novos formatos de regionalização.

Em 2005, por exemplo, no governo estadual de Luiz Henrique da Silveira (PMDB), foram criados novos organismos de planejamento regional, as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), com área de abrangência que não respeitava os recortes de regionalização anteriores. Conforme Marcon (2009, p. 174), a criação desses órgãos é ilustrativo do que ela considera um problema: a sobreposição de recortes regionais distintos. Isso faz com que cada município esteja integrado a diferentes regiões para finalidades específicas, o que dificulta a sistematização de dados e ações integradas.

As exposições de motivos das reformas administrativas que deram formato às atuais SDRs não contemplam nenhum critério técnico a orientar sua delimitação e sua hierarquização, deixando claro que interesses político-partidários conduziram essas delimitações, numa estratégia política projetada pelo poder executivo estadual (MARCON, 2009, p. 358).

Aspecto semelhante pode ser observado no discurso sobre a criação das Regiões Metropolitanas catarinenses. Esse formato de articulação regional havia sido discutido em situações pontuais na década de 1990 e 2000. Como explica Marcon (2009, 172), embora pelos estudos oficiais as cidades catarinenses não atendessem aos critérios de definição de metrópoles, a Constituição de 1988 passou a

competência sobre a criação das regiões metropolitanas aos Estados, o que permitiu a sua formalização de forma generalizada em Santa Catarina a partir de 2010. Segundo ela, o argumento era de que essa articulação facilitaria a busca de recursos, especialmente federais, e proporcionaria um desenvolvimento mais equilibrado.

Atualmente, conforme dados da Secretaria do Estado de Planejamento⁴¹, existem 11 Regiões Metropolitanas: de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado. A influência política nessa delimitação fica evidente quando se observa que, recém havia sido promulgada a Lei Complementar 475/2010, com as regiões metropolitanas, e já havia uma série de reivindicações de outros municípios para que tivessem suas articulações intermunicipais elevadas a esse mesmo *status*. O resultado foram outras duas Leis Complementares, 523/2010 e 571/2012, com vistas a formalizar novas divisões.

As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) foram reestruturadas no final de 2015, passando a se chamarem Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs). Essas são em número de 35, abrangendo todos os municípios catarinenses⁴².

Para efeito de esclarecimento, neste trabalho, como indicado no início do capítulo, optou-se pela definição de microrregião Extremo Oeste em equivalência aos municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc), e de mesorregião Oeste (Mapa 1, p. 33) com base na divisão apresentada no *site* do governo do Estado⁴³ e utilizada por muitos dos órgãos estaduais, embora não se tenha encontrado uma legislação específica de delimitação dessa área. A opção por essa nomenclatura foi feita por ser a mais usual para além de esferas governamentais, ou seja, por organizações da sociedade civil, tendo em vista a compreensão de que o conceito de região transcende recortes territoriais e se estabelece, fundamentalmente, na teia de relações sociais e simbólicas.

1.1.3 Por uma identidade homogênea?

⁴¹ Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/18-regionais>>. Acesso em 29 set. 2016.

⁴² Informação disponível na página do governo de Santa Catarina na Internet. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/secretarias-regionais>>. Acesso em: 29 set. 2016.

⁴³ Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/geografia>>. Acesso em: 29 set. 2016.

As ilhas regionais, culturais ou econômicas catarinenses trouxeram à tona a discussão sobre a identidade do Estado. Em 1984, no artigo já citado de autoria de Peluso Júnior, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), ele expunha a posição de um segmento de intelectuais da época. No texto ele defendeu a necessidade de uma “identidade catarinense”, que em termos regionais diferenciasse a população do Estado, “por seus traços culturais próprios, dos habitantes das demais unidades da Federação” (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 259).

A partir dessa perspectiva ele formulou os conceitos de “Catarinensismo”, que se referia à “aceitação dos vínculos comunitários” catarinenses; e de “Catarinização”, que seria “o processo de atração, para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontra dela afastado” (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 259). Com base em sua experiência de pesquisa sobre a identidade catarinense “e nas discussões realizadas após as conferências sobre estes temas em diferentes cidades”, o autor afirma que lhe parecia, à época, que a intensidade do Catarinensismo podia ser assim resumida:

a – o sentimento de catarinensismo é forte na capital (Florianópolis) e em toda a microrregião da Grande Florianópolis;

b – o catarinensismo perde força a partir desta região central para a periferia, isto é, à medida que o pesquisador se afasta da capital, alcançando seus níveis mais baixos nas áreas que se encontram mais ao oeste no território do Estado, e nas que se localizam próximas aos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul;

c – a forma comum e mais evidente da intensidade dos laços que unem a comunidade catarinense é a reação manifestada ante a função da capital exercida por Florianópolis, podendo, assim, esta função de Florianópolis servir de indicador do grau de catarinensismo (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 261).

Depois de uma descrição de aspectos geográficos e históricos, o pesquisador conclui que “o problema da ‘identidade catarinense’ é político, pois se fixa nas relações entre o cidadão e o Estado Federado, principalmente na área de distribuição de obras e atividades para atendimento do povo” (1984, p. 273). No rol de motivos ele inclui a

comunicação social, tida como “um fator de maior importância e significado para a integração política e social”. Peluso Júnior (1984, p. 278), citando o exemplo de Porto União, cidade catarinense localizada na divisa com o Paraná, relata que os “grandes jornais diários do Estado chegam com considerável atraso” no município, as TVs catarinenses não apresentam sinal, o que faz com que a população acompanhe as emissoras paranaenses.

Em artigo que discute as ideias de Peluso Júnior (1984), Serpa (1996) relaciona esse discurso com a própria ideologia predominante no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) desde sua criação. De acordo com ele, a organização surge no final do século XIX, nos resquícios da Revolução Federalista de 1893, portanto com espaço para um discurso de reconstrução do Estado, com foco na integração territorial e social. Os objetivos seriam dar suporte à elaboração da história e da geografia do Estado, nos moldes daquilo que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já fazia, “no propósito de escrever a História Nacional” (SERPA, 1996, p. 64).

Com base em uma análise dos textos publicados na primeira fase da revista do IHGSC (1902-1920), Serpa identifica um discurso de afirmação da identidade catarinense “pelo seu passado luso-brasileiro”. “Pode-se dizer, então, que o discurso da revista nessa fase estava construindo a identidade catarinense pelo passado de luso-brasileiros ilustres e estabelecidos no litoral” (SERPA, 1996, p. 66).

Na segunda fase (1943-1944) essa tendência teria sido mantida, com foco nos açorianos. Pela narrativa de Serpa, o contexto histórico de Santa Catarina de 1930 a 1945 esteve envolto numa forte política de nacionalização (o que também pode ser relacionado com o contexto nacional). Com isso, etnias como alemães e italianos teriam sofrido um violento processo de incorporação à “cultura brasileira”. “Os açorianos, então, que na primeira República eram vistos como indolentes, preguiçosos, sem espírito de iniciativa passam a ser o objeto principal de estudo e, posteriormente de comemorações” (SERPA, 1996, p. 66-67). Nodari (2009) também cita esse aspecto, mas retratando o que chama de “renegociação da identidade cabocla” especificamente nas mesorregiões Oeste e Meio Oeste. Segundo sua narrativa

O enaltecimento ao caboclo, através de discursos de representantes do governo e da imprensa, ocorreu em um momento de crise e de afirmação da identidade nacional, quando os grupos étnicos de alemães e de italianos, antes enaltecidos, agora,

em certos aspectos, passaram a representar ameaças à unidade nacional (NODARI, 2009, p. 145)

Pelo relato de Serpa (1996), o Oeste começou a receber destaque na Revista do IHGSC apenas em sua terceira fase (1979-1987), com um crescimento na quantidade de artigos que abordavam espaços para além do litorâneo, “povoados por outras etnias”.

A distância do extremo-oeste do Estado em relação a capital, rumores e movimentos em torno da criação do Estado do Iguazu, a significação econômica e a mobilização política da região de Chapecó, bem como, discursos em torno da identidade catarinense, constituíram-se em ‘motes’ para as preocupações com a escrita da História destas regiões, por sócios do Instituto (SERPA, 1996, p. 68).

Em sua interpretação, Serpa credita a um grupo de intelectuais ligados ao IHGSC e a instituições de ensino superior a captação e difusão daquilo tido como “peculiar ou característica em potencial da Identidade Catarinense”. O historiador qualifica esses intelectuais como “próximos ou fazendo parte do poder político” e atribui a eles a “sustentação teórica” do discurso da Identidade Catarinense empreendido pela gestão do governador Espiridião Amim, especialmente na área cultural (1983-1987) (SERPA, 1996, p. 68).

Em texto publicado durante seu mandato nos *Cadernos da Cultura Catarinense*, Amim, embora tenha ressaltado o mosaico cultural, étnico e econômico do Estado, teria caracterizado o homem do Contestado como o mais típico dos catarinenses. Serpa (1996, p. 74) contextualiza esse episódio afirmando que esse discurso vinha sendo desenhado desde a campanha eleitoral de 1982, quando pela primeira vez após a ditadura ocorreram eleições diretas para o cargo. Na interpretação do historiador, esse discurso era uma forma de se aproximar dos ‘pequenos’, ‘vencidos’, ou seja, aqueles que enfrentavam os problemas sociais “ignorados antes e depois da tragédia do contestado” (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 275).

Contudo, a tentativa de homogeneização da identidade catarinense, seja pelo viés da nacionalização, seja pelo viés da adoção de “um representante legítimo”, não teve êxito. Pelo contrário, desde os anos de 1960 parece ter ocorrido, em várias regiões do Estado, uma

reinvenção da etnicidade. Discursivamente o Estado adotou a lógica das ilhas culturais, buscando identificar cada região com elementos específicos. É desse modo que surgem as festas típicas germânicas, os cafés coloniais, a arquitetura austríaca, entre outros elementos, que mais do que resultado de uma homogeneidade regional, são uma reinvenção desses aspectos, especialmente com foco no turismo.

1.2 O DISCURSO JORNALÍSTICO E AS REGIÕES CATARINENSES

Neste item serão apontados alguns elementos do discurso jornalístico que antecede o ano de 1953, marco temporal da análise empírica⁴⁴. Por meio de uma pesquisa exploratória no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira⁴⁵ buscou-se matérias que fizessem algum tipo de referência a aspectos culturais e de identificação da região Oeste de Santa Catarina – da qual mais tarde o Extremo Oeste se derivaria. Foi com base nessa pesquisa que se percebeu que a região tinha pouca visibilidade na imprensa de fora do Estado. No período de 1940 a 1950 citações a essa macrorregião eram raras. No entanto, dois episódios tiveram repercussão em vários jornais, inclusive com chamadas de capa: trata-se de matérias sobre o contrabando de madeira por meio do rio Uruguai e de um linchamento ocorrido em Chapecó⁴⁶.

⁴⁴ Nesse ano ocorreram as primeiras emancipações de municípios que, mais tarde, passaram a integrar a Ameosc.

⁴⁵ Desde 2012 a Fundação Biblioteca Nacional mantém na internet a Hemeroteca Digital (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>). Trata-se de um projeto que disponibiliza, digitalizados, centenas de periódicos que circularam no Brasil desde por volta de 1800. O acervo ganhou um incremento importante em 2015, quando a rede Diários Associados, conglomerado midiático criado por Assis Chateaubriand (1892-1968), doou seu acervo para a Biblioteca Nacional. Esse material está sendo digitalizado e disponibilizado aos poucos na Hemeroteca. A consulta pode ser realizada por título, período, edição, local de publicação e palavra(s). A busca por palavras é possível devido à utilização da tecnologia de Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition* – OCR). Foi por meio dessa ferramenta que a pesquisa exploratória foi realizada, a partir do enunciado “Oeste Santa Catarina”.

⁴⁶ Alguns aspectos desta pesquisa foram apresentados no 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação e no 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.

No primeiro caso, em 1948, a rede Diários Associados⁴⁷ denunciou, em seus veículos de comunicação no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, o contrabando de madeira para a Argentina por meio do Rio Uruguai. Um dos municípios visitados pelos jornalistas para a elaboração das reportagens foi Chapecó.

Na edição de 28 de junho de 1948, o *Diário da Noite*⁴⁸, jornal da rede dos Diários Associados que circulava no Rio de Janeiro, então a capital do país, anunciava que o governo abriria inquérito para investigar o “vasto contrabando de madeiras para a Argentina”. Segundo a nota, a prática envolvia uma “organização clandestina” e provocou a preocupação das autoridades e “da classe produtora” do Rio Grande do Sul, já que estaria causando “sérios prejuízos à economia nacional” (VASTO, 1948, p. 5).

Semanas antes, as reportagens assinadas pelos jornalistas Jorge Ferreira e Nicolau Leite haviam gerado uma onda de manifestações na imprensa de Chapecó, no Senado Federal e, por consequência, nos veículos de comunicação da capital. Em 5 de junho de 1948 o *Diário Carioca*⁴⁹ registrou em nota sobre o cotidiano da Câmara Alta, que “o que um jornal carioca disse do município de Chapecó (...) não agradou o Sr. Ivo d’Aquino [PSD]”. “Aquele não é um município de contrabandistas”, teria afirmado, quando “exaltou as riquezas da região e as grandes qualidades de seus habitantes” (UMA VITÓRIA, 1948, p. 2).

Em seu discurso, publicado na íntegra em livro escrito pelo jornalista Zedar Perfeito da Silva (1950), o senador diz que

Realmente, lendo-se o que escreveram os jornalistas, tem-se a impressão de que Chapecó é composta de gente sem lei nem grei [sic]; que ali predominam a força e o revólver; que autoridades não existem; e que não há a menor coerção, a

⁴⁷ Os Diários Associados, conglomerado midiático fundado por Assis Chateaubriand em 1924, viveu seu apogeu do final da década de 1940 até 1960. No seu período de maior expansão chegou a integrar 90 veículos de comunicação, entre jornais, revistas, TVs, rádios e agência de notícias.

⁴⁸ As edições do *Diário da Noite*, citadas neste trabalho, estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁴⁹ As edições do *Diário Carioca*, citadas neste trabalho, estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

menor disciplina de ordem política e social (SILVA, 1950, p. 316).

A principal reclamação dizia respeito à descrição dos costumes da população local e da afirmação de que Chapecó “é terra sem história, que não tem passado nem tradições” (SILVA, 1950, p. 335). Nas palavras de Ivo d’Aquino, os repórteres teriam cedido “à tentação do pitoresco e, sem maiores averiguações, lhes deram colorido, por amor à sensação, sempre grata aos leitores desprevenidos” (SILVA, 1950, p. 318).

Na capa da edição do *Jornal d’Oeste*⁵⁰, publicado em Chapecó em 12 de junho de 1948, José de Miranda Ramos, advogado e ex-promotor da comarca, que em 1950 se tornaria prefeito do município pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁵¹, assinou um enfático artigo com críticas à reportagem do *Diário de Notícias* de Porto Alegre. No comentário ele relata que, após ler a matéria foi possuído “da mais intensa revolta”, uma vez que não podia conceber que “se pudesse escrever contra Chapecó tamanhas monstruosidades” (RAMOS, 1948, p. 1). O trecho a seguir ilustra a indignação:

A imaginação do autor da dita reportagem foi por demais fértil, e, pela conclusão a que chegamos, é digna de um assíduo leitor de Edgar Wallace e outros autores do gênero policial, e, também, de um apaixonado admirador de Buffalo Bill. Mas, acontece uma coisa, tais leituras não se adaptam ao nosso Chapecó e as aventuras de Bill, no Oeste dos Estados Unidos, em nada se assemelham aos nossos acontecimentos (RAMOS, 1948, p. 1).

Na contracapa da mesma edição o próprio jornal manifestou seu repúdio à publicação com a frase impressa no cabeçalho: “Jornal d’Oeste lança o mais veemente protesto contra as referências injuriosas assacadas à população ordeira e laboriosa de Chapecó”. Logo abaixo, uma longa matéria intitulada “A Assembleia Legislativa Estadual e a reportagem sobre Chapecó” relata as discussões geradas a partir do

⁵⁰ As edições do *Jornal d’Oeste* citadas neste trabalho foram consultadas na Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁵¹ A eleição aconteceu poucos dias antes do linchamento de que trataremos mais adiante. O acirrado clima político, com a vitória da oposição, é tido como elemento conjuntural importante pela pesquisadora Monica Hass (2007).

protesto do deputado Cid Loures Ribas (Partido Social Democrático - PSD) acerca do texto jornalístico – Ribas, cabe destacar, aparece como diretor responsável pelo jornal *A Voz de Chapecó*⁵², criado em 1939. No município, atuou como Promotor Público antes de ingressar na política.

O desfecho do debate no legislativo estadual foi a aprovação de dois requerimentos, um que pedia a inserção na ata da sessão “de um protesto da casa à reportagem em foco”, e o segundo de envio de um telegrama ao *Diário de Notícias* de Porto Alegre “dando conta do desagrado de todos ante os termos usados pelo jornalista Jorge Ferreira em seu trabalho” (A ASSEMBLEIA, 1948).

A existência de contrabando de madeira no Oeste catarinense e no Noroeste gaúcho era de conhecimento público e já havia sido tema da imprensa estadual. Em 1926, por exemplo, Ildefonso Falcão assinou artigo publicado no jornal *República* de Florianópolis no qual tratava do assunto (BELLANI, 1991, p. 85). No entanto, a época era outra. Nas décadas que se seguiram essa imagem foi combatida por aqueles que passaram a explorar esse espaço, especialmente as empresas colonizadoras, que ao lado da elite madeireira e ervateira, constituíam o núcleo do poder econômico e político. A imprensa local surge nessa imbricada relação de forças.

Em 1948, quando se deu a divulgação das matérias sobre Chapecó, a cidade contava com dois jornais, o *Jornal d'Oeste*⁵³, que tinha ligações com o PTB e a União Democrática Nacional (UDN), então oposição no município; e *A Voz de Chapecó*, que havia sido criado por correligionários do PSD, entre os quais o Coronel Ernesto Francisco Bertaso, um dos sócios da principal colonizadora da região. A primeira rádio de Chapecó só seria criada em 1949 (HASS, 2007, p. 178). Esses veículos de comunicação locais possuíam uma capacidade de visibilidade limitada, não comparada a de veículos de comunicação com abrangência nacional, como a da rede Diários Associados.

Ainda no final da década de 1940 e início de 1950, essa região mantinha a imagem de terra sem lei. No livro *O Oeste Catarinense*, Silva descreve a percepção de parte da população da região litorânea acerca da porção mais próxima da fronteira com a Argentina, que

⁵² Essa informação consta no próprio cabeçalho das edições do jornal pesquisadas, as quais datam de 1950 e 1951. Os exemplares também fazem parte do acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁵³ Há poucas informações sobre o semanário. Na Biblioteca Pública de Santa Catarina existem edições preservadas dos anos de 1947 e 1948.

recentemente havia sido reintegrada ao Estado, tendo em vista que entre 1943 e 1946 essa área compunha o Território Federal do Iguçu:

Em fevereiro de 1948, tive a feliz oportunidade de percorrer pela primeira vez o Oeste Catarinense. Fui aconselhado por alguns amigos a levar comigo uma arma de fogo [sic], porque a gente lá de cima, pensavam êles [sic], resolvia tudo no trabuco. Lá, estava situado o nosso **far-west** (SILVA, 1950, p. 7, grifo do autor).

Logo na abertura do livro o autor deixa claro que sua intenção, com a publicação, é “mostrar em tôda [sic] sua pujança o Oeste Catarinense a Santa Catarina e ao Brasil” (SILVA, 1950, p. 7). Tratava-se, portanto, de dar visibilidade a uma imagem concorrente sobre aquele espaço geopolítico e social. A iniciativa foi comemorada no jornal local, então único a circular no município, como uma possibilidade de mostrar ao país a ‘pujança’ do Oeste. Na edição do jornal *A Voz de Chapecó*, de 12 de março de 1950, consta:

É interessante ressaltar que o livro será editado no Rio de Janeiro e mostrará ao país inteiro a nossa futura e rica zona.

Desnecessário salientar que Zedar Perfeito da Silva é autor de três livros e jornalista conhecido fora do Estado, e por isso mesmo capaz de coordenar um livro à altura do valor e do desenvolvimento da rica zona do Oeste Catarinense, que na sua opinião, conhecedor que é de todo o nosso Estado, será a região de maior futuro para Santa Catarina (OESTE, 1950, p. 1).

O “Oeste Catarinense” ao qual Silva se referia em seu livro, cujo mapa ilustra a capa, abrangia os municípios de Porto União, Caçador, Videira, Tangará, Joaçaba, Capinzal, Piratuba, Concórdia e Chapecó.

Nem bem o livro de Zedar Perfeito da Silva havia saído da gráfica um novo episódio fez com que o Oeste Catarinense voltasse a se tornar manchete nacional. Trata-se do caso do incêndio da Igreja Matriz de Chapecó, da prisão de quatro acusados do crime e do linchamento dos mesmos. Na imprensa local, a primeira matéria localizada sobre o

tema foi publicada no *A Voz de Chapecó* em 15 de outubro de 1950 sob o título: “Quadrilha de incendiários”. O texto ocupou a capa do jornal:

Graças a ação eficiente do Delegado de Polícia desta cidade, sr. Arthur Argeu Lajus⁵⁴, conseguiu na semana finda prender quatro elementos da quadrilha de incendiários que atearam fogo ultimamente na Igreja desta cidade e na serraria do sr. Domingos Baldissera.

Segundo fomos informados, todos confessaram os crimes cometidos e adiantaram mais que foi um dos elementos do grupo que incendiou o Clube Recreativo Chapecoense.

O plano da quadrilha, segundo seus próprios depoimentos, era de incendiar uma casa para roubar em outra, como procederam na Serraria Baldissera (...).

Deixamos de publicar o nome dos criminosos porque sabemos que a polícia está no encalço de outros membros da quadrilha, que serão recolhidos muito breve (...) (QUADRILHA, 1950, p.1).

O desfecho do caso foi trágico. Na madrugada do dia 18 de outubro de 1950 dezenas de homens armados tomaram a cadeia do município e lincharam os quatro acusados. O caso ganhou repercussão na imprensa nacional⁵⁵. Dois dias depois o *Diário da Noite* dava na capa: “Trucidados os incendiários da Igreja Matriz de Xaçepé⁵⁶”. No

⁵⁴ Ligado ao PSD, industrial-madeiro que havia chegado a ser indicado ao cargo de prefeito (havia governado por quase 200 dias em 1947) e tido como adepto das estratégias de intimidação que caracterizavam o mandonismo local (HASS, 2007).

⁵⁵ No livro de Monica Hass (2007) há uma detalhada descrição dos conteúdos divulgados pelos veículos de comunicação locais, regionais, estaduais e nacionais, que são utilizados como fonte para a reconstrução histórica do fato e das redes de poder envolvidas, com influência sobre os veículos de comunicação. Neste artigo, contudo, o nosso foco de interesse é a preocupação local com a imagem da cidade a partir dos fatos narrados, o que teoricamente chamamos de enquadramentos.

⁵⁶ Alguns veículos de comunicação usavam essa grafia para Chapecó, embora os jornais locais preferissem a versão com ch-; os defensores de Xaçepé com x-defendiam que o topônimo tinha origem indígena e que, por isso, deveria ser grafado com x-; os defensores do ch- diziam que essa grafia era mais adequada

texto, a íntegra de um telegrama narrando brevemente os fatos: “(...) quatro pessoas recolhidas à cadeia pública local, com prisão preventiva como culpadas do incêndio ocorrido na Igreja da Matriz, foram trucidadas dentro do recinto das celas e carbonizadas no pátio”. A nota dizia, ainda, que o linchamento havia sido levado a cabo por cerca de 200 pessoas e identificava os mortos: Orlando Lima, Armando Lima, Romano Ruani e Ivo de Oliveira Paim, os dois últimos com antecedentes criminais (TRUCIDADOS, 1950, p. 1). Nos dias que se seguiram o jornal deu ampla cobertura aos desdobramentos do caso, inclusive com fotos dos corpos carbonizados impressos na capa da edição de 27 de outubro.

No jornal *A Voz de Chapecó* o linchamento foi noticiado na capa da edição de 22 de outubro. Com o título “Barbarismo”, a matéria dizia que uma multidão, que segundo relatos podia ser de 100 até 500 homens, “vindos do interior do município”, havia assaltado a cadeia pública e “trucidado” quatro detentos. A informação, contraditória em relação à matéria sobre “a quadrilha de incendiários” publicada dias antes, era de que apenas dois dos mortos eram acusados do incêndio da Matriz, Ruani e Paim, e que os irmãos Lima estavam presos para “averiguações”. Apesar da utilização de termos como “requinte de selvageria”, o texto é inicialmente descritivo. Em determinado trecho dá ênfase às explicações do delegado sobre os motivos de não ter realizado a transferência dos presos antes da tragédia.

É preciso frizar [sic] que o sr. Delegado de Polícia, cidadão Arthur Argeu Lajus, sabedor que os presos estavam ameaçados de assalto, telegrafou ao sr. Secretário de Segurança solicitando permissão para conduzir os detentos para Joaçaba (...). Após entendimento havido entre o Delegado e o Exmo. sr. Juiz de Direito, ficou resolvido conduzirem os presos para Joaçaba na manhã seguinte (BARBARISMO, 1950, p. 1)

Muito diferente é o texto de capa da *Folha da Manhã*⁵⁷, de São Paulo. Com texto de Carlos de Freitas e fotos de Antonio Pirozzelli, a

dentro das regras da língua portuguesa e que não havia comprovação de que a palavra tinha, efetivamente, origem indígena, além disso, na maioria dos documentos históricos essa seria a grafia adequada.

⁵⁷ Edições disponíveis na Hemeroteca Nacional.

matéria sobre o linchamento ocupa toda a contracapa da edição de domingo sob o título “Fúria em Xapecó”. No texto, o povo da cidade é retratado como ignorante e apegado a misticismos. A própria história da tragédia é descrita intermeada por enunciados como “crimes religiosos”, “inquisição” e “cidade pecadora”. Também há a informação de que dois dos mortos eram inocentes.

A tragédia de Xapecó foi gerada unicamente pela ignorância, própria de uma região atrasada como o oeste catarinense, onde a civilização estacionou. Xapecó é uma pequena cidade de 2.500 habitantes. Possui péssimas estradas de ligação com os outros centros mais adiantados e carece de todos os recursos primários dos centros urbanos, como água encanada, esgoto, boa luz, telefone, policiamento eficiente e regular e escolas públicas.

Xapecó é uma cidade cujo grau de cultura cívica e religiosa do povo está atrasado pelo menos de 600 anos, fenômeno aliás comum no Brasil, onde há aglomerados humanos muito mais recuados ainda no tempo (FREITAS, 1950).

O final da matéria enfatiza o teor moral e religioso que transpassa todo o texto: “(...) e os próprios matadores, depois de cumprirem pena (...) terão medo de ver com seus próprios olhos a sombra dos 4 homens, galopando num cavalo de fogo, sobre a cidade pecadora” (FREITAS, 1950, p. 9).

Um dia antes, na edição de 11 de novembro de 1950 a revista *O Cruzeiro*⁵⁸ divulgou uma ampla matéria assinada por José Leal, com fotos de Flávio Damm, em que repercutiu o linchamento. A imagem principal mostra os corpos amontoados e carbonizados jogados no pátio da delegacia, enquanto uma multidão de curiosos observa. Há ainda fotos e entrevistas com os principais personagens envolvidos na tragédia, entre os quais o delegado Artur Argeu Lajús, apontado como um dos principais responsáveis pelo linchamento.

O texto começa com uma explanação sobre a cidade, bem diferente daquela apresentada na *Folha da Manhã*. O repórter de *O Cruzeiro* narra da seguinte forma seu primeiro contato com o local:

⁵⁸ Edições disponíveis na Hemeroteca Nacional.

Chapecó é uma típica cidade madeireira do oeste de Santa Catarina (...). Tem 5 mil habitantes, um grande movimento comercial e sua população é cem por cento católica além de “ordeira e pacífica” como me garantiu o Juiz de Direito local Dr. José Pedro Mendes de Almeida (LEAL, 1950, p. 115).

Já os executores do linchamento são descritos como uma “multidão de fanáticos”, orientados por homens de confiança do delegado. As torturas que os presos teriam sofrido dias antes, na cadeia, também são descritas. O relato é de que “à noite eles eram conduzidos para matas das vizinhanças ficando ao sabor das violências de uma capangada analfabeta e criminosa” (LEAL, 1950, p. 120). No final da matéria o jornalista ainda afirma que o linchamento foi “a mais bárbara de todas as chacinas já cometidas no Brasil” (LEAL, 1950, p. 90).

A repercussão negativa da sucessão de fatos que culminou nas mortes, para a imagem da cidade, foi debatida no jornal local. Em 26 de novembro o *A Voz de Chapecó* publicou artigo assinado por Tulio Fontoura, diretor do *Jornal da Serra*, de Carazinho, e do *Diário da Manhã*, de Passo Fundo, ambas cidades do Rio Grande do Sul. Nele é criticado o “sensacionalismo corruptor” com o qual o caso do linchamento foi tratado em alguns veículos de comunicação. Na opinião de Fontoura, muitos jornais “não se limitaram tão somente a informar senão que deturpam dantescamente os acontecimentos”. “Neste impulso condenável eles esquecem, muitas vezes, que uma coletividade não responde pelos erros, pela insipiência, vícios e maldades dos que se transviaram do caminho da ordem, do respeito às Leis” (FONTOURA, 1950, p. 1), argumentou.

Para justificar essas considerações, o linchamento foi descrito por Fontoura como realizado por uma “pequena turba ignorante e incitada, formada em sua maioria por gente do interior no município”. Já as matérias sensacionalistas teriam atingido “a família, a sociedade digna da cidade de Chapecó” (FONTOURA, 1950, p. 1).

Esses dois episódios ilustram a disputa entre os diferentes discursos repercutidos pelo jornalismo acerca da região, que nessa época variavam entre o “Far-west” e a perspectiva de progresso, entre a violência e a ordem. Esse é o contexto a partir do qual a narrativa sobre o Extremo Oeste se configura.

No próximo capítulo será abordado o aporte teórico que permitirá analisar o objeto apresentado neste capítulo, relacionando os

diferentes discursos aqui ilustrados com a esfera de visibilidade do jornalismo. Para isso serão apresentados elementos que situam o jornalismo na esfera pública contemporânea a sua relação com os processos democráticos, dentre os quais a representatividade política.

2 TERRITÓRIO EM DISPUTA: AS ESFERAS DE VISIBILIDADE DO JORNALISMO

*Que digo eu? Para vos comover nem seriam necessárias duzentas desgraçadas – bastaria que naufragassem duas, se vós as conhecêsseis de nome e de rosto! Porque, segundo a cruel lei física que regula os fenómenos da emoção – um empregado da Alfândega que caiu de um barco e desapareceu na baía do Rio de Janeiro vale, para o habitante do Rio, mil pescadores despedaçados sobre os rochedos nas costas da Islândia!
Ah, esta abominável influência da distância sobre o nosso imperfeito coração!*

(As catástrofes e as leis de emoção – Eça de Queirós)

No capítulo anterior foram apresentadas algumas das narrativas que tratam do objeto desta pesquisa. Com base nessa análise exploratória pode-se perceber, entre outros fatores, que as caracterizações atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina não são uníssonas, pelo contrário, elas se estabelecem em um terreno de disputa de sentidos que perpassa por diferentes campos do conhecimento. Dentre os vários questionamentos possíveis pode-se perguntar: por que a preocupação de empresários, políticos e jornais locais em contrapor caracterizações atribuídas ao Oeste ou ao Extremo Oeste catarinense na imprensa?

Trata-se de uma disputa por poder, já que, como se pretende demonstrar neste capítulo, a construção da realidade social ocorre em um tensionamento de forças, no qual a visibilidade midiática, e particularmente, jornalística, tem lugar de destaque. Isso porque, como se verá a seguir, enunciar é uma ação de conformação da realidade (como defende Bourdieu, 1989). Na imprensa a enunciação é respaldada pelo capital social do jornalismo: o de enunciador do real. Não se trata, portanto, apenas do poder em suas expressões econômica, política, mas principalmente em termos simbólicos, numa referência ao poder de nomeação, de definição da memória e da identidade.

2.1 A REALIDADE SOCIAL, AS RELAÇÕES DE PODER E A IDENTIDADE REGIONAL

Um dos pressupostos aqui adotados, e aceito de maneira abrangente nas ciências sociais, é que a realidade social é uma

construção⁵⁹ – como teorizam Berger e Luckmann (2004) no clássico, de 1966, *A construção social da realidade: tratado de sociologia de conhecimento*. Eles postulam que a sociedade é uma realidade⁶⁰ ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, constituída por um contínuo processo dialético, ou seja, o homem (enquanto coletividade) e o mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. “O produto reage sobre o produtor” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 87).

Esse processo ‘dialético’ é composto de três momentos: exteriorização (contínua ação material e simbólica do homem sobre o mundo), objetivação (transformação das ações materiais e simbólicas em uma realidade objetiva que se torna exterior ao próprio homem) e interiorização (quando o homem transforma essa mesma realidade exterior em estruturas da consciência subjetiva).

No que diz respeito ao fenômeno social estes momentos *não* devem ser pensados como ocorrendo em uma sequência temporal. Ao contrário, a sociedade e cada uma de suas partes são simultaneamente caracterizadas por estes três

⁵⁹ Os conceitos de realidade e de conhecimento são controversos, de modo a se desenhar em torno deles densos debates filosóficos. Não nos alongaremos nessa discussão por entendermos não ser necessária para a compreensão do objeto da pesquisa. Ficamos assim com a síntese constante em Berger e Luckmann (2004, p. 11): “(...) Para a nossa finalidade será suficiente definir ‘realidade’ como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’), e definir ‘conhecimento’ como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas”.

⁶⁰ “De momento, é importante acentuar que a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor. A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo. O terceiro momento deste processo, que é a interiorização (pelo qual o mundo social objetivo é reintroduzido na consciência no curso da socialização) irá ocupar-nos mais tarde com abundância de detalhes. Já é possível, contudo, ver a relação fundamental desses três momentos dialéticos na realidade social. Cada um deles corresponde a uma caracterização essencial do mundo social. *A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social.*” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 87, grifos dos autores).

momentos (...). O mesmo é verdade com relação a um membro individual da sociedade, o qual simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva. Em outras palavras, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 173, grifo dos autores).

Nessa perspectiva há espaço para a pluralidade cultural, tendo em vista que o estoque de conhecimento que conforma a cultura de cada grupo humano pode ser configurado de maneira diferente a partir de relações específicas. Ainda, sendo a realidade social construída de modo contínuo, ela pode ser modificada.

Bourdieu (1989, p. 10) critica o que ele chama de neofenomenologia (que teria seus expoentes em Schütz e Berger) por omitir a “questão das condições sociais de possibilidade da (...) experiência do mundo social como evidente”, ou seja, das condições que fazem com que determinadas experiências sejam tidas como naturais, quando toda realidade se configura em uma construção. Nas palavras do próprio Bourdieu (2007, p. 212) “(...) eles omitem a questão da construção social dos princípios de construção dessa realidade empregados pelos agentes nesse trabalho de construção individual e também coletivo (...)”.

Embora a aplicação dessa crítica à obra especificamente citada, de Berger e Luckmann, possa ser questionada, tendo em vista que Bourdieu não faz referência a ela, cabe dar a esse aspecto a devida importância. Mesmo que os autores tratem de uma “ordem social” que “precede qualquer desenvolvimento individual orgânico” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 75), a qual é uma produção humana, a discussão não enfrenta, diretamente, a questão das relações assimétricas de poder, aspecto fundamental do pensamento de Bourdieu.

Esse poder pode ser tanto material como simbólico. O poder simbólico é caracterizado por Bourdieu (1989, p. 7) como “poder invisível” de “construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica” (que dá sentido imediato ao mundo) e que é “exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Sua força está na mobilização de símbolos, organizados em sistemas simbólicos, os quais são “instrumentos de conhecimento e de comunicação” que tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social. Os sistemas simbólicos

são, ao mesmo tempo, estruturas estruturadas (objetivamente organizadas) e estruturantes (princípios geradores).

Um exemplo de sistema simbólico, citado por Bourdieu (1989), é a língua.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção [sic] sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica [sic]), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (...) O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (...) (BOURDIEU, 1989, p. 14-15, grifo do autor).

Esse poder é fundamental ao se pensar o conceito de região, ao qual o autor dedica um capítulo no livro *O poder simbólico*:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradoiros [sic] que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos (BOURDIEU, 1989, p. 113, grifo do autor).

Impor a definição legítima “conhecida e reconhecida” das fronteiras, do território e da identidade que ali se espraia, na concepção de Bourdieu (1989, p. 114), é um ato de conhecimento que, como todo poder simbólico, está firmado no reconhecimento e, portanto, produz a

existência do que enuncia. O poder do ato de categorização está diretamente relacionado à capacidade de fazer-se reconhecer ou de ser manifestado por “autoridade reconhecida”. As categorias étnicas ou regionais, quando reconhecidas, adquirem um poder próprio, já que “instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*” (BOURDIEU, 1989, p. 116, grifos do autor).

Esse discurso “que anuncia ao grupo a sua identidade” depende do reconhecimento de quem o manifesta, mas, também, da fundamentação que esse discurso apresenta com a objetividade do próprio grupo, “nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum”. Isso porque é em afinidade a um princípio de pertinência que essas relações podem aparecer (BOURDIEU, 1989, p. 117).

A síntese feita pelo autor sobre esse tema é esclarecedora, especialmente tendo em vista o objeto desta pesquisa: “(...) qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui (...) para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (BOURDIEU, 1989, p. 120, grifo do autor). Isso posto, fica evidente que as disputas pelas narrativas em torno do Extremo Oeste catarinense se constituem em uma aferição de forças que envolve a própria delimitação do que é esse espaço social e quais são as suas características.

Não se entrará aqui numa discussão acerca de outros conceitos amplamente difundidos da obra de Bourdieu, como o de *habitus* e de campo, tendo em vista a opção teórica feita nesta pesquisa por uma análise centrada em noções como de espaço público e opinião pública⁶¹, especialmente a partir das contribuições de Habermas e seus comentaristas. Contudo, a noção de poder simbólico, mesmo que limitada em seu sentido pelo seu isolamento dos demais aspectos da teoria de Bourdieu (em que tudo se relaciona) parece importante para a compreensão da problemática envolvida.

2.1.1 As fronteiras do reconhecimento

A relação da narração com a identidade é constitutiva, ela só existe quando contada (MARTÍN-BARBERO, 2006; BHABHA, 2000; MARINAS, 1995). Portanto a identidade, assim como toda realidade

⁶¹ Marques e Martino (2015) discutem alguns elementos referentes a essa ponderação.

social, é uma construção. Conforme Pollak⁶² (1992, p. 204) há três elementos essenciais na construção da identidade:

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente há o sentido de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

É esse último aspecto, especialmente, que conecta a identidade à memória individual e coletiva⁶³. “(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade (...) na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204, grifo do autor). Ele ressalta que, tanto a memória como a identidade “podem perfeitamente ser negociadas”, tendo em vista serem valores “disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (1992, p. 205).

No entanto, embora essa característica de elaboração, a memória (e poder-se-ia acrescentar a identidade) quando relativamente constituída, efetua por si mesma “um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização” (POLLAK, 1992, p. 206). Com isso, embora esses valores sejam fluidos e mutáveis, há uma tendência de manutenção das suas versões hegemônicas, daquelas que possuem maior poder simbólico para efetuar o trabalho, também simbólico, de manutenção.

Preservar a memória narrativa, ou as memórias, é uma das características dos veículos jornalísticos, especialmente da imprensa. A seleção do que preservar e do que esquecer se dá no bojo de relações de poder, tendo em vista que a memória é ativada como legitimadora de determinadas tradições e identidades. Nesse sentido, os atores com mais

⁶² Michael Pollak teve sua tese de doutorado orientada por Pierre Bourdieu.

⁶³ A memória coletiva a qual se refere Pollak (1992) é aquela descrita por Halbwachs (2006). Foi esse último que, ainda nos anos de 1920-1930, assinalou que a memória, para além de uma ação individual, é um fenômeno social coletivo.

poder impõem uma versão dos fatos, processo descrito por Veyrat-Masson e Blanchard (2010) como uma “guerra de memórias”, e consequentemente estabelecem um suporte de poder⁶⁴.

Hall (2003) pondera que as identidades são móveis. Para ele, não é possível que os sujeitos se caracterizem por uma identidade fixa, essencial ou permanente.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte; é apenas por que construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". (...) à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente. (HALL, 2003, p. 12-13).

Os sujeitos devem, então, ser entendidos a partir de múltiplas identidades como, por exemplo, de nacionalidade, etnia, gênero, sexualidade. Essas são produzidas, para usar um termo do próprio Hall, num processo de disputa simbólica desencadeada no campo dos discursos, das narrativas. Santos coaduna dessa concepção, ao caracterizar as identidades (no plural) como “identificações em curso” (1994, p. 31). Contudo, mais do que essa conceituação, ele problematiza o foco dado ao tema em diferentes momentos históricos. “É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (SANTOS, 1994, p. 32).

Um dos aspectos destacados por Hall (2011), e também por Santos (1994) e Woodward (2007), é que a identidade contém em si um paradoxo, ao mesmo tempo em que ela tem um sentido de integração –

⁶⁴ Locatelli (2015) aborda essa “guerra de memórias” em torno de obras com grande impacto social, como a de hidrelétricas.

de identificação comum - também segrega. “Ser como é” significa ser diferente do outro.

Por esse viés, uma identidade dependeria para existir de algo fora dela, a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista, ou seja, a identidade é marcada pela diferença (WOODWARD, 2007, p. 9). Importante lembrar, contudo, que essa ideia não tem apenas uma consequência externa, ela também pode ser segregadora internamente à região, deixando à margem aqueles atores sociais que não se encaixam na “identidade regional”.

Esses dois aspectos, o de múltiplas identidades e o dos limites e exclusões que a identificação e, conseqüentemente, a não identificação acarretam, reverberam nos veículos de comunicação jornalísticos. É do caldo cultural formado desses antagonismos e fragmentações que o jornalismo se alimenta de significados e para o qual fornece ingredientes simbólicos por meio dos seus discursos. Sem a expectativa de mensurar o poder de influência desses ‘insumos’ na formulação dos sentidos pela audiência, tendo em vista que toda síntese comunicacional se estabelece a partir de um processo de interação entre agentes ativos, o certo é que os conteúdos divulgados têm potencial para gerar consequências práticas na estrutura social.

Talvez a variável mais evidente desse potencial diga respeito aos pontos de intersecção entre as narrativas identitárias e a representatividade política – política aqui entendida em sua forma alargada que abrange a atuação, individual ou coletiva, diante dos assuntos públicos. A identificação é uma ferramenta de mobilização e de legitimação da representação. Saward, especialmente em seu livro *The Representative Claim* (2010), defende que a representação - aqui no sentido de possuir legitimidade para falar “em nome de” - embora seja um fato institucional no mundo político contemporâneo é, antes disso, um multifacetado processo de produção, recepção e julgamento de reivindicações/pleitos.

Interessante observar que o entendimento de Saward da representação política é de *processo* e não de algo dado por meios institucionais, o que coloca a questão em um contínuo dinâmico, baseado em relações densas, intencionais e sempre parciais. Nesse processo a comunicação tem espaço de destaque, pois possui potencial para auxiliar na legitimação da representação (que aqui será tratada como representatividade política, de modo a não ser confundida com o complexo conceito advindo da forma latina *repraesentare*).

Conforme Saward (2010), embora haja o interesse inicial do representante em ser o ator do processo, a representação só se dá, de fato, com o reconhecimento dos representados e de demais atores e organizações sociais acerca de sua legitimidade. Ou seja, dos argumentos (aqui no sentido apresentado por Bourdieu ao termo) mobilizados.

Quando o jornalismo, no papel a ele designado nas sociedades democráticas, toma um indivíduo ou grupo como representante de uma causa ou de uma coletividade, em certa medida, está colaborando para a sua legitimação, pois está possibilitando a demarcação dessa posição perante os representados, perante os não representados e perante as instituições sociais de maneira geral. Mais do que isso, está, por meio de seu poder de enunciação (conforme Bourdieu) criando uma realidade social, que será confrontada e julgada na esfera pública, mas que possui potencial para ser aceita como real.

2.2 JORNALISMO, ESFERA PÚBLICA E (IN)VISIBILIDADES

Embora as conceituações apresentadas, trazidas no diálogo com Bourdieu, não é objetivo desta dissertação aprofundar a discussão acerca da operacionalização do conceito de campo como critério para delimitar o espaço social ocupado pelo jornalismo nas sociedades contemporâneas. Sob outro prisma, suas considerações acerca das relações de poder estabelecidas em campos sociais específicos ajudam a entender o processo de construção social da realidade, especialmente tendo em vista a conceituação de poder simbólico e a importância da enunciação nesse processo.

Portanto, a proposta aqui é levar em conta essas considerações sobre as formas e as relações de poder, levantadas a partir de Bourdieu, mas avançar na discussão a partir de reflexões que localizem o jornalismo nas sociedades contemporâneas complexas a partir do conceito de esfera pública. Essa opção se dá pelo entendimento de que, contemporaneamente, o jornalismo está intimamente relacionado com conceitos como espaço público, interesse público e opinião pública, dos quais se apropria, inclusive, para justificar a própria existência. Por isso, mesmo correndo o risco de um estranhamento inicial, tendo em vista que a aproximação teórica entre Bourdieu e Habermas não parece usual no campo da pesquisa em jornalismo, se buscará fazer uma discussão

que envolva contribuições de ambos para a melhor compreensão do objeto de pesquisa⁶⁵.

Cabe destacar que o modelo habermasiano de explicação da sociedade é normativo, ou seja, pensado em termos de condições ideais, as quais obviamente não são possíveis de serem alcançadas em plenitude em sociedades plurais e complexas. No entanto, ele tem a vantagem de possibilitar a visualização de uma sociedade ao mesmo tempo fragmentada e em constantes processos de interações, onde a comunicação possui papel central.

Sinteticamente, o modelo proposto por Habermas em seus estudos mais recentes⁶⁶ prevê a sociedade baseada em sistemas e mundo da vida. Partindo de sua tese da diferenciação, inicialmente ele apontou a separação entre Estado e setor econômico – ou mercado, como alguns comentaristas preferem. No entanto, com o processo crescente de diferenciação e complexificação da sociedade o autor refinou essa formulação teórica, apontando para uma intensa estratificação de grupos. Esses vários sistemas (ou esferas) e subsistemas são distintos, mas ao mesmo tempo interdependentes, “cada qual com seu conjunto de instituições típicas, suas lógicas, seus propósitos, suas formas de manutenção e atribuição da legitimidade” (MAIA, 2008, p. 65).

Como pontua Locatelli (2011, p. 44), se essa estratificação pode ser apreendida “de forma relativamente simples enquanto estrutura e forma, a noção de esfera pública ou de espaço público é mais abstrata, de difícil descrição e, de certa forma, de frágil materialidade”.

Em “Direito e Democracia” Habermas descreve a esfera pública

(...) como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela

⁶⁵ Embora Habermas também descreva relações de poder estabelecidas na tentativa de obtenção de influência pública, considera-se que a análise feita por Bourdieu é mais complexa e desenha conceitos importantes para a compreensão desse processo, como o de poder simbólico. Por outro lado, o modelo apresentado por Habermas tem o mérito de conseguir localizar teoricamente o espaço ocupado pelo jornalismo nas sociedades contemporâneas complexas e, pelo menos em tese, democráticas sem isolá-lo de outros sistemas e subsistemas com os quais se relaciona.

⁶⁶ Essa consideração parece particularmente necessária dentro do contexto de pesquisa brasileiro, tendo em vista que muitos dos diálogos travados com a obra de Habermas se baseiam no quadro teórico desenvolvido em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), embora o próprio autor tenha reformulado inteiramente alguns pontos em textos posteriores.

os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (...) A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana (1997, p. 92, grifo do autor).

A esfera pública passa então a ser entendida como “qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros (...), constituído através da linguagem” (HABERMAS, 1997, p. 93). Trata-se de uma esfera pública discursiva e abstrata, como resultado de uma escala de interação social na qual o público não está mais materialmente reunido. Com isso há “uma perda de contato com os contextos densos das interações básicas, apresentando como contrapartida o ganho de amplitude e de inclusão” (GOMES; MAIA, 2008, p. 92).

Em síntese, “em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro” (HABERMAS, 1997, p. 107). Importante não confundir, contudo, o entendimento do autor acerca de uma esfera pública política, ou seja, que atua politicamente, com o sistema político. No primeiro caso a referência é feita como característica da esfera pública, já que ela possui uma dimensão política, “no sentido de formação política da vontade dos cidadãos” (HABERMAS, 1995, p. 39). No segundo caso, a referência a sistema político diz respeito à estrutura formal de exercício do poder político, ou seja, ao Estado, em sua globalidade, incluindo os partidos.

A concepção de esfera pública em Habermas está relacionada com a definição de “ação comunicativa”, a qual marca a sua proposta procedimental de democracia, baseada na política deliberativa. A ação comunicativa se constituiria na coordenação dos atos dos agentes envolvidos na *busca pelo entendimento*. Para tanto se pressupõem que esses agentes estão pré-dispostos e detêm as condições para apresentar seus argumentos, sob o prisma da racionalidade comunicativa, e chegar a uma harmonização com base nos melhores argumentos (HABERMAS, 1999). Está aí o cerne da ideia de deliberação, a da troca livre de argumentos do qual, ao final do debate, se extrai um entendimento.

Esse é um dos aspectos mais criticados do pensamento de Habermas, justamente por não ser passível de comprovação empírica. Como explica Maia (2008, p. 31), “no mundo real os debates sofrem restrições de todos os tipos”, de modo que a “situação ideal de discurso” na qual se baseia o modelo habermasiano, não consegue se estabelecer em completa plenitude. Novamente, contudo, é possível avaliar esse modelo sob o prisma normativo, ou seja, se ele não pode ser totalmente atingido possui a vantagem de estabelecer parâmetros e matrizes para que se possam avaliar as “condições reais” em que se dá a troca de argumentos públicos, cuja síntese se enfeixa no que se pode denominar de “opinião pública”.

Embora alguns pesquisadores tenham interpretado que os meios de comunicação se configuram em uma esfera pública, tanto Maia (2008) como Gomes (GOMES; MAIA, 2008) defendem que essa não é uma perspectiva adequada. Para Maia, “não se pode supor que, pelo mero fato de produzirem “visibilidade”, os *media* gerem uma esfera pública” (2008, p. 77). Na mesma direção, Gomes trata os meios de comunicação como mediadores da esfera pública abstrata (GOMES; MAIA, 2008, p. 92). Isso porque a esfera pública pressupõe acessibilidade e liberdade para a apresentação dos argumentos, o que não ocorre nos *media*, onde o acesso e a seleção de tópicos são “fortemente regulados pelos agentes do próprio sistema” (MAIA, 2008, p. 77).

Para Maia, o potencial dos veículos de comunicação está em

pré-estruturar a esfera pública, promovendo um diálogo público generalizado que informa e reconstitui os espaços de discussão não-midiáticos, os fóruns e as esferas públicas locais. (...) eles disponibilizam expressões, matérias, discursos, eventos para o conhecimento comum. Os bens simbólicos e os fluxos comunicativos que se tornam disponíveis para o conhecimento público através dos *media* são reapropriados por sujeitos concretos, com seus quadros valorativos e suas histórias de vida e vocábulos próprios, em situações particulares. Num processo circular, os meios de comunicação fornecem importantes insumos que alimentam debates politicamente relevantes em diferentes âmbitos da sociedade (2008, p. 18-19).

Nesse sentido, observando os elementos do modelo habermasiano, os meios de comunicação de massa se constituiriam em um sistema específico, formado por “instituições híbridas, ao mesmo tempo políticas, econômicas e cultural-profissionais, que estabelecem relações tensas, conflituosas, com outros atores sociais” (MAIA, 2008, p. 95). Esse sistema não se isola dos demais, é permeável e possui estratificações internas, subsistemas.

Aproximando mais a lupa, portanto, teríamos o subsistema do jornalismo que, se por um lado pode ser considerado integrante do sistema dos *media*, por outro possui características e dinâmicas particulares, que o tornam um espaço ainda mais específico⁶⁷. Essas particularidades podem ser definidas em, pelo menos⁶⁸, duas dimensões. A primeira vincula essa diferenciação entre o espaço ocupado pelos jornalistas – em relação aos demais comunicadores – ao contrato social tácito estabelecido com o público, que é expresso por meio do reconhecimento de sua legitimidade, ou seja, de sua “utilidade (...) no quadro de uma sociedade pluralista e democrática” (BERNIER, 2004, p. 15, tradução nossa)⁶⁹.

Esse contrato social reconhece um espaço de liberdade aos jornalistas, delimitado, em parte, por questões legais, mas majoritariamente definido pelo julgamento dos próprios jornalistas. Em outras palavras, para que os jornalistas possam exercer a função de servir ao interesse público, favorecer a democracia e o respeito aos valores humanos, difundindo informações verdadeiras e importantes, a sociedade acorda com eles seus direitos, liberdades e privilégios (BERNIER, 2004).

A outra dimensão diz respeito ao *ethos* profissional.

Apesar da sua incapacidade histórica de delimitar o seu “território” de uma forma minimamente rigorosa, poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que

⁶⁷ Levando essa explanação em conta, o conceito que, em Habermas, mais se aproxima daquele de “campo da comunicação” – baseado no pensamento de Bourdieu – é o de sistema.

⁶⁸ Há outras dimensões de diferenciação, no entanto, aqui se optou por não se alongar o debate, tendo em vista que o objetivo é apenas pontuar alguns elementos particulares do jornalismo, e não esgotar a discussão.

⁶⁹ “La légitimité est la reconnaissance sociale de l'utilité du journalisme dans le cadre d'une société pluraliste et démocratique” (BERNIER, 2004, p. 15).

ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos*, uma definição de uma maneira de como se deve ser (jornalista) /estar (no jornalismo) (TRAQUINA, 2012, p. 128).

Essas duas dimensões estão no cerne da construção social do capital simbólico⁷⁰ que o jornalismo possui. Ou seja, esse sistema é reconhecido como legítimo portador dos discursos baseados na verossimilhança com a realidade. Essa característica, mesmo se considerando que a recepção não é um processo uniforme, e portanto nem todos os indivíduos recebem as informações jornalísticas com o mesmo nível de credulidade, teria potencial para colocar o jornalismo em local privilegiado na pré-estruturação da esfera pública por meio da visibilidade dada a alguns enunciados, a algumas vozes, e do silêncio ao qual renega outros tantos enunciados e vozes.

Por esse motivo pode-se falar de esferas de visibilidade do jornalismo. Sugere-se o enunciado no plural porque, dada a diversidade do ambiente jornalístico, é impossível falar em uma instituição única (BUCCI, 2008, p. 50)⁷¹. O mais realista é observar que existem critérios básicos que definem os limites do que se pode considerar jornalismo – critérios como os citados em Traquina (2012) -, o que constitui uma espécie de banda, dentro da qual é possível certa diversidade.

Em síntese, o que se tentou demonstrar até aqui é que no jornalismo – assim como no conceito mais recente de esfera pública habermasiana –, se é possível falar de uma esfera de visibilidade deve-se levar em consideração que em sua composição há subdivisões, subsistemas, ou seja, inúmeras outras esferas de visibilidade, também jornalísticas, com suas peculiaridades e dinâmicas próprias. Essas têm, entre seus diversos aspectos, a proximidade e o distanciamento como elementos determinantes de práticas, relações de poder, estratégias comerciais e políticas e, conseqüentemente, de enquadramentos.

⁷⁰ No sentido que Bourdieu (1989) dá a ele.

⁷¹ “Um sintoma da precariedade da cultura política nessa matéria [lugar da imprensa] aparece quando algumas autoridades emitem juízos condenatórios generalizantes sobre a imprensa ou, como às vezes, como dizem, a “grande mídia”. Uns pecam pelo primarismo de considerá-la um corpo uno, indivisível, orientado em bloco (...)” (BUCCI, 2008, p. 50).

Por isso, uma das categorizações *possíveis* dentro do jornalismo que segue os moldes daquele que se convencionou chamar de hegemônico (*mainstream*) diz respeito ao grau de proximidade com suas fontes, seu público e seus financiadores. Jornalismo local, jornalismo regional, jornalismo nacional, informação de proximidade são alguns dos conceitos utilizados para diferenciar essas esferas jornalísticas. É a partir dessas concepções teóricas que se construiu o objeto de pesquisa aqui explorado: as características atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina, em jornais com diferentes áreas de circulação, na cobertura de controvérsias públicas.

Partindo do pressuposto de que essas esferas são múltiplas e que com base em diferentes critérios seria possível criar categorias diferentes, aqui se optou por uma delimitação a partir da ideia de jornalismo de proximidade (CAMPONEZ, 2002, 2011); e daquele que se contrapõem a ele, aqui denominado de jornalismo de distanciamento. Como toda categorização é arbitrária, como bem postulado por Bourdieu, se buscará na transparência de critérios a construção da coerência de pesquisa.

2.2.1 A escala da proximidade

Conforme Peruzzo (2003b, p. 67), “há a impossibilidade de se definir fronteiras precisas entre o regional, o local e o comunitário”, especialmente porque essas demarcações envolvem mais do que limites geográficos. “Por outro lado, tanto o local como o regional só podem ser compreendidos na relação de um com o outro, ou deles com outras dimensões espaciais, como o nacional e o global”, pormenoriza.

Um exemplo, relacionado ao objeto desta pesquisa, é que o jornalismo estadual, dependendo do parâmetro de comparação, pode ser definido como regional. No caso de Santa Catarina, onde atualmente se tem apenas um jornal com circulação estadual, o *Diário Catarinense*, esse mesmo veículo de comunicação poderia ser classificado como local a partir de Florianópolis e estadual a partir de São Miguel do Oeste⁷². Trata-se de uma trama, portanto, que leva em consideração uma série de relações: simbólicas, culturais, socioeconômicas, territoriais, e que só fica claramente definida a partir das referências empíricas.

Isso tem a ver com outra ponderação de Peruzzo (2003a, p. 4):

⁷² Situação semelhante é descrita acerca da imprensa portuguesa na obra de Camponez (2002, p. 107-108).

(...) o local ao mesmo tempo em que não permite a demarcação exata de fronteiras, também carrega o sentido de um espaço determinado de um lugar específico ou até mesmo de uma região, no qual a pessoa se sente inserida e partilha sentidos com seus semelhantes. É o espaço que lhe é familiar e congrega identidades. Os acontecimentos dizem respeito mais diretamente à vida das pessoas daquela localidade. Ou seja, embora as demarcações geográficas não sejam determinantes, em alguns casos elas são importantes na configuração do local, já que podem significar uma fonte de significados em comum para um determinado contingente de pessoas, expressos na língua e dialetos, nas raízes históricas, nos costumes e valores culturais, nos aspectos geográficos e de clima, nas crenças religiosas, nos meios usados para a comunicação etc.

Uma abordagem que auxilia na elucidação de possíveis categorizações é aquela apresentada pelo português Carlos Camponez (2002). Ele inaugura o conceito de jornalismo de proximidade que, embora se caracterize enquanto prática jornalística possível em qualquer veículo de comunicação, tem sua presença marcadamente na imprensa local e regional. “Correndo o risco do pleonasma, diríamos que estamos aqui a tratar de uma *proximidade mais próxima*, capaz de atribuir algumas especificidades ao jornalismo local” (CAMPONEZ, 2002, p. 120, grifo do autor). Essa proximidade “não se mede em metros” (CAMPONEZ, 2002, p. 129), já que para além do recorte espacial, ela é caracterizada pelo tipo de relação estabelecida com os diferentes agentes envolvidos no processo de produção, difusão e recepção das notícias.

A questão da proximidade no jornalismo, geralmente, é abordada por dois vieses: o de valor-notícia⁷³ ou critério de

⁷³ Embora em alguns textos valores-notícia e critérios de noticiabilidade apareçam como sinônimos, Silva (2014) faz uma diferenciação pertinente: para ela, valores-notícia são atributos do acontecimento, construído social e culturalmente, que influenciam (principalmente, mas não exclusivamente) a seleção primária dos fatos; já a noticiabilidade se refere a uma ideia mais ampla, ou seja, a “todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia” (SILVA, 2014, p. 52).

noticiabilidade⁷⁴ (VAN DIJK, 1990; LAGE, 2012; SILVA, 2014⁷⁵; TRAQUINA, 2013); e o de segmentação mercadológica. No Brasil, pesquisas empíricas como a de Felippi (2006), que trabalha com o conceito de ‘localismo’, tem apontado na direção do mercado enquanto variável fundamental de uma busca por identificação com o local.

No entanto, a proposta de Camponez abrange muito mais do que essas variáveis. Na tese defendida pelo autor os veículos locais e regionais articulam a proximidade a conceitos como território, comunicação e comunidade.

Defendemos uma definição de jornalismo regional a partir do conceito de pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar – isto é, comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada – e onde intervêm critérios como o espaço geográfico de implantação do projecto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos (CAMPONEZ, 2011, p. 36-37).

Para o autor, a imprensa local e regional escolhe o território como o lugar de realização do seu empenho editorial, cultural, discursivo e econômico.

Fundamentalmente, a especificidade da imprensa regional resulta do seu compromisso específico, do seu pacto comunicacional com um território que não pode deixar de representar um recorte parcial de um espaço mais vasto. Trata-se, portanto, de um jornalismo de proximidade,

⁷⁴ Fernandes (2014, p. 139-156) faz um levantamento dos principais autores da área do jornalismo que apontam, dentre o rol de critérios de noticiabilidade, a proximidade.

⁷⁵ Van Dijk (1990, p. 180) fala de proximidade local e ideológica; já Silva (2014, p. 65) trata desses variáveis como proximidade geográfica e cultural. Ambos, portanto, destacam que a proximidade não é apenas um elemento espacial, mas também de identificação intersubjetiva.

fundamentalmente comprometido com a sua região e com as suas gentes (...) (CAMPONEZ, 2002, p. 273).

Em outras palavras, no caso dos veículos de comunicação regionais e locais “a proximidade assume um significado próprio, marcante da sua especificidade e da sua identidade” (CAMPONEZ, 2011, p. 36). Na impossibilidade de definir com clareza os limites entre o hiperlocal⁷⁶, o local, o regional e o comunitário, como já citado, o conceito de jornalismo de proximidade, como tipologia jornalística característica desses veículos de comunicação, parece ser uma nomenclatura adequada para abarca-los de forma conjunta.

No caso dos jornais analisados nesta pesquisa, o contato exploratório apresentado no primeiro capítulo da dissertação permite avaliar que há indícios, bastante sólidos, que indicam que há uma atuação diferenciada dos jornais que estão “dentro” da região daqueles que estão “fora”. Ou seja, além de uma característica do jornalismo hiperlocal, local, regional e comunitário, o jornalismo de proximidade parece ser uma tipologia que permite a avaliação de todas essas matrizes a partir de elementos comuns. Por isso, aqui o jornalismo de proximidade será tratado como uma *categoria*, sendo a preocupação sobre a diferenciação entre local e regional secundária.

Camponez (2002, p. 122-123) faz uma revisão ampla de literatura acerca das funções particulares dos veículos de comunicação que baseiam sua atuação no jornalismo de proximidade. Pode-se destacar a característica de funcionar como um elo comunitário entre os seus leitores; atuar para reduzir a incerteza do leitor em relação ao ambiente que o cerca; e de servir como importante banco de dados sobre seu espaço de influência, o que o relaciona com a preservação da memória comunitária, aspecto que ancora a própria constituição do grupo, tendo em vista ser elemento fundamental da tradição e da identidade.

Relacionando esses aspectos com as perspectivas teóricas aqui adotadas e explicitadas, é possível definir que o jornalismo de proximidade pré-estrutura uma esfera pública específica, aquela que está mais próxima do cidadão, ou seja, que é resultado das relações entre os

⁷⁶ Termo originalmente cunhado nos Estados Unidos para fazer referência ao jornalismo feito a partir, e para, espaços socioculturais, geográficos e simbólicos mais restritos do que aqueles delimitados pela cidade. Podem ser citados como exemplos os jornais de bairros ou comunitários.

sistemas que englobam a sua comunidade. No entanto, o processo de estruturação se dá em bases diferentes daquelas tradicionalmente difundidas como integrantes do estatuto jornalístico. Como explica Camponez (2002), ao invés de atuar como *watchdog*, o jornalismo de proximidade tende a se portar como porta-voz da comunidade – ou ao menos daqueles que têm legitimidade, direito a voz na comunidade, Contrariando o princípio da imparcialidade, muitas vezes se transforma em um jornalismo de causa, de trincheira, com os méritos e perigos dispendidos com essa postura.

Embora o jornalismo, em todas as suas variações de formato e gênero, esteja sujeito a constrangimentos, esses se configuram de maneira diferente de acordo com o grau de proximidade. Por isso mesmo o autor debate a necessidade de se pensar uma ética da proximidade, que leve em consideração a responsabilidade exigida dos jornalistas que vivem nas comunidades sobre as quais elaboram seus relatos e que, por isso mesmo, estão expostos a formas de constrangimento particulares.

2.2.2 A escala do distanciamento

É a partir desse eixo da “ética da proximidade” que se chega a um ponto crucial do debate entre as diferentes esferas jornalísticas aqui citadas. É que a proximidade, mesmo quando se constitui como elemento da própria identidade do jornal, carrega consigo um problema normativo. Sob o prisma ético e deontológico, o valor dominante no jornalismo é o do distanciamento (CAMPONEZ, 2011, p. 37). Segundo o autor, essa forma de compreender a informação noticiosa deriva da história dos seus valores éticos e deontológicos, que desde meados do século XIX se desenham em torno da ideia dominante “da objetividade”.

Essa perspectiva é detalhada por Medina (2008) em obra que relaciona a Ciência e o Jornalismo. Segundo ela, a configuração do jornalismo hegemônico na contemporaneidade se deu a partir das raízes do pensamento científico moderno. Medina (2008, p. 24-25) lista uma série de indícios dessa influência, segundo ela, “poderosamente operante [ainda] nos dias de hoje”:

(...) a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leituras naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo

perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados.

Embora se possa questionar, especialmente em tempos de pós-verdade⁷⁷, a aplicabilidade desse rol de princípios, eles constituem o cerne epistemológico do jornalismo no espaço acadêmico e a base do *ethos*⁷⁸ profissional, reafirmado cotidianamente e sobre o qual se estabelece o discurso de legitimação do jornalismo na esfera social. O resultado é uma espécie de relato “da ordem natural das coisas” (MEDINA, 2008, p. 25), o que vai na contramão dos conceitos aqui apresentados sobre a construção social da realidade, que pressupõem que nenhuma ação social é natural.

Por um lado, essa influência do cientificismo baseado na objetividade contribuiu, sob o aspecto pragmático, para a evolução das práticas jornalísticas, permitindo uma produção de notícias mais ágil, com maior abrangência e baseada em critérios mais rigorosos de apuração e checagem de dados. “Ao se firmar no terreno do fenômeno imediato, ao reunir dados precisos, ao se aproximar no tempo e no espaço do real concreto, o jornalismo expressa uma forma de conhecimento da atualidade” (MEDINA, 2008, p. 26).

Por outro lado, nem toda realidade se encerra nos dados objetivos, a própria ciência ‘dura’ (as ciências exatas, onde em tese a objetividade seria possível em plenitude) convive com as constantes revisões dessa perspectiva⁷⁹. Para Ijuim (2014), o predomínio dessa racionalidade no jornalismo provoca uma ênfase nas consequências e na

⁷⁷ O adjetivo (em inglês *post-truth*) foi considerado a palavra do ano em 2016, pela *Oxford Dictionaries*, departamento da Universidade de Oxford. Na definição do própria entidade o termo relaciona ou denota “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal”. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

⁷⁸ “[os jornalistas] têm uma vasta cultura rica em valores, símbolos, e cultos, que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos*, uma definição da maneira como se deve ser (jornalista) /estar (no jornalismo)” (TRAQUINA, 2013, p. 34-35).

⁷⁹ Santos (2004, 2010) faz um apanhado dessas revisões que colocam em xeque a objetividade científica.

separação entre sujeito e objeto, que tem como resultado a “coisificação” de fenômenos sociais, a exclusão e a desumanização. “Se o rigor científico objetiva os fenômenos e os degrada – caricaturizando-os – também a imprensa [em muitas situações], ao invés de narrar a contemporaneidade, caricaturiza e degrada o valor humano que move a realidade social” (IJUIM, 2014, p. 10). Portanto, a ideia do distanciamento do pesquisador de seu objeto, transposta para o distanciamento do jornalista dos fatos que noticia, deve ser compreendida em sua ambiguidade.

Esse pensamento moderno ocidental, que no campo do conhecimento está baseado na racionalidade científica, é caracterizado por Santos (2002) como “um pensamento abissal”. Ou seja, uma concepção de verdade e de realidade que estabelece um abismo entre o que se enquadra nessa epistemologia e o que é excluído com base nela.

Para tentar equilibrar essa dicotomia, Camponez (2011, p. 44) sugere:

Como nos demonstram Dominic Desroches e Olivier Abel, a partir da leitura de textos de Levinas, Kierkegaard e Ricoeur, a ética da proximidade não pode deixar de fazer uma economia da distância: nem demasiado perto, que não permita ver, nem demasiado distante, que não permita o reconhecimento das diferenças.

O desafio do jornalismo enquanto atividade social que se cristaliza na prática é conseguir operacionalizar essa máxima teórica em seu ‘fazer’. Para Medina (2008, p. 102), “tanto o cientista social em pesquisa empírica quanto o jornalista na reportagem privilegiam o ato da fala e muitas vezes deixam escapar da observação-experiência informações preciosas que mobilizam todos os sentidos”. Essa afirmação já esboça uma tese que a autora trabalha em seu livro mais recente, no qual defende a importância do ato presencial na educação e no jornalismo. Segundo ela, é na observação-experiência que o mediador dialógico (jornalista) consegue contemplar a polifonia e a polissemia típicas da realidade contemporânea (MEDINA, 2016, p. 12).

No entanto, dado o contexto de produção jornalística na atualidade é difícil admitir que o ato presencial seja um princípio exequível em todas as matérias. Além disso, como demonstrado na análise exploratória das matérias jornalísticas relatados no primeiro capítulo desta dissertação, muitas vezes a proximidade física, presencial,

não garante a pluralidade ou desestimula as generalizações que obscurecem a complexidade das relações sociais. O exemplo mais evidente disso é a matéria sobre o linchamento publicada na Revista O Cruzeiro (LEAL, 1950). Nesse sentido a distância reverberada no jornalismo não seria apenas física, mas principalmente cultural.

2.3 NA GÊNESE, O DISCURSO JORNALÍSTICO E OS ENQUADRAMENTOS CONCORRENTES

Até aqui se falou de como o jornalismo participa da construção social da realidade e onde ele se situa em uma sociedade baseada em uma infinidade de sistemas, que se conectam na esfera pública, e o mundo da vida⁸⁰. No entanto, por que ferramentas esses processos são realizados? A partir deste ponto a tentativa será de mergulhar nos processos próprios do jornalismo, objetivados em seu discurso, mas determinados por meio de estruturas subjetivas, os enquadramentos.

Quando se afirma que o jornalismo se configura em um discurso específico é preciso compreender o que isso quer dizer. Adota-se aqui a noção de discurso defendida por Fairclough (2001, p. 22), de que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Um das possibilidades de olhar para esse discurso específico, o jornalismo, é com base na concepção de enquadramento (ou *frame*).

A abordagem dos enquadramentos perpassa diferentes áreas que compreendem, em alguma medida, situações de interação comunicacional. Pesquisas que se baseiam nesse aporte teórico vêm sendo desenvolvidas em diferentes campos, como na Sociologia, na Ciência Política, na Psicologia e na Comunicação. No Jornalismo essa perspectiva tem se mostrado particularmente fecunda em estudos que transitam pela interface do jornalismo com a política, como é o caso da pesquisa proposta.

Possivelmente devido a sua operacionalização em áreas distintas, a conceituação de enquadramento é polissêmica, como demonstram as análises de Mendonça e Simões (2012), Maia (2009) e Reese (2008). Cabe, portanto, uma discussão que delimite a abordagem adotada neste trabalho.

Uma das primeiras sistematizações sobre o conceito é do sociólogo Erving Goffman, na década de 1970. Em síntese, Goffman

⁸⁰ No sentido que Habermas (1999) dá a ele.

define *frame* “como princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles” (GOFFMAN, 1986, p. 10-11, tradução nossa)⁸¹. É a partir da compreensão de qual quadro conforma determinada situação que os indivíduos definem como agirão em circunstâncias específicas. Goffman reconhece que, na maioria das situações, há uma sobreposição de *frames*, porém defende que é possível isolar alguns dos quadros básicos para compreender a organização da experiência (GOFFMAN, 1986, p. 9).

Esses quadros primários colaboram na organização da realidade social cotidiana, permitindo aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus limites” (GOFFMAN, 1986, p. 21, tradução nossa)⁸². Um aspecto importante apontado pelo autor é que os quadros primários de determinado grupo social são um aspecto central da sua cultura (GOFFMAN, 1986, p. 27), portanto não se constituem em uma iniciativa isolada dos indivíduos, mesmo que possam mudar de acordo com o contexto.

A abordagem de Goffman foi criticada por Bourdieu que considerou seu conceito de *frame* a-histórico, e do qual, por isso, ele pretendia se dissociar. Nas palavras de Bourdieu (1996, p. 410), “(...) onde Goffman vê alternativas estruturantes fundamentais é preciso ver estruturas históricas oriundas de um mundo social e datado”. No entanto, essa interpretação é controversa, pois para alguns comentaristas da obra de Goffman o seu conceito de enquadramento não se desenha como fixos e isolados, mas sim passíveis de alteração de acordo com fatores sócio históricos.

Na interpretação de Mendonça e Simões (2012, p. 190), por exemplo, os quadros primários, descritos por Goffman, “são construídos e modificados social e contextualmente, sendo, pois, elemento central da existência intersubjetiva de uma coletividade”. Com base nessas noções, Mendonça e Simões (2012) defendem que há distinções em relação à apropriação do conceito e, conseqüentemente, em sua utilização para pensar os discursos midiáticos. O foco aqui são as abordagens que se referem aos estudos que empregam a análise dos enquadramentos em análises de conteúdo. “No cerne desse tipo de operacionalização reside

⁸¹ “(...) with principles of organization which govern events - at least social ones - and our subjective involvement in them” (GOFFMAN, 1986, p. 10-11).

⁸² “(...) to locate, perceive, identify, and label a seemingly infinite number of concrete occurrences defined in its terms” (GOFFMAN, 1986, p. 21).

uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193).

Uma influência para essa vertente são as contribuições de Entman (1993). De acordo com ele, um enquadramento é definido, em grande parte, pelo seu resultado ou efeito e envolve, essencialmente, seleção e ‘saliência’⁸³. Embora a concepção de enquadramento cultural coloque em cheque o aspecto do “resultado ou efeito”, a conceituação apresentada pelo autor possui algumas características fundamentais para a abordagem acerca do discurso jornalístico.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de maneira a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa)⁸⁴.

Ele sugere que os quadros têm pelo menos quatro locais no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura.

Comunicadores fazem julgamentos conscientes ou inconscientes de enquadramento para decidir o que dizer, guiados por quadros (muitas vezes chamados de esquemas) que organizam os seus sistemas de crenças. O *texto* contém quadros, que se manifestam pela presença ou ausência de certas palavras-chave, frases, imagens estereotipadas, fontes de informação, e frases que oferecem tematicamente reforço a grupos de fatos ou

⁸³ Segundo definição do próprio autor, saliência quer dizer “fazer uma parte da informação mais perceptível, significativa ou memorável para o público. Um aumento na saliência eleva a probabilidade de que os receptores irão perceber a informação, discernir o significado e, assim, processá-lo e armazená-lo na memória” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa).

⁸⁴ “To frame is to *select some aspects of aperceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation* for the item described” (ENTMAN, 1993, p. 52, grifo do autor).

juízos. Os quadros que orientam o pensamento e a conclusão do *receptor* podem ou não refletir os quadros do texto e a intenção de enquadramento do comunicador. A *cultura* é o estoque de quadros comumente invocados; na verdade, a cultura pode ser definida como o conjunto empiricamente demonstrável de quadros comuns expostos no discurso e pensamento da maioria das pessoas em um agrupamento social (ENTMAN, 1993, p. 52-53, tradução nossa, grifo do autor)⁸⁵.

Ainda dentro desse grupo de estudos estaria o conhecido trabalho de Gitlin, na década de 1980, que é tido como um dos precursores em análise de enquadramentos em conteúdos jornalísticos. É dele uma conhecida citação sobre o conceito de *frame*: “persistentes padrões de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso” (GITLIN, 1980, p. 7, tradução nossa)⁸⁶.

Aqui nos apropriaremos da síntese teórica de Maia (2009), também utilizada em Locatelli (2011), a qual a partir das contribuições dos autores citados acima, além de outros, define os enquadramentos como “princípios organizadores” ou “esquemas interpretativos”. Isso com base na ideia de que *framing* se constitui em processo de estruturação de sentido baseado na cultura, noção também presente em Motta (2007, p. 2)

⁸⁵ “*Communicators* make conscious or unconscious framing judgments in deciding what to say, guided by frames (often called schemata) that organize their belief systems. The *text* contains frames, which are manifested by the presence or absence of certain key-words, stock phrases, stereotyped images, sources of information, and sentences that provide thematically reinforcing clusters of facts or judgments. The frames that guide the *receiver’s* thinking and conclusion may or may not reflect the frames in the text and the framing intention of the communicator. The *culture* is the stock of commonly invoked frames; in fact, culture might be defined as the empirically demonstrable set of common frames exhibited in the discourse and thinking of most people in a social grouping” (ENTMAN, 1993, p. 52-53, grifo do autor).

⁸⁶ “persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse (...)” (GITLIN, 1980, p. 7).

Realço aqui a reciprocidade para enfatizar que os enquadramentos utilizados pelos jornalistas e receptores têm origens comuns no mundo da vida, na cultura de ambos. Isso nos leva a inserir a análise dos enquadramentos jornalísticos nos mapas culturais da sociedade que são utilizados na representação e apresentação que instituem a realidade política.

É essa articulação com a cultura que faz com que o enquadramento possa ser compreendido e, conseqüentemente, identificado.

A partir desses princípios pode-se considerar que

o debate nos media [e aí inclui-se o jornalismo] pode ser definido por uma série de enquadramentos e subenquadramentos, os quais possuem uma ideia central que delimita o campo interpretativo que busca dar sentido a uma questão, definindo posições e buscando destacar elementos relevantes em disputa (MAIA, 2009, p. 308).

É preciso ter em conta, contudo, que “os enquadramentos surgem da *reciprocidade das expectativas* entre os interlocutores do ato de comunicação” (MOTTA, 2007, p. 5, grifo do autor). Aproximando essa noção do jornalismo, é possível avaliar que uma análise baseada na produção das notícias, somente, será sempre parcial, pois enfatiza as operações semânticas do jornalista, dando menor evidência ao processo interativo que está no cerne da perspectiva teórico-metodológica dos enquadramentos. Esse aspecto, enfatizado em Motta (2007), também é evidenciado em Mendonça e Simões (2012, p. 198), tendo em vista a crítica feita a algumas pesquisas de *framing effects* que tratariam os enquadramentos como “produtos forjados estrategicamente por atores sociais para produzir determinados efeitos”. Essa visão ignora os processos interativos de comunicação, que acontecem por diversas plataformas, sendo a mídia, e mais especificamente o jornalismo, uma delas.

Maia (2009) enfatiza que, especialmente nas sociedades contemporâneas, em que as pessoas estão potencialmente expostas a uma multiplicidade de processos de comunicação, e conseqüentemente de enquadramentos, esses concorrem entre si. Ou seja, há uma

competição entre os enquadramentos, especialmente em situações de controvérsia, comuns em questões políticas. De acordo com a autora, “a abordagem da competição de enquadramentos proporciona um ambiente mais realista para que se indague como a opinião pública se forma em condições atuais” (MAIA, 2009, p. 303-304).

O poder do jornalismo está então, a partir dessa lógica, no potencial de abrangência dos processos interativos. Ou seja, ao enfatizar determinados enquadramentos culturais e preterir outros (conscientemente ou não) o jornalismo possibilita o contato do público com abordagens específicas. Embora esse contato ocorra por diversos mecanismos, culturalmente o conteúdo jornalístico possui o *status* hegemônico da verossimilhança com a realidade.

No próximo capítulo serão abordadas as escolhas analíticas, baseadas nos princípios teórico-metodológicos aqui expostos, na tentativa de responder ao problema desta pesquisa: Como as características atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina em jornais com diferentes áreas de circulação, na cobertura de controvérsias públicas, se relacionam com a identidade regional?

3 PARA DELIMITAR FRONTEIRAS DE PESQUISA: OPÇÕES METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS

*"O Universo não é uma ideia minha.
A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.
A noite não anoitece pelos meus olhos,
A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.
Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos
A noite anoitece concretamente
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso".
(Verdade - Alberto Caiero)*

Este capítulo discute e apresenta as escolhas teórico-metodológicas e analíticas de modo a deixar o mais transparente possível as motivações que levaram à composição do *corpus* empírico da pesquisa, bem como sua pertinência para embasar as respostas das perguntas centrais do trabalho e atender aos objetivos apresentados na introdução. Para tanto, situa-se a imprensa no contexto do ecossistema jornalístico brasileiro no período que integra o recorte temporal da pesquisa, de 1953 a 2016.

No contexto brasileiro, a caracterização dos veículos de comunicação jornalísticos, mesmo quando se restringe o debate aos impressos (jornais e revistas), impõe algumas dificuldades. A mais evidente é a desigualdade regional. Os veículos de comunicação situados nas capitais e áreas metropolitanas apresentam, ao longo de sua história e contemporaneamente, características singulares em comparação com a imprensa interiorana. Aqui se pretende apresentar alguns elementos acerca desse ecossistema que auxiliem na compreensão do objeto pesquisado, mas de antemão reconhecendo os limites dessa ação.

Neste capítulo também são especificadas as estratégias utilizadas para a seleção dos textos jornalísticos, bem como detalhadas as ferramentas e etapas da análise. Essas questões seguem os aspectos teóricos apresentados no capítulo anterior sobre a conceituação de enquadramento cultural e sobre a noção de concorrência de enquadramentos.

3.1 O COMPLEXO ECOSSISTEMA JORNALÍSTICO EM DIFERENTES ESCALAS

Para a pesquisadora Pamela Araújo Pinto duas características prevalecem ao longo dos anos na mídia brasileira (ao menos naquela tida como tradicional ou empresarial): “a centralização dos veículos nas regiões mais desenvolvidas economicamente e a concentração das mídias nas mãos das elites” (2015, p. 46). Tomando como referência apenas o período delimitado para esta pesquisa (1953 a 2016), é possível trazer algumas contribuições de autores que estudaram a história da imprensa brasileira, de modo a caracterizar esse imbricado sistema.

A década de 1950 é marcada por transformações sociais, culturais e políticas no Brasil. Trata-se do período da urbanização, da industrialização, do *jeans* e da propagação do modo de vida americano, especialmente por meio do cinema. Em termos políticos, desde 1945 se vivia a fase do pluripartidarismo, que perduraria até 1965. Os veículos de comunicação impressos, que haviam dominado o cenário midiático no início do século XX e visto o apogeu do rádio nas décadas de 1930 e 1940, chegaram aos anos de 1950 com o florescer de um novo suporte midiático: a televisão⁸⁷.

Como afirma Barbosa (2013, p. 247)

No cenário das cidades nos anos de 1950, além dessa confluência dos meios, funcionando um como complemento do outro e levando a usos diferenciados em função das materialidades, dos ambientes e das possibilidades tecnológicas de cada um deles, observa-se, mais uma vez, mistura nos modos de comunicação. À leitura das páginas dos jornais, das retumbantes manchetes dos jornais expondo a crise de agosto [que teve como desfecho o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954], o público acrescenta, a todo momento, as informações atualizadas, acompanhando sem cessar as emissoras radiofônicas. E, por fim, podem ver na televisão as cenas decisivas daquela intriga.

O espírito desenvolvimentista da década chegou também aos jornais, com “uma série de mudanças introduzidas no processo de produção” dos diários, o que transformou “a face do jornalismo” que se fazia no país (BARBOSA, 2007, p. 149-150). Segundo a pesquisadora,

⁸⁷ A primeira emissora de televisão do Brasil foi inaugurada em São Paulo em setembro de 1950, por Assis Chateaubriand: a TV Tupi.

as reformas nos jornais na década de 1950 são o marco fundamental, construído pelos próprios profissionais, de um jornalismo que desejava ser moderno e permeado por uma neutralidade para espelhar o mundo. “A mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p. 150).

Porém, esse desenvolvimento do universo jornalístico se deu de maneira desigual pelo território brasileiro. A imprensa é um exemplo. Como descreve Fernandes

Foram decorridos apenas 23 anos entre o lançamento dos dois primeiros jornais brasileiros, o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*⁸⁸, na capital federal, e o nascimento da imprensa catarinense. Porém foram necessários 61 anos para que os jornais chegassem aos municípios-polos das seis mesorregiões nas quais se divide o atual mapa político do Estado (FERNANDES, 2009, p. 17).

Quando consideramos o tempo decorrido até a publicação do primeiro impresso na cidade-polo da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, são quase 150 anos de diferença (o primeiro jornal da cidade foi lançado em 1954). Isso é compreensível, dada a história desse espaço geopolítico, social e simbólico, já tratada no Capítulo 1, mas obviamente que traz consequências e especificidades para a estrutura comunicacional local.

No início da década de 1950 circulavam 18 jornais diários (13 matutinos e cinco vespertinos) no Rio de Janeiro, então capital do país. Em todo o Brasil existiam 230 jornais diários, segundo levantamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (BARBOSA, 2007, p. 154). Na capital de Santa Catarina circulavam três: os matutinos *O Estado* (1915 a 2009) e *A Gazeta* (1934, extinto nos anos de 1960); e o vespertino *Diário da Tarde* (1947 a 1955). Outro diário importante que circulava na época estava situado em Joinville, o *A Notícia* (criado em 1923 e com circulação até os dias atuais).

Nos anos de 1950 os jornais estabelecidos em Florianópolis estavam ligados aos interesses políticos partidários das elites locais. *O*

⁸⁸ Ambos os jornais foram criados em 1808.

Estado dava voz ao Partido Social Democrata (PSD), então controlado pela família Ramos; *A Gazeta* e o *Diário da Tarde* defendiam os interesses da União Democrática Nacional (UDN), cujos expoentes catarinenses eram as famílias Konder e Bornhausen (BUDDE, 2013, p. 41). Da mesma forma, na principal cidade do Oeste catarinense, Chapecó, dois dos jornais que circulavam no período representavam a polarização política: de um lado *A Voz de Chapecó* (1939 a meados da década de 1950⁸⁹), fundado pelo coronel Ernesto Bertaso e vinculado ao PSD; e do outro *O Imparcial* (1951 a 1959), lançado pelas famílias Pasqualotto, Bellani e Cansian, que apoiava a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (PEREIRA, 2012, p. 108)⁹⁰.

A combinação das forças políticas chapecoenses não segue, portanto, a tendência nacional. Em âmbito federal o PSD e o PTB eram aliados, ambos os partidos haviam sido criados por correntes getulistas⁹¹. Por outro lado, a UDN era o maior partido de oposição a Vargas e seus seguidores (HASS, 1997, p. 125). Essa configuração de forças é seguida em termos estaduais. No entanto, regionalmente ocorreu um fenômeno diferente. Em Chapecó, no primeiro pleito eleitoral após o Estado Novo, só havia um partido organizado, o PSD. Devido a rivalidades locais se formou uma ala dissidente dentro da legenda, da qual saíram os fundadores da UDN e do PTB local.

⁸⁹ A data do encerramento da circulação do jornal é imprecisa. Na pesquisa feita por Manfroi (2008), ela relata que encontrou uma única edição do jornal datada de 1957 e que não conseguiu precisar se o jornal parou de circular, e quando, ou se foi vendido e teve seu nome alterado.

⁹⁰ Nessa época também circulava em Chapecó o *Jornal do Povo* fundado em 1951 por Carlos Danilo de Quadros, advogado e servidor público. Conforme Hass (2007, p. 152), tratava-se de um “jornal independente, que não tinha uma expressiva participação nas polêmicas que envolviam o poder local”. Durante sua curta existência, o último exemplar localizado pela pesquisadora é datado de 1953, mudou algumas vezes de direção.

⁹¹ Getúlio Vargas esteve à frente do governo federal em dois períodos. O primeiro, de 30 a 45, teve três fases: o Governo Provisório (1930-1934), o período da constituição de 1934 e o período do Estado Novo (1937-1945) (quando Vargas impõe uma nova constituição, a partir de um golpe de Estado, e dilui o congresso, assumindo poderes ditatoriais), que culminou com sua deposição, em 1945, e a redemocratização do país. Governou em um segundo período de 1951 a 1954, então eleito pelo voto. Seu último período de governo terminou com seu suicídio.

Ressalta-se o caráter oposicionista local em detrimento do caráter ideológico, na formação da UDN e do PTB de Chapecó, onde a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro foram criados “contra” os Bertaso. Ou seja, em oposição ao grupo que detinha o privilégio do poder político municipal (HASS, 1997, p. 132).

Feito esse adendo, cabe ressaltar que a politização dos jornais não era novidade para o período, tanto que em seu estudo sobre as notícias Medina (1978) dividiu o jornalismo brasileiro em dois tipos: o de tribuna, baseado na opinião, que teria sido hegemônico na imprensa até o final da década de 1950; e o noticioso, predominante a partir dos anos 1960. Em âmbito nacional esse movimento era perceptível, principalmente, devido à oposição entre os jornais *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda⁹², e *Última Hora (UH)*, fundado pelo jornalista Samuel Wainer⁹³ (BARBOSA, 2007, p. 181), ambos sediados no Rio de Janeiro, então capital federal.

⁹² O político Carlos Lacerda foi o fundador do jornal diário carioca *Tribuna da Imprensa*, em 1949, onde representava as principais proposições da UDN, em oposição ao getulismo. Com a renúncia de Jânio, em 1961, a jornal foi um dos primeiros a encampar a tentativa de intervenção militar na ordem constitucional para impedir a posse do vice-presidente João Goulart. As dificuldades financeiras, entretanto, fizeram com que dois meses após a renúncia de Jânio, Lacerda vendesse a *Tribuna* a Manuel Francisco do Nascimento Brito, genro da Condessa Pereira Carneiro, dona do *Jornal do Brasil*. Em 1962, foi adquirido por Hélio Fernandes, seu atual diretor. Em 31 de março de 1964, o jornal apoiou o movimento militar que depôs o presidente Goulart. Entretanto, a partir da promulgação do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril, começou a fazer oposição. Em abril de 1981 o jornal sofreu um atentado que acabou por destruir sua gráfica. A ação foi creditada à iniciativa de segmentos militares descontentes com a abertura do regime. Deixou de circular em papel em 2008 (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

⁹³ Samuel Wainer é o fundador do jornal diário *Última Hora*, criado no Rio de Janeiro, em 1951, para dar respaldo ao getulismo. A partir de 1952, passou a ser editado também em São Paulo. Em 1955, surgiu uma edição matutina no Rio, ao mesmo tempo em que começava a ser articulada a Rede Nacional de Última Hora. Essa cadeia foi formalmente organizada em 1961, quando surgiu uma edição nacional, impressa no Rio e complementada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e na Região do ABC paulista. Em 1971 o jornal foi vendido a um grupo empresarial liderado por Maurício Nunes de Alencar, que havia arrendado o *Correio da Manhã*. De

Outros jornais editados no eixo Rio-São Paulo na época, citados no trabalho de Barbosa (2007) são: *Correio da Manhã*⁹⁴, *Diário de Notícias*⁹⁵, *Diário Carioca*⁹⁶, *O Globo*⁹⁷, *Jornal do Brasil*⁹⁸, *O Jornal*⁹⁹, *Jornal do Commercio*¹⁰⁰, *O Estado de S. Paulo*¹⁰¹, *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*¹⁰².

1973 até 1987 a responsabilidade pela edição do jornal passou à Arca Editora S.A., do empresário Ari de Carvalho. Após ser vendido a José Nunes Filho, o jornal encerrou suas atividades em 1991, quando teve sua falência decretada pela Justiça (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

⁹⁴ Jornal carioca diário e matutino fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt e extinto em 1974. “Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um ‘jornal de opinião’” (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

⁹⁵ Jornal carioca diário e matutino fundado em 1930 por Orlando Ribeiro Dantas. Saiu de circulação em 1974 (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

⁹⁶ Jornal diário carioca fundado em 1928 por José Eduardo de Macedo Soares e extinto em 1965 (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

⁹⁷ Jornal carioca inicialmente vespertino, mais tarde matutino, fundado por Irineu Marinho em 1925. Poucos dias depois da fundação de *O Globo*, o fundador faleceu. Francisca Marinho, sua viúva, tornou-se a principal proprietária do periódico e entregou sua direção ao secretário do jornal, Euricles de Matos, falecido em 1931. Após a morte do diretor, Roberto Marinho, filho mais velho de Irineu Marinho, passou a dirigir o jornal. O primogênito da família faleceu em 2003. (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010). Atualmente seus filhos Roberto Irineu, José Roberto e João Roberto controlam as Organizações Globo.

⁹⁸ Jornal carioca diário e matutino fundado em 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Mais tarde, tornou-se propriedade dos condes Pereira Carneiro (Ernesto Pereira Carneiro e Maurina Pereira Carneiro) e depois de seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito. Em 2001 a família Nascimento Brito arrendou o título para o empresário Nelson Tanure. Em 2010 foi anunciado o fim da edição impressa do jornal, mantendo-se a versão online (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

⁹⁹ Jornal diário carioca fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes. Cinco anos após sua fundação foi adquirido por Assis Chateaubriand, tornando-se o órgão líder da cadeia dos Diários Associados. Foi extinto em 1974 (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

¹⁰⁰ Jornal carioca diário fundado em 1827 por Pierre René de La Noé. Em 1959 o jornal passou a integrar os Diários Associados de Assis Chateaubriand (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010). Encerrou suas atividades em 2016.

¹⁰¹ Conforme informações disponíveis no próprio site da empresa (<http://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>), *O Estado de S. Paulo* é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4

Interessante observar que até os anos de 1970 não havia nenhum jornal situado em Santa Catarina com circulação estadual. O primeiro foi *O Estado* que alcançou todas as regiões catarinenses a partir de uma estratégia de expansão que visava responder à instalação do *Jornal de Santa Catarina (Santa)* em Blumenau, ocorrida em 1971 (BUDDE, 2013, p. 38). De certa forma os jornais gaúchos e paranaenses aproveitaram essa lacuna para expandir a sua influência. Segundo Fernandes

Nos anos 70, o diário gaúcho *Correio do Povo* se tornou o principal porta-voz das reivindicações de estado junto ao Governo Federal, evidenciando a carência e a dependência da imprensa catarinense. Além do *Correio*¹⁰³, que chegou a circular com 15 mil exemplares em Santa Catarina, outros jornais gaúchos como a *Folha da Tarde* e a *Folha da Manhã*, circulavam fortemente no oeste e sul catarinense. O quadro dos estrangeiros era completado pelo *Estado de São Paulo*, o mais vendido na região de Blumenau; a *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, que circulavam desde o Planalto Norte até Balneário Camboriú (FERNANDES, 2003, p. 66).

Em São Miguel do Oeste o primeiro jornal a circular foi criado apenas em 1954, um ano após a emancipação do município. Intitulado *Tribuna do Oeste*, o semanário circulou por nove meses. No ano seguinte foi inaugurado *O Clarim*, “que circulou por pouco mais de um ano” (FERNANDES, 2009, p. 180). Há escassas informações sobre esses dois primeiros jornais e também não foram localizadas edições

de janeiro de 1875, durante o Império, circulou pela primeira vez com o título *A Província de S. Paulo*. Em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação passou a ostentar o nome atual. O jornal foi fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense. Em 1902, Júlio Mesquita, redator desde 1885, torna-se o único proprietário. A família Mesquita mantém o controle do jornal até os dias atuais.

¹⁰² Esses três últimos foram lançados na década de 1920 e, mais tarde, seriam transformados na *Folha de S. Paulo* (PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

¹⁰³ O *Correio do Povo* tinha esse apelido devido ao seu formato *standard*, o qual foi alterado para tabloide em 1986, depois de uma interrupção de quase dois anos em sua circulação.

preservadas no museu, na biblioteca municipal ou nos acervos particulares aos quais se teve acesso¹⁰⁴.

As primeiras edições que resistiram ao tempo são do terceiro impresso fundado na cidade, o *A Voz da Fronteira*, que teve sua circulação dividida em duas fases: de 1958 a 1962 e de 1965 a 1978. O fundador, Alexandre Tiezerini, era figura conhecida no universo político e havia participado, alguns anos antes, da articulação para criação do jornal *O Imparcial*, em Chapecó. Em São Miguel do Oeste, além da sua atuação na imprensa¹⁰⁵, se destacou por ter sido um dos sócios fundadores do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Porteira Aberta e por apresentar, durante mais de 50 anos, o programa de rádio “Saudades da Querência”, na Rádio Peperi. Em 1961 a propriedade do jornal passou para João Maria Brizola e Enoar Dipp.

Além destes três primeiros jornais, um levantamento feito pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo (2004, p. 14) em comemoração ao cinquentenário de São Miguel do Oeste identificou, a existência de outros três jornais desde a instalação do município, em 1954, até fevereiro de 2004: *Folha do Peperi* (1971), *Tribuna do Oeste* (1982), *O Celeiro Regional* (1983). No final da década de 1980 circulou na cidade o jornal *Nova Hora*¹⁰⁶, com seu estilo marcado pelas charges.

Os jornais criados em São Miguel do Oeste integram o grupo que Fernandes (2003, p. 103) chama de “pequena imprensa”. Segundo dados levantados por ele a partir de uma pesquisa feita pela Rede Brasil Sul (RBS), em 1986 Santa Catarina contava com 72 jornais, sendo três

¹⁰⁴ No Apêndice I constam todos os arquivos pesquisados, de modo a ilustrar o esforço empreendido na tentativa de encontrar edições preservadas.

¹⁰⁵ Tiezerini também atuou como delegado, tanto em Chapecó como em São Miguel do Oeste.

¹⁰⁶ A existência do jornal *Nova Hora*, que circulou por aproximadamente cinco anos na região Extremo Oeste de Santa Catarina, foi descoberta pela autora deste trabalho ao encontrar algumas edições, embrulhadas em papel pardo, na Biblioteca José de Alencar, em São Miguel do Oeste. Curiosamente, em anos de pesquisa sobre a imprensa local o jornal nunca havia sido mencionado, seja por fontes bibliográficas ou em relatos de jornalistas mais experientes. Uma hipótese para esse apagamento é o estilo irreverente e provocador de suas charges e colunas (onde algumas vezes certos comportamentos locais eram ironizados). No entanto, em termos de jornalismo político o veículo de comunicação não destoava significativamente dos demais periódicos da época, demonstrando proximidade com a prefeitura. O jornal foi fundado pela jornalista e escultora transexual Katielly Lanzini, que atualmente reside em Chapecó. Na época se identificava como Nedson Lanzini.

diários (*O Estado, A Notícia e Jornal de Santa Catarina*) e os demais “pequenos periódicos espalhados pelo interior”. “Em 1999, os interioranos somavam 177 títulos, crescimento de 145,83% – o que representa o surgimento de 105 novos títulos no espaço de 13 anos – média de 11, 21% ao ano” (FERNANDES, 2003, p. 103).

Esses 177 jornais interioranos, ainda segundo dados expostos por Fernandes (2003), correspondiam a 7,88% dos 2.245 jornais brasileiros que a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) afirmava existirem no Brasil no ano 2000. O número é expressivo quando se considera que, no mesmo ano, a população de Santa Catarina equivalia a pouco mais de 3% da população brasileira, conforme dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰⁷.

Segundo dados disponíveis no site da Associação dos Jornais do Interior (Adjori)¹⁰⁸, atualmente a entidade conta com 146 jornais associados em circulação. Desses, 90 circulam semanalmente (62%), 25 quinzenalmente (17%), 19 mensalmente (13%), sete bissemanalmente (5%), e cinco diariamente (3%). Considerando-se esse como o número total de jornais de pequeno porte em Santa Catarina – embora exista a possibilidade de jornais não associados à Adjori – o início do século XXI correspondeu ao primeiro período de decréscimo no número de títulos interioranos editados em Santa Catarina desde a implantação da imprensa periódica. Até esse momento o número de títulos se mantinha em crescimento.

Interessante observar que essa também é uma realidade em termos de jornais com circulação estadual. *O Estado*, que iniciou sua expansão nos anos 1970 e, em seu auge, teve mais de 80 profissionais na redação e 10 sucursais espalhadas por Santa Catarina, findou os anos 1990 em crise. “(...) no início do ano 2000 o jornal contava com apenas um editor e um repórter nas principais editorias como polícia, política, esporte e economia” (FERNANDES, 2003, p. 75). Desse período em diante ele restringiu a sua circulação à Grande Florianópolis, até 2008. Em 2009 teve as atividades encerradas definitivamente.

Outro jornal que chegou a circular em praticamente todo o território catarinense foi o *A Notícia*. Fundado em Joinville, em 1923,

¹⁰⁷ Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm>. Acesso em: 22 abr. 2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://institucional.adjorisc.com.br/associados/relacao/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

pelo empresário paranaense Aurino Soares, o jornal adentrou os primeiros anos da década de 1950 sob o comando do ex-governador Aderbal Ramos da Silva e do empresário do setor madeireiro Antônio Ramos Alvim. Em 1956 a empresa foi adquirida por um grupo de 130 acionistas. “A maioria dos novos controladores eram industriais dos setores químico, têxtil e metalúrgico que pretendiam ocupar cargos públicos em Joinville” (GIOVANAZ, 2015, p. 217).

No final da década de 1970 o *A Notícia* iniciou sua fase de modernização, o que o fez chegar aos anos 2000 com cerca de 800 funcionários, 90 desses jornalistas, e 14 sucursais nas principais cidades do Estado, incluindo São Miguel do Oeste. “Sua tiragem chegava a 32 mil exemplares, distribuídos em praticamente todos os municípios catarinenses” (FERNANDES, 2003, p.82). No entanto, na primeira década do século XXI, depois de ser adquirido pelo Grupo RBS, o jornal deixou de ter circulação estadual, para focar na região Norte catarinense.

Um jornal que surgiu com a proposta de atingir todos os municípios do Estado foi *O Jornal de Santa Catarina (Santa)*. Criado em Blumenau, em 1971, tratava-se de um projeto arrojado, tanto em termos de estratégia de negócio como em termos editoriais e gráficos, com uma numerosa equipe de jornalistas gaúchos. O empreendimento fazia parte da primeira cadeia de comunicação catarinense, envolvendo emissoras de rádio e um canal de televisão controlados pelos empresários Wilson de Freitas Melro, Caetano Deecke de Figueiredo e Flávio Coelho. Nos anos de 1980 e 1990 o jornal chegou a circular em várias regiões, com sucursais nas principais cidades. No entanto, depois de sucessivas alterações em seu quadro de proprietários acabou vendido ao Grupo RBS em 1992, o que fez com que fosse reposicionado no mercado, também com um foco regional, no Vale do Itajaí.

3.1.1 Concentração midiática: um panorama

Para a pesquisadora Marialva Barbosa (2013, p. 291-292) a década de 1960 foi marcada, para a imprensa, pelo “apartamento da política do conteúdo da maioria das publicações, em função da violenta censura” após a tomada do poder pelos militares, em 1964. Muitos jornais foram ocupados e impedidos de circular. Nesse tumultuado período da história política brasileira, de acordo com a pesquisadora, “os jornais diários viveram um vertiginoso processo de concentração, que alcançaria o auge na década seguinte, com o desaparecimento de numerosos títulos” (BARBOSA, 2013, p. 192). No Rio de Janeiro, a

título de exemplo, em 1950 existiam 22 diários, em 1960 eram 16 e, no final da década de 1970, apenas sete¹⁰⁹. Por outro lado, a oferta de revistas aumentou. O Grupo Abril cresceu exponencialmente, impulsionado pela ascensão numérica e econômica da classe média, e lançou dois títulos marcantes para o jornalismo brasileiro: *Realidade* (em 1966) e *Veja* (em 1968) (BARBOSA, 2013, p. 292).

O decréscimo na tiragem dos jornais ocorreu por uma série de fatores apontados por Barbosa (2013): em relação ao mercado publicitário, os jornais passaram a contar com a concorrência da televisão; a ditadura impôs restrições e dificuldades às editoras; o preço do papel aumentou significativamente (187% apenas entre 1971 e 1974¹¹⁰); e, ainda, problemas administrativos levaram muitas empresas à crise. Por outro lado, os conglomerados midiáticos ampliaram o seu espectro de atuação, como relatado na pesquisa de Pinto (2015). Segundo ela, os proprietários dos impressos já consolidados, acompanhando a migração das verbas publicitárias, passaram a disputar as concessões de rádio e, posteriormente, as de televisão. Empresas como as de Assis Chateaubriand, por exemplo, foram as primeiras a adquirir concessões de radiodifusão, tendo em vista que acumulavam a expertise da produção dos jornais e revistas e a proximidade com o mercado publicitário (PINTO, 2015, p. 48). Acrescenta-se aqui, ainda, que esses grupos dispunham de poder simbólico, que transmutavam em poder político, para influenciar o processo de aquisição das concessões.

A concentração dos veículos de comunicação consolidou as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo como centros de difusão de conteúdos. De acordo com Pinto (2015, p. 48), esses espaços se tornaram estratégicos por situarem as filiais de empresas internacionais e as sedes de empresas nacionais, bem como grande parte das agências de publicidade. “Contudo, a fixação dos investimentos publicitários nos veículos da região Sudeste ocasionou a concentração de capital nessas emissoras, impedindo uma divisão das verbas para as emissoras regionais, e consolidando a formação de oligopólios nacionais”, argumenta (PINTO, 2015, p. 48).

Com uma fatia larga do mercado nas mãos, os conglomerados organizaram o mercado de maneira a potencializar a lucratividade, o que colaborou para a redução no número de jornais, que para muitos desses

¹⁰⁹ Dados citados por Barbosa (2007, p. 199) a partir de informações atribuídas a Alzira Alves de Abreu. Não foi possível identificar a obra por, aparentemente, ter ocorrido um erro nas datas da citação.

¹¹⁰ Idem.

grupos já não era mais a fonte principal de receita. Os Diários Associados, por exemplo, detinham a propriedade do *Jornal do Commercio* e de *O Jornal*, no Rio de Janeiro, mas em 1974 optaram por encerrar as atividades do segundo e manter apenas aquele com maior capital (BARBOSA, 2007, p. 198). O Grupo Folha da Manhã S/A, em 1960, uniu os três jornais que mantinha em São Paulo (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*) em um único título: a Folha de S. Paulo (BARBOSA, 2013, p. 193) – o mesmo grupo, em 1971, também comprou o *Última Hora* (PINTO, 2015, p. 50).

Um adendo importante é que a década de 1960 viu o declínio de um império midiático, organizado pelo empresário e jornalista Assis Chateaubriand, e o crescimento de outro, capitaneado pela família Marinho. A rede Diários Associados chegou a possuir, em 1958, 36 emissoras de rádio, 34 jornais diários, 18 emissoras de televisão e várias revistas (PINTO, 2015, p. 49). No entanto, com a morte do seu fundador, Assis Chateaubriand, em 1968, o conglomerado entrou em crise. A família Marinho, dona do jornal *O Globo*, por outro lado, viu seus negócios expandirem. Em 1965 foi lançada a *TV Globo*, também no Rio de Janeiro.

Conforme Giovanaz (2015, p. 27-28)

Os governos autoritários, desde o golpe de abril de 1964, pretendiam que uma única emissora concentrasse a audiência televisiva no Brasil, facilitando o processo de reorganização dos sistemas de comunicação no país e impedindo a propagação de um discurso de oposição. A Rede Tupi, de Assis Chateaubriand, não gozava da confiança plena dos militares porque havia apoiado a continuidade do governo de João Goulart; o Grupo Simonsen, proprietário da TV Excelsior, fora um dos principais sustentáculos do presidente deposto, e havia um interesse notório da ditadura em desestabilizá-lo até provocar seu fechamento (KURTH, 2006). Assim, a preferência dos militares pela emergente Rede Globo, do Rio de Janeiro, não foi uma surpresa, dado seu apoio à tomada de poder pelas Forças Armadas, expresso textualmente no editorial “Ressurge a democracia!”, publicado no dia seguinte ao golpe no jornal *O Globo* (GIOVANAZ, 2015, p. 27-28).

Mas não foi apenas o apoio dos militares que garantiu a expansão do Grupo Globo. Uma polêmica parceria com o grupo de mídia estadunidense *Time-Life*, na década de 1960, garantiu capital para a compra de equipamentos, modernização e construção de novas estações¹¹¹ (GIOVANAZ, 2015, p. 28). De lá para cá a família Marinho se tornou controladora de um império midiático¹¹². No entanto, não foi a única a estabelecer influência na comunicação brasileira. Conforme Capparelli e Lima (2004, p. 27), o controle dos veículos de comunicação brasileiros por empresas familiares é histórico.

Dos oito jornais com maior circulação média diária no Brasil em 2015 (circulação paga da versão impressa), com base em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC)¹¹³, todos integram grupos de mídia de conglomerados empresariais familiares. O primeiro colocado, jornal *Super Notícia*, é editado pela Sempre Editora, empresa do Grupo Sada, controlado pela família Medioli; o segundo colocado, *O Globo*, e o oitavo colocado, *Extra*, pertencem ao Grupo Globo, controlado pela família Marinho; o terceiro, *Folha de S. Paulo*, integra o Grupo Folha, da família Frias; o quarto, *O Estado de S. Paulo*, pertence ao Grupo OESP, controlado pela família Mesquita; o quinto colocado no *ranking*,

¹¹¹ Esse vínculo foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), tendo em vista que a Constituição de 1946 proibia a participação de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras em empresas de comunicação brasileiras. O relatório da CPI, apresentado em 1966, foi desfavorável à Rede Globo, no entanto, no ano seguinte o grupo acabou absolvido (GIOVANAZ, 2015, p. 29).

¹¹² Segundo informações do próprio Grupo Globo (disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/>>. Acesso em: 24 abr. 2017), o conglomerado reúne, atualmente, a Rede Globo de Televisão (com cinco emissoras próprias e mais uma grande quantidade de afiliadas espalhadas por todo o território nacional); a Globo Internacional (que distribui o conteúdo da TV Globo para mais de 100 países); a Globo Filmes (coprodutora e distribuidora de filmes); a Globosat (programadora de canais de TV por assinatura – o grupo dispõe de vários canais no cabo); a Infoglobo (que reúne os jornais diários *O Globo*, *Extra* e *Expresso*, além de participação no jornal *Valor Econômico*); a Editora Globo (possui em seu portfólio 16 revistas, além de editar livros); a Som Livre (atua na área musical); o Sistema Globo de Rádio (com emissoras próprias e afiliadas nos segmentos de notícias (CBN) e talk (Rádio Globo)); além de atuação na mídia digital com o ZAP (portal de classificados online) e a Globo.com (que atua no provimento de serviços e plataformas tecnológicas relacionadas à internet para as empresas do Grupo e administra o Portal de Notícias G1).

¹¹³ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

o jornal *Daqui*, é do Grupo Jaime Câmara, da família Câmara; o sexto e o sétimo colocados, respectivamente *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, são do Grupo RBS, da família Sirotski (editado a partir de Capparelli e Lima (2004, p. 29-30) e de informações disponíveis nos *sites* dos jornais).

Essa listagem demonstra que a formação dos conglomerados midiáticos não é uma exclusividade dos veículos de comunicação com influência nacional, mas também está presente em sistemas regionais. O Grupo RBS é um exemplo dessa dinâmica e teve grande influência no monopólio da imprensa com circulação estadual em Santa Catarina: atualmente apenas um jornal detém esse *status*, o *Diário Catarinense*, criado pelo grupo em 1986. Conforme Fernandes (2003, p. 85), a implantação do jornal foi uma estratégia da RBS para completar seu complexo de comunicação no Estado, na época formado por sete emissoras de rádio e quatro de televisão.

A implantação do *Diário Catarinense* é apontada tanto por Fernandes (2003) como por Budde (2013) como fator fundamental para a decadência do jornal *O Estado*. O *DC* (como é conhecido) estava “ancorado pelo poderoso Grupo RBS, por critérios comerciais que incluíam minuciosa pesquisa de mercado, pelo profissionalismo e bem estruturada campanha de *marketing* através das emissoras de rádio e de televisão do próprio grupo” (FERNANDES, 2003, p. 86). Além disso, contava com a articulação política própria do Grupo RBS, “tão ou mais determinantes para o crescimento dos negócios da família Sirotsky do que a sua competência empresarial ou a qualidade técnica de suas produções”, aponta Giovanaz (2015, p. 247), com base na tese defendida por Herz (1987).

No entanto, apesar do poderio político e empresarial, o *DC* não conseguiu se inserir tão rapidamente como imaginava em todo o Estado. Conforme Budde (2013, p. 93), a maior resistência veio do Vale do Itajaí, onde existia o *Jornal de Santa Catarina*, e do Norte do Estado, região do jornal *A Notícia*, justamente as áreas mais industrializadas e líderes na economia catarinense. A solução encontrada foi a compra do *Santa*, efetivada em 1992. Além de garantir a penetração do *Grupo RBS* em um importante mercado de anunciantes e leitores, o negócio eliminou um dos concorrentes do *DC* em termos estaduais, já que a partir de então o *Jornal de Santa Catarina* teve a circulação restrita à região do Vale do Itajaí (FERNANDES, 2003, p. 84-85).

No ano 2000, “o *DC* contava com cerca de 500 funcionários, sendo 105 na redação, que era 85% digitalizada. A tiragem era de 32,2 mil exemplares de segunda a sábado e chegava a 47,3 mil aos domingos”. O jornal tinha então 17 sucursais e sua edição diária recebia

quatro capas diferentes voltadas ao público das quatro grandes regiões do Estado (FERNANDES, 2003, p. 87).

A consolidação daquilo que Giovanaz (2015, p. 211) define como “oligopólio midiático em território catarinense” – e que foi assim entendido também pelo Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, o que motivou denúncia ao Ministério Público, mas o processo acabou arquivado (BUDDE, 2013, p. 93) – foi a compra, pelo Grupo RBS, do jornal *A Notícia*, em 2006. A partir daí o *DC* passou a ser o único jornal com circulação estadual, já que o *A Notícia* teve sua circulação focada na região Norte de Santa Catarina.

Com isso, o principal grupo de mídia com atuação no Estado comandava, em 2008, 55 veículos de comunicação em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 2008). Porém, em 2016 a operação das empresas jornalísticas do conglomerado em Santa Catarina foi vendida para o Grupo NC. Conforme informações divulgadas pela própria RBS, a transação envolveu “as emissoras RBS TV em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Centro Oeste, Chapecó e Criciúma, os jornais *Diário Catarinense*, *Hora de Santa Catarina*, *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina* e as rádios CBN Diário, (...) Itapema e Atlântida em Santa Catarina” (RBS, 2016). Mesmo com a cisão, o oligopólio midiático apontado por Giovanaz (2015) se mantém, embora em outras mãos.

Outro grupo midiático supraestadual¹¹⁴ identificado por Pinto (2015, p. 252) com atuação em Santa Catarina é a Rede Independência de Comunicação (RIC), proprietária do jornal *Notícias do Dia*, na capital, e das afiliadas da TV Record, Record News e da Rádio Record AM.

Recentemente a tendência de formação de grupos midiáticos chegou também à pequena imprensa, aqui identificada por meio do jornalismo de proximidade. Deolindo (2016, p. 211), que estudou a mídia do interior fluminense em sua tese de doutoramento, aponta que metade dos jornais diários analisados se organizava em grupos, “formando conglomerados locais e regionais”. De acordo com a pesquisadora, os veículos articulados em grupos apresentavam uma economia mais consolidada, com melhor desempenho financeiro do que aquelas que não estão integradas a outros negócios (DEOLINDO, 2016, p. 211).

¹¹⁴ Com atuação para além do território estadual.

Na tese de Pinto (2015) esses grupos são identificados como subestaduais¹¹⁵. Entre os que atuam em Santa Catarina está o grupo Rede de Comunicação SC (RedeComSC), que mantém cinco impressos com produção a partir de Chapecó (o principal veículo é *Diário do Iguaçú*, com 18 anos de criação; a partir de 2008 a *Folha de Chapecó*, diário voltado para os bairros da cidade; o *Alto Uruguai*, que é semanal e circula nas cidades de Joaçaba, Concórdia, Seara e em outros 15 municípios da região; o *Divisa Oeste*, também semanal, circula em outras 15 cidades, a exemplo de Xanxerê e Alberto Luz; e a *Folha Extremo Oeste*, também com edições semanais). Conforme Pinto, o jornal foi fundado por Lenoires da Silva.

Outro grupo citado pela pesquisadora é o WH Comunicação, controlado por Wolmir e Fernando Hübner, o qual possui dois jornais semanais (*O Líder* em Maravilha e *O Líder* em São Miguel do Oeste), quatro rádios regionais (*Raio de Luz* em Guaracibaba, *Nova FM* em Pinhalzinho, *Líder FM* em Maravilha e *103 FM*, emissora sediada em Descanso) e o portal de notícias na internet WH3 (PINTO, 2015, p. 259-260); além de outros negócios não relacionados ao jornalismo¹¹⁶. Conforme a pesquisadora, “a Nova FM tem como sócio da outorga o político Ladir Cassol (PMDB), com ampla trajetória política em Pinhalzinho”. Ele já foi vereador e vice-prefeito da cidade. No último pleito foi o candidato do PMDB a prefeito, mas não foi eleito.

Além do jornal *O Líder*, em 2016 estavam em circulação na região Extremo Oeste de Santa Catarina outros três jornais semanais sediados em São Miguel do Oeste: *Gazeta Catarinense*¹¹⁷; *Jornal Imagem*¹¹⁸, *Folha do Oeste*¹¹⁹ e *Jornal Regional*¹²⁰.

¹¹⁵ Veículos e ou grupos de abrangência mais restrita, com cobertura pontual em alguns municípios.

¹¹⁶ Algumas informações disponíveis em: <<http://wh3.com.br/noticia/126125/wh-comunicacoes-realiza-encerramento-do-ano-e-homenageia-colaboradores.html>>. Acesso em: 01 maio, 2017.

¹¹⁷ O jornal *Gazeta Catarinense*, que recentemente passou a se chamar apenas *Gazeta*, é descendente do periódico intitulado *Gazeta Popular*, criado em 1999 na cidade de Paraíso. Em 14 de fevereiro de 2003 o *Gazeta Popular* iniciou suas atividades em São Miguel do Oeste (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO, 2004, p. 15). O jornal já chegou a circular bissemanalmente, mas atualmente é semanal.

¹¹⁸ O *Jornal Imagem* foi fundado em 1999, na cidade de Itapiranga, Extremo Oeste de Santa Catarina, circulando na cidade natal, São João do Oeste e Tunápolis, sob a direção de Norberto Bauer, até 2003, quando foi adquirido pela

As constatações gerais acerca do ecossistema jornalístico brasileiro, descrito de maneira breve, demonstra sua complexidade e desigualdade de acordo com as diferentes esferas de visibilidade. Aspectos como a relação com o universo político e a concentração de propriedade são fundamentais para compreender seu funcionamento. Ainda, no caso de Santa Catarina pode-se observar, em relação à imprensa, uma concentração de propriedade dos jornais de maior circulação no Estado, enquanto uma pluralidade de títulos integra a imprensa de proximidade (regional, local, interiorana). É nesse complexo ecossistema que se quer analisar as características atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina em jornais com diferentes áreas de circulação, na cobertura de controvérsias públicas.

3.2 EM BUSCA DOS ENQUADRAMENTOS JORNALÍSTICOS

A pesquisa aqui realizada pode ser definida como empírica, ou seja, o ponto de partida é o questionamento acerca de um objeto empírico específico e da contribuição da análise do fenômeno para o avanço das discussões teórico-acadêmicas. No caso pesquisado, o objeto empírico se constitui de matérias jornalísticas divulgadas por veículos de comunicação impressos, que têm como pauta acontecimentos que geraram controvérsias públicas acerca da caracterização identitária do Extremo Oeste de Santa Catarina.

O ângulo de abordagem, a partir da opção por desenvolver a pesquisa dentro de um programa de pós-graduação em Jornalismo, parte

Cooperativa Educacional de Santa Catarina – Cooesec. Desde 2005 o jornal está sediado em São Miguel do Oeste.

¹¹⁹ O jornal *Folha do Oeste* é descendente de *O Celeiro Regional* (fundado em 1983). A Editora Itaberaba, que produzia o jornal *O Celeiro*, tinha como sócios o jornalista Darcy Schultz e sua esposa Ibraida. Em 1984 o empresário Miguel Ângelo Gobbi se tornou sócio da empresa e, no mesmo ano, a sede do jornal foi transferida para São Miguel do Oeste. Em dezembro de 1986, o nome foi alterado para *Folha do Oeste*. Até hoje o principal controlador do jornal é Miguel Ângelo Gobbi, que também é presidente da Associação dos Jornais do Interior (Adjori) - Santa Catarina.

¹²⁰ O *Jornal Regional* foi fundado em 1993, em São José do Cedro, sob a direção de José Francisco Gonçalves. Em 1995 sua sede foi transferida para São Miguel do Oeste pelo então diretor Agenor Fontana. No ano seguinte foi adquirido pelos empresários Sergio e Neusa Wathier (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO, 2004, p. 15). Em 2016 o jornal encerrou sua versão impressa, mas mantém a edição digital.

da concepção – a exemplo de Silva (2009) – de que embora se esteja tratando de um fenômeno específico, o noticioso, esse não pode negar sua característica comunicacional e, conseqüentemente, sua localização dentro da grande área das Ciências Sociais e Humanas. Como já citado anteriormente, a concepção de jornalismo aqui adotada é de uma *forma social de conhecimento* (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 2005), que possui uma dimensão cultural, uma historicidade, um contexto social, e uma dimensão cognitiva, relacionada à estrutura e organização adequada ao processo de compreensão.

Tendo em vista esses princípios, a pesquisa é essencialmente qualitativa. Essa é uma característica da grande área, embora alguns dados quantitativos possam ser abordados para efeito de adensamento de argumentos. Além da metodologia de pesquisa bibliográfica e da leitura de matérias jornalísticas enquanto documentos de contextualização sócio-histórica e cultural (desenvolvida nos dois primeiros capítulos), neste o discurso jornalístico é analisado de maneira minuciosa e estrutural a partir da análise dos enquadramentos predominantes no material que constitui o *corpus* da pesquisa. Enquadramentos que, na conceptualização aqui adotada, possuem raiz na cultura, por isso *enquadramentos culturais*, mas sem negar as questões cognitivas, próprias da sua origem enquanto mecanismo de compreensão de fenômenos comunicacionais (GOFFMAN, 1986).

3.2.1 A construção do *corpus*: jornalismo, reivindicações e controvérsia pública

Um dos desafios da pesquisa foi a delimitação do *corpus* empírico. É importante explicar o motivo de se recorrer a matérias de jornais e não a outro suporte jornalístico. Essa questão tem a ver com a homogeneização do material de análise. Esse suporte é o único que possui edições periódicas preservadas desde a década de 1950 até os dias atuais nas duas esferas de análise: regional/local e estadual/nacional.

Mesmo contemporaneamente não há emissoras de televisão nas cidades da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc)¹²¹. O rádio é um veículo de comunicação importante

¹²¹ A Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc) foi criada em 1971 e, atualmente, reúne 19 municípios: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa

localmente e bastante popular, como descrito no trabalho de Pavan (2011), contudo não mantém a programação noticiosa arquivada por longos períodos. Essa opção também dificultaria a comparação com a esfera estadual/nacional. Da mesma forma, material digital, embora evidentemente relevante nos dias atuais, prejudicaria a homogeneidade do *corpus* tendo em vista que não haveria parâmetro de comparação desde o início do recorte temporal.

Embora a preservação do material seja apresentada como uma vantagem da exploração dos jornais como material de pesquisa, é necessário fazer algumas ponderações. Isso porque, embora preservados, as condições desses arquivos dificultam o manuseio, especialmente diante do tempo disponível para o trabalho de coleta dentro dos limites de um mestrado. Boa parte dos arquivos existentes mantém os jornais físicos, ou seja, a busca precisa ser feita em cada encadernação de maneira manual. As edições nem sempre são contínuas ou completas, além de muitas estarem se deteriorando devido ao tempo e às condições de arquivamento (portanto o manuseio precisa ser feito com muito cuidado e paciência). Além disso, não há uma grande biblioteca ou hemeroteca de referência onde se pode localizar um volume expressivo de material tanto regional, estadual e nacional. A saída encontrada foi fazer a busca em diferentes arquivos de diferentes cidades (a lista completa está detalhada no Apêndice 1).

Nem mesmo os jornais com circulação nacional fugiram dessa regra. Embora a Fundação Biblioteca Nacional mantenha, desde 2012, a Hemeroteca Digital (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>)¹²², há períodos em que poucos periódicos foram integrados ao acervo. De qualquer forma, esse projeto foi de grande utilidade, pois disponibiliza uma ferramenta de busca que permite a consulta por título, período, edição, local de publicação e/ou palavra(s). Essa última é possível devido à utilização da tecnologia de Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition* – OCR). Dessa forma, em

Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

¹²² A Hemeroteca Digital dispõe de centenas de periódicos que circularam no Brasil desde por volta de 1800. O acervo ganhou um incremento importante em 2015 quando os Diários Associados, conglomerado midiático criado por Assis Chateaubriand (1892-1968), doaram seu acervo para a Biblioteca Nacional. Esse material está sendo digitalizado e disponibilizado aos poucos na Hemeroteca.

poucos minutos, por meio da internet, é possível fazer uma varredura em milhões de páginas de jornais brasileiros a partir de palavras-chave.

As dificuldades apontadas são potencializadas quando se trabalha com um recorte temporal longo, como feito aqui (da emancipação dos municípios que integram o Extremo Oeste catarinense, em 1953, até o ano de 2016). O jornalismo tem como característica o fluxo contínuo de informações, o que faz com que seja fundamental a determinação de um recorde que torne a análise empírica exequível e, ao mesmo tempo, representativa. Como a temática da identidade regional não é, em si, uma pauta do jornalismo cotidiano, mas sim questão que atravessa diversos temas noticiados, a opção foi por delimitar as pautas a *claims* (reivindicações) de segmentos regionais que se configuraram em controvérsias públicas. São nesses momentos, em que há conflito de posições, ou concorrência de enquadramentos – para seguir a linha teórica aqui definida – que as posições dos atores sociais e as relações de poder ficam mais claras.

Embora se reconheça que esses elementos estejam presentes em qualquer discurso jornalístico, em momentos de normalidade, de situações não controversas, as marcas pelas quais se pode mapear esses aspectos se tornam mais tênues. É como se em situações onde não há contradições de enquadramentos os polos do debate se aproximassem de tal modo a quase se confundirem, enquanto em momentos de controvérsia esses polos ficam mais bem delineados e suficientemente afastados que permitem uma melhor visualização.

Já a questão dos *claims* tem a ver com a atuação política dos veículos de comunicação. Como embasado por diferentes pesquisadores citados no capítulo anterior, o jornalismo possui uma dimensão política que funciona na mesma dinâmica das situações controversas. Ou seja, em notícias onde não há grupos defendendo reivindicações é mais difícil vislumbrar a atuação política do veículo de comunicação. No entanto, quando determinados grupos assumem a bandeira de uma causa o jornalismo acaba sendo mais visado e exposto, de modo que ficam mais evidentes as suas posições.

Para selecionar esses *claims*, em um primeiro momento, foi realizado um contato prévio com o material empírico de modo a levantar informações gerais acerca da quantidade de jornais disponíveis e de suas localizações. Dessa forma se chegou aos arquivos utilizados, localizados nos seguintes acervos: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (arquivos digitais); acervos digitais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de S. Paulo*; Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina, localizada em Florianópolis (arquivos físicos); Centro de

Memória do Oeste (Ceom), em Chapecó (arquivos físicos); Biblioteca Pública Municipal José de Alencar, localizada em São Miguel do Oeste (arquivos físicos); acervo particular disponibilizado pela senhora Maria Regina Meneguzzi Baldissera¹²³, em São Miguel do Oeste (arquivos físicos); *clipping* de matérias jornalísticas que constitui acervo particular disponibilizado pelo senhor Darci Zanotelli¹²⁴, em São Miguel do Oeste (arquivo físico).

A partir desse mapeamento inicial percebeu-se que duas temáticas eram recorrentes em diferentes jornais e que, em diferentes momentos, matérias sobre essas pautas haviam gerado discussões em torno de caracterizações atribuídas à região Extremo Oeste: a) Sobre as mobilizações em torno da criação do Estado do Iguaçú, abrangendo o Oeste e Extremo Oeste catarinense e o Sudoeste e Oeste paranaense; b) Sobre a construção de uma ligação rodoviária internacional entre Brasil e Argentina passando por São Miguel do Oeste e, posteriormente, também por Paraíso (isso porque a faixa do território que faz fronteira com a Argentina passou a integrar Paraíso a partir de 1992, quando esse município se emancipou de São Miguel do Oeste).

3.2.1.1 A cobertura do movimento pró-Estado do Iguaçú

¹²³ Maria Regina Meneguzzi Baldissera é gerente da Rede Peperi de Comunicações, empresa que mantém sete emissoras de rádio no ar na região Extremo Oeste de Santa Catarina. Ela é viúva do jornalista Ademar Baldissera, que foi quem organizou o arquivo de jornais do final da década de 1950 e início de 1960 de que ela dispõe. Os irmãos Ademar e Adilson Baldissera, filhos de migrantes do Rio Grande do Sul que vieram para São Miguel do Oeste - SC na década de 1950, foram os fundadores da Rede Peperi. A família era proprietária de uma colonizadora. Mais tarde os negócios foram expandidos para o ramo madeireiro e, atualmente, envolvem uma gama de áreas, como as comunicações, empresa madeireira, agropecuária e imóveis.

¹²⁴ Darci Zanotelli é empresário do ramo de transportes, com a sede da empresa instalada em São Miguel do Oeste - SC. É um dos principais militantes de projetos de integração entre a região Extremo Oeste e os países do Mercosul. É presidente da Comissão Bi-Nacional Ponte Internacional Peperi-Guaçu, Membro da Zona de Integração do Centro Oeste da América do Sul (Zicosur), coordenador brasileiro do Grupo de Empresários Integrados do Centro Oeste Sul Americano (Geicos), presidente da Associação Bi-nacional de Turismo BR/AR e Conselheiro Superior da Federação das Empresas de Transportes do Estado de Santa Catarina (Fetrancec).

No caso da criação do Estado do Iguazu vários trabalhos acadêmicos citam uma série de ações governamentais que tinham como preocupação os movimentos em prol da criação do novo Estado, remanescente do Território Federal do Iguazu¹²⁵. Como exemplo pode-se apontar as pesquisas de Mombelli (1996), Oliveira (1998) e Lopes (2004), onde são citadas diversas matérias jornalísticas que abordam a questão. A partir dessas pesquisas observou-se que havia um vasto material informativo e opinativo sobre o tema, que é transversal à questão da identidade, já que discute exatamente as características que definem o espaço catarinense e suas regiões.

Em uma busca na Hemeroteca Digital Brasileira pelas palavras-chave “Estado do Iguassu¹²⁶” e “Estado do Iguazu”, a matéria mais antiga localizada é datada de 8 de novembro de 1912. Trata-se de um artigo que inicia na capa do jornal *A Epoca*¹²⁷, editado no Rio de Janeiro, com o título “Santa Catharina-Paraná”. A conclusão está na página 2. O texto faz referência à disputa territorial entre os dois Estados da região Sul do Brasil e apresenta uma solução defendida por algumas lideranças políticas no período, a fusão deles com a criação do Estado do Iguassú (para usar a grafia presente na referida matéria). Como já citado no Capítulo 1, a disputa entre Paraná e Santa Catarina só foi encerrada em 1916, com a assinatura do acordo de limites, após vários anos de discussão judicial.

No entanto, nesta pesquisa interessa o movimento em prol da criação do Estado do Iguazu (grafia utilizada pelo movimento) que se organizou a partir de 1946¹²⁸. Ao contrário daquele que pretendia a fusão dos dois Estados, esse último buscava a criação de uma nova unidade da federação, com área próxima daquela que havia sido

¹²⁵ Território federal criado em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, e extinto em 18 de setembro de 1946.

¹²⁶ Durante décadas a grafia do termo teve variações nos impressos pesquisados. Alguns utilizavam Iguassu e outros Iguazu, ambas as versões apareciam, por vezes, com acento na última sílaba. Um consenso parece ter surgido a partir dos anos de 1970, pois a partir dessa época todas as ocorrências trazem a grafia “Estado do Iguazu”, embora a questão da acentuação se mantenha controversa.

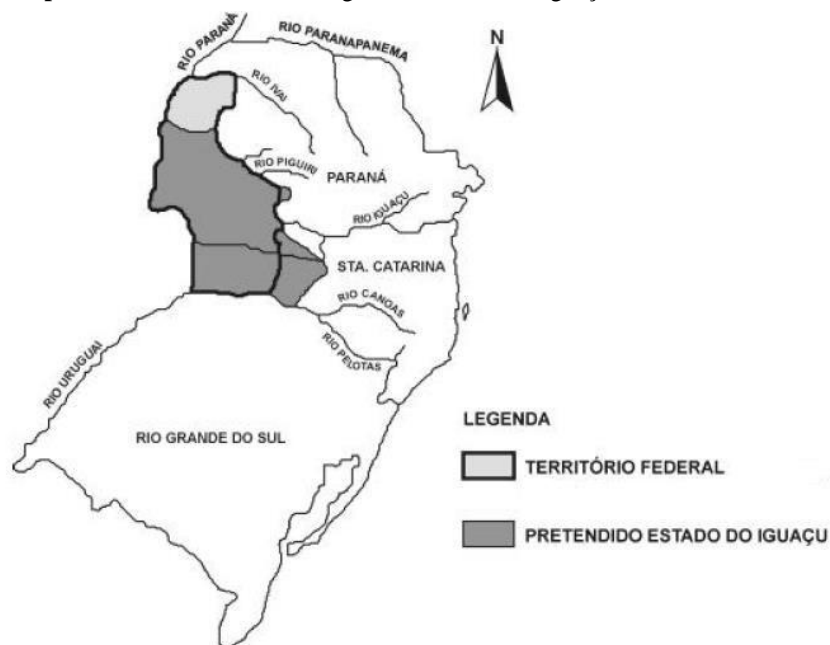
¹²⁷ Diário que circulou no Rio de Janeiro, então capital da República, de 1912 a 1919. Teve menos influência do que outros jornais do período, como o *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *A Gazeta de Notícias*. Foi reconhecido por inovações em termos gráficos e de conteúdo.

¹²⁸ Conforme Oliveira (1998), imediatamente após a extinção do território federal se iniciam as reivindicações pela criação do Estado do Iguazú, porém o movimento se organiza formalmente a partir da década de 1960.

integrada ao Território Federal do Iguassú no período de 1943 a 1946 (a grafia segue a do Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguassú).

Como já apontado no Capítulo 1 (especialmente no tópico *1.1.1.1 Notas sobre o Oeste catarinense*), a criação desses territórios pelo governo de Getúlio Vargas estava relacionada com a política de integração nacional baseada na ocupação e no desenvolvimento econômico de todas as regiões do país, com foco naquelas tidas como mais remotas e, especialmente, fronteiriças. “Esta política de criar um só Brasil em toda sua extensão era também uma política de combate às ‘forças desintegradoras da nacionalidade’, ou seja, aos regionalismos remanescentes da primeira república¹²⁹” (OLIVEIRA, 1998, p. 38). A justificativa da criação dos territórios federais era a da interiorização do poder central, conjugado com a proteção das fronteiras. O Território Federal do Iguassú foi dissolvido logo após a deposição de Vargas do poder, a partir da entrada em vigor da Constituição de 1946. Políticos paranaenses e catarinenses foram protagonistas nas negociações que fizeram com que a área fosse reintegrada aos seus estados originais.

¹²⁹ O período da história do Brasil conhecido como Primeira República, ou República Velha, se estende da proclamação da República, em 1889, até a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, por meio de um movimento armado liderado pelos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Durante a Primeira República o poder político estava centrado em segmentos do exército (especialmente nos primeiros anos após a proclamação da república) e nas oligarquias agrárias (especialmente de Minas Gerais e São Paulo, que se alternavam no poder na chamada política café com leite).

Mapa 2 – Território Federal do Iguassú e Estado do Iguaçú

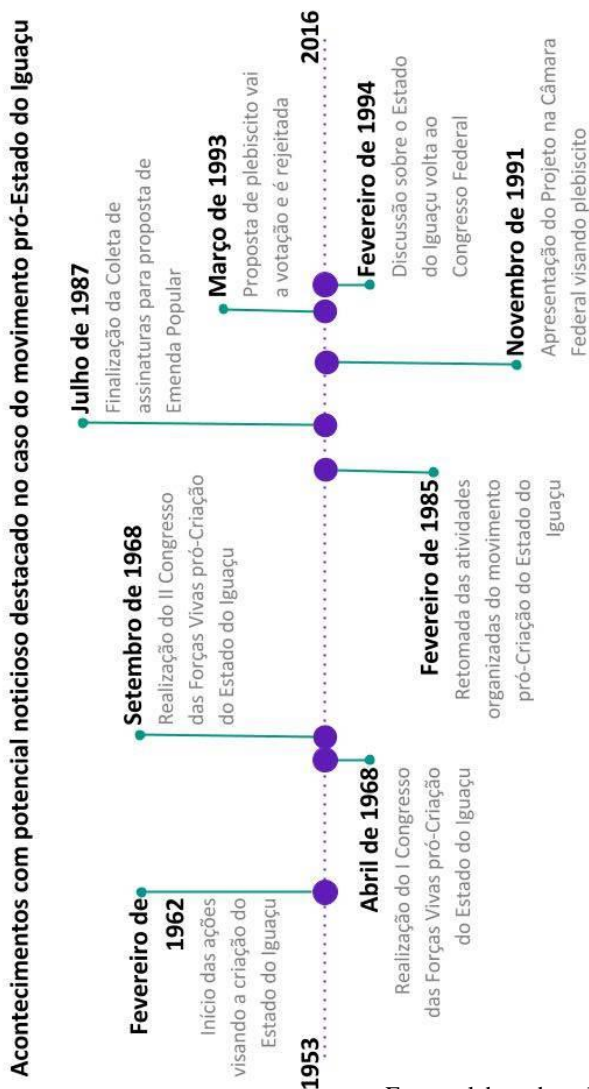
Fonte: Wachowicz (1987).

No entanto, tendo como ponto de partida a existência, mesmo que por um curto período, desse território, logo houve manifestações que reivindicavam a criação do Estado do Iguaçú, como pontua Lopes (2004, p. 1). O movimento ganhou força, especialmente, na década de 1960. Em 1962 foram realizados os primeiros encontros visando uma articulação em torno da reivindicação no município de Pato Branco, Sudoeste do Paraná. Já o primeiro documento público em prol do Estado do Iguaçú foi divulgado pela Câmara de Vereadores de Dionísio Cerqueira, no Extremo Oeste de Santa Catarina, em fevereiro de 1962 (OLIVEIRA, 1998, p. 47).

Como se tornaria impraticável vasculhar manualmente todos os arquivos de jornais locais, regionais, estaduais e nacionais disponíveis nos arquivos citados dentro do período determinado para a pesquisa, a solução foi elencar momentos do transcurso histórico do fato que teriam potencial para atrair maior atenção dos veículos jornalísticos. Em outras palavras, acontecimentos relacionados ao tema com potencial para serem transformados em acontecimentos jornalísticos, os quais foram

mapeados com base nas pesquisas acadêmicas citadas. Chegou-se então à linha do tempo representada pelo esquema abaixo:

Figura 1 – Linha do tempo dos acontecimentos com potencial noticioso destacado sobre o Estado do Iguauçu



Fonte: elaborado pela autora

A partir desse mapeamento a busca pelos textos a serem analisados foi intensificada em torno dessas datas, sem ignorar eventuais matérias encontradas casualmente em períodos diferentes dos elencados, mas com a preocupação de cobrir, preferencialmente, os momentos apontados por haver maior chance de se encontrarem matérias e por serem potenciais momentos de controvérsia em torno da temática. Foram selecionados os materiais que se encaixavam nos gêneros jornalísticos informativo e opinativo (a partir da classificação proposta por Marques de Melo e Assis (2010)).

Com base nesses filtros foram localizados 89 textos em jornais, distribuídos pelo período de 1961 a 1994 (Apêndice 2). Esse material foi analisado em sua globalidade, de modo a se compreender as características gerais da visibilidade jornalística concedida aos fatos. Posteriormente, uma amostra constituída de notícias, reportagens, editoriais, artigos, crônica e comentário (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2010) passou por uma análise de enquadramentos.

Ou seja, dentre os materiais classificados como informativos excluiu-se da análise de enquadramentos as notas, por apresentarem poucos elementos para o tipo de análise aqui proposta. Já dentre o gênero opinativo optou-se por analisar os editoriais, artigos, comentários e uma crônica. Além desses formatos, observou-se no material coletado a presença de notas em colunas. Portanto, com base no mesmo critério que se excluiu da amostra as notas informativas também se excluiu as notas opinativas em colunas. Os demais formatos opinativos descritos por Marques de Mello e Assis (2010) não foram localizados dentre as edições pesquisadas. Após essa segunda filtragem, a amostra que passou pela análise de enquadramentos foi composta por 60 textos.

3.2.1.2 A cobertura da construção do Corredor Rodoviário Bioceânico Brasil-Argentina via ponte Peperi-guaçu

O movimento que levou até a temática da ligação internacional foi em outra direção. Embora em um primeiro momento a cobertura pareça distante de questões de identificação e pertencimento, no contato com os jornais locais, estaduais e nacionais percebeu-se que o tema tangenciava essa discussão. Isso porque um dos aspectos marcantes do Extremo Oeste catarinense é estar localizado em uma faixa de fronteira internacional, no limite de pertencimento ao território catarinense e brasileiro. Esse fator tem uma série de implicações relativas a distâncias e aproximações culturais, simbólicas e físicas.

O primeiro episódio que chamou a atenção sobre a pauta é recentemente datado. Em fevereiro de 2016 a revista *Exame*, editada pelo Grupo Abril e com circulação nacional, publicou em sua versão impressa e em seu *site* uma matéria intitulada “Uma passagem clandestina liga Santa Catarina à Argentina”¹³⁰. No texto, informações de que a Ponte Internacional Peperi-Guaçu havia sido construída em 1994 por empresários da região para a ligação de estradas vicinais, porém, havia se tornado um ‘problemão’ com a pavimentação, em 2010, do trecho da BR-282 de São Miguel do Oeste até a ponte, que liga o Brasil à Argentina. Isso tendo em vista que a passagem internacional não era autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e, por isso, a passagem pelo local não tinha controle da Polícia e da Receita Federal.

¹³⁰ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1107/noticias/uma-passagem-clandestina-liga-santa-catarina-a-argentina>>. Acesso em: 14 abr. 2016. Interessante observar que em 7 de abril de 2017 tentei acessar novamente o conteúdo por meio do link, no entanto, a matéria agora disponível tinha algumas edições, sem grandes alterações no conteúdo, como a inclusão de linha fina, por exemplo. Os comentários, antes disponíveis, não apareciam mais.

Figura 2 – Matéria publicada no site da revista *Exame* no dia 22 de fevereiro de 2016

REVISTA EXAME 22/02/2016 05:55

Uma passagem clandestina liga Santa Catarina à Argentina

Recomende    Divulgação/Exame: 15.574 views 2 Salvar notícia



Uma ponte fora da lei: falta uma aduana na fronteira de São Miguel do Oeste (SC) com a província de Misiones, na Argentina

 São Paulo — Quem trafega pela ponte sobre o rio Peperi-Guaçu, que separa o estado de **Santa Catarina** da província de Misiones, na **Argentina**, nota uma situação peculiar: apenas as autoridades argentinas fazem o controle alfandegário nesse trecho. Construída em 1904 por empresários da região para conectar estradas vicinais dos dois países, a passagem é considerada ilegal pelo Brasil.

Leo Branco, da Revista EXAME

[Siga-me](#)

Fonte: Exame.com

A matéria repercutiu regionalmente, tendo em vista que a adequação da ligação internacional é uma reivindicação antiga de alguns segmentos da comunidade local, segundo informações coletadas em jornais, há quase 60 anos a pauta é debatida. Na primeira edição do jornal *A Voz da Fronteira*, impresso publicado em São Miguel do Oeste, datada de 14 de setembro de 1958, havia menção à construção da então denominada Estrada da Madeira, que ligaria o município à Argentina facilitando as exportações.

Figura 3 – Parte da capa da primeira edição do jornal *A Voz da Fronteira*

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EDUCAÇÃO - ENERGIA - TRANSPORTE

A VOZ DA FRONTEIRA

A REC 003311

GINÁSIO PEPERI

A criação de um estabelecimento educacional para o ensino secundário há muito se fazia mister nestes rincões do extremo oeste catarinense, não só, pelos problemas que surgiam com a retirada de nossa juventude do atacadicho familiar na época em que mais necessitam d'êste, mas também, para assim facilitar a todos, sem muito dispendir a frequentarem uma escola secundária - Ginásio -, nesta zona que até tão pouco tempo era uma mata intransponível.

Por mensagem do Executivo local à Câmara de Vereadores, foi aprovada a Lei n.º 10, de 20 de agosto de 1956, criando o GINÁSIO PEPERI. RI, nome este de honra do ilustre Deputado Federal Dr. Antonio Carlos Konder Reis, que muito tem batalhado em prol deste nobre causa.

Orçado em Cr\$ 3.298.064,00 (Tres milhões, duzentos e noventa mil e sessenta e quatro cruzeiros). Teve início em meados de outubro de 1957, já se encontrando na fase fi-

AEROPORTO MUNICIPAL

Tendo em vista o bom andamento de uma administração a grande utilidade para a região, o Prefeito Municipal Sr. Olímpio Dal Negro, solicitou a Câmara Municipal, mediante mensagem enviada àquela Casa, para que fosse aprovada a Lei que autoriza a construção do AEROPORTO MUNICIPAL, a qual foi aprovada em 20 de

— OESTE CATARINENSE —

Director Proprietario **ALEXANDRE TIEZERINI**

N.º 1 São Miguel do Oeste — 14 de Setembro 1958 — Santa Catarina Ano 1

a sede do município com o partido argentino MONTECARLO no rio Paraná. As múltiplas dificuldades quanto à exportação, por meio de embarques do rio Itaipava, quer para terra, levando a madeira em parte de transporte, e em modo especial na parte econômica serão atenuadas em que sua totalidade com a proleçada ESTRADA DA MADEIRA, as distâncias se-

o município com o partido argentino MONTECARLO no rio Paraná. As múltiplas dificuldades quanto à exportação, por meio de embarques do rio Itaipava, quer para terra, levando a madeira em parte de transporte, e em modo especial na parte econômica serão atenuadas em que sua totalidade com a proleçada ESTRADA DA MADEIRA, as distâncias se-

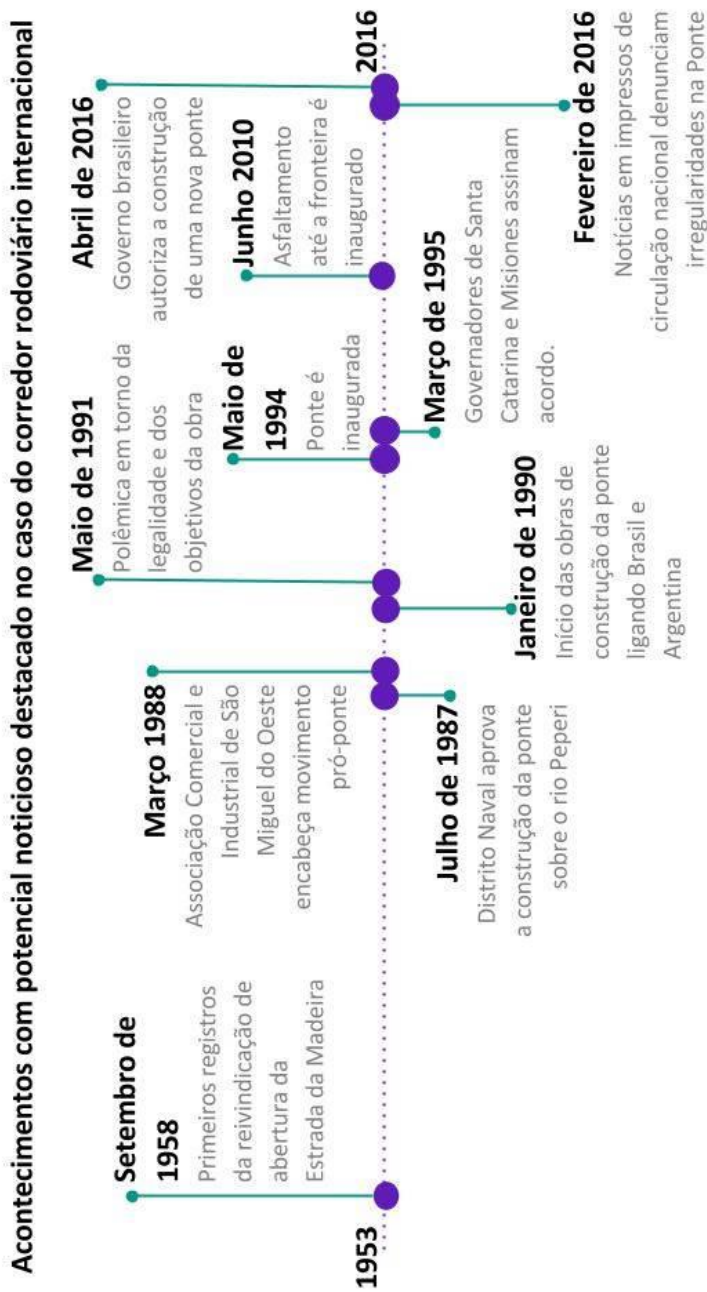
Fonte: Acervo pertencente à Maria Regina Meneguzzi Baldissera

Nota: foto feita pela autora

No contato com o material jornalístico ficou evidente que a pauta possuía as características adotadas como estratégia para a composição do *corpus* empírico: tratava-se de uma reivindicação (*claim*) de segmentos da comunidade regional que em vários momentos gerou controvérsias públicas registradas em textos jornalísticos de diferentes impressos e com diferentes áreas de abrangência. Essas carregam elementos das características identitárias da região Extremo Oeste de Santa Catarina. Com base nessas informações prévias se optou por integrar o material jornalístico sobre essa pauta ao *corpus* da pesquisa.

A mesma estratégia adotada em relação à pauta do Movimento pró-Estado do Iguaçu foi utilizada também aqui, ou seja, foram delimitados acontecimentos com potencial noticioso fomentados por diferentes agentes, inclusive pelos próprios veículos jornalísticos, como no caso da revista *Exame*. Nesse exemplo, e em outros que serão relatados durante a análise do material recolhido, um acontecimento jornalístico se tornou pauta de uma gama de jornais, mesmo que o fato desencadeador fosse a própria matéria e não algo novo relacionado à reivindicação. A partir de uma busca em pesquisas sobre mobilidade e integração rodoviária Estadual e em documentos da Comissão Bi-Nacional Ponte Peperi-Guaçu, além de em jornais e revistas encontradas nos arquivos citados, foram elencados os momentos que integram o esquema abaixo:

Figura 4 – Linha do tempo dos acontecimentos com potencial noticioso destacado sobre o Corredor Rodoviário de Integração



Fonte: Elaborado pela autora

Da mesma forma como anteriormente descrito, a partir desse mapeamento a busca pelos textos a serem analisados foi intensificada em torno dessas datas, sem ignorar eventuais matérias encontradas casualmente em períodos diferentes. Foram selecionados os materiais que se encaixavam nos gêneros jornalísticos informativo e opinativo. Sobre o Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico via Ponte Peperi-Guaçu foram localizados 143 textos em impressos (aqui foram incluídos textos de jornais e uma matéria de revista, aquela publicada na *Exame*) distribuídos pelo período de 1958 a 2016 (Apêndice 3). Esse material foi analisado em sua globalidade, de modo a se compreender as características gerais da visibilidade jornalística concedida à pauta em cada uma das esferas de visibilidade. Posteriormente, uma amostra (respeitando o critério de exclusão das notas), constituída de notícias, reportagens, editoriais e artigos (conforme abordagem de Marques de Melo e Assis (2010)) passou pela análise de enquadramentos. Após essa segunda filtragem, a análise de *framing* foi realizada em um conjunto de 100 textos sobre essa pauta.

3.2.2 Estratégias de análise do discurso jornalístico a partir dos enquadramentos

Como demonstrado no Capítulo 2, a noção de enquadramento tem raízes em processos comunicacionais não mediados pelos veículos de comunicação, portanto, a operacionalização do conceito no jornalismo se constitui em um desafio. Isso porque, como já demarcado, o discurso jornalístico possui uma dimensão textual, uma dimensão de prática discursiva e uma de prática social - segundo a noção de discurso de Fairclough (2001, p. 28). Tendo em vista essa noção e conectando-a com a análise de enquadramento, tem-se o desenho metodológico desta pesquisa expresso pelo esquema abaixo:

Tabela 1 – Conjugação da noção de discurso de Fairclough (2001, p. 22) ao contexto jornalístico

DISCURSO JORNALÍSTICO	Texto (onde os elementos de <i>framing</i> são expressos)	- Qual o enquadramento predominante em cada matéria analisada
	Prática discursiva (se manifesta por meio da seleção dos textos e da distribuição nas partes nobres do jornal)	- Quais enquadramentos receberam destaque na capa
		- Quais enquadramentos integram matérias informativas e opinativas
Prática social (se manifesta a partir do reconhecimento de que tipo de veículo destaca determinados enquadramentos)	- Qual os enquadramentos predominantes nos jornais locais; regionais; estaduais; nacionais	

Fonte: elaborado pela autora

Essa sessão está reservada para explanação dos limites e potencialidades da análise de enquadramentos, em diálogo, especialmente, com pesquisas que fizeram a operacionalização analítica da perspectiva teórico-metodológica em material jornalístico (MATTHES; KOHRING, 2008; VIMIEIRO; MAIA, 2011a; VIMIEIRO, 2010; MONT'ALVERNE, 2016).

Com base no entendimento sobre o que são enquadramentos no jornalismo, já explicitado no referencial teórico, compreende-se que o potencial da compreensão da área a partir dos *frames* está na demonstração teórica, e aqui há uma grande influência das ideias de Goffman e Entman, de que uma análise de processos comunicativos abrange uma gama de variáveis que possuem dimensões cognitivas e culturais. O desafio, então, é a operacionalização de uma metodologia para análise do discurso jornalístico que leve em conta as duas variáveis e seja adequada ao objeto empírico.

Uma das possibilidades de estudo dos *frames* se dá pela análise de conteúdo. Para Entman (1993, p. 57), uma análise de conteúdo

orientada por uma teoria de enquadramento evitaria que todos os termos ou expressões fossem tratados como igualmente salientes e influentes. Essa crítica é feita porque, na concepção do sociólogo, muitas vezes os pesquisadores fariam apenas a mensuração das mensagens “positivas e negativas” para tirar as conclusões sobre os significados dominantes quando, na verdade, é preciso avaliar as relações dos grupos mais marcantes de mensagens – os quadros – em relação aos esquemas do público.

Embora aqui não se parta da definição de enquadramento de Entman (1993), o alerta feito por ele cabe às análises de conteúdo jornalístico por ter como característica destacar os elementos tidos como primordiais no título e no *lead*. Estudos como o de Comassetto (2003) apontam que essa organização influencia a compreensão do sentido do texto noticioso. Título e *lead* são essenciais para chamar a atenção do leitor, para que ele decida se o tema o interessa, “se deve continuar em busca de mais informações ou se apenas uma leitura parcial é suficiente para satisfazer a sua curiosidade” (COMASSETTO, 2003, p. 130).

Devido a características da cognição humana, as primeiras frases do texto e, especialmente, o título, orientam a compreensão de toda a matéria, são “responsáveis pela condução do processamento cognitivo” (COMASSETTO, 2003, p. 16). Por outro lado, esses elementos indicam o que o jornalista, dentro de determinadas condições de produção e contexto social, considera mais relevante e importante no fato jornalístico, pois é dessa forma que, tradicionalmente, se organiza o discurso informativo, em especial as notícias (COMASSETTO, 2003, p. 55-58). Por esses motivos os enquadramentos do título e do *lead* possuem maior relevância na análise de conteúdo jornalístico.

Na categorização feita por Matthes e Kohring (2008) são mapeadas cinco perspectivas de análise de *frames*, com base em uma série de estudos empíricos:

- a hermenêutica: tenta identificar os enquadramentos através de uma avaliação interpretativa dos textos da mídia, ligando os *frames* a elementos culturais amplos. “Esses estudos, ainda que bem documentados e bem conduzidos nas discussões acerca dos enquadramentos, não deixam claro como os *frames* são extraídos do material” (VIMIEIRO; MAIA, 2011a). Além disso, alguns autores argumentam que esse tipo de análise ficaria muito dependente da subjetividade do pesquisador;

- a linguística: os enquadramentos são identificados “por meio da análise da seleção, localização e estrutura das palavras e frases específicas em um texto” (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 260). A

ideia básica é que as palavras específicas são os ‘tijolos’ que constroem os quadros (ENTMAN, 1993). Nesse tipo de abordagem estão claramente expressos os elementos linguísticos que significam um *frame*, os elementos de significação para cada proposição são analisados. Para Matthes e Kohring (2008, p. 260) uma vantagem dessa abordagem é uma análise sistemática e exaustiva, contudo, dada a complexidade do método, ela se torna muito difícil de operacionalizar com quantidades significativas de texto. Os autores também consideram que, ainda assim, fica pouco claro como todas as características são tecidas em conjunto para significar um quadro;

- a holística manual: onde primeiramente, por meio de uma análise qualitativa de alguns textos noticiosos, são estabelecidos os enquadramentos, que então são codificados como variáveis holísticas em uma análise manual de conteúdo. Para os autores, esse tipo de abordagem tem sua validade de acordo com a transparência do pesquisador na determinação dos critérios para a identificação dos *frames*. Caso contrário, do ponto de vista metodológico se recai no mesmo problema da perspectiva hermenêutica: uma “caixa-preta metodológica”. Além disso, corre-se o risco de identificar enquadramentos do analista e não jornalísticos. Por último, os quadros pré-determinados podem fazer com que o pesquisador tencione o texto para uma das categorias (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 260-261);

- a assistida por computador: essa perspectiva é semelhante à linguística, partindo da mesma contribuição de Entman (1993) de que palavras específicas indicariam determinados quadros. Dessa forma, os pesquisadores fazem um mapeamento dos textos, com a ajuda de softwares que utilizam algoritmos de agrupamento. Por meio desse mapeamento são observados grupos de palavras que aparecem juntas em determinadas matérias e não em outras, o que indicaria o enquadramento (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 261-262). Uma das vantagens dessa abordagem é que ela é “mais objetiva”, pois o computador, e não o analista, indica o quadro. Outra é que é possível processar uma quantidade enorme de texto, desde que ele esteja em formato digital. No entanto, Matthes e Kohring (2008, p. 262) lembram que há desvantagens. A principal é que o computador interpretará a repetição das palavras e frases sempre no mesmo sentido, quando na verdade a linguagem humana é muito mais complexa. Ainda, se o método não deixar claro de que forma a combinação das palavras é capaz de indicar o enquadramento, se incorrerá no mesmo problema da “caixa-preta metodológica”;

- a dedutiva: essa perspectiva parte da dedução prévia dos enquadramentos, normalmente a partir de uma discussão teórica, que depois são identificados, ou não, nos textos analisados. Trata-se de *frames* genéricos, não relacionados diretamente há uma temática, como por exemplo, em estudo de Semetko e Valkenburg (2000), enquadramentos de conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. A desvantagem dessa abordagem é que ela é bastante inflexível, sendo possível que o analista deixe de observar enquadramentos importantes que emergem do texto por estar preso ao que foi pré-determinado (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 263).

Essas perspectivas não são excludentes, ou seja, podem ser combinadas na operacionalização analítica. É o que defendem Vimieiro e Maia (2011a)¹³¹ em artigo no qual apresentam uma alternativa metodológica que denominam de análise indireta de enquadramentos. Uma adaptação dessa proposição foi utilizada por Mont'Alverne (2016) em sua pesquisa de mestrado.

Essa proposta prevê a decomposição dos *frames* em elementos, que seriam unidades menores e possíveis de serem identificadas nos textos jornalísticos, na linha do que Matthes e Kohring apregoam:

[...] nós entendemos um enquadramento como um certo padrão em um dado texto que é composto por diversos elementos. Esses elementos não são palavras, mas componentes ou dispositivos dos enquadramentos previamente definidos. Ao invés de codificar diretamente o enquadramento como um todo, nós sugerimos partir o enquadramento em seus elementos isolados, os quais podem ser mais facilmente codificados em uma análise de conteúdo. Depois disso, uma análise dos agrupamentos desses elementos deve revelar os enquadramentos. Isso significa que quando alguns elementos agrupam-se sistematicamente de uma forma específica, eles formam um padrão que pode ser identificado através de diversos textos em uma amostra. Nós chamamos esses padrões de

¹³¹ Essa metodologia foi utilizada por Vimieiro (2010), em sua dissertação de mestrado. Na pesquisa ela descreve minuciosamente os procedimentos adotados.

enquadramentos (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 263, tradução nossa¹³²).

Para Vimieiro e Maia (2011a, p. 241), a noção de *elementos* de enquadramento parece similar à ideia de “pacote interpretativo”, de Gamson e Modigliani (1989). A ideia é que os *interpretative packages* têm uma estrutura interna que abriga uma ideia organizadora central, o enquadramento. “Os pacotes oferecem um número de símbolos condensados – eles chamam de dispositivos – que sugerem o cerne do enquadramento” (VIMIEIRO, MAIA, 2011a, p. 241).

(...) em nossa aplicação empírica, utilizamos os dispositivos de enquadramento de Gamson e Modigliani (1989) – *metáforas, exemplos, slogans, representações e imagens visuais* –, em conjunto com os elementos de Entman (1993) – *definição particular do problema (atores e subtópico), interpretação causal, avaliação moral, e recomendação de tratamento* (VIMIEIRO; MAIA, 2011a, p. 243, grifo das autoras).

Na interpretação aqui adotada, a proposta metodológica da análise indireta de enquadramentos possui vantagens. Além daquela apontada por Vimieiro e Maia (2011a), que se refere a uma tentativa de dar mais confiabilidade aos dados e afastar, pelo menos em parte, a influência do analista sobre os *frames* identificados – já que esse não saberá que enquadramento será formado ao codificar os ‘elementos’ ou ‘dispositivos’ –, percebe-se na proposta grande potencial de adaptabilidade, já que novos elementos e dispositivos podem ser incluídos, de acordo com o objeto empírico e a problematização da pesquisa. A própria Vimieiro (2010) fez isso em sua dissertação de

¹³² (...) we understand a frame as a certain pattern in a given text that is composed of several elements. These elements are not words but previously defined components or devices of frames. Rather than directly coding the whole frame, we suggest splitting up the frame into its separate elements, which can quite easily be coded in a content analysis. After this, a cluster analysis of those elements should reveal the frame (Kohring & Matthes, 2002). That means when some elements group together systematically in a specific way, they form a pattern that can be identified across several texts in a sample. We call these patterns frames” (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 263).

mestrado. Outro exemplo dessa maleabilidade foi a utilização feita por Mont'Alverne (2016).

Por esse motivo, o modelo analítico aqui proposto será baseado na proposta da análise indireta dos enquadramentos, adaptada ao objeto empírico e ao problema de pesquisa.

3.2.3 Delimitação dos dispositivos de enquadramento

Delimitado o material de análise se passará à definição dos elementos ou dispositivos de enquadramento. Essencialmente, esses elementos serão identificados a partir de uma análise teórica. Na proposta elaborada por Vimieiro (2010, p. 97) em sua pesquisa sobre a trajetória dos enquadramentos acerca da temática da deficiência, foram conjugados “indicadores criados por Gamson e Lasch (1980) e retrabalhados por Gamson e Modigliani (1989) e também outros extraídos de Entman (1993, 2004)”¹³³. Aqui, além dessas fontes, o trabalho da própria Vimieiro (2010) fornecerá indicativos para a elaboração do quadro de elementos de *framing* que serão mapeados nas matérias que integram o *corpus*.

Gamson e Lasch (1980), na pesquisa sobre a cultura política em relação ao bem-estar social nos Estados Unidos, e Gamson e Modigliani (1989), que tratam dos enquadramentos na cobertura sobre a energia nuclear, numeram oito dispositivos simbólicos que, integrados, podem indicar os enquadramentos: metáforas, exemplos, slogans ou chavões, representações, imagens visuais, origens ou causas, consequências e apelo a determinados princípios (normalmente tem a ver com aspectos morais).

Matthes e Kohring (2008, p.267), trabalham com elementos apontados por Entman (1993): definição do problema, interpretação da causa, avaliação moral e recomendação de tratamento. No caso da definição do problema eles apontam duas variáveis: qual o assunto e

¹³³ GAMSON, William A.; LASCH, Kathryn E. The political culture of social welfare policy. In: TEL AVIV UNIVERSITY. Pinhas Sapir International Conference on Development – Social Policy Evaluation: Health, Education, and Welfare. Israel, 1980. GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, p. 1-37, 1989. ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58. 1993. ENTMAN, Robert M. *Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

qual o ator social mais importante que aparece no texto. Aos elementos já descritos, Vimieiro (2010) acrescentou os termos utilizados para caracterizar o seu objeto de estudo, e a rubrica, que diz respeito à editoria no qual o material foi publicado.

A partir dessas contribuições, foi definido o quadro de elementos a serem mapeados na presente pesquisa. Excluiu-se o elemento ‘representação’, por entendê-lo muito amplo, de modo a dificultar o mapeamento. Já os dispositivos “apelo a determinados princípios” e “avaliação moral” foram contemplados pelos outros elementos elencados. Entendeu-se que a definição dos assuntos já estava clara devido ao formato de delimitação do *corpus*, por outro lado, os “atores” foram decompostos de acordo com a participação no texto (ativos ou passivos) e sua relação com a região Extremo Oeste catarinense (internos ou externos).

Dessa forma, os elementos e suas definições, mapeados nesta pesquisa, são os apresentados na tabela a seguir:

Tabela 2 - Elementos dos enquadramentos a serem identificados

		Elemento	Descrição
		Termos	Qualificadores
Denominadores	Como a região é denominada nos materiais analisados?		
Metáforas		Quais metáforas servem para caracterizar a região, sua população ou os episódios que ocorrem naquele espaço?	
Exemplos		Quais exemplos são descritos para caracterizar a região, sua população ou os episódios que ocorrem naquele espaço?	
Slogans ou chavões		Quais enunciados são utilizados de maneira recorrente e sem profundidade conceitual para caracterizar a região, sua população ou os episódios que ocorrem naquele espaço?	
Origens do problema		Qual a origem para o problema, em torno da região, indicado na matéria?	
Consequências		Quais as consequências para os atores e instituições envolvidos no acontecimento (levando em consideração os atores e instituições da região que é objeto da pesquisa)?	
Imagens visuais		As imagens visuais (quando essas aparecem) remetem a que aspectos?	
Indicações de tratamento		Como a região, sua população ou instituições lidam com a situação relatada (sobre a região)?	
Atores ativos	Quem fala pela região	Atores da região que têm voz na matéria	
	Quem fala da região	Atores externos à região que têm voz na matéria	
Atores passivos	De quem se fala na região	Atores da região de quem se fala na matéria	
	De quem se fala para além da região	Atores externos à região de quem se fala na matéria	

Fonte: elaborado pela autora

Conforme discutido anteriormente, para a análise dos enquadramentos foram descartadas as notas, tanto informativas como opinativas. Por esse motivo, o número de textos que passaram pela análise de enquadramentos foi de 161 (100 sobre o Corredor Rodoviário Bioceânico e 61 sobre o Movimento pró-Estado do Iguazu). Os procedimentos adotados para o mapeamento dos enquadramentos hegemônicos visou atender às perspectivas teóricas da pesquisa, ou seja, foi necessário montar uma estratégia para, em um primeiro momento, mapear os elementos de enquadramento e, em seguida, através da combinação destes, identificar os enquadramentos.

3.2.4 Etapas da análise de enquadramentos

Inicialmente foram selecionados de maneira aleatória 30 textos, dentre toda a amostra (18,75%). Esses passaram por uma análise ‘aberta’, ou seja, para cada elemento elencado na Tabela 2 (p. 134) foram feitas anotações a partir do que se observou. Após esse procedimento, percebeu-se a necessidade de um ajuste na listagem dos elementos. As categorias “metáforas” e “slogans ou chavões”, em muitos casos, se confundiam. Por exemplo, na frase “Não se admite que a região ‘celeiro agrícola’ do Brasil, não tenha sequer uma estrada de integração (...)”¹³⁴ (ELEITA, 1968). O enunciado “celeiro agrícola” se trata de uma metáfora, mas também pode ser classificado como chavão, dado o uso recorrente que remete a uma percepção do sendo comum (características atribuídas aos vícios de linguagem classificados como *slogans* ou chavões). Devido à interpretação de que esses elementos possuem a mesma função em termos de delimitação de sentido, a de reforçar ou relacionar uma ideia pré-estabelecida com o espaço referido, decidiu-se por juntar esses dois elementos em uma única categoria.

A exemplo das pesquisas realizadas por Vimieiro (2010) e Mont’Alverne (2016), embasadas em Matthes e Kohring (2008), os elementos analisados foram separados em categorias e subcategorias, de modo a facilitar a codificação das matérias e a padronização dos dados. Por esse motivo, depois de realizado o procedimento prévio com cada um dos 30 textos da amostra inicial, o *codebook* (Apêndice 4) foi

¹³⁴ Trecho da notícia “Eleita comissão emancipacionista do Estado do Iguazu”, publicada na capa da edição de 27 de abril de 1968 do jornal Folha d’Oeste, de Chapecó.

composto por 12 categorias e 187 subcategorias de elementos de *framing*, conforme a tabela que segue:

Tabela 3 – Indicação do número de variáveis em cada uma das categorias de elementos de enquadramento

Categorias	Subcategorias
Termos qualificadores	16
Termos denominadores	5
Exemplos	20
Metáforas, slogans ou chavões	22
Origens do problema	8
Consequências	20
Imagens visuais	6
Indicações de tratamento	22
Atores ativos – quem fala pela região	17
Atores ativos – quem fala da região	17
Atores passivos – de quem se fala na região	17
Atores passivos – de quem se fala para além da região	17

Fonte: elaborado pela autora

A título de exemplo, aqui será apresentada a decomposição de um dos elementos analisados em suas subcategorias, de modo a ilustrar como se deu o procedimento.

Tabela 4 – Exemplo de decomposição do elemento "termos qualificadores" em subcategorias

Termos qualificadores
Região abandonada (esquecida ; desamparada)
Região com economia débil
Região com potencial (em desenvolvimento; de futuro)
Região de injustiças sociais (exploração)
Região de um povo ordeiro (movimento pacífico; que respeita as leis)
Região de um povo sofredor (aflito; insatisfeito)
Região de um povo trabalhador (produtivo; população laboriosa; que luta; que tem iniciativa)
Região estratégica para a segurança nacional
Região fértil (rica em termos agropecuários; grande produtora de gêneros alimentícios)

Região habitada por colonos (produtores rurais/proletariado rural)
Região homogênea (eticamente; culturalmente; em termos de origem)
Região isolada (rincão; sertão)
Região onde as leis não são respeitadas (conflito pela terra)
Região que quer se emancipar (emancipanda; separatista; divisionista)
Região rica (próspera; potência; farta; riquíssima; pujante; autossuficiente; com economia forte)
Região vasta (imensa)

Fonte: elaborado pela autora

Conforme já apresentado anteriormente, a opção teórica aqui realizada implica em duas características centrais dos enquadramentos, que precisam ser consideradas no momento de análise: a) Os enquadramentos são “princípios organizadores”, “esquemas interpretativos” baseados na cultura, ou seja, são molduras interpretativas coletivas que, para serem entendidos como tal, precisam ser verificados em um grupo de textos; b) ainda com base nessa conceituação de enquadramento, advoga-se que os elementos devem se repetir ao longo de um determinado período. Mas como cruzar os dados de uma quantidade grande de textos analisados a partir de uma, também vasta, gama de variáveis? A solução encontrada, especialmente pela observação de outras pesquisas empíricas já citadas, foi utilizar um *software* que agrupa as matérias com base em semelhanças e diferenças. Ou seja, com base nesse sistema se consegue chegar a grupos que possuem maior similaridade interna de elementos e maior diferença entre os grupos.

Para tanto, cada variável (subcategoria) foi codificada em uma espécie de ficha (uma para cada texto). No caso de Vimieiro (2010) essa codificação foi feita com base em uma numeração atribuída a cada variável. No entanto, aqui optou-se por uma codificação a partir de palavras, isso porque o programa de computador utilizado, o *NVivo 11*¹³⁵, consegue cruzar os dados com base em termos. As palavras que serviram como códigos para o agrupamento das matérias estão grifadas no *codebook*.

¹³⁵ O mesmo programa foi utilizado, embora de maneira um pouco diferente, na pesquisa de Mont’Alverne (2016). Aqui, por não possuímos o material de análise em formato digital, utilizamos o *NVivo* exclusivamente para o processamentos dos agrupamentos de elementos de *framing*.

Tabela 5 – Exemplo de análise do material jornalístico de acordo com as subcategorias do *codebook*

Pauta: Movimento pró-Estado do Iguaçu		Texto: E.I. 67
Jornal: Folha do Oeste		Gênero: Informativo
Data: 24/06/1987		Formato: Notícia
		Localização: Capa e página 3
Título: Cresce movimento pró-Estado do Iguaçu		
Termos	Qualificadores	Região rica (próspera; potência; farta; riquíssima; pujante; autossuficiente; com economia forte)
	Denominadores	Oeste (oestina(s)).
Exemplos		De importância econômica (Ex.: "riqueza agropecuária"; "com indústria de madeira sem paralelo"); De relevância política (Ex.: "com grande população"; "por onde Adolfo Konder passou para encontrar Getúlio Vargas"); De mobilização e organização (Ex.: "Comissões estão sendo organizadas"; "táxis aéreos especialmente contratados"); De vigilância (Ex.: "polícia de Cascavel está agindo com rigor").
Metáforas, slogans ou chavões		Que indicam valores morais ("homens de boa fé"; "quem cria o pior, não pode deixar de admitir o melhor"); Que indicam determinação ("pregando a necessidade"; "acirramento da ofensiva"); Que indicam importância (Ex.: "de grande envergadura"; "prova cabal").
Origem do problema		Política (reduzida expressão política parlamentar; predominância de interesses políticos partidários sobre os interesses coletivos)
Consequência		Reivindicação por autonomia
Imagens visuais		Que sintetiza uma ideia/ação
Indicação de tratamento		Angariar apoios (mobilizar atores da região e externos à ela); Fazer "a nossa parte" (foco nas iniciativas locais; unir forças; trabalhar).
Atores ativos	Quem fala pela região	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente); Representante de organização da sociedade civil (dirigente; responsável; coordenador).
	Quem fala da região	-

Atores passivos	De quem se fala na região	Instituição do setor privado (bancos; institutos de pesquisa; empresas de consultoria); Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente); Integrante de órgão do governo (servidor público; funcionário público; ocupante de cargo público); Integrante de organização da sociedade civil (militante; apoiador; líder comunitário); Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores).
	De quem se fala para além da região	Político(a) (integrante de partido ou pessoa que, embora ocupe um cargo, na ocasião descrita fala como liderança político-partidária); Formador(a) de opinião (jornalista, pesquisador, comentarista, personalidade); Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.).

Fonte: elaborado pela autora

Como observado no exemplo, cada texto pode conter mais de uma subcategoria acerca de cada elemento. Em outras palavras, na mesma matéria jornalística é possível que a região seja definida como uma região abandonada, especialmente pelos governos, mas ao mesmo tempo com grande potencial de desenvolvimento.

No próximo capítulo será feita uma explanação analítica acerca da visibilidade dada às pautas mapeadas em cada uma das esferas de visibilidade e também apresentados em detalhes os resultados da análise de enquadramentos. Na última parte do Capítulo 4 será feita uma avaliação dos resultados do estudo empírico com base nos elementos teóricos e contextuais apresentados até aqui.

4 A TRAJETÓRIA DOS ENQUADRAMENTOS HEGEMÔNICOS

“A imobilidade das coisas que nos cercam talvez lhes seja imposta pela nossa certeza de que essas coisas são elas mesmas e não outras, pela imobilidade de nosso pensamento perante elas.”

(No caminho de Swann – Marcel Proust)

Neste capítulo se fará a apresentação dos resultados da análise do material jornalístico que integra o *corpus* empírico da pesquisa e a discussão dos resultados desse estudo a partir das narrativas descritas no Capítulo 1, dos elementos teóricos mobilizados no Capítulo 2 e das estratégias, dadas as características do objeto de pesquisa, detalhadas no Capítulo 3.

Para efeito de organização dessa exposição, o capítulo está dividido em três partes. Na primeira se fará uma análise da visibilidade dada na imprensa local, regional, estadual e nacional para o movimento em prol da criação do Estado do Iguazu e para as diversas obras que envolvem o Corredor Rodoviário de Integração via Ponte Peperi-guaçu. Na segunda parte será detalhada a análise do enquadramento da região onde está localizado o município de São Miguel do Oeste (por vezes chamada de Oeste, por vezes de Extremo Oeste ou, ainda, antigo Território do Iguazu ou região do Iguazu) nos textos jornalísticos que compõem o *corpus*. Por último, esses dados serão analisados em conjunto de maneira a sistematizá-los e relacioná-los ao atendimento dos objetivos da pesquisa.

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VISIBILIDADE DAS PAUTAS

Em longos períodos, como o abordado neste estudo, e em se tratando de um material altamente perecível, como o jornalismo impresso, uma análise minuciosa acerca da visibilidade de determinados temas é sempre complexa, dadas todas as dificuldades para acessar os materiais, já expostas anteriormente. Há sempre o risco de algum material importante não ter sido localizado ou, simplesmente, ter se perdido com o tempo. No entanto, respeitando os limites e o esforço das buscas aqui empregadas (e detalhadas no Apêndice 1), é possível fazer algumas observações gerais.

Por meio da metodologia de formação do *corpus* discutida no capítulo anterior, o conjunto de textos jornalísticos mapeados foi de 232 (89 referentes à cobertura do Movimento Pró-Estado do Iguazu e 143

sobre o projeto do Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico via Ponte Peperi-Guaçu). Desses, 160 integram a esfera do jornalismo de proximidade e 72 a do jornalismo regido pelo distanciamento.

Tabela 6 – Distribuição dos textos por esfera de visibilidade, pauta e gênero

Total de textos jornalísticos que compõem o corpus: 232							
Esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade				Esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento			
<i>Pró-Estado do Iguacu</i>		<i>Corredor Rodoviário</i>		<i>Pró-Estado do Iguacu</i>		<i>Corredor Rodoviário</i>	
Infor-mativo	Opina-tivo	Infor-mativo	Opina-tivo	Infor-mativo	Opina-tivo	Infor-mativo	Opina-tivo
37	7	93	23	33	12	21	6

Fonte: elaborado pela autora

Dentre as pautas abordadas, o jornalismo de distanciamento demonstrou mais interesse pela questão da possibilidade de criação do Estado do Iguacu. A alteração de fronteiras estaduais carrega potencial de interesse nacional e, além disso, as discussões se deram, em grande medida, no bojo dos poderes legislativos estaduais (Santa Catarina e Paraná) e federal, os quais são *locus* permanente de atenção jornalística. Isso explica as matérias publicadas na imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo (jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*), os quais têm influência nacional até os dias atuais.

No caso do projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico via Ponte Internacional Peperi-Guaçu, que recebeu significativa atenção dos jornais locais (cerca de 77,5% dos textos encontrados foram publicados em jornais de São Miguel do Oeste ou São José do Cedro, municípios do Extremo Oeste catarinense), praticamente não houve cobertura nacional. As únicas duas ocorrências foram uma nota em uma matéria publicada em 1991 no *Jornal do Commercio*, sediado no Rio de Janeiro, que trata de um encontro entre Fernando Collor, presidente do Brasil na época, e Carlos Menem, então presidente da Argentina, onde foram firmados uma série de protocolos de intenções, um deles sobre a Ponte Internacional Peperi-Guaçu; e uma polêmica notícia de uma página

publicada em 2016 na revista *Exame*, de São Paulo, sobre a qual será feita uma discussão mais detalhada na sequência do capítulo.

Jornais de outros dois estados, além dos já citados, também integraram o *corpus*. No caso do Movimento pró-Estado do Iguaçu edições do *Diário do Paraná*, disponíveis na Hemeroteca Nacional, foram incluídas. Já no caso do Corredor Rodoviário Binacional a imprensa gaúcha mobilizou atenção, especialmente, porque o Rio Grande do Sul também pleiteava uma ponte ligando Brasil e Argentina, entre São Borja e Santo Tomé. Essa informação consta nas matérias localizadas em jornais de Porto Alegre (*Zero Hora*) e Caxias do Sul (*Correio Riograndense*) que foram incluídas no material de análise.

4.1.1 Mapeamento das ocorrências: a cobertura do Movimento pró-Estado do Iguaçu

Foram localizados 89 textos jornalísticos com a temática centrada no movimento pela criação do Estado do Iguaçu. Desses, 45 localizados em jornais que tinham a sua sede fora da região envolvida no movimento, e 44 localizados em jornais de cidades abrangidas pelo território almejado. Em termos locais e regionais a busca por material foi centrada nas cidades de São Miguel do Oeste e Chapecó, Santa Catarina, por serem cidades consideradas referências em termos de influência econômica e política sobre os municípios que orbitam esses espaços (assunto já debatido, especialmente, no Capítulo 1). Em âmbito estadual e nacional o foco foi nos jornais com influência, seja pela efetiva circulação ou pela proximidade com os polos de poder, nas esferas estadual (especialmente a partir da capital catarinense, Florianópolis, e da maior cidade do Estado, Joinville) e nacional (com foco naqueles do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo em vista a influência que exercem).

Portanto, seguindo as noções de jornalismo de proximidade e de distanciamento, abordadas no segundo capítulo, pode-se afirmar que foram mapeados, em número de textos sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu, aproximadamente 50% de material integrante de cada uma das duas esferas de visibilidade jornalísticas citadas. Foram localizados textos distribuídos no período de 29 de dezembro de 1961 a 19 de fevereiro de 1994.

Na esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento foram encontrados textos nos seguintes jornais: *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, de São Paulo capital; *O Globo*, do Rio de Janeiro; *Diário do Paraná*, de Curitiba; *A Gazeta*, *O Estado* e *Diário*

Catarinense, de Florianópolis. Desses textos, 33 se constituem em conteúdo do gênero informativo e 12 opinativo. Quanto ao formato dos textos informativos, 19 se caracterizam como notícias; 13 são notas, a maior parte delas presentes em colunas que tinham esse formato como predominante; e uma reportagem. Os textos opinativos, predominantemente, são editoriais (quatro) e notas em colunas de opinião (quatro); também foram registrados artigos (dois) e comentários (dois).

A maior parte dos textos localizados na esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento é datada da década de 1960, especialmente de 1962. Nesse período, jornais com sede em Florianópolis e em Curitiba deram destaque ao tema, tendo em vista que a possível criação do Estado do Iguazu afetava diretamente Paraná e Santa Catarina. Apenas durante o mês de fevereiro de 1962 o *Diário do Paraná*¹³⁶ publicou três editoriais sobre o movimento, em todos se posicionava contra a iniciativa.

Entre os jornais com sede em Florianópolis um dado observado a partir do esquema elaborado no Apêndice 2 é que, em 1962, o jornal *A Gazeta* deu muito mais atenção ao Movimento Pró-Estado do Iguazu do que o seu concorrente direto, *O Estado*. Nesse ano *A Gazeta* publicou seis textos sobre o assunto, *O Estado* deu espaço a apenas um: uma crônica cuja autoria não foi possível identificar. Em 1962 o governador de Santa Catarina era Celso Ramos e, como já apontado, a família controlava o jornal *O Estado*, do qual o sobrinho do governador, Aderbal Ramos da Silva, era o principal proprietário (BUDDE, 2013, p. 25).

Em 1968, quando o governador era Ivo Silveira e o vice Jorge Konder Bornhausen, *O Estado* publicou três notícias, enquanto *A*

¹³⁶ O *Diário do Paraná* era o braço paranaense do conglomerado dos Diários Associados, comandado por Assis Chateaubriand. O jornal foi fundado em 1955, em Curitiba, em parceria com a família Stresser (Adherbal Stresser e Ronald Sanson Stresser), a qual mais tarde seria responsável pela criação de outros veículos de comunicação, como a rádio Colombo, a rádio Ouro Verde (depois rebatizada de Consórcio Colombo-Ouro Verde). Em 1960, Ronald Stresser se tornou diretor-fundador da TV Paraná. O diário circulou por 28 anos, até ser extinto em 1983 (AL'HANATI, 2011; MAROS, 2012). Adherbal Stresser era amigo do político Bento Munhoz da Rocha, que chegou a governar o Paraná no período anterior ao surgimento do *Diário*. Em 1955 ele era ministro da Agricultura (DALPÍCOLO, 2010, p. 67). Como deputado constituinte, Munhoz da Rocha, foi um dos líderes do movimento pela extinção do Território Federal do Iguazu (MILAN; PERES, 2012).

Gazeta apenas uma nota e um editorial (no qual se posicionou contra o movimento ‘divisionista’). Como já exposto, *A Gazeta* e o *Diário da Tarde* mantinham uma relação estreita com a União Democrática Nacional (UDN), cujos expoentes catarinenses eram as famílias Konder e Bornhausen (BUDDE, 2013, p. 41). Aparentemente a influência política exercida sobre os jornais fazia com que o assunto do Movimento pró-Estado do Iguaçu fosse mais ou menos pautado.

Na esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade foram encontrados 44 textos, distribuídos pelos seguintes jornais: *Folha d’Oeste*, de Chapecó; *O Ceileiro Regional*, *Folha do Oeste* e *Nova Hora*, de São Miguel do Oeste; e *Jornal Regional*, que nessa época estava sediado em São José do Cedro (mais tarde se transferiu para São Miguel do Oeste).

Desses, 37 se constituem em conteúdo do gênero informativo e sete opinativo. Quanto ao formato dos textos informativos, 28 se caracterizam como notícias, seis são notas, há duas reportagens e uma entrevista. Os textos opinativos se distribuem entre notas em colunas de opinião (três), editoriais (dois) e artigos (dois).

Na esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade, em relação à década de 1960, foram encontradas matérias apenas no jornal *Folha d’Oeste* de Chapecó, isso porque nos arquivos pesquisados não foram localizadas edições de jornais de São Miguel do Oeste desse período. Sobre a pauta do Movimento pró-Estado do Iguaçu as primeiras matérias encontradas em jornais localizados no município são da década de 1980.

Interessante observar que a busca por textos jornalísticos sobre esse tema foi encerrada no início da década de 1990 devido à contextualização histórica apresentada no Capítulo 2, contudo, o movimento ainda existe. No ano passado essa articulação lançou um documentário sobre o Estado do Iguaçu, o qual pode ser acessado na página do movimento na internet¹³⁷.

4.1.2 Mapeamento das ocorrências: a cobertura das obras inerentes ao Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico

O conjunto de textos relacionados aos projetos para implantação do Corredor Rodoviário Brasil-Argentina via Ponte Internacional Peperi-Guaçu (que envolve a abertura de estrada, construção de ponte,

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.estadodoiguacu.com.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

asfaltamento de trecho no território brasileiro e argentino e implantação de estruturas de controle da passagem de pessoas e cargas, etc.) localizados de acordo com as táticas expostas, somou 143. Desses, 27 localizados em jornais que tinham ou têm sua sede fora da região Oeste/Extremo Oeste de Santa Catarina e 116 em materiais de jornais sediados, na época da publicação, em Chapecó, São José do Cedro e São Miguel do Oeste, municípios que integram a região.

Além dos textos que tinham como tema central alguma das obras do corredor rodoviário, foram incluídos no mapeamento materiais que, embora não tivessem esse como o tema central, deram espaço significativo a ele, seja por meio de intertítulos ou conexões com o assunto principal. Notícias, reportagens, notas ou conteúdos opinativos que apenas citavam as obras ou as reivindicações não foram incluídas. Isso ocorreu, em grande número, em notícias e reportagens que se referiam à conclusão da BR-282, a qual corta o Estado de Santa Catarina horizontalmente e é conhecida como rodovia da integração estadual. A maior parte das notícias sobre a implantação da BR dava ênfase ao projeto no trecho entre Lages e São Miguel do Oeste, ignorando a demanda local de continuidade da obra até a fronteira com a Argentina. O recorte dado aqui se refere especificamente ao trecho entre São Miguel do Oeste, passando por Paraíso, e a fronteira com a Argentina, de modo que matérias sobre outros segmentos da BR-282 só foram incluídos quando com informações e interconexões com a obra pensada a partir da antiga Estrada da Madeira.

Com essas delimitações foram localizados textos distribuídos, respeitando-se o recorte temporal da própria pesquisa (1953 a 2016), no período de 14 de setembro de 1958 até 2 de abril de 2016. Tendo em vista a escassez de textos localizados em jornais com circulação e influência nacional, sobre essa pauta se abriu a exceção de incluir uma matéria de revista.

De acordo com esses critérios, na esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento foram encontrados textos, nos arquivos aos quais se obteve acesso, no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, na *Revista Exame*, com sede em São Paulo; no *Zero Hora*, de Porto Alegre, no *Correio Riograndense*, de Caxias do Sul-RS; em *O Estado* e *Diário Catarinense*, de Florianópolis, e no *A Notícia*, de Joinville-SC. Desses textos, 21 se constituem em conteúdo do gênero informativo e seis opinativo. Quanto ao formato dos textos informativos, 15 são notícias, quatro reportagens e duas notas. Entre os textos opinativos três se constituem de notas em colunas opinativas, dois são editoriais e um é artigo assinado.

Na esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade foram localizados 116 textos sobre as obras do Corredor Rodoviário de Integração, distribuídos nos jornais *Diário do Iguçu*, de Chapecó; *A Voz da Fronteira*, *Folha do Oeste*, *Nova Hora*, *Jornal Regional*, *Gazeta Catarinense*, *Jornal Imagem* e *O líder*, de São Miguel do Oeste. Desses, 93 correspondem ao gênero informativo e 23 ao gênero opinativo. Em relação aos formatos dos textos informativos, 72 foram classificados como notícias e 21 como notas. Já entre o material opinativo foram localizadas notas em colunas de opinião (17), três artigos, um comentário, uma crônica e um editorial.

Sobre o projeto do Corredor Rodoviário de Integração é interessante observar que as primeiras referências à abertura da então chamada Estrada da Madeira, na imprensa, são do final da década de 1950¹³⁸. Apenas mais tarde essa ligação passaria a ser chamada de Corredor de Integração Bioceânico, projeto lançado por empresários de São Miguel do Oeste reunidos em associações organizadas e com apoio da prefeitura. O fato curioso é que, até os dias atuais, o projeto não foi consolidado. Atualmente os movimentos que apoiam a iniciativa estão mobilizados para a construção de uma nova ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçu, porque a atual não atenderia as necessidades de um projeto visando relações comerciais e turísticas internacionais.

4.2 ANÁLISE DOS ENQUADRAMENTOS HEGEMÔNICOS

Do total de textos jornalísticos mapeados foram excluídos da análise de enquadramentos as notas, tanto opinativas como informativas. Isso porque a metodologia da análise indireta de enquadramentos requer uma combinação de variáveis, os elementos de *framing*, para identificação dos enquadramentos. Percebeu-se que as notas disponibilizavam informações insuficientes para esse tipo de avaliação. Diante dessa opção a formação da amostra submetida à análise ficou composta conforme a tabela que segue:

¹³⁸ Segundo informações repassadas por Darci Zanotelli a esta pesquisadora, a Estrada da Madeira teria traçado semelhante ao da rodovia atual, no entanto, ela cruzaria a fronteira um pouco mais abaixo do ponto onde foi erguida a ponte, em um local que na década de 1950 era conhecido como “Passo da Cebola”.

Tabela 7 – Distribuição dos textos submetidos à análise de enquadramentos por esfera de visibilidade, pauta e gênero

Textos que foram submetidos à análise de enquadramentos: 161							
Esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade				Esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento			
<i>Pró-Estado do Iguaçu</i>		<i>Corredor Rodoviário</i>		<i>Pró-Estado do Iguaçu</i>		<i>Corredor Rodoviário</i>	
Infor-mativo	Opina-tivo	Infor-mativo	Opina-tivo	Infor-mativo	Opina-tivo	Infor-mativo	Opina-tivo
31	4	72	6	18	8	19	3

Fonte: elaborado pela autora

Para facilitar a organização da análise, os textos foram divididos em quatro grupos, formados a partir de uma ordem cronológica e levando-se em consideração a quantidade de material. Compõe o *corpus* poucos textos da década de 1950, por isso esses foram reunidos com os da década de 1960; da mesma forma, há pouco material dos anos 2000, motivo pelo qual esses foram integrados aos da década de 2010 (que contou com apenas seis anos de recorte: até 2016); em relação aos anos de 1970, não foram incorporados à amostra textos desse período porque a pesquisa não apontou episódios com alto potencial noticioso datado dessa década. Por isso a busca não foi intensificada nos arquivos com jornais dos anos 1970.

Tabela 8 – Distribuição dos textos do *corpus* por cobertura e década

Cobertura	Décadas de 1950 e 1960	Década de 1980	Década de 1990	Décadas de 2000 e 2010
Movimento Pró-Estado do Iguaçu	34	17	9	-
Corredor Rodoviário Binacional	3	6	63	28

Fonte: elaborado pela autora

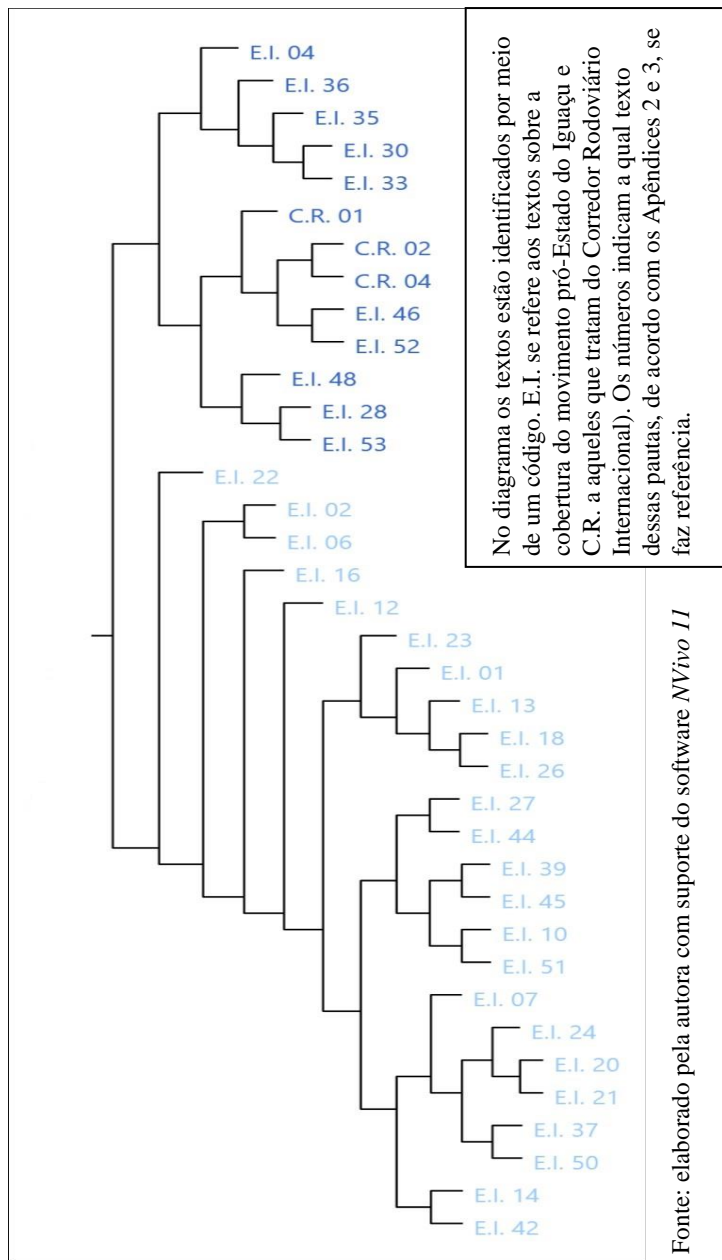
4.2.1 Grupo 1 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (décadas de 1950 e 1960)

O *software* aqui utilizado agrupa os dados por aproximação, como já explicitado. Cabe ao analista interpretar e definir em quantos agrupamentos, efetivamente, se pretende ‘quebrar’ a amostra. Isso porque, diante dos dados oferecidos pelo programa pode-se fazer uma segmentação detalhada. Como não é possível, de antemão, saber quantos enquadramentos podem ser encontrados nos textos - em termos teóricos esse número é ilimitado -, partiu-se de uma ponderação intuitiva, baseada nas leituras feitas das matérias, nos aspectos teóricos considerados e em testes no próprio *NVivo*. Com base nesses elementos chegou-se aos agrupamentos que podem ser observados graficamente acerca dos textos da década de 1950 e 1960 no diagrama a seguir.

Este diagrama (dendograma horizontal) fornece uma série de informações estatísticas. No entanto, para a finalidade aqui adotada interessa apenas o agrupamento por cores, que é, sinteticamente, a forma como o *software* reúne os textos de acordo com a quantidade de grupos apontada pelo analista e de acordo com as similaridades informadas por meio da codificação. É possível observar que são distinguidos dois grupos de textos.

A seguir serão descritas as características principais de cada grupo, com a delimitação da incidência das subcategorias dos elementos de enquadramento. Serão consideradas apenas aquelas com recorrência superior a 40% nos textos de cada um dos grupos, tendo em vista que nesta pesquisa interessa os enquadramentos hegemônicos.

Figura 6 – Diagrama que sintetiza os grupos que compõem cada enquadramento nas décadas de 1950 e 1960



Fonte: elaborado pela autora com suporte do software *NVivo 11*

4.2.1.1 Região que quer se separar

Tabela 9 – Elementos de formação do enquadramento “região que quer se separar”

<i>Grupo 1.1</i>		
Quantidade de textos: 24	Descrição: todos sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu (01, 02, 06, 07, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 37, 39, 42, 44, 45, 50, 51)	
Termos qualificadores	Região abandonada (esquecida; desamparada) – 10 textos	41,5%
Termos denominadores	Oeste (oestinas) – 14 textos	58%
Origens do problema	Estatual (causado devido à ausência do Estado ou ineficácia de ações estatais) – 11 textos	46%
Consequências	Reivindicação por autonomia – 16 textos	66,5%
Atores (de quem se fala na região)	Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores) – 11 textos	46%
Atores (de quem se fala para além da região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 13 textos	54%
	Integrante de órgão do governo (servidor público; funcionário público; ocupante de cargo público) – 10 textos	41,5%

Fonte: elaborado pela autora

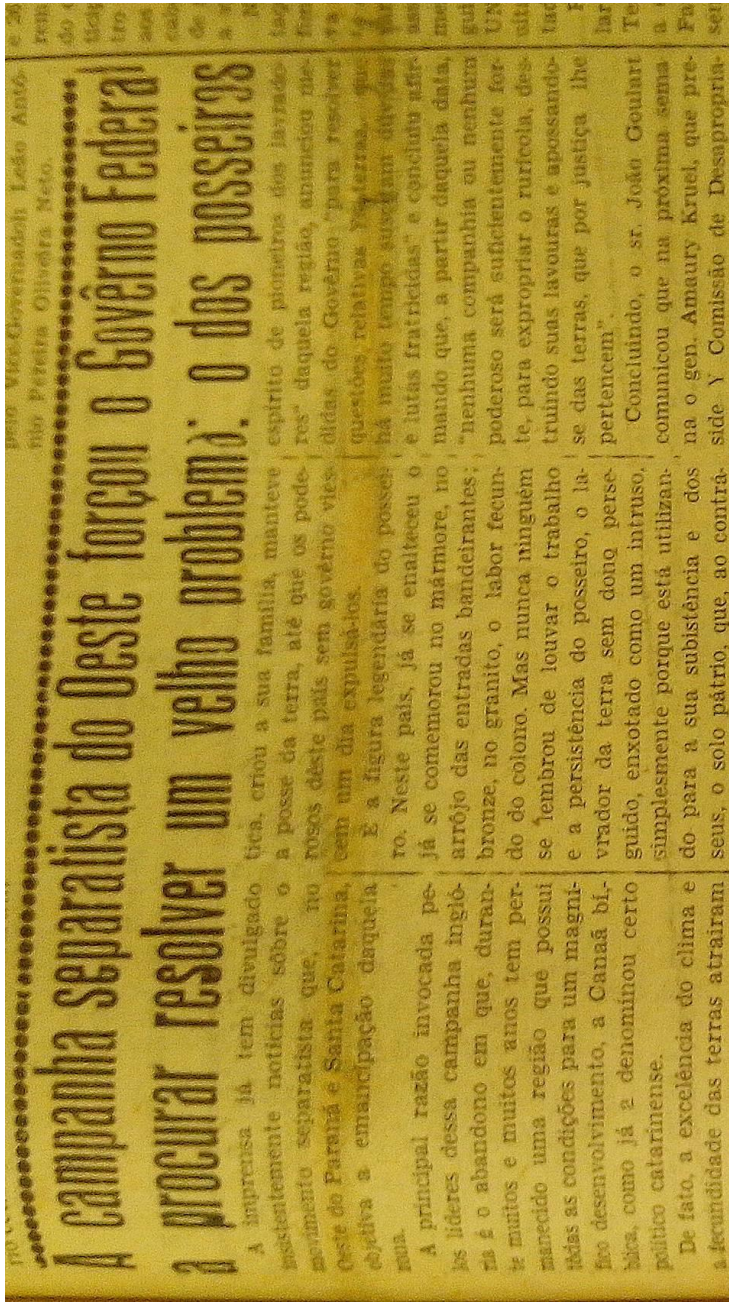
Com base nos dados colhidos nas matérias jornalísticas listadas intitulou-se o enquadramento hegemônico desse grupo de textos como “região que quer se separar”. A maior parte deles trata do desejo atribuído “à população” do Oeste catarinense de se separar de Santa Catarina, passando a integrar o então almejado Estado do Iguaçu. Observa-se que nesse ponto há uma evidente disputa de enquadramentos entre os jornais locais e regionais, que falam de emancipação, e os jornais estaduais, que tratam de separatismo. O termo emancipação possui um caráter positivo, de tornar-se independente, autônomo, com maior poder de decisão; separatista remete à divisão, rompimento de relações, demarcação de uma divisão. Na globalidade das matérias do grupo a recorrência da expressão derivada do verbo separar foi maior.

O principal motivo apontado para essa ação (a busca pela autonomia) é a inoperância do Estado enquanto agente que deveria atender determinadas demandas desse espaço geopolítico, social e simbólico. Isso fica claro devido à recorrência de termos que remetem ao abandono ao qual a região está submetida, que indicam como origem do problema abordado questões estatais e apontam, no elemento ‘consequência’, as reivindicações por autonomia. Outro aspecto interessante é que os atores ativos das matérias mobilizam elementos inerentes à coletividade quando se referem à região, o que remete ao sentido de mobilização, seja para aclamar as reivindicações pela constituição do novo Estado, seja para repudiá-las.

Quando se decompõe o grupo entre os textos da esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade e de distanciamento, tem-se que oito integram o primeiro grupo e 16 o segundo. Na esfera de proximidade todos os textos são informativos, na de distanciamento 37,5% são textos opinativos.

Se analisados apenas os textos do jornalismo de proximidade se constata que elementos com pouca incidência no grupo como um todo, tem grande recorrência nessa esfera específica: origem do problema identificada como ‘demandas’ (62,5%); exemplos de ‘união’ (50%) e identificação de tratamento enquanto “intensificação da luta” (50%). Esses três elementos apontam que a pauta era tratada como um *claim* regional pelo jornalismo de proximidade.

Figura 7 - Trecho de notícia publicada no jornal A Gazeta em março de 1962



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Nota: foto feita pela autora

Já quando focalizado apenas os textos do enquadramento “região que quer se separar” na esfera de visibilidade de distanciamento (16 ocorrências), percebe-se que os elementos apontados na Tabela 9 (p. 151) são exatamente os mesmos que têm predominância nesse subgrupo.

Interessante observar que a disputa de enquadramentos referida anteriormente é ilustrada, claramente, nas chamadas de capa. No jornalismo de distanciamento: “Movimento separatista trará presidente ao Oeste do Estado”; “Jango visitou Pato Branco, inteirando-se do movimento separatista”; “A campanha separatista do Oeste forçou o Governo Federal a procurar resolver o velho problema: o dos posseiros”; “Deputado denuncia Iguaçu”. No jornalismo de proximidade: “BR-282, ponte sobre o Uruguai e criação do Estado do Iguaçu, assuntos que devem merecer rápido atendimento oficial”; “Movimento em prol do Estado do Iguaçu começa a tomar vulto”; “Líder do movimento Pró-Estado de Iguaçu manteve contatos com autoridades locais”; “Estado do Iguaçu começa a repercutir no Congresso Nacional que regulamentará criação de novos Estados e Territórios no país”; “Movimento emancipacionista do Iguaçu ganha primeira batalha na esfera federal”; “Emancipacionistas desafiam governos a disputarem em plebiscito a área destinada ao Estado do Iguaçu”.

No entanto, se em termos de aspectos positivos e negativos do movimento a disputa de enquadramentos é clara, acerca das características atribuídas à região há pouco dissenso: na maior parte das matérias aponta para uma região, uma população ou uma parcela da população, “que quer se separar”.

Outra ponderação é sobre o material opinativo: dos três editoriais¹³⁹ publicados na esfera de distanciamento, todos enfatizam a questão da omissão do governo na região do Antigo Território Federal do Iguaçu (como o espaço é identificado em dois deles). Por outro lado, esses editoriais também apontam contradições, conflitos e interesses políticos no movimento emancipacionista, elementos inexistentes nos textos da esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade.

4.2.1.2 Região com potencial

¹³⁹ Destacam-se aqui os editoriais porque, assim como a capa, esse é um espaço nobre do jornal. Ele normalmente indica qual o assunto mais relevante da edição, apontando aos leitores o posicionamento estatal.

Tabela 10 – Elementos de formação do enquadramento “região com potencial”

<i>Grupo 1.2</i>		
Quantidade de textos: 13	Descrição: sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu (04, 28, 30, 33, 35, 36, 46, 48, 52, 53); sobre o Corredor Rodoviário (01, 02, 04)	
Termos qualificadores	Região com potencial (em desenvolvimento; de futuro) – 8 textos	61,5%
	Região rica (próspera; potência; farta; riquíssima; pujante; autossuficiente; com economia forte) – 9 textos	69%
	Região que quer se emancipar (emancipanda; separatista; divisionista) – 6 textos	46%
Termos denominadores	Oeste (oestinas) – 11 textos	84,5%
Metáforas, slogans ou chavões	Que indicam importância (Ex.: “de grande envergadura”) – 7 textos	54%
	Que indicam unidade/equidade (“anseio das comunidades”; “homens de todas as classes”, “todos os recantos”, “sem distinções de cores partidárias”) – 6 textos	46%
Atores (de quem se fala na região)	Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores) – 6 textos	46%
	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 8 textos	61,5%
Atores (de quem se fala para além da região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 6 textos	46%

Fonte: elaborado pela autora

O enquadramento hegemônico no Grupo 1.2 foi nomeado de “região com potencial”. Os elementos centrais dizem respeito à qualificação do Oeste como próspero, rico, e com expressivo potencial de desenvolvimento. Mantem-se, contudo, um índice elevado de recorrência de elementos que apontam para as reivindicações por autonomia, aliada às metáforas, *slogans* e chavões que indicam unidade ou equidade. Isso demonstra uma variação desse enquadramento: há um grande potencial a ser explorado e, para isso, a região precisa unir

forças. Nessa pauta, especificamente, muitas vezes essa possibilidade de desenvolvimento é atrelada à criação do Estado do Iguaçú.

Quando tomados apenas os textos da esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade, que somam 10 (oito do gênero informativo e dois do gênero opinativo), a recorrência dos elementos que apontam para o enquadramento “Região com potencial” é expressiva, com os textos reunindo vários dos elementos indicados na Tabela 10 (p. 155). Os textos referentes à esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento, que são três (dois informativos e um opinativo), seguem uma linha semelhante, com índice de 100% de recorrência em relação a termos qualificadores que apontam para uma região rica e com potencial de desenvolvimento.

Os representantes de instâncias governamentais, seja aqueles vinculados à região ou externos a ela, são recorrentemente acionados discursivamente nos textos de ambas as esferas. Esse elemento aponta para a cobrança ou expectativa de uma ação dessas organizações no atendimento das demandas regionais, além de uma busca por sustentação ‘oficial’ ao discurso manifesto.

A visibilidade dada para os textos nas capas dos jornais e o enquadramento das chamadas é um aspecto interessante desse grupo. Isso porque os títulos das matérias, de maneira geral, não apresentam elementos que tenham relação com o enquadramento da região Oeste ou Extremo Oeste de Santa Catarina como um espaço com potencial. No total, na esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade, dos 10 textos que integram o grupo, oito foram referenciados na capa das respectivas edições. Dos textos referentes à esfera de distanciamento, um teve destaque na capa.

A maioria referencia na chamada elementos que não dizem respeito às características regionais. Já os poucos que carregam alguma marca dessa caracterização na capa destoam do *frame* encontrado majoritariamente acerca da região na notícia em sua globalidade.

Por exemplo, na matéria reproduzida parcialmente a seguir há elementos que corroboram o enquadramento do potencial da região (como por exemplo: “a mais rica e mais promissora região do país”). No entanto, no título há um exemplo de que a região é preterida, tendo em vista que um movimento organizado nesse espaço e apoiado por uma parcela da população é supostamente ridicularizado pelos catarinenses, que curiosamente se configuram nos ‘outros’ em relação ao Oeste.

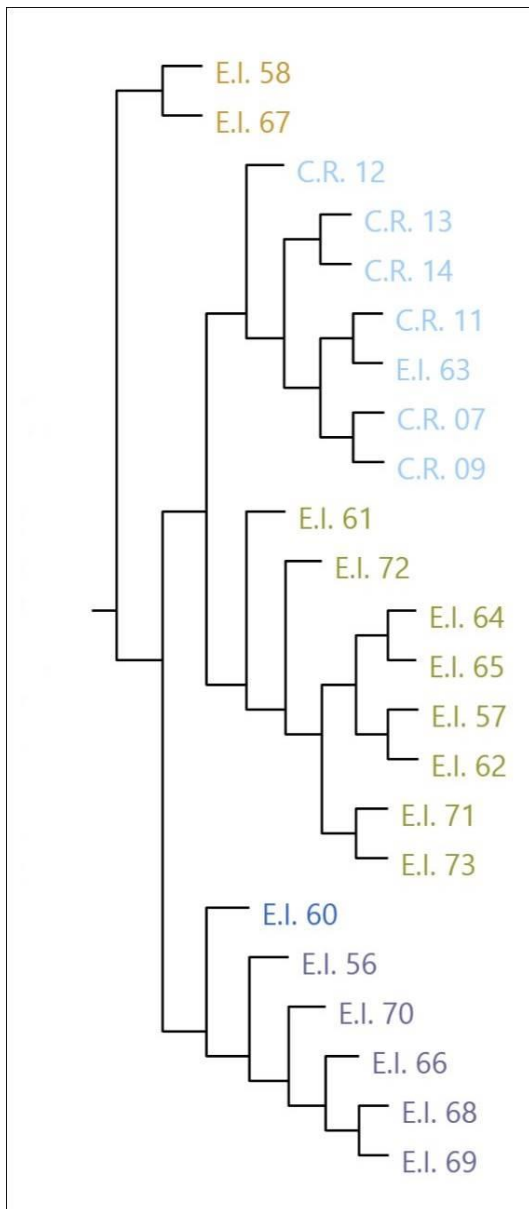
Outra notícia singular foi publicada na capa do jornal *A Gazeta*, de Florianópolis, no dia 6 de fevereiro de 1962. O título, chamada principal daquela edição, expressa “Depois do esfacelamento dos municípios, o esfacelamento de Santa Catarina”. No entanto, na matéria não há elementos que corroborem a constatação apresentada na manchete. A notícia, reproduzida de uma edição do jornal *Correio do Povo*, traz informações repassadas por Edi Siliprandi – liderança do Movimento Pró-Estado do Iguazu -, em uma visita ao jornal gaúcho. A forma como o texto foi publicado é representativa do distanciamento dos jornais da capital catarinense, na época, da região Oeste do Estado.

4.2.2 Grupo 2 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (década de 1980)

O segundo grupo analisado é constituído dos textos jornalísticos publicados na década de 1980. Conforme se pode perceber no diagrama abaixo, com o auxílio do *NVivo* esse material foi agrupado em cinco conjuntos, conforme as cores com que aparecem na ilustração. No entanto, como aqui se considera enquadramento um princípio que só pode ser compreendido a partir da sua recorrência em um grupo, os textos identificados com os códigos E.I. 60, E.I. 67 e E.I. 58 foram excluídos da análise. Essa medida quer garantir que características muito específicas de textos singulares não sejam interpretadas como enquadramentos pelo analista.

Outra observação é que, nesse período, foram localizadas poucas matérias que atenderam aos critérios para formação da amostra para análise de enquadramentos a partir do jornalismo de distanciamento (apenas quatro), de modo que os enquadramentos aqui indicados representam, quase que exclusivamente, aqueles acionados pela esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade.

Figura 9 Diagrama que sintetiza os grupos que compõem cada enquadramento na década de 1980



Fonte: elaborado pela autora com suporte do software NVivo 11

A seguir os enquadramentos encontrados serão analisados detalhadamente.

4.2.2.1 Região relevante politicamente e economicamente

Tabela 11 – Elementos de formação do enquadramento “região relevante politicamente e economicamente”

<i>Grupo 2.1</i>		
Quantidade de textos: 5	Descrição: todos sobre o movimento pró-Estado do Iguazu (56, 66, 68, 69, 70)	
Termos denominadores	Oeste (oestina) – 5 textos	100%
Exemplos	De relevância política (Ex: "com grande população"; "por onde Adolfo Konder passou para encontrar Getúlio Vargas") – 5 textos	100%
	De importância econômica (Ex.: "riqueza agropecuária"; "com indústria de madeira sem paralelo") – 5 textos	100%
	De mobilização e organização (Ex.: "Comissões estão sendo organizadas") – 4 textos	80%
	Do potencial de desenvolvimento (Ex.: "riqueza dos recursos florestais"; "foram investidos R\$ 84 milhões no asfaltamento"; "região com terras de primeira qualidade"; "com potencial energético fabuloso"; "excelência do clima"; "fecundidade das terras") – 3 textos	60%
Origens do problema	Política (reduzida expressão política parlamentar; predominância de interesses políticos partidários sobre os interesses coletivos) – 2 textos	40%
	Demandas (Ex.: tomou conhecimento das necessidades) – 3 textos	60%
Consequências	Intensificação da luta (Ex.: "o movimento implanta-se cada vez mais") – 4 textos	80%
Indicações de tratamento	Angariar apoios (mobilizar atores da região e externos a ela) – 4 textos	80%

Atores (quem fala pela região)	Instituição do setor privado (bancos; institutos de pesquisa; empresas de consultoria) – 3 textos	60%
Atores (de quem se fala na região)	Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores) – 3 textos	60%
Atores (de quem se fala para além da região)	Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.) – 3 textos	60%

Fonte: elaborado pela autora

Esse enquadramento, intitulado “região relevante politicamente e economicamente” reúne um grupo pequeno e bastante homogêneo de textos. Todos foram publicados na esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade e se constituem em material informativo. Também é unânime a cobertura a qual se referem: o movimento pró-Estado do Iguçu.

Conforme se pode observar na Tabela 11, todos os textos apontam que a região que pretende se emancipar, a qual abrange todo o Oeste catarinense, tem relevância política por ser uma região vasta, com um grande número de municípios e uma população expressiva. Também, que se trata de uma região rica, especialmente em termos de produção agropecuária.

Essa relevância política e econômica é usada como justificativa para a busca por autonomia administrativa, o que aconteceria em decorrência da mobilização e da capacidade de angariar apoio à reivindicação.

Duas notícias desse grupo mereceram chamadas de capa. Ambas tratam de elementos factuais do processo de organização do movimento, mas sem dar destaque à caracterização da região de acordo com o enquadramento descrito. Os elementos mapeados foram localizados nas notícias publicadas nas páginas internas dos jornais.

Figura 10 Parte da notícia publicada no *Jornal O Celeiro Regional* em 28 de fevereiro de 1985, com destaque para o trecho em que caracteriza a região

CRESCE MOVIMENTO PRÓ - ESTADO DO IGUAÇU

O movimento Pró-Criação do Estado do Iguaçu (que abrange a oeste de Santa Catarina do Paraná) pretende intensificar suas atividades, por entender que o fim do regime autoritário no país e a eleição de Tancredino Neves para presidente da República, dá condições favoráveis para a realização de uma Assembleia Constituinte que aprovará a criação do Estado do Iguaçu. A comissão Pró-Criação do Estado do Iguaçu, sediada em Curitiba, participou da reunião da Associação dos Vereadores do Extremo Oeste (AVEOCC) que acontecerá no próximo sábado, no município de Descanso.

Foto: Gilberto Andrin



Jacomo Trento assinala que o Iguaçu já nasce dotado de grande potencial. São 120 municípios, área aproximada de 70 mil km² e população superior a três milhões de habitantes. Relaciona o Dupleto do que o Iguaçu pode ter no futuro: 89 municípios, 129 municípios, 129 municípios; o maior potencial hidroenergético nacional, com 50% da energia produzida; o maior produtor de aves (onda de produção); o maior produtor de leite; proporcionalmente, será o maior produtor de grãos (milho e soja); a maior renda per capita do Brasil; 100% de população empregada; não existem ociosos.

No plano político, o coordenador da campanha argumenta que o Estado do Iguaçu reforçará a representação política da região sul. Serão mais de 30 deputados federais. O que Trento diz isso tem uma importância fundamental, a partir da constituinte de hoje os três estados do sul, apesar de possuírem um orçamento totalente a 13 estados do norte e nordeste, apresentaram menos representantes políticos. O sul aparece com nove senadores, enquanto os outros contem 39 senadores.

Jacomo Trento está absolutamente convencido de que a divisão da territorialização trará inúmeros benefícios ao campo social, político e econômico.

Trento acredita que Tancredino Neves convocará um prebiscito para decidir a questão "e sem o AI-5 ninguém mais nos segura".

O movimento reestruturará a Comissão de Pró-Criação, com renovação e ampliação do número de elementos. Passará a ter mais representantes, com a presença de pelo menos um vereador e um suplente de cada partido, um líder sindical de cada categoria profissional e as argumentações.

O coordenador da campanha, Jacomo Trento, já se encontra na região e afirma que ele e seus companheiros estão enfiados com a receptividade de suas divulgações. Todos acabam concordando com a validade da iniciativa diante das vantagens políticas e econômicas que o novo Estado terá, declara ele. Observando que apenas um vereador do Paraná rejeitou muito para aceitar as argumentações.

"O CELEIRO"

Jacomo Trento (centro) e seu companheiro Vicente Tonin (esquerda), visitaram o diretor de

Fonte: Biblioteca Pública José de Alencar

Nota: foto e edição feita pela autora

4.2.2.2 Grupo sem incidência de elementos suficientes para análise

Tabela 12 – Elementos localizados no Grupo 2.2

<i>Grupo 2.2</i>		
Quantidade de textos: 8	Descrição: todos sobre o movimento pró-Estado do Iguazu (57, 61, 62, 64, 65, 71, 72, 73)	
Origens do problema	Política (reduzida expressão política parlamentar; predominância de interesses políticos partidários sobre os interesses coletivos) – 8 textos	100%
Atores (de quem se fala para além da região)	Integrante de órgão do governo (servidor público; funcionário público; ocupante de cargo público) – 4 textos	44,5%

Fonte: elaborado pela autora

As matérias incluídas no Grupo 2.2 possuem uma característica peculiar. Como explicado anteriormente sobre o funcionamento do programa de computador *NVivo*, ele agrupa os objetos indicados pelo analista com base em critérios de similaridade interna ao grupo e diferença externa entre os grupos. No caso dos textos reunidos no Grupo 2.2, a única similaridade que pode demarcar um possível enquadramento é a indicação de que a origem do problema em relação à região, apontado nas matérias, é político. A recorrência desse elemento é de 100% na amostra.

Portanto, é provável que o grupo tenha sido formado devido a sua singularidade em relação aos outros conjuntos, mais do que pela conjugação de elementos comuns (dado que apenas um elemento possui recorrência expressiva). A indicação dos atores acionados discursivamente no material jornalístico é importante para a compreensão do enquadramento, quando possível mapeá-lo, mas de maneira isolada apresenta poucas possibilidades de interpretação.

As variáveis apontadas na Tabela 12, então, são muito amplas e dizem muito pouco da região para que seja possível compreender que os dois elementos identificados constituem um enquadramento. Por esse motivo esse grupo não foi considerado devido à impossibilidade de dados para a indicação de um *frame* sobre a região Oeste ou Extremo Oeste de Santa Catarina.

4.2.2.3 Região mobilizada por infraestrutura

Tabela 13 – Elementos de formação do enquadramento “região mobilizada por infraestrutura”

<i>Grupo 2.3</i>		
Quantidade de textos: 7	Descrição: sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu (63) e sobre o Corredor Rodoviário Internacional (07, 09, 11, 12, 13, 14)	
Origens do problema	Infraestrutural (construção de uma nova ponte e estrutura aduaneira) – 6 textos	85,5%
Indicações de tratamento	Angariar apoios (mobilizar atores da região e externos a ela) – 4 textos	57%
Atores (quem fala pela região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 5 textos	71,5%
Atores (de quem se fala para além da região)	Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.) – 4 textos	57%

Fonte: elaborado pela autora

O enquadramento intitulado “região mobilizada por infraestrutura” tem como elementos centrais a identificação da origem do problema enquanto uma questão de infraestrutura e o processo de mobilização, que pode ser intuído pelos elementos que apontam como indicação de tratamento a busca por apoio e os agentes mobilizados: quem fala pela região são majoritariamente representantes de instâncias governamentais (inclui-se nesse rol prefeitos e vereadores, por exemplo); e de quem se fala, na maior parte dos casos, são atores institucionais que estão fora da região (Secretarias de Estado e Agências Públicas, por exemplo). Não é difícil pressupor quem está cobrando e quem está sendo cobrado nessa equação jornalística.

Todos os sete textos se configuram em notícias e apenas um foi publicado por jornal da esfera de visibilidade de distanciamento. A grande maioria, portanto, é de matérias publicadas por jornais locais. Três desses textos, produzidos e divulgados por jornais de São Miguel do Oeste, tiveram chamada de capa em suas respectivas edições. Em dois desses casos a chamada reverberou a ideia central do enquadramento: a mobilização por infraestrutura.

Já no exemplo ilustrado a seguir, percebe-se que neste jornal a chamada de capa mobiliza um elemento que não é hegemônico no grupo de textos, que é a questão do isolamento em relação ao centro de poder

catarinense. Ao enunciar que com a execução do projeto do Corredor Rodoviário Posadas será a capital mais próxima de São Miguel do Oeste se aponta para o contraponto da distância de Florianópolis. No entanto, essa ideia não é retomada na notícia, publicada na página interna do jornal.

Figura 11 – Jornal *Nova Hora*, de São Miguel do Oeste, datado de junho de 1989

**POSADAS:
A capital mais
próxima de
São Miguel**

Depois de construída a ponte intermunicipal sobre o Rio Poporiz, Itacuruçu, no município de Itapiranga, a capital da Província de Missões, no Paraná, ficará a menos de 300 km.

**Sem-terras
invadem
propriedade em
Palma Sola**

Palma Sola, Mato de 1.200 pessoas invadiram a propriedade de repórteres, dia 12 de junho, uma área de terras de propriedade da empresa Madeiros Galatita, com cerca de 100 hectares, pertencente ao município de Palma Sola, no local. La comissão que além dos 1.200 pessoas lá a fim de estabelecer a situação jurídica das terras. Mais tarde a polícia levou uma Brigada policial de Chapadão do Sul, com o objetivo de expulsar os invasores. A notícia foi publicada no jornal *Nova Hora*, de São Miguel do Oeste, em 15 de junho de 1989.

São Miguel do Oeste 12.06.89 - 335.000.000-00
ANO IV - N.º 97 - Nº 2.200

Na página seguinte veja como está a evolução do projeto da ponte intermunicipal em suas 3 etapas: construção, instalação da BR 282 e reabertura de estrada por lado argentino.

Fonte: Biblioteca José de Alencar
Nota: foto feita pela autora

4.2.3 Grupo 3 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (década de 1990)

Dos quatro períodos em que foi segmentada a análise da amostra, a década de 1990 é a que reúne maior quantidade de material jornalístico localizado de acordo com as considerações feitas no Capítulo 3 sobre a constituição do *corpus*. São, no total, 72 textos, dos quais 52 produzidos a partir do jornalismo de proximidade e 20 do jornalismo de distanciamento.

Conforme é possível observar no diagrama que se encontra na próxima página, inicialmente foram formados três grandes grupos e, assim como já ocorreu anteriormente, três textos foram isolados dos demais pelo programa utilizado para o agrupamento do material por possuírem características muito particulares em comparação com os demais. Por esse motivo eles não foram incluídos na análise (C.R. 28, C.R. 29 e E.I. 86).

O grupo de textos na parte inferior do diagrama a seguir (em cor cinza), como pode ser observado, contém um número grande de textos. Em uma primeira tentativa de verificação dos elementos de enquadramento os resultados obtidos foram excessivamente genéricos. Por esse motivo, esse grupo foi submetido a uma nova divisão, também com a ajuda do *NVivo*, de modo que se obteve três subgrupos de textos. Cada um deles foi analisado separadamente e gerou uma tabela de dados, as quais são apresentadas na sequência.

A seguir cada um dos enquadramentos encontrados será detalhado.

4.2.3.1 Região que reivindica pela voz dos representantes

Tabela 14 – Elementos de formação do enquadramento “região que reivindica pela voz dos representantes”

<i>Grupo 3.1</i>		
Quantidade de textos: 17	Descrição: todos sobre o Corredor Rodoviário de Integração (16, 20, 22, 23, 25, 41, 43, 44, 46, 47, 52, 55, 69, 72, 73, 86, 108)	
Metáforas, slogans ou chavões	Que indicam progresso ("construção acelerada") – 8 textos	47%
Origens do problema	Infraestrutural (construção de uma nova ponte e estrutura aduaneira) – 17 textos	100%
Imagens visuais	Que identifica os possíveis responsáveis; quem executa a ação – 7 textos	41%
Atores (quem fala pela região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 11 textos	64,5%
	Representante de organização da sociedade civil (dirigente; responsável; coordenador) – 11 textos	64,5%
Atores (de quem se fala na região)	Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores) – 7 textos	41%
Atores (de quem se fala para além da região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 9 textos	53%

Fonte: elaborado pela autora

O enquadramento intitulado “região que reivindica pela voz dos representantes” tem como elemento de maior recorrência a identificação da origem do problema enquanto infraestrutural. Essa é uma característica comum desse grupo com os dois próximos que serão descritos. No entanto, a particularidade do conjunto é a presença de metáforas, *slogans* ou chavões que indicam progresso e a mobilização dos atores que falam com a autoridade da representação institucional, seja de instituição da instância governamental ou da sociedade civil organizada.

Esse aspecto é reiterado pelas imagens visuais vinculadas ao conteúdo jornalístico. Como descrito na Tabela 14, em 41% delas (lembrando que esse índice leva em conta todas as matérias do grupo, mesmo aquelas que não contam com imagem em sua composição) apresentam fotos dos ‘responsáveis’ pela ação, na grande maioria dos casos esses são os mesmos atores que falam em nome da região. Por outro lado, os enunciados que remetem à coletividade são mobilizados por esses atores para dar força à reivindicação. Há recorrentemente uma ‘população’, ‘habitantes’ ou um ‘povo’ em nome de quem os representantes se manifestam.

Dos textos analisados nesse grupo, 15 foram publicados na esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade (seis deles com chamada na capa) e dois na esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento. Observa-se que a presença das fotos dos ‘responsáveis’, em geral autoridades vinculadas a entidades da sociedade civil ou órgãos governamentais, ocorreu nos jornais locais.

Figura 13 – Notícia publicada no jornal *Folha do Oeste*, de São Miguel do Oeste, em 13 de janeiro de 1990

SOLEINIDADE DE MARCA INICIO DE OBRA BINACIONAL

FOTO AKOBI



COMISSAO PRO-PONTE AGILIZA TRABALHO ÀS MARGENS DO RIO

O canteiro de obras para construção da Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu será instalado neste sábado na localidade de Porto Primavera-Rossas, Parque São Miguel. A solenidade organizada pela prefeitura e Comissão Executiva Provisória de autoridades brasileiras e argentinas, hasteará as bandeiras nacionais dos dois países e a instalação de obras, seguida de almoço de confraternização.

Na continuidade dos contatos entre autoridades dos dois países, o prefeito José Carlos Fiorini manifestou sua adesão ao início da obra com o Comandante da Gendarmaria Nacional, Emilio Jorge Sacchitella, de Bernardo Irigoyen, que é o responsável pela segurança da fronteira Argentina. Fiorini entregou a ele um dossiê com todas as informações para construção da ponte. Conforme o prefeito, o encontro teve por objetivo levar ao conhecimento daquela autoridade argentina que os trabalhos a serem iniciados no Rio, como levantamento topográfico e fundação da ponte, tem amparo legal, irrevocável com o acordo entre os dois países.

Segundo Fiorini, o Comandante disse que dará apoio à iniciativa no que se refere à sua área e poderá até determinar a imediata instalação de uma Casa da Gendarmaria, caso a rede de energia elétrica do lado brasileiro seja estendida ao lado argentino, que tem dificuldades em obter a energia pela distância, de 46 Km do ponto de captação.

Fonte: Biblioteca Pública José de Alencar

Nota: foto feita pela autora

4.2.3.2 Grupo sem incidência de elementos suficientes para análise

Tabela 15 – Elementos mapeados no Grupo 3.2

<i>Grupo 3.2</i>		
Quantidade de textos: 9	Descrição: todos sobre o Corredor Rodoviário de Integração (17, 18, 19, 60, 64, 66, 78, 80)	
Termos denominadores	Extremo Oeste (Extremo-oeste) – 6 textos	66,5%
Origens do problema	Infraestrutural (construção de uma nova ponte e estrutura aduaneira) – 9 textos	100%

Fonte: elaborado pela autora

Com o grupo de textos identificados na Tabela 15 ocorreu a mesma situação descrita com relação ao Grupo 2.2. Os textos jornalísticos que compõem essa amostra não apresentaram elementos suficientes para caracterizar um enquadramento específico sobre a região, por esse motivo, foram desconsiderados.

4.2.3.3 Região que se desenvolve pelo trabalho

Tabela 16 – Elementos de composição do enquadramento "região que se desenvolve pelo trabalho"

<i>Grupo 3.3</i>		
Quantidade de textos: 6	Descrição: todos sobre o Corredor Rodoviário de Integração (61, 65, 67, 68, 70, 71)	
Exemplos	De iniciativa e trabalho (Ex.: ponte feita com recursos de doações de empresas e dos municípios) – 3 textos	50%
	De união (Ex.: "Estavam presentes cerca de 500 pessoas em clima festivo"; "se fosse feito um plebiscito, cerca de 95% da totalidade dos eleitores lá existentes apoiaria o movimento", "mais de 500 pessoas estiveram presentes no conclave, num total de 94 municípios representados") – 3 textos	50%
	Do potencial de desenvolvimento (Ex.: "Mesmo com a rodovia argentina ainda não finalizada, em janeiro de 2014, registrou-se quase 2.500 pessoas que transitaram pela aduana"; "riqueza dos recursos	66,5%

	florestais"; "foram investidos R\$ 84 milhões no asfaltamento"; "região com terras de primeira qualidade"; "com potencial energético fabuloso"; "excelência do clima"; "fecundidade das terras") – 4 textos	
Metáforas, slogans e chavões	Que indicam determinação ("pregando a necessidade") – 4 textos	66,5%
Origens do problema	Infraestrutural (construção de uma nova ponte e estrutura aduaneira) – 6 textos	100%
Atores (quem fala pela região)	Representante de organização da sociedade civil (dirigente; responsável; coordenador)	66,5%
	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 4 textos	66,5%
Atores (de quem se fala na região)	Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores) – 4 textos	66,5%
Atores (de quem se fala para além da região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 5 textos	83%

Fonte: elaborado pela autora

Os elementos que compõem o enquadramento intitulado “Região que se desenvolve pelo trabalho” têm como ponto central os exemplos e as metáforas, *slogans* ou chavões. Essas duas categorias de elementos de *framing*, no conjunto de textos analisados, aponta para um coletivo regional proativo, determinado, que trabalha, tem iniciativa e une as forças em busca dos objetivos regionais.

Da mesma forma do enquadramento anterior, neste os atores principais são os representantes de instituições governamentais ou da sociedade civil organizada. Em alguns textos, inclusive, esse enquadramento da “região que se desenvolve pelo trabalho” é utilizado como justificativa para as demandas. No entanto, a região é caracterizada de modo diferente na comparação entre os dois. Se no Grupo 3.1 a região se organiza em torno de seus representantes e, com base na pressão política e na mobilização, busca o atendimento de suas

necessidades, aqui os moradores da região trabalham duro, desenvolvem o espaço e, por isso, merecem ter suas reivindicações atendidas.

Importante pontuar que todas as notícias e reportagens que integram esse grupo se referem a um acontecimento jornalístico específico: a inauguração da Ponte Internacional Peperi-guaçu. Dos seis textos, cinco foram publicados por jornais locais e um por um jornal estadual.

Nesse grupo, três notícias foram destacadas na capa, todas continham elementos do enquadramento descrito, com destaque para a publicada na capa do *Jornal Regional* (Figura 14, p.141).

Figura 14 – Notícia publicada na capa do *Jornal Regional*, de São Miguel do Oeste, em maio de 1994

Ponte Internacional será inaugurada neste sábado

A Ponte Internacional Peperi-Guaçu será inaugurada neste sábado com a presença de autoridades brasileiras e argentinas. O presidente da Comissão Bi-Nacional Darci Zanotelli acredita que aproximadamente mil pessoas deverão prestigiar o evento. A programação consiste em almoço às 12:00 horas e atos inaugurais às 15:00 horas. Nesta edição uma ampla cobertura do assunto.

Ponte integra Brasil e Argentina

Poucos acreditavam que uma simples idéia, lançada ainda em 1986 pelo então prefeito Luiz Baseo, de São Miguel do Oeste (SC), se transformasse em realidade oito anos depois. A caminhada foi difícil. As adversidades, porém, foram vencidas. Nesse aspecto cresce em importância o papel desempenhado pelo ex-prefeito miguelestinense José Carlos Zanóvalli Torino e por Darci Zanotelli, que durante todo o tempo liderou a comissão bi-nacional especialmente constituída para cuidar dos assuntos da obra.

Foram anos de dedicação. Quando o descrédito começava a se apoderar das pessoas, estavam Fiorini e Zanotelli, sempre em busca de alternativas, para superar as dificuldades e dar continuidade ao projeto. A ponte ficou pronta e será inaugurada neste sábado, dia 21, às 15 horas, com as presenças confirmadas dos governadores Antonio Carlos Konder Reis, de Santa Catarina, e de Federico Ramón Puerta, da Província de Misiones.

É a primeira obra nos dois países financiada com recursos da comunidade. Seu custo está estimado em US\$ um milhão aproximadamente. Os recursos foram destinados pelas prefeituras de São Miguel do Oeste, San Pedro, Paraná, por empresários dos três municípios pelo governo de Misiones.

Distribuída em cinco pilares, a ponte ligando a cidade catarinense de Paraná à Argentina de San Pedro, mede 102 metros de comprimento e tem 8,20 metros de altura. Sua capacidade de carga vai até 90 mil quilos. Conta também com posto alfandegário, sistema de iluminação e telefone. Em breve será construído no local um heliporto, obedecendo os padrões internacionais.

Por enquanto os acessos à ponte são de chão batido. No lado brasileiro chega-se a ponte através da extensão da BR-282. A distância de São Miguel do Oeste até o rio Peperi-Guaçu é de 28 quilômetros. De San Pedro a ponte são 54 quilômetros, que podem ser percorridos pelas rodovias 14 e 22.

Ponte será importante para o Mercosul

O governador da Província de Misiones, Federico Ramón Puerta, acredita que a ponte internacional Peperi-Guaçu será de fundamental importância dentro do processo de integração do Mercosul. Cita que a exemplo das ligações entre Misiones (Paraguai) e Eldorado (Argentina) e Capatzena (Brasil) e Misiones vai dinamizar o intercâmbio e adequar as estruturas econômicas argentinas para enfrentar, a partir de 1995, a liberação das barreiras fronteiriças.

Puerta assegurou que todas as resistências acerca da instalação da ponte internacional foram superadas. Faz questão de salientar que a chancelaria argentina sempre facilitou toda a tramitação para legalização da obra. Admite que existiam contradições. Tudo isso faz parte do passado e a ponte está pronta para ser inaugurada, ressaltou o governador, acrescentando que "esta obra é o melhor exemplo mais claro do pioneirismo de Santa Catarina e Misiones, para a verdadeira integração entre Brasil e Argentina".

Comissão celebra reunião técnica e prepara para última preparação, diz Baseo




Fonte: Biblioteca Pública José de Alencar

Nota: foto feita pela autora

4.2.3.4 Região que progride mesmo sem apoio político

Tabela 17 – Elementos de composição do enquadramento "região que progride mesmo sem apoio político"

Grupo 3.4		
Quantidade de textos: 11	Descrição: sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu (75, 79) e sobre o Corredor Rodoviário de Integração (24, 32, 37, 39, 40, 42, 63, 81, 84)	
Metáforas, slogans ou chavões	Que indicam progresso ("construção acelerada") – 5 textos	45,5%
Origens do problema	Política (reduzida expressão política parlamentar; predominância de interesses políticos partidários sobre os interesses coletivos) – 7 textos	63,5%
Atores (quem fala pela região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 5 textos	45,5%
Atores (de quem se fala na região)	Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores) – 7 textos	63,5%
	Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.) – 5 textos	45,5%
Atores (de quem se fala para além da região)	Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.) – 7 textos	63,5%

Fonte: elaborado pela autora

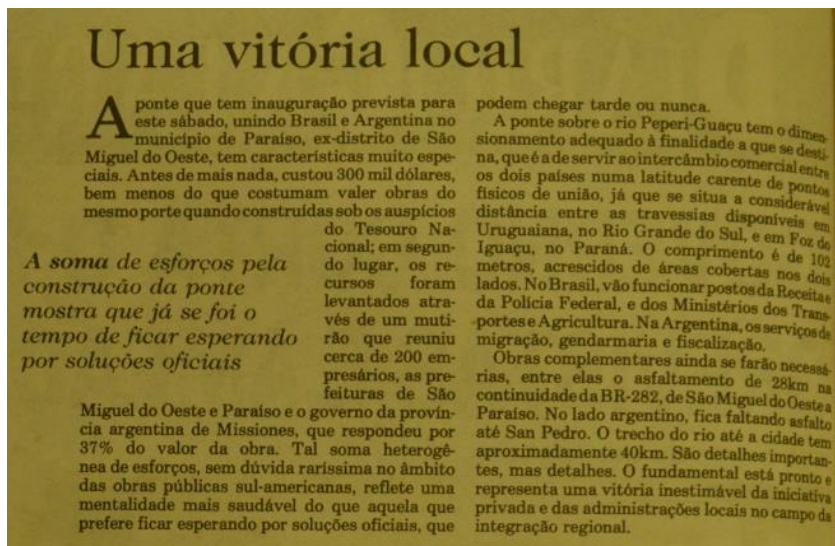
O ponto central desse enquadramento ("região que progride mesmo sem apoio político") está na identificação de que os problemas que a região enfrenta, em torno das pautas específicas de cada matéria, têm origem política. De maneira geral, o que as matérias apontam é que as demandas locais não são atendidas pelos agentes públicos. Algumas vezes essa questão é relacionada a um limitado poder político regional. Esse elemento é recorrente durante todo o período analisado (1953-2016) e, em alguns momentos, se destaca pela incidência e por ser mobilizado junto com outras categorias de elementos que limitam seu sentido.

No caso dos textos do Grupo 3.4 isso acontece tendo em vista, por exemplo, a recorrência de metáforas, *slogans* ou chavões que indicam progresso. Ou seja, apesar dos problemas políticos a região avança. Há nesse enquadramento uma valorização da iniciativa privada, de modo que os avanços conseguidos sem o apoio governamental têm esse aspecto sublinhado. Os atores envolvidos se mantêm semelhantes aos índices dos enquadramentos anteriores, com a peculiaridade de que aqui são mobilizados os elementos coletivos e institucionais para além da região. Essa característica aparece sempre que há enquadramentos que refletem cobranças locais a instituições que estão fora da região.

Em relação às capas, quatro dos sete textos de jornais locais que integram esse grupo mereceram chamada, todas com fotos das obras da ponte. Na esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento, dos quatro textos mapeados, uma notícia foi referenciada na capa, também com foto da ponte em fase final de edificação. Em todos os casos alguns dos elementos do enquadramento descrito estavam presentes ou na manchete ou no texto que frequentemente a acompanha.

Dos 11 textos que integram o grupo, oito são do gênero informativo e três opinativo (uma coluna publicada em um jornal local; um artigo assinado e em editorial publicados em jornais de circulação estadual).

Um exemplo interessante é o editorial publicado pelo *Diário Catarinense*. No texto as características descritas acerca do enquadramento “região que progride mesmo sem apoio político” são facilmente identificadas. Além disso, ser pauta do principal editorial da edição do maior jornal do Estado tem grande potencial de visibilidade:

Figura 15 – Editorial publicado no Diário Catarinense em 21 de maio de 1994

Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Nota: foto feita pela autora

4.2.3.5 Grupo sem incidência de elementos suficientes para análise

Tabela 18 – Elementos mapeados no Grupo 3.5

<i>Grupo 3.5</i>		
Quantidade de textos: 26	Descrição: sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu (74, 78, 80, 87, 88, 89) e sobre o Corretor Rodoviário Binacional (27, 30, 31, 33, 34, 36, 75, 82, 87, 89, 90, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104)	
Origens do problema	Política (reduzida expressão política parlamentar; predominância de interesses políticos partidários sobre os interesses coletivos) – 22 textos	84,5%
Imagens visuais	Que identifica os possíveis responsáveis; a quem executa a ação – 16 textos	61,5%
Atores (de quem se fala para além da região)	Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.) – 19 textos	73%

Fonte: elaborado pela autora

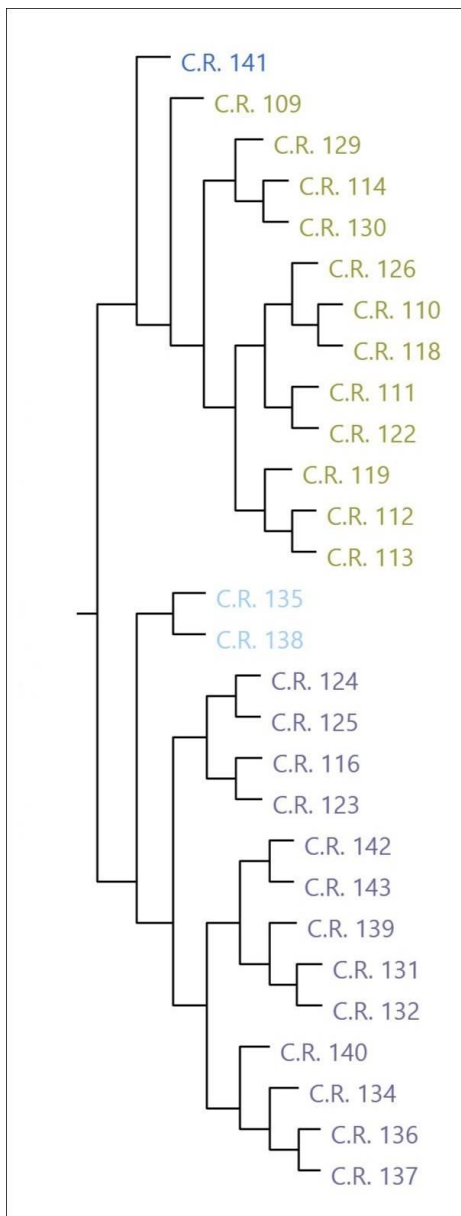
O caso do Grupo 3.5 é o mesmo dos Grupos 2.2 e 3.2. Conforme já detalhado anteriormente, não havendo elementos suficientes para a identificação de um enquadramento específico os textos são desconsiderados.

4.2.4 Grupo 4 – Análise dos enquadramentos hegemônicos (décadas de 2000 e 2010)

Envolvendo a década de 2000 e os seis primeiros anos da década de 2010, integram o *corpus* 28 textos jornalísticos. Desses, apenas quatro foram publicados por jornais caracterizados aqui como integrantes da esfera de visibilidade de distanciamento. Os demais integram o jornalismo de proximidade. A exemplo de outros grupos, neste houve o agrupamento em dois conjuntos (ver o diagrama na sequência), sendo que três textos não foram integrados a nenhum dos grupos, por esse motivo foram excluídos na análise de enquadramentos.

A seguir o detalhamento dos dois enquadramentos encontrados.

Figura 16 – Diagrama que sintetiza os grupos que compõem cada enquadramento nas décadas de 2000 e 2010



Fonte: elaborado pela autora com suporte do programa NVivo 11

4.2.4.1 Região que tem força política

Tabela 19 – Elementos de composição do enquadramento "região que tem força política"

Grupo 4.1		
Quantidade de textos: 13	Descrição: todos sobre o Corredor Rodoviário de Integração (116, 123, 124, 125, 131, 132, 134, 136, 137, 139, 140, 142, 143)	
Metáforas, <i>slogans</i> e chavões	Que indicam determinação ("pregando a necessidade") – 7 textos	41,5%
Origens do problema	Política (reduzida expressão política parlamentar; predominância de interesses políticos partidários sobre os interesses coletivos) – 9 textos	75%
Consequências	Engajamento de segmentos sociais específicos – 11 textos	84,5%
Imagens visuais	Que identifica os possíveis responsáveis; quem executa a ação – 8 textos	61,5%
Indicações de tratamento	Governo deve proporcionar infraestrutura (Ex.: Implantação de estrutura aduaneira na Ponte Internacional Peperi-guaçu) – 8 textos	61,5%
Atores (quem fala pela região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 9 textos	69%
Atores (de quem se fala na região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 11 textos	84,5%
Atores (de quem se fala para além da região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 13 textos	100%

Fonte: elaborado pela autora

O enquadramento intitulado “região que tem força política” tem como cerne a questão do engajamento político. As metáforas, *slogans* e chavões que apontam para a característica de ‘determinação’ reforçam essa conotação acerca da decisão, da ação de mobilização, da iniciativa, que encontra similaridades em outros enquadramentos já abordados anteriormente.

O elemento que discute a indicação de tratamento, da mesma forma, aponta para esse sentido de cobrança, de mobilização, a partir do engajamento de determinados grupos sociais, especialmente políticos e

econômicos. Há, contudo, uma raiz em alguma conquista que se desdobra em novas reivindicações ou justifica antigos *claims*.

Esse enquadramento é bastante parecido com o identificado a partir do Grupo 4.2 (que será apresentado logo na sequência). A diferença é que aqui a ênfase está em algo positivo, mobilizado como argumento para a reivindicação, no enquadramento “região tem necessidades” a ênfase está em algo negativo: uma necessidade mobilizada como argumento para a reivindicação.

Todos os textos deste grupo foram publicados em jornais locais ou regionais. Sete das 13 notícias foram mencionadas na capa e, na maior parte dos casos, a manchete continha algum dos elementos do enquadramento hegemônico.

Um aspecto a ser pontuado é que as matérias aqui listadas são emblemáticas de uma transformação observada ao longo do período pesquisado: enquanto na pauta do Movimento Pró-Estado do Iguazu a região é denominada Oeste e engloba desde Chapecó até os municípios de fronteira, na pauta sobre o Corredor Rodoviário o próprio *Diário do Iguazu*, jornal chapecoense, faz referência (na capa da edição que anunciou a inauguração do trecho da BR-282 entre São Miguel do Oeste e a Ponte Internacional) a uma conquista do Extremo Oeste. Ou seja, de um espaço que não o integra como observado no caso do Folha d’Oeste, de Chapecó, em relação ao Movimento Pró-Iguazu.

A seguir um exemplo de notícia pertencente a este grupo:

4.2.4.2 Região que tem necessidades

Tabela 20 – Elementos que compõem o enquadramento "região que tem necessidades"

<i>Grupo 4.2</i>		
Quantidade de textos: 12	Descrição: todos sobre o Corredor Rodoviário de Integração (109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 119, 122, 126, 129, 130)	
Exemplos	De necessidades (Ex.: "produtores precisam de garantias de compras"; "precisam de financiamento para maquinários"; "região não tem uma linha telefônica, um curso científico") – 5 textos	41,5%
Origens do problema	Infraestrutural (construção de uma nova ponte e estrutura aduaneira) – 11 textos	91,5%
Consequências	Pressão política – 5 textos	41,5%
Indicações de tratamento	Governo deve proporcionar infraestrutura (Ex.: Implantação de estrutura aduaneira na Ponte Internacional Peperi-guaçu) – 8 textos	66,5%
Atores (quem fala pela região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 5 textos	41,5%
Atores (de quem se fala para além da região)	Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) – 9 textos	75%

Fonte: elaborado pela autora

Aqui a ênfase são as necessidades da região, as quais os governos devem suprir. Como ponderado acerca do grupo anterior, no enquadramento “região tem necessidades” um argumento que aponta para um aspecto negativo da região é utilizado em prol da sensibilização para a reivindicação. A origem do problema, então, é antes de tudo infraestrutural.

Dos 12 textos que integram o grupo, três foram publicados no *Diário Catarinense*, jornal de circulação estadual, e nove em jornais regionais e locais. Três textos, todos inerentes ao jornalismo de proximidade, mereceram chamadas de capa. Um deles foi publicado pelo *Diário do Iguazu* com a manchete: “Dia de conquistas para a

Região Oeste”. O texto fez referência a uma série de convênios e outras ações governamentais, entre as quais a inauguração do asfaltamento do trecho da BR-282 entre São Miguel do Oeste e a Ponte Internacional. Isso demonstra que, embora como ressaltando anteriormente, por vezes os acontecimentos são isolados no conceito de Extremo Oeste, quando é possível incluí-lo em um pacote mais amplo, que se relacione de maneira mais direta, especialmente, com Chapecó, a generalização em torno do Oeste é aceita.

A seguir um exemplo de texto que integra este grupo:

Figura 18 Trecho de reportagem especial publicada no *Diário Catarinense* em agosto de 2005

Chão batido e isolamento, a rotina do Extremo-Oeste

Não dá para acreditar que cem quilômetros de estrada de chão fazem parte de uma rodovia federal.

O trecho da BR-282, entre o entroncamento com a BR-470 (Campos Novos) e São José do Cerrito, está em condições mais precárias que muitas estradas do interior de qualquer município catarinense.

A situação deste trecho fez lideranças da região perderem a esperança na reativação das obras, paradas há três anos por problemas judiciais envolvendo a construtora e a União. Várias assembleias públicas foram realizadas. Mas as obras ainda não reconheciam, apesar da expectativa de serem retomadas esse ano.

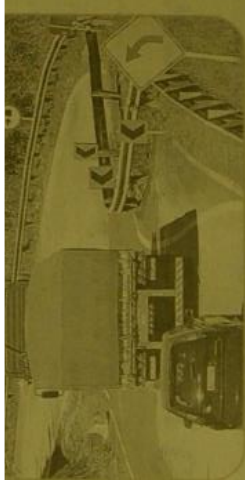
— Até agora nós só tivemos perdas. Devíamos receber investimentos por causa da rodovia. Um supermercado de Lages deixou de abrir uma unidade aqui. Gastamos R\$ 20 mil por mês no serviço de transporte de ônibus. É um preço alto para um município que arrecada apenas R\$ 400 mil — reclama o prefeito de São José do Cerrito, Rui de Amorim Ortiz.

Para o superintendente da Agência de Desenvolvimento da Serra (Agdeserral), Carlos Eduardo de Luz, a recuperação total da 282 é prioridade, da região para fugir de uma situação de isolamento e carência de investimentos.

O percurso de 30 quilômetros, que liga São Miguel do Oeste até Paraisópolis, também enfrenta a mesma realidade do trecho sericano. Este trajeto é considerado um importante corredor de relações comerciais com a Argentina e outros países do continente.

— Há 34 anos estamos esquecidos. E isso prejudica não só a região, mas o Estado que perde em torno de 50% dos turistas argentinos que moram na região Norte daquele país — explica o prefeito de São Miguel do Oeste, João Carlos Valar.

O trecho entre Lages e São José do Cerrito, que está sendo construído pelo Balaio de Engenharia e Construções de Lages, tem dotação orçamentária de R\$ 7,1 milhões, com participação de R\$ 5 milhões do governo do Estado.



MEIA PISTA: Trecho exige atenução redobrada na Serra

SOU FORTALECIDO, MAS PERTENÇO



ABANDONO: Estrada de chão em São José do Cerrito

Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Nota: foto feita pela autora

4.3 CARTOGRAFIA DOS ENQUADRAMENTOS

O objetivo aqui não é fazer uma comparação entre os enquadramentos encontrados na esfera de visibilidade do jornalismo de proximidade e de distanciamento, especialmente porque a diferença na quantidade de material mapeado é expressiva. Inclusive, para alguns períodos a tarefa de localizar material jornalístico fora da região Oeste de Santa Catarina sobre as pautas elencadas não foi bem sucedida. No entanto, tendo em vista o objetivo central - compreender como as características atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina em jornais com diferentes áreas de circulação, na cobertura de controvérsias públicas, se relacionam com a(s) identidade(s) regional(is) – é possível sintetizar algumas conclusões a partir da análise apresentada.

Quando observada a evolução dos enquadramentos ao longo do período analisado, se percebe uma concorrência entre duas matrizes cognitivas¹⁴⁰ das quais derivam as variações de enquadramentos: uma que tem como cerne a ideia de desenvolvimento e outra a noção de reivindicação. Muitas vezes, as duas estão presentes no mesmo enquadramento, mas há sempre aquela que se sobrepõe, justamente porque há aspectos contraditórios entre elas. Enquanto os enquadramentos da matriz ‘desenvolvimento’ apontam o potencial, a riqueza, as qualidades da população da região, a matriz ‘reivindicação’ se vê na situação controversa de expor os problemas para posteriormente reivindicar a solução dos mesmos.

A diferença parece excessivamente sutil, no entanto, o potencial de efeito de sentido acerca do que se constitui como região Oeste ou Extremo Oeste de Santa Catarina a partir dessas duas matrizes possui singularidades. Uma remete a um espaço com diversos problemas a serem solucionados, abandonada pelo poder estatal; a outra a uma região desenvolvida, rica, com uma população determinada e de

¹⁴⁰ Há autores que utilizam a noção de matriz cognitiva como sinônimo de enquadramento como, por exemplo, Rothberg (2014) em uma interpretação da conceituação de enquadramento apresentada em Chong e Druckman (2007) e Scheufele e Tewksbury (2007). Essa é uma interpretação possível e, por esse viés, o que se teria neste trabalho sobre a região Extremo Oeste de Santa Catarina seriam enquadramentos e subenquadramentos. No entanto, em nossa compreensão, o jornalismo manuseia elementos culturais mais específicos, portanto, os enquadramentos jornalísticos fornecem mais elementos do que aqueles referentes às matrizes cognitivas especificadas. Por isso preferimos a diferenciação na nomenclatura entre enquadramentos jornalísticos e matrizes cognitivas mais amplas.

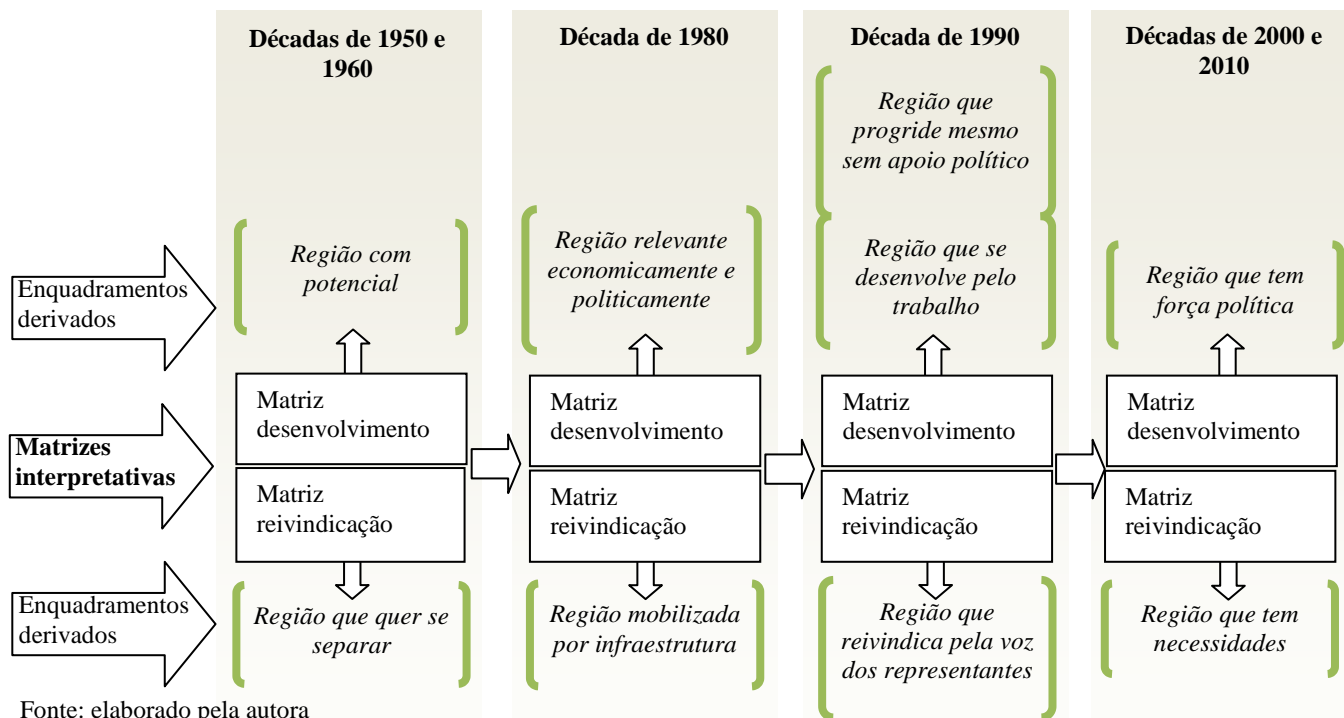
iniciativa. Na página a seguir desenvolveu-se um diagrama que sintetiza essa constatação.

Para deixar mais claras as conclusões da análise, essas serão apontadas em tópicos:

1) Houve uma maior visibilidade, na esfera do jornalismo de distanciamento, à pauta do Movimento Pró-Estado do Iguaçu. Isso fez com que esses textos integrassem, em maior número, o primeiro período de análise (décadas de 1950 e 1960). Esse também foi o período em que a divergência, ou concorrência, de enquadramentos acerca das características regionais ficou mais evidente entre as duas esferas de visibilidade elencadas. Os textos informativos divulgados pelo jornalismo de distanciamento enquadraram a região, majoritariamente, no *frame* derivado da matriz reivindicação (“região que quer se separar”). Entre os textos informativos do jornalismo de proximidade houve maior distribuição entre as duas matrizes (e entre os dois enquadramentos: “região com potencial” e “região que quer se separar”). Em relação aos textos opinativos houve uma concentração de material na esfera de visibilidade do jornalismo de distanciamento, especificamente no enquadramento “região que quer se separar”.

De todas as matérias datadas das décadas de 1950 e 1960 que foram integradas, efetivamente, a um dos dois enquadramentos acerca da região, quase 85% dos textos divulgados a partir da esfera de distanciamento tinham como enquadramento hegemônico aquele vinculado à matriz ‘reivindicação’. Os textos referentes à esfera de visibilidade de proximidade tiveram uma divisão entre os dois enquadramentos, sendo que a maior parte foi integrada ao grupo vinculado à matriz ‘desenvolvimento’.

Figura 19 – Diagrama que sintetiza a relação entre as matrizes interpretativas e os enquadramentos



2) A partir da década de 1980 é perceptível que as pautas pesquisadas alcançam pouca visibilidade na imprensa estadual e nacional. Isso aponta para a questão de, mesmo os jornais estaduais e nacionais, basearem seus critérios de noticiabilidade na repercussão dos acontecimentos em relação direta com seu público preferencial. Ou seja, a região Oeste e/ou Extremo Oeste se torna pauta, com maior recorrência, quando os efeitos dos acontecimentos desse espaço reverberam em estruturas (sociais ou organizacionais) que transcendem seus limites (como no caso da possível divisão dos Estados do Paraná e de Santa Catarina).

Na década de 1980, apenas um texto do jornalismo de distanciamento acabou, efetivamente, sendo analisado em termos de enquadramento. Esse enquadrava a região como “mobilizada por infraestrutura”. Os demais, todos inerentes ao jornalismo de proximidade, se dividiram entre “região mobilizada por infraestrutura” e “politicamente e economicamente relevante”.

3) A década de 1990 apresenta uma inversão na matriz predominantemente acionada pela imprensa estadual e nacional para caracterizar o Oeste e o Extremo Oeste catarinense. Nesse período foram delimitados três possíveis enquadramentos hegemônicos (“região que reivindica pela voz dos representantes”; “região que se desenvolve pelo trabalho”; “região que progride mesmo sem apoio político”). A maior parte dos textos produzidos e divulgados a partir do jornalismo de proximidade enquadrava a região na primeira opção (matriz reivindicação); já o jornalismo de distanciamento teve mais textos com incidência no terceiro grupo (matriz desenvolvimento).

Nesse período também se percebe um afastamento, em termos locais e regionais, dos conceitos de Oeste e Extremo Oeste. Enquanto até esse período, especialmente em relação à pauta do Movimento Pró-Estado do Iguaçu, a imprensa baseada na proximidade se referia, geralmente, à região Oeste como um todo, a partir desse período há uma delimitação do espaço que configura o Extremo Oeste. Essa divisão, contudo, é mais percebida no jornalismo de proximidade, já que na imprensa baseada no princípio do distanciamento a denominação predominante, até os dias atuais, é a de Oeste, o que demonstra uma percepção desse espaço como identitariamente similar, no âmbito estadual e nacional, enquanto localmente as caracterizações demarcam singularidades internas.

4) Chegando-se à última fase de análise (décadas de 2000 e 2010), o que chama a atenção é a circularidade dos elementos

identitários acionados em relação à região. Nesse período, mais de 60% dos textos do jornalismo de proximidade apresentaram elementos do enquadramento da região como aquela que “tem força política” (matriz ‘desenvolvimento’), enquanto todos os textos da esfera de distanciamento enquadraram a região como aquela “que tem necessidades” (matriz ‘reivindicação’).

Para ilustrar essa afirmação: o jornalismo de proximidade inicia o período de análise enquadrando a região, predominantemente, em *frames* derivados da matriz desenvolvimento; chega à década de 1980 dividindo-se entre ambas as matrizes; na década de 1990 muito de seu conteúdo integra-se à matriz reivindicação; para fechar o ciclo retornando, hegemonicamente, à matriz desenvolvimento. As matérias caracterizadas como integrantes do jornalismo de distanciamento (embora a limitação quantitativa prejudique uma análise mais detalhada) passam por um processo oposto: iniciam o período de análise vinculadas, prioritariamente, à matriz ‘reivindicação’; chegam à década de 1990 flertando com a matriz ‘desenvolvimento’; para fechar o ciclo retomando, hegemonicamente, a tendência de enquadrar a região em *frames* da matriz ‘reivindicação’.

5) Algumas matérias, especialmente divulgadas a partir do jornalismo produzido de acordo com a lógica do distanciamento, apresentaram características tão singulares que não foi possível, em cada um dos períodos, integrá-las a um enquadramento (já que esse conceito depende de uma repercussão em um grupo de textos). Cabe, porém, tê-las em consideração como exemplos de descontinuidade, de quebra no ciclo anteriormente delineado.

A reportagem divulgada no jornal *Zero Hora* em maio de 1991¹⁴¹, reproduzida a seguir, é um exemplo de uma série de notícias que repercutiram na época, especialmente na imprensa argentina, sobre os motivos da construção da Ponte Internacional Peperi-guaçu. No limite, o que essa notícia problematiza é a raiz da matriz a qual parece que a identidade regional visibilizada nas páginas dos jornais, especialmente estaduais e nacionais, está vinculada majoritariamente nesse período: a busca pelo desenvolvimento e o desenvolvimento entendido sob o prisma econômico e baseado no trabalho. Não cabe aqui uma avaliação sobre a validade desses valores, mas sim como eles são mobilizados.

¹⁴¹ A matéria está identificada, na Figura 11 com o código C.R. 29. No diagrama pode ser observado que o texto não se integra a nenhum dos grupos predominantes.

Na matéria há a presença de elementos que indicam enquadramentos diferentes daqueles que foram identificados como hegemônicos. Na leitura da reportagem se percebem elementos como exemplos de arbitrariedade (“a ponte começou a ser construída clandestinamente”), *slogans* que remetem a ideia de minimizar um acontecimento (“a ponte ligará duas comunidades sem maior expressão econômica”) e uma imagem que remete a um problema (a reprodução de uma notícia publicada no semanário argentino *Usted*, em que aquele veículo de comunicação denuncia um possível interesse dos brasileiros em devastar a floresta do lado argentino da fronteira).

Há ainda exemplos da mobilização de estereótipos para a caracterização da região, como é o caso da notícia publicada na Revista *Exame*, de circulação nacional. Na matéria (reproduzida a seguir), há metáforas que indicam violência ou transgressões à lei (“fora da lei”) e chavões que remetem ao absurdo de determinada situação (“Só no Brasil”). Por outro lado, a reivindicação local feita há décadas para que a estrutura da ligação internacional fosse adequada foi ignorada. Esses elementos remetem àqueles mobilizados na década de 1950 acerca do Oeste catarinense, quando esse era apresentado como “o nosso *far west*”.

Figura 21 - Notícia publicada na Revista Exame em fevereiro de 2016

SÓ NO BRASIL

LEO BRANCO | leo.branco@zapril.com.br



UMA PONTE FORA DA LEI
filtra uma aduana na fronteira de São Miguel do Oeste (SC) com a província de Misiones, na Argentina

FRONTEIRAS

PASSAGEM CLANDESTINA

Quem trafega pela ponte sobre o rio Peperi-Guaçu, que separa o estado de Santa Catarina da província de Misiones, na Argentina, nota uma situação peculiar: apesar as autoridades argentinas fazem o controle aduaneiro nesse trecho. Construída em 1994 por empresários da região para conectar estradas vicinais dos dois países, a passagem é considerada ilegal pelo Brasil. Isso porque, embora esteja aberta ao tráfego, a ligação não tem autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para o trânsito internacional de veículos, o que impede a construção de uma aduana com postos da Polícia e da Receita Federal. O que era apenas uma questão local se tornou um problema em 2010, quando o governo brasileiro transformou os 30 quilômetros que ligam a ponte à cidade catarinense de São Miguel do Oeste num prolongamento da rodovia BR-282, investindo 80 milhões de reais na pavimentação desse trecho. Atualmente, passam na ponte 2000 motoristas por dia, entre turistas incansáveis e contrabandistas. “É comum o comércio ilegal de veículos argentinos”, diz Vilmar de Souza, presidente da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste. Segundo a ANTT, a falta de autorização é resultado de uma análise de técnicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de que a ponte tem problemas estruturais como fissuras no concreto, e não foi construída com a altura adequada para evitar as cheias do rio. O Dnit queria fazer uma nova ponte, mas os estudos técnicos dependem de um acordo bilateral — já aprovado pelos argentinos em 2014, mas que aguarda tramitação no Congresso brasileiro.

Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Nota: foto feita pela autora

A matéria divulgada em fevereiro do ano passado gerou uma série de repercussões locais (veículos de comunicação de São Miguel do

Oeste trataram da matéria, como, por exemplo, o jornal O Líder¹⁴², a Rádio Peperi, o portal Peperi¹⁴³ e o Portal São Miguel¹⁴⁴). De fato, o relato estabelecido na notícia faz parecer que não há interesse local em fiscalizar a fronteira, quando essa é uma demanda antiga dos envolvidos no projeto do Corredor Rodoviário.

¹⁴²

Disponível

em:

<<http://wh3.com.br/olider/noticia/142410/divisaentresceargentinaefocodarevistaexame>.

Html>. Acesso em: 14 abr. 2016.

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.peperi.com.br/noticia/30357/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z8clsgqhNHM>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Conheces o nome que te deram,
não conheces o nome que tens”

(Livro das Evidências/Todos os Nomes - José Saramago)

Muitas vezes a literatura consegue sintetizar melhor o cerne de uma questão do que a linguagem acadêmica e científica. A frase que abre esta seção, do escritor José Saramago, é citada na epígrafe do livro *Todos os Nomes* (1997, p. 10). Na obra ele atribui a construção ao *Livro das Evidências* que, segundo o autor contou em entrevista à *Folha de S. Paulo* (COUTO, 1997), é “um livro que não existe”. Deixando de lado a licença poética da literatura, a frase expressa bem alguns pontos centrais da pesquisa desenvolvida nesta dissertação.

Uma delas diz respeito à capacidade que a enunciação tem de criar a realidade que enuncia. Bourdieu (1989) trata de maneira detalhada dessa questão (como discutido no Capítulo 2). Mas o que isso tem a ver com o jornalismo, foco central do estudo realizado? O jornalismo aqui é entendido como uma forma social de conhecimento (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 2005) cuja função central é enunciar a *realidade* a partir de um local de fala específico, baseado no *ethos* profissional (TRAQUINA, 2012, p. 128) e no contrato social (BERNIER, 2004, p. 15) estabelecido com seus diversos públicos, cujos princípios estão alicerçados na credibilidade e na legitimidade.

Em situações de controvérsias públicas, em que há uma maior possibilidade de serem visualizados enquadramentos concorrentes, os discursos contrastantes, o processo de produção de sentido potencialmente fica mais evidente. Nesta pesquisa, contudo, as controvérsias em torno dos temas centrais do debate (a criação ou não do Estado do Iguazu; a viabilidade ou não do Corredor Rodoviário via Ponte Internacional Peperi-Guaçu) não representaram divergências profundas acerca do objeto que tangencia ambas as discussões: a caracterização identitária do Extremo Oeste catarinense.

Esse espaço diz respeito a uma área que fica na parte do Estado de Santa Catarina mais próxima da fronteira com a Argentina e que foi a última porção explorada por Companhias Colonizadoras. No entanto, seus limites exatos variam de acordo com a fonte da enunciação. Algumas dessas fontes identificam o Oeste e o Extremo Oeste como sinônimos; outras diferenciam esses espaços de acordo com os conceitos de mesorregião e microrregião do IBGE ou com divisões propostas para efeito de implantação de políticas públicas por órgãos estaduais, entre

outras possibilidades. De fato esses enunciados se sobrepõem, embora os jornais locais que integraram o *corpus* limitem o Extremo Oeste, na maior parte das vezes, à área de abrangência da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc).

Relembrados esses aspectos gerais do objeto empírico, é importante retomar o questionamento central que motivou a pesquisa: como as características atribuídas à região Extremo Oeste de Santa Catarina em jornais com diferentes áreas de circulação, na cobertura de controvérsias públicas, se relacionam com a identidade regional?

Embora as identidades, conceitualmente, sejam múltiplas e dinâmicas (HALL, 2003), o que se evidenciou – especialmente a partir das contribuições de Renk (1997), Hass (2007), Mombelli (1996) e Pavan (2011) – é que existem características identitárias hegemônicas na região, que se manifestam por meio de diferentes discursos e relações de poder. Por ‘hegemônicas’ se entendem as concepções que se impõem, seja por meio da incidência constante nos discursos, seja pelo capital simbólico que mobilizam, a outras, ganhando espaço privilegiado na esfera pública.

A raiz dessa identidade está no “mito do pioneiro/desbravador” (HASS, 2007, p. 22), que se desdobra na valorização de determinadas formas de trabalho, de iniciativa e no próprio sentido de uma comunidade que se amálgama pela origem. O jornalismo está no centro dos mecanismos de reprodução, negociação ou ruptura da hegemonia identitária, tendo em vista ser o agente social da enunciação em larga escala com o *status* de verossimilhança com a realidade. Como reiterado desde o início do trabalho, aqui se toma como pressuposto que a identidade só existe quando contada - conforme Martín-Barbero (2006), Bhabha (2000), Marinas (1995), Hall (2003).

Para tentar identificar essas negociações, continuidades ou descontinuidades se buscou mapear as caracterizações que o discurso jornalístico atribui à região, possíveis de serem identificadas por meio dos enquadramentos jornalísticos. Teoricamente os *frames*, em qualquer texto, podem ser ilimitados. Por esse motivo, a análise abrangeu aqueles com maior recorrência, classificados como hegemônicos ou predominantes. Isso não quer dizer que outros enquadramentos não possam ser observados no material que constitui o *corpus* (aliás, isso foi feito a título de exemplificação), mas sim que outros enquadramentos têm menor recorrência.

Esse contexto se torna ainda mais complexo a partir da compreensão do jornalismo enquanto um subsistema midiático que, embora tenha características que o definem a partir de aspectos comuns,

possui diversidade interna. Como já apontado em estudos como o de Camponez (2002) e de Felippi (2006), há elementos particulares do contrato social estabelecido entre jornalistas, veículos de comunicação, públicos e financiadores de acordo com o grau de proximidade e distanciamento uns dos outros. Isso faz com que as diferentes esferas de visibilidade jornalística tendam a enquadrar os episódios noticiosos de maneira particular.

A questão é que nem sempre enquadramentos diferentes implicam em mudanças significativas no potencial de formação de sentido. Na pesquisa realizada os enquadramentos predominantes acerca da identidade regional derivam de duas matrizes cognitivas – ‘desenvolvimento’ e ‘reivindicação’ – que mobilizam elementos semelhantes em graus diferentes, um cenário pouco plural.

Ficou evidenciado que no jornalismo de proximidade as caracterizações simbólicas acerca do local se misturam às caracterizações dos próprios veículos de comunicação. Essa condição cria uma tendência de fortalecimento de elementos de identificação atrelados à identidade hegemônica descrita, tendo em vista que ao buscar a identificação simbólica com seu público os jornais locais tendem a defini-lo. Como bem pontua Bourdieu (1989), o poder simbólico, e aqui se faz referência ao poder simbólico das representações identitárias, depois de consolidado ganha autonomia em relação aos seus agentes. Ou seja, se em certa medida o jornalismo constrói uma determinada caracterização da região, essa também acaba construindo o jornalismo, especialmente aquele que está imbricado na comunidade da qual fala e para a qual fala.

Há nessa relativa homogeneidade discursiva acerca da identidade regional, no jornalismo de proximidade, um capital simbólico que contrapõe as narrativas historicamente construídas acerca do Extremo Oeste enquanto um espaço de violência, uma terra sem lei (como descrito no primeiro capítulo da dissertação). Por outro lado, também há exclusão.

O distanciamento não pode ser inadvertidamente apontado como uma solução para a falta de pluralidade observada, já que os exemplos analisados apontam para uma visibilidade restrita dos *claims* regionais nessa esfera. Ainda, a imprensa de distanciamento muitas vezes falha na apuração, caindo na facilidade do recurso a estereótipos para caracterizar seu objeto de observação. O objetivo, aqui, não foi identificar em detalhes os motivos dessa ação, mais sim delinear as tendências de acordo com as esferas jornalísticas observadas. Uma possibilidade de complementação desse estudo, que se mantém aberta, é

a análise dos atores que produziram os conteúdos para além do recorte institucional ou organizacional, chegando ao jornalista, às suas rotinas, possibilidades de atuação e constrangimentos ao seu trabalho.

Interessante observar que em relação aos enquadramentos da matriz ‘desenvolvimento’ existe uma evolução ao longo do período pesquisado. O primeiro enquadramento mapeado, “região com potencial”, se desdobra em uma “região relevante economicamente e politicamente”, que “progredir mesmo sem apoio político” e “se desenvolve pelo trabalho” para, atualmente, se configurar em uma “região que tem força política”.

Já a matriz ‘reivindicação’ aponta para enquadramentos que se enfraquecem e revigoram em processos cíclicos, ou seja, constantemente voltam a emoldurar o debate público. Essa afirmação é ilustrada por uma análise de cada um dos enquadramentos encontrados relacionados a essa matriz: o primeiro trata da “região que quer se separar”. Esse *frame* é recorrente e, até hoje, alguns grupos debatem a possibilidade de criação do Estado do Iguazu e, inclusive, de um novo país que abrangeria Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A “região mobilizada por infraestrutura”, que desnuda uma região com infraestrutura precária, é outro enquadramento que com frequência estrutura o debate público, muitas vezes com o acionamento de elementos presentes nas matérias analisadas datadas da década de 1950 e 1960, como é o caso da noção de que a região é abandonada pelos órgãos governamentais.

O projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico é um exemplo dessas demandas que permanecem em pauta por décadas, recebendo atenção paliativa e implantação aquém do esperado por seus entusiastas. É sintomático que a discussão sobre a abertura da estrada que integra o projeto apareça nos jornais há mais de 50 anos, que tenham sido necessários cerca de 30 anos para a construção da Ponte Internacional e, atualmente, se fale da necessidade de construção de uma nova passagem para que o projeto se viabilize. Essa continuidade dos processos e projetos nem sempre é captada pela imprensa que ao buscar a novidade dos fatos acaba deixando de lado a informação sobre a totalidade, limitando a compreensão do fenômeno.

O enquadramento “reivindicação pela voz dos representantes” é outro que sempre é retomado. No contexto em que ele apareceu na análise estava diretamente relacionado com a capacidade de mobilização local. Por último, o próprio enquadramento “região que tem necessidades” é constantemente acionado, até os dias atuais, embora seu

aparecimento frequentemente esteja relacionado com cobranças a órgãos e instituições externas à região.

Importante pontuar que ao longo do período estudado percebeu-se que a separação entre Oeste e Extremo Oeste catarinense, no discurso jornalístico, foi se delineando, embora de maneira diferente nas esferas de proximidade e de distanciamento. Enquanto nos jornais estaduais e nacionais o enunciado Extremo Oeste teve sua incidência mantida em níveis esporádicos, nos jornais regionais e locais o uso se ampliou. Nas décadas de 1950 e 1960 era comum que jornais de Chapecó e São Miguel do Oeste se referissem à região como Oeste. A partir da década de 1980 eles passam a limitar o Oeste, na maior parte das vezes, à região mais próxima de Chapecó e o Extremo Oeste àquela mais próxima de São Miguel do Oeste.

Deve-se levar em consideração a natureza das pautas aqui estudadas: os textos mais antigos, em geral, tratam do Movimento Pró-Estado do Iguaçu, que abrangeria todo esse espaço; já os mais recentes são sobre o Corredor Bioceânico que, aparentemente, não mobilizou toda essa área. Isso é um indício de que a ideia de um Oeste ou de um Extremo Oeste é mobilizada de acordo com os interesses momentâneos e, aí, as características identitárias são flexibilizadas discursivamente nos jornais.

Cabe assinalar que a predominância de determinados enquadramentos não necessariamente significa uma visibilidade mais expressiva para esses que se repetem. O ecossistema jornalístico é complexo e a questão da visibilidade transcende o aporte quantitativo, de modo que uma notícia em uma revista de circulação nacional (para usar um exemplo do objeto de pesquisa aqui exposto) pode ter maior repercussão e visibilidade do que muitas matérias publicadas na imprensa regional.

Já o sentido que ambas as mensagens produzirão na audiência é uma questão ainda mais controversa e que o escopo desta pesquisa não permitiu alcançar. Nessa direção, o que a pesquisa evidenciou é que na negociação dos sentidos os elementos de identificação são frequentemente acionados, mesmo em se tratando de objetivos diferentes. Neste estudo isso ficou claro nas matérias sobre o Movimento pró-Estado do Iguaçu, onde defensores da demanda, por meio do jornalismo de proximidade, e críticos dela, por meio do jornalismo de distanciamento, acionaram os mesmos elementos para qualificar a região Extremo Oeste de Santa Catarina.

Essa pauta, aliás, foi a que atraiu maior atenção dos veículos jornalísticos estaduais e nacionais, levando-se em consideração a

quantidade de textos mapeados. Um elemento que ajuda a compreender esse fenômeno se encontra na própria noção de proximidade, como trabalhada por Camponez (2002). Embora a região onde se constituiu o movimento que almejava a criação do Estado do Iguazu estivesse distante geograficamente das cidades onde os jornais estaduais e nacionais estavam (e estão) instalados, o tema continha elementos simbólicos que o aproximava da realidade do público e dos próprios jornalistas. O movimento representava a segmentação dos espaços de circulação e influência desses veículos de comunicação.

Além disso, embora a relação da imprensa com o poder político permeie toda a história dos jornais, especialmente na primeira metade da década de 1960 – como indicado por Barbosa (2007) – eles mantinham o perfil de uma vinculação explícita com grupos e interesses políticos. Esses dois aspectos ajudam a compreender a clara defesa, no jornalismo de proximidade e no de distanciamento, de bandeiras opostas acerca do movimento.

Um aspecto que merece ser sublinhado é que as duas pautas selecionadas para este estudo se constituem em *claims* de segmentos da população da região. Em certa medida, portanto, é compreensível que os jornais locais e regionais tomem essas demandas como causas a serem defendidas, já que uma das características do jornalismo de proximidade é a de se constituir em um representante da comunidade ou, ao menos, de parte dela (CAMPONEZ, 2002). Saward (2010, p. 55-56) lembra que uma identidade comum é um elemento que fortalece os laços entre os representantes, porta-vozes de uma demanda, e os representados.

Outro aspecto ilustrado pela pesquisa é a complexidade da trama discursiva que constitui o espaço público. As características identitárias da região são mobilizadas por diferentes agentes em narrativas de áreas também diversas, de modo que é impossível estabelecer até que ponto o jornalismo se apropria dos insumos – para usar uma expressão de Maia (2008) – de outras esferas sociais para estabelecer os enquadramentos e até que ponto ele fornece esses elementos por meio de suas narrativas.

De concreto pode-se observar o grau de consolidação de algumas qualificações acerca da região Extremo Oeste de Santa Catarina e de sua população, ou seja, da uma suposta identidade regional desse espaço geopolítico, social e simbólico. Essa consolidação é mais profunda no jornalismo de proximidade. No jornalismo produzido a partir do princípio de distanciamento a hegemonia é quebrada por algumas rupturas. Essas, por vezes ocorrem por meio de problematizações, em outras por meio do recurso aos estereótipos.

Nessa situação, o jornalismo está no centro de uma disputa por poder, pelo poder de determinar simbolicamente, por meio da enunciação, como se configura a região, quais suas potencialidades, qualidades, quais as características da sua população, definir quem se é. Essa definição, contudo, é sempre arbitrária. Espera-se que o jornalismo, nesse sentido, seja mais do que um mantenedor do *status quo*. Como discurso crítico e investigativo, baseado no interesse público, deve problematizar as hegemonias e, embora isso apareça na análise, essas iniciativas ainda são incipientes. Ter claro a dimensão construída das identidades pode ter uma face libertadora, pois se é possível construí-las é possível inventá-las e reinventá-las, problematizá-las e incluir novos agentes e vozes.

REFERÊNCIAS

A ASSEMBLEIA Legislativa Estadual e a reportagem sobre Chapecó. **Jornal d'Oeste**, Chapecó. 12 jun. 1948.

AGUIAR, Sonia. Território-rede e as geografias da internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1925-1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

ALGERI, Carla. **O local e o global**: fatores que definem a pauta em dois jornais do Oeste de Santa Catarina. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

AL'HANATI, Yuri. O caldeirão intelectual paranaense. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 2011. Caderno G. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/o-caldeirao-intelectual-paranaense-ar1vxwxmu2cjwqcj4quztnq6>>. Acesso em: 24 maio 2017.

BACHELARD, Gaston. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARBARISMO. **A Voz de Chapecó**. Chapecó, 22 out. 1950.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. Jornalistas, “senhores da memória”?. In: **Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, 4., 2004, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ccmj.org.br/biblioteca?page=4>>. Acesso em 11 mar. 2015.

BARRETO, Bruno Augusto Amador. **Geografia da Comunicação no centro do Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2005.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai : o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917/1950).** 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BERGER, Peter ; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 163-168.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERNIER, Marc-François. **Éthique et Déontologie du Journalisme.** Saint-Nicolas (Québec): Les Presses de l'Université Laval, 2004.

BHABHA, Homi K. Dissemination: time, narrative, and the margins of the modern nation. In: BHABHA, Homi K. (Org.). **Nation and Narration.** New York: Routledg, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia.** Organizador [da coletânea]: Renato Ortiz. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Meditações pascalianas.** Tradução de Sergio Miceli. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-compós)**, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011.

BUDDE, Leani. **Jornadas impressas: O Estado e Florianópolis – 1985 a 2009**. 2013. 294 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CADORIN, Fábio Bitencourt. **Exame de processos de representação da identidade cultural de Tubarão em reportagens do telejornal “Câmera Aberta 2ª edição”, veiculadas pela Unisul TV**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de Proximidade**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.

_____. **Jornalismo regional: proximidade e distâncias**. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Ágora, Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades**. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2012. Disponível em: <<http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/91>>. Acesso em: 22 maio 2016.

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, dez. 2014, p. 377-406.

CAPPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.

CARDOSO, Felipe Mendes. **Mídia e mudanças climáticas no Brasil: entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável**. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 99-118, 2007.

COMASSETTO, Leandro Ramires. **As razões do título e do lead**: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia. Concórdia: UnC, 2003.

CONDE, Maria Rosa Berganza. A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. Tradução de Gecy Belmonte. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 15-32.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade**: para uma ética da informação. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COUTO, José Geraldo. Saramago explica ausência de nomes em 'Todos os Nomes'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1997. Ilustrada. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/17/ilustrada/1.html>>. Acesso: 4 jun. 2017.

DALPÍCOLO, Sandro. **Uma nova luz na sala**: histórias da TV Paranaense. Curitiba: Arowak, 2010.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Para uma história do Oeste Catarinense**: 10 anos do CEOM. Chapecó: Unoesc, 1995. Disponível em:
<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2310>>. Acesso em: 1 set. 2016.

DAVID, Clarissa C.; ATUN, Jenna Mae L.; LA VIÑA, Antonio G.M. Framing the population debate: a comparison of source and news frames in the Philippines, **Asian Journal of Communication**, v. 20, 2010, p. 337-353.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. **Regiões jornalísticas**: uma abordagem locacional e econômica da mídia do interior fluminense. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016.

ELEITA comissão emancipacionista do Estado de Iguaçu. **Folha d'Oeste**, Chapecó. 27 abr. 1968.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58. 1993.

_____. **Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

ESPIG, Márcia Janete; KARSBURG, Alexandre de Oliveira;
MACHADO, Paulo Pinheiro;

VALENTINI, Delmir José. Aspectos históricos e culturais sobre o Centenário do Contestado. Dossiê Centenário do Contestado. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 6-12, dez. 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora**. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; WEBER, Carina Hörbe. A inserção participativa dos leitores e a presença do território no Diário de Santa Maria-RS. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 691-710, set./dez. 2013.

FERNANDES, Mario Luiz. **A força do jornal do interior**. Itajaí: Univali, 2003.

_____. (Org.). **Origens da imprensa em municípios catarinenses**. Florianópolis: Adjori-SC, 2009.

_____. A proximidade como critério de noticiabilidade: a força da notícia local. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**:

problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 139-156.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Pierre Bourdieu (1930-2002): Tradição e originalidade. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 157, 30 jan. 2002. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/tradio-e-originalidade/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FIDALDO, António. Jornalismo Online segundo o modelo de Otto Groth. **Pauta Geral**, Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

FONTOURA, Tulio. Sensacionalismo Corruptor. **A Voz de Chapecó**, Chapecó, 26 nov. 1950.

FREITAS, Carlos de. Furia em Xapecó. **Folha da Manhã**, São Paulo, 12 nov. 1950.

FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson; VANDERLINDE, Tarcísio. Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. **Espaço Plural, Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Cepedal) /Unioeste, Marechal Cândido Rondon, ano 10, n. 20, jan./jun. 2009**, p. 165-174. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/2469/1867>. Acesso em: 2 mar. 2017.

GAMSON, William A.; LASCH, Kathryn E. The political culture of social welfare policy. In: TEL AVIV UNIVERSITY. **Pinhas Sapir International Conference on Development – Social Policy Evaluation: Health, Education, and Welfare**. Israel, 1980.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a construcionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, p. 1-37, 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. v. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia**: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina. 2015. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2015.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. (Orgs.). **Comunicação e democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Why deliberative democracy?** New Jersey: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - Cedec, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Volume 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Teoría de la acción comunicativa, II** – Crítica de la razón funcionalista. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 1999.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Volume 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo do poder local. Chapecó: Grifos, 1997.

_____. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2007.

HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

IJUIM, Jorge Kanehide. Ciência e Jornalismo: apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Sousa Santos para a compreensão do Jornalismo. **Revista Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, Curitiba: Programa de Pós-graduação em Comunicação – UFPR, n. 7, 2014.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Insular, 2012.

LAGO, Cláudia. Pierre Bourdieu e algumas lições para o Campo da Comunicação. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 728-744, set./dez. 2015.

LAGO, Paulo Fernando de A. **Santa Catarina**: A terra, o homem e a economia. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 1968.

_____. **Ecologia e Poluição**: o homem e o ambiente catarinense. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

_____. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LEAL, José. O linchamento de Chapecó. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1950. p. 114-120, 90.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. 423 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. (Org.). **Barragens Imaginárias**: a construção de hidrelétricas pela comunicação. Florianópolis: Insular, 2015.

LOPES, Sérgio. “Estado do Iguaçu”: a trajetória de um movimento. **Revista Informe Gepec**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2004.

MAIA, Rousiley (Coord.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 303-340, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6585>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **A história dos Kaingáng da terra indígena Xaçecó (SC) nos artigos de Antonio Selistre de Campos**: jornal *A Voz de Chapecó* 1939/1952. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. **A trajetória dos processos de regionalização em Santa Catarina**: escalas geográficas e atores sociais. 2009. 422 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARINAS, José Miguel. La identidad contada. Destinos del relato al filo del milenio. **Archivos de la Filmoteca**, Valencia, n. 21, p. 75-87, out. 1995. Disponível em: <<http://www.archivosdelafilmoteca.com/index.php/archivos/article/view/335/335>>. Acesso em: 4 out. 2016.

MAROS, Angieli. Jornalista e radialista Ronald Sanson Stresser. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 set. 2012. Obituário. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/servico/jornalista-e-radialista-3au0889i7jtoh8jlrkkl1vfwu>>. Acesso em: 24 maio 2017.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A deliberação a longo prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis: Posjor UFSC, v. 7, n. 2, p. 273-285, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luis Mauro Sá. Aproximações críticas e diferenças epistemológicas entre conceitos de “esfera pública” e “campo da comunicação”. **Revista Cultura Midiática**, João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Comunicação/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ano 8, n. 14, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/24702>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

MARQUES, Valesca Menezes. **As Associações de Municípios e a Regionalização do Estado de Santa Catarina**. 2003. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – Revista Brasileira de Ciência da Comunicação (RBCC)**, São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UESP, 2010.

MARROQUIM, Rafael Salviano Marques. *Jornalismo e deliberação: luta por reconhecimento e o não-outro generalizado na mídia impressa pernambucana*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **Ato presencial: mistério e transformação**. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

MEDITSCH, Eduardo B. V. Journalism as a form of knowledge: a qualitative approach. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/835>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MELO, Cristiane Dias de. **Terra e Trabalho: concepções de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MENDES, Sílvia. **Comunidade e memória no jornal do interior: um estudo sobre o *Linha Popular* em Camboriú**. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012.

MICK, Jacques. **Jornalismo em cima do muro**. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (Orgs.). *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MILAN, Pollianna; PERES, Aline. Bento Munhoz da Rocha, o unificador do Estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bento-munhoz-da-rocha-o-unificador-do-estado-0rf7930uas4jhrz1geveibjv2>>. Acesso em: 24 maio 2017.

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período de desconcentração produtiva regional (1970-2005)**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MOMBELLI, Raquel. **Mi soi talian gracia a dio: identidade étnica e separatismo no oeste catarinense**. 1996. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PASO0071-D.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

MONT’ALVERNE, Camila. **“Pródigo em decisões contra o interesse público”**: imagem pública, agendamento e enquadramento do Congresso Nacional nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. 2016. 248 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, jul./dez. 2007.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Demografia e direito indígena: uma leitura a partir do contexto catarinense. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: Edufsc, v. 43, n. 1, p. 145-163, abr. 2009.

OESTE Catarinense. **A Voz de Chapecó**, Chapecó, 12 mar. 1950.

OLIVEIRA, Licério de. **“Estado do Iguçu”**: o regionalismo em questão. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). 1998.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de. **Direitos Humanos e suas justificativas na mídia**: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

OSÓRIO, Pedro Luiz S. “Donos da Mídia”: uma ferramenta poderosa para democratizar a comunicação. **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)**, Brasília, 9 out. 2008. E-Fórum/Notícias. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/donos-da-midia-uma-ferramenta-poderosa-para-democratizar-a-comunicacao-290030/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

PARK, Robert E. Notícia e o poder da imprensa. Tradução de Enio Frantz. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-82.

PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. 3. ed. Rio de

Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

PAVAN, Ricardo. **Tradições e contemporaneidade na midiáticação das identidades culturais**: as configurações humorísticas radiofônicas do Top Show e os sentidos produzidos por ouvintes do Extremo-Oeste de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. A Identidade Catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 3ª fase, n. 5, p. 259-280. 1984.

PEREIRA, Jorge. Aspectos formadores da cultura jornalística no Oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 25, n. 36, p. 105-125, jun. 2012.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1992.

PERNISA, Mila Barbosa. **A construção simbólica da identidade mineira no telejornal da Rede Minas**. 2011. 159 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, jun. 2009. p. 131-146.

_____. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário UNESCO/UMESP de comunicação regional**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/UMESP, 2003a. p.52-78.

_____. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Comunicação: Veredas**, ano 2, n. 2, nov. 2003b.

PETERS, Gabriel. *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 28, n. 83, out. 2013. p. 47-71. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v28n83/04.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

PETRONE, Teresa Schorer. As áreas de criação de gado. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. Tomo 1, v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. p. 218-227.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 2. ed. rev. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia regional brasileira**: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul. 2015. 336 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUADRILHA de incendiários. **A Voz de Chapecó**, Chapecó, 15 out. 1950.

RAMOS, José de Miranda. Notas e Comentários. **Jornal d'Oeste**, Chapecó, 12 jun. 1948.

RBS vende suas operações em SC. **Globo.com**, 7 mar. 2016. Disponível em:
<<http://redeglobo.globo.com/sc/rbstvsc/noticia/2016/03/rbsvendesuasoperacoesemsc.html>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

REESE, Stephen D. Prologue – Framing Public Life: a bridging model for media research. In: REESE, Stephen D.; GANDY JÚNIOR, Oscar H.; GRANT, August E. (Ed.). **Framing public life**: perspectives on media and our understanding of the social world. New Jersey: Taylor & Francis, 2008.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RÉUS, Iuana Silva. **Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável**: um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses. 2012. 249 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Socioeconômicas e da

Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROSSO, Aline Louize Deliberali. **A influência da política na produção jornalística**: uma análise sobre a editoria de política do jornal Diário Catarinense. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ROTHBERG, Danilo. Teoria e pesquisa da comunicação digital para sustentabilidade. In: 23º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS, 23., 2014, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: Compós, maio de 2014. Disponível em: <<http://compos.org.br/encontro2014/anais/>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).

_____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SARAMAGO, José. **Todos os Nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAWARD, Michael. **The representative claim**. Oxford University Press: Nova Iorque, 2010.

SCHEUFELE, D. A.; TEWKSBUY, D. Framing, agenda setting, and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, v. 57, n. 1, p. 9-20, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO. **São Miguel do Oeste 50 anos, Conhecer, Amar e Divulgar**: Reconstituição Histórica 08.02.2004. São Miguel do Oeste: 2004. .

SEMETKO, Holli A.; VALKENBURG, Patti M. Framing European politics: A content analysis of press and television news. **Journal of Communication**, 50, 2000, p. 93-109.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 63-79. 1996.

SILVA, Adriano Larentes da. **Fazendo cidade: memória e urbanização no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2010.

SILVA, Adriano Larentes da. **Fazendo Cidade: a construção do urbano e da memória em São Miguel do Oeste-SC**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, ano 3, n. 1, p. 197-212, ago./dez. 2009.

_____. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Crítérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 51-59.

SILVA, Zedar Perfeito da. **O Oeste catarinense**. Rio de Janeiro: Laement, 1950.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados – narrativas securitárias e imunização contra a diferença. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (RBCC) - Intercom**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 75-92, jan./jun. 2012.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

STEINBRENNER, Rosane Maria. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiatização periférica**. 2011. 372 f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

TOURI, Maria Touri; KOTEYKO, Nelya. Using corpus linguistic software in the extraction of news frames: towards a dynamic process of frame analysis in journalistic texts. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 18, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.

TRUCIDADOS os incendiários da Igreja Matriz de Xapecó. **Diário da Noite**. 20 out. 1950.

TURQUIAI JUNIOR, João. **O local fora da pauta**: uma análise dos cadernos de cultura do Correio Popular e do Jornal de Piracicaba. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011.

UMA VITÓRIA do senador Mario Ramos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro. 5 jun. 1948.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012.

VAN DIJK, Teun. **La noticia como discurso**: comprensión, estrutura e producción de la información. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós Comunicación, 1990.

_____. **Notícias e conhecimento**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 2, n. 2, jul./dez. 2005.

VASTO contrabando de madeiras para a Argentina. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro. 28 jun. 1948. p. 5.

VICENZI, Renilda. Presença negra no planalto catarinense. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 4, p. 54-67. dez. 2012.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. **Cultura pública e aprendizado social**: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). 2010. 234 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011a. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8810/6174>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. **E-compós**, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011b. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/681>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, v. 2, p. 5-15, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 7-72.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 10, n. 3, Londres: Routledge, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Quadro de arquivos pesquisados para mapeamento das matérias

Ano	Título	Periodicidade	Período pesquisado	Arquivo	Localização
1954	O Estado	Diária	Fevereiro e Março	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
1958	A Voz da Fronteira	Semanal	Todas as edições disponíveis	Físico	Acervo pessoal Sra. Maria Regina Baldissera – São Miguel do Oeste
1959	A Voz da Fronteira	Semanal	Todas as edições disponíveis	Físico	Acervo pessoal Sra. Maria Regina Baldissera – São Miguel do Oeste
1960	A Voz da Fronteira	Semanal	Todas as edições disponíveis	Físico	Acervo pessoal Sra. Maria Regina Baldissera – São Miguel do Oeste
	Diário da Tarde	Diária	Janeiro, fevereiro e março	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina - Florianópolis
1962	O Estado	Diária	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	A Gazeta	Diária	Janeiro, fevereiro e março	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
1967	Folha d'Oeste (Chapecó)	Semanal	Janeiro a Dezembro	Físico	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom) – Chapecó
1968	A Gazeta	Diário	Abril, Maio, Agosto, Setembro	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Folha d'Oeste (Chapecó)	Semanal	Janeiro a Dezembro	Físico	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom) – Chapecó
	O Estado	Diário	Abril, Maio, Junho, Agosto e Setembro	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
1985	A Notícia	Diário	Março	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis

	Nova Hora	Semanal	Todas as edições disponíveis de 1985	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	O Celeiro	Semanal	Janeiro, Fevereiro, Março	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	O Estado	Diário	Março	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
1987	Diário Catarinense	Diário	Janeiro e Fevereiro	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Abril, maio, junho e julho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Nova Hora	Semanal	Todas as edições disponíveis	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
1988	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Nova Hora	Semanal	Todas as edições disponíveis	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
1990	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Nova Hora	Semanal	Todas as edições disponíveis	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
1991	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Outubro, novembro, dezembro	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
1993	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Jornal Regional	Semanal	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste

1994	Diário Catarinense	Diário	Segunda quinzena de maio e primeira quinzena de junho	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Janeiro a Dezembro	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Jornal Regional	Semanal	Janeiro a Dezembro	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
1995	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Janeiro a Dezembro	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Jornal Regional	Semanal	Janeiro a Dezembro	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
2010	A Notícia	Diário	Primeira quinzena de Junho	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Diário Catarinense	Diário	Primeira quinzena de Junho	Física	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Diário do Iguaçú	Diário	Junho	Físico	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom) – Chapecó
	Folha do Oeste (SMO)	Bissemanal	Maio e Junho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Gazeta Catarinense	Bissemanal	Junho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
	Jornal Regional	Semanal	Maio e junho	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
2012	Jornal Regional	Semanal	Janeiro a Dezembro	Físico	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar – São Miguel do Oeste
2014	Diário Catarinense	Diário	Maio	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis

	Folha do Oeste	Bissemanal	Maio	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Gazeta Catarinense	Bissemanal	Maio	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	O Líder (SMO)	Semanal	Maio	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
2016	Diário Catarinense	Diário	Abril	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Folha do Oeste	Semanal	Fevereiro, Março e Abril	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Gazeta Catarinense	Semanal	Fevereiro, março e abril	Físico	Acervo do jornal – São Miguel do Oeste
	Jornal Imagem	Semanal	Fevereiro, março e abril	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis
	Revista Exame	Quinzenal	Fevereiro	Físico	Biblioteca Pública de Santa Catarina – Florianópolis

Fonte: elaborado pela autora

Outros arquivos consultados:

Acervo Físico do senhor Darci Zanotelli: sobre o corredor de exportação binacional Brasil-Argentina via Ponte Internacional Peperi-Guaçu

Pastas temáticas sobre “Rodovias” disponível na Biblioteca Pública de Santa Catarina Hemeroteca Nacional

Arquivo Digital da Folha de S. Paulo

Acervo Digital do Estado de S. Paulo

Acervo Digital de O Globo

APÊNDICE 2 - Quadro das matérias sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu mapeadas pela pesquisa

	Data	Veículo	Cidade	Título	Página	Gênero	Formato	Autor
1	29/12/1961	Diário do Paraná	Curitiba	Prefeito de Clelandia diz que Governo abandonou Oeste e Sudoeste: Lupion voltará	3 e 4	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
2	1/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	Separatismo não pode ser o caminho do nosso Sudoeste	3	Opinativo	Artigo - Coluna "Fórum Político"	Não consta
3	1/2/1962	Estado de S. Paulo	São Paulo	Movimento para criação do Estado de Iguaçu	5	Informativo	Nota sem foto	Não consta
4	6/2/1962	A Gazeta	Florianópolis	Depois do esfacelamento dos municípios, o esfacelamento de Santa Catarina	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
5	7/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	Iguaçu	3	Opinativo	Nota em coluna - "Poli Notas"	Não consta
6	7/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	O "Estado do Iguaçu"	3	Opinativo	Editorial	Não consta
7	7/2/1962	Estado de S. Paulo	São Paulo	Campanha pró Estado de Iguaçu	5	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
8	8/2/1962	O Globo	Rio de Janeiro	Movimento subterrâneo prega a criação do Estado do Iguaçu	6	Informativo	Nota sem foto	Não consta

9	9/2/1962	Folha de S. Paulo	São Paulo	Movimento quer criar o Estado de Iguauçu	4 - 1º Caderno	Informativo	Nota sem foto	Não consta
10	11/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	13 prefeitos do Oeste repudiam separatismo	3	Informativo	Notícia com foto	Não consta
11	13/2/1962	A Gazeta	Florianópolis	Repudiada pelos prefeitos paranaenses a criação do Estado do Iguauçu	Contracapa	Informativo	Nota	Não consta
12	15/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	Amparo a produtores	3	Opinativo	Editorial	Não consta
13	16/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	Estado do Iguauçu: Ex-prefeito diz que governo tem de agir urgente; haverá emancipação	3	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
14	17/2/1962	A Gazeta	Florianópolis	Novo Estado do Iguauçu	Contracapa	Opinativo	Comentário em coluna - "Zumzumzinho de Miro Moraes"	Miro Moraes (?)
15	20/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	Passeata	3	Opinativo	Nota em coluna - "Poli Notas"	Não consta
16	22/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	Quem mais grita	3	Opinativo	Editorial	Não consta
17	23/2/1962	Diário do Paraná	Curitiba	Repúdio	3	Opinativo	Nota em coluna - "Poli Notas"	Não consta

18	2/3/1962	Folha de S. Paulo	São Paulo	Iguaçu: do "abandono" nasceu o movimento	4 - 1º Caderno	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
19	2/3/1962	Folha de S. Paulo	São Paulo	"Não se cogita da criação do Estado do Iguaçu"	8 - 1º Caderno	Informativo	Nota sem foto	Não consta
20	18/3/1962	A Gazeta	Florianópolis	Movimento separatista trará Presidente da República ao Oeste do Estado	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
21	20/3/1962	A Gazeta	Florianópolis	Jango visitou Pato Branco, inteirando-se do movimento separatista	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
22	22/3/1962	A Gazeta	Florianópolis	A campanha separatista do Oeste forçou o governo federal a procurar resolver um velho problema: o dos posseiros	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
23	28/3/1962	O Estado	Florianópolis	O Estado do Iguassú	Contracapa	Opinativo	Crônica	Não possível identificar
24	14/7/1965	Folha de S. Paulo	São Paulo	Recrudescer movimento pró-Estado do Iguaçu	6 - 1º Caderno	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
25	14/7/1965	O Globo	Rio de Janeiro	Estado Novo	6	Informativo	Nota sem foto na coluna "Do Brasil e do Mundo"	Não consta

26	9/9/1967	Folha d'Oeste	Chapecó	BR 282, ponte sôbre o Uruguai e criação do Estado de Iguauçu assuntos que devem merecer rápido atendimento oficial	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
27	14/10/1967	Folha d'Oeste	Chapecó	Movimento em prol do Estado do Iguauçu começa a tomar vulto	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
28	11/11/1967	Folha d'Oeste	Chapecó	Criação do Estado do Iguauçu já é aspiração popular	6	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
29	26/11/1967	Diário do Paraná	Curitiba	Sem título	3	Opinativo	Nota em coluna - "Sociedade"	Eddy Franciosi
30	24/2/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Congresso pró Estado do Iguauçu no início do mês de março	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
31	5/3/1968	O Estado de S. Paulo	São Paulo	Pleiteia-se a criação do Estado do Iguauçu	4	Informativo	Nota sem foto	Não consta
32	7/3/1968	O Globo	Rio de Janeiro	Pretende-se criar Estado de Iguauçu	5	Informativo	Nota sem foto	Não consta
33	16/3/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Movimento pró Estado de Iguauçu e afirmação categórica	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
34	18/4/1968	A Gazeta	Florianópolis	Municípios do PR e SC reivindicam	Capa	Informativo	Nota sem foto	Não consta

35	20/4/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Movimento pró-Estado do Iguazu tem seu primeiro congresso de representantes	Capa	Informativo	Notícia com imagem	Não consta
36	27/4/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Eleita comissão emancipacionista do Estado de Iguazu	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
37	19/5/1968	O Estado	Florianópolis	Deputado denuncia Iguazu	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
38	1/6/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Líderes do movimento pró-Estado do Iguazu em Chapecó	Capa	Informativo	Nota sem foto	Não consta
39	8/6/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Líder do Movimento pró-Estado de Iguazu manteve contato com autoridades locais	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
40	15/6/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Campanha pró Estado do Iguazu prossegue	Capa	Informativo	Nota sem foto	Não consta
41	29/6/1968 e 13/07/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	O Estado de Iguazu é uma realidade irreversível	2 (nas duas edições)	Informativo	Entrevista sem foto	Não consta
42	29/6/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	O Brasil será sub-dividido em mais estados	4	Informativo	Notícia com foto	Não consta
43	6/7/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Congresso pró-Iguazu será em agosto	Capa	Informativo	Nota sem foto	Não consta

44	10/8/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Estado de Iguaçu começa a repercutir no Congresso Nacional que regulamentará de novos Estados e Territórios no País	Capa	Informativo	Notícia com imagem	Não consta
45	17/8/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Movimento emancipacionista do Iguaçu ganha primeira batalha na esfera federal	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
46	20/8/1968	A Gazeta	Florianópolis	Integração do Oeste	4	Opinativo	Editorial	Não consta
47	31/8/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Congresso do Iguaçu é dia 8 em Xanxerê	Capa	Informativo	Nota sem foto	Não consta
48	7/9/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Estado do Iguaçu é "piada" para os Catarinenses mas II Congresso será amanhã na cidade de Xanxerê	Capa e 10	Informativo	Notícia com foto	Não consta
49	20/9/1968	O Estado	Florianópolis	Separatismo no Paraná é saudosismo	Capa	Informativo	Nota sem foto	Não consta
50	21/9/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Emancipacionistas desafiam governos a disputarem em plebiscito a área destinada ao Estado do Iguaçu	Capa e 8	Informativo	Notícia sem foto	Não consta

51	21/9/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Eng°. Serafim Bertaso diz ser radicalmente contra o Iguaçu	7	Informativo	Notícia sem foto	W.C. Gaspar
52	24/9/1968	O Estado	Florianópolis	Deputado diz que integração interessa ao Oeste	Contracapa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
53	5/10/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Governo esqueceu o Oeste em reportagem sobre Santa Catarina	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
54	12/10/1968	Folha d'Oeste	Chapecó	Pichetti ameaçou Governador com o movimento Iguaçu em caso de não atendimento das reivindicações do Oeste	Capa	Informativo	Nota com foto	Não consta
55	2/1/1969	O Globo	Rio de Janeiro		6	Informativo	Nota na coluna "Várias"	Não consta
56	28/2/1985	O Ceileiro Regional	São Miguel do Oeste	Na capa: Campanha pelo Estado do Iguaçu em discussão. Na matéria: Cresce movimento pró-Estado do Iguaçu	Capa e contracapa	Informativo	Chamada principal sem foto; Notícia com foto	não consta
57	7/3/1985	O Ceileiro Regional	São Miguel do Oeste	Comitê Pró-Estado do Iguaçu	Contracapa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta

58	28/3/1985	O Celeiro Regional	São Miguel do Oeste	Tancredo poderá criar o Estado do Iguazu	2	Informativo	Notícia com mapas	Não consta
59	12/3/1986	Folha de S. Paulo	São Paulo	Estado de Iguazu	7	Informativo	Nota sem foto	Não consta
60	18/1/1987	DC	Florianópolis	Secretaria do Oeste, a ameaça de extinção	14 e 15	Informativo	Reportagem	Alcebíades Santos
61	27/2/1987	DC	Florianópolis	Oeste diz que faltou maturidade política	14	Informativo	Notícia com foto	Alcebíades Santos
62	8/4/1987	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Pagliochi defende criação do Estado do Iguazu	5	Informativo	Notícia com foto	Não consta
63	20/5/1987	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Estado do Iguazu passa a ter chances na constituinte	10	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
64	29/5/1987	Folha de S. Paulo	São Paulo	Richa diz que não tem opinião sobre novos Estados	A-6	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
65	9/6/1987	Folha de S. Paulo	São Paulo	Emenda propõe o voto de censura	A-6	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
66	13/6/1987	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Listas Pró-Estado do Iguazu circulam em toda região	10	Informativo	Notícia sem foto	Não consta

67	24/6/1987	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Cresce movimento Pró-Estado do Iguauçu	Capa e p. 3	Informativo	Reportagem com mapa e tabela	Não consta
68	4/7/1987	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Reivindicações pelo Estado do Iguauçu já!	9	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
69	7/7/1987	Nova Hora	São Miguel do Oeste	21 de julho: último prazo para assinar a favor do Estado do Iguauçu	Capa e contracapa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
70	11/7/1987	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Emancipacionistas reafirmam vantagens do Iguauçu	3	Informativo	Reportagem com mapa, foto e gráficos	Não consta
71	27/2/1988	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Guardini vê poucas chances do Iguauçu na Constituinte	10	Informativo	Notícia com foto	Não consta
72	21/5/1988	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	O Iguauçu X Necessidade	4	Opinativo	Artigo	Nadir Antonio Guardini
73	28/5/1988	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Novos estados "Iguauçu"	4	Opinativo	Artigo	Nadir Antonio Guardini
74	12/10/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Estado do Iguauçu volta a ser discutido em Chapecó	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
75	30/11/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Plebiscito para o Estado do Iguauçu pode sair em três meses	Capa	Informativo	Notícia sem foto	Não consta

76	18/6/1992	Folha de S. Paulo	São Paulo	Efeito cascata	1_4	Informativo	Nota na coluna "Painel"	Não consta
77	6/2/1993	Jornal Regional	São José do Cedro	Deputada do PT contra o Iguaçu	4	Informativo	Nota sem foto	Não consta
78	20/3/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Estado do Iguaçu: Plebiscito deverá ser votado dia 30		Informativo	Notícia sem foto	Não consta
79	27/3/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Iguaçu: Plebiscito tem votação dia 31	4	Informativo	Notícia sem foto	Não consta
80	29/3/1993	O Globo	Rio de Janeiro	Iguaçu: Câmara vota plebiscito quarta-feira	4	Informativo	Notícia com mapa	Elza Oliveira
81	30/3/1993	Folha de S. Paulo	São Paulo	Na marca do Pênalti	1_4	Informativo	Nota na coluna "Painel"	Não consta
82	1/4/1993	Folha de S. Paulo	São Paulo	Câmara rejeita criação do Estado de Iguaçu	1_4	Informativo	Nota sem foto	Não consta
83	3/4/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Estado do Iguaçu	5	Opinativo	Nota na coluna "Ponto de Vista"	Não consta
84	10/4/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Estado do Iguaçu	5	Opinativo	Nota na coluna "Ponto de Vista"	Não consta
85	8/5/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste		15	Opinativo	Nota na coluna "Ponto de Vista"	Não consta

86	17/5/1993	O Globo	Rio de Janeiro	Iguaçu: Aventura separatista	6	Opinativo	Artigo	Maria Cristina de Andrade Vieira
87	5/2/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Editorial	2	Opinativo	Editorial	Não consta
88	13/2/1994	O Globo	Rio de Janeiro	Parlamentares tentam criar seis estados e um território	4	Informativo	Notícia com foto e mapa	Marcelo de Moraes
89	19/2/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Estado do Iguaçu volta ao Congresso	2	Opinativo	Editorial	Não consta

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE 3 – Quadro das matérias sobre o Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico mapeadas pela pesquisa

	Data	Veículo	Cidade	Título	Página	Gênero	Formato	Autor
1	14/9/1958	A Voz da Fronteira	São Miguel do Oeste	Município de São Miguel do Oeste: Educação - Energia - Transporte	Capa	Informativo	Notícia com foto	Gabinete Secretaria Municipal
2	28/9/1958	A Voz da Fronteira	São Miguel do Oeste	Comentando...	Capa	Opinativo	Artigo	Guilherme J. Misen
3	22/2/1959	A Voz da Fronteira	São Miguel do Oeste	Estrada da Madeira	Capa	Informativo	Nota sem foto	não consta
4	1/3/1959	A Voz da Fronteira	São Miguel do Oeste	Vila Oeste de 1950 a São Miguel do Oeste de 1959	Capa e 3	Opinativo	Artigo	Aguinelo
5	12/4/1959	A Voz da Fronteira	São Miguel do Oeste	Locação da Estrada da Madeira - Paraíso à Argentina	Capa	Informativo	Nota sem foto	não consta
6	10/1/1960	A Voz da Fronteira	São Miguel do Oeste	Estrada da Madeira	Capa	Informativo	Nota sem foto	não consta

7	9/1/1987	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte internacional ligará São Miguel do Oeste à Argentina	Capa	Informativo	Notícia sem foto - há indicação de que a matéria está na última página, mas o dado não confere	não consta
8	17/2/1987	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Ponte sobre o Peperi mais próxima	Contracapa	Informativo	Nota sem foto	não consta
9	29/4/1987	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Marinha vistoria local da ponte de Peperi	3	Informativo	Notícia com foto	não consta
10	7/6/1987	Nova Hora	São Miguel do Oeste	5º Distrito Naval aprova ponte no Rio Peperi	Capa e p. 8	Informativo	Nota sem foto	não consta
11	17/7/1987	O Estado	Florianópolis	Santa Catarina poderá ter sua primeira ponte internacional	9	Informativo	Notícia sem foto	não consta
12	8/9/1987	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Ponte no Peperi foi tema de encontro em São Pedro	Capa e 3	Informativo	Notícia com foto	não consta
13	20/3/1988	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Acismo mobiliza movimento pró-ponte do Peperi	4	Informativo	Notícia sem foto	não consta

14	25/6/1989	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Ponte mais próxima	Capa e p. 4	Informativo	Notícia com foto	não consta
15	12/1/1990	Diário Catarinense	Florianópolis	Expressas	2	Informativo	Nota sem foto	não consta
16	13/1/1990	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Solenidade marca início de obra binacional	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
17	13/1/1990	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Há 20 anos, indicação pedia ponte	2	Informativo	Notícia sem foto	não consta
18	13/1/1990	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Intensificados trabalhos pró-ponte	10	Informativo	Notícia sem foto	não consta
19	15/1/1990	Diário Catarinense	Florianópolis	Transferida inauguração da ponte	9	Informativo	Notícia sem foto	não consta
20	20/1/1990	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Instalado canteiro de obras da ponte	Capa e Contracapa	Informativo	Notícia com fotos	não consta
21	20/1/1990	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	A Estrada da Madeira	4	Opinativo	Comentário	Any Antonio Chittó
22	24/2/1990	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Construção da ponte será iniciada	12	Informativo	Notícia com foto	não consta

23	24/5/1990	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Ponte: caminho físico para internacionalização	7	Informativo	Notícia sem foto	não consta
24	2/6/1990	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte do Peperi em construção	Capa e contracapa	Informativo	Notícia (sem foto na capa, foto na contracapa)	não consta
25	3/6/1990	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Ponte: compromisso argentino cumprido	5	Informativo	Notícia com foto	não consta
26	20/3/1991	Diário Catarinense	Florianópolis	Collor (2)	14	Opinativo	Nota na coluna "Linha Aberta"	Cláudio Prisco Paraíso
27	7/5/1991	Diário Catarinense	Florianópolis	Oeste vive de olho na Argentina	12	Informativo	Reportagem com foto, mapa e tabela	Imara Istallbaum
28	14/5/1991	Zero Hora	Porto Alegre	Ponte une Santa Catarina à Argentina	Capa e p. 22	Informativo	Reportagem com fotos e mapa	Hamilton Almeida
29	15/5/1991	Zero Hora	Porto Alegre	Ponte São Borja-Santo Tomé está no papel	24	Informativo	Reportagem com fotos	Hamilton Almeida
30	27/5/1991	Zero Hora	Porto Alegre	Críticas à ponte São Miguel-San Pedro	Capa e p. 25	Informativo	Notícia com fotos	não consta

31	28/5/1991	Diário Catarinense	Florianópolis	Prefeito garante apoio argentino	Capa e p. 9	Informativo	Notícia com foto	Alcebíades Santos
32	29/5/1991	Diário Catarinense	Florianópolis	O exército quer relato sobre a ponte		Informativo	Notícia sem foto	não consta
33	5/6/1991	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Ponte é polêmica internacional	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
34	8/6/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Movimento contra a ponte não passa de manobra política		Informativo	Notícia com foto	não consta
35	21/6/1991	Nova Hora	São Miguel do Oeste	Ponte terá posto alfandegário	Capa	Informativo	Nota com foto	não consta
36	2/8/1991	A Notícia	Joinville	Ponte do Peperi Guaçu: a ligação com a Argentina	4	Informativo	Notícia com fotos	não consta
37	14/8/1991	Correio Riograndens e	Caxias do Sul	Ponte garante integração de Santa Catarina e Argentina	Capa e 8	Informativo	Notícia com foto e mapa	não consta
38	21/8/1991	Jornal do Commercio	Rio de Janeiro	Controle vai estimular o turismo	2	Informativo	Nota sem foto	não consta
39	24/8/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Collor e Menem oficializam a Ponte Internacional		Informativo	Notícia com foto	não consta
40	25/8/1991	A Notícia	Joinville	A ponte de São Miguel	2	Opinativo	Artigo	Luiz Henrique da Silveira

41	4/9/1991	A Notícia	Joinville	Ponte do Peperi-guaçu tem acordo firmado	8	Informativo	Notícia sem foto	não consta
42	12/10/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Autoridades agilizam término da Ponte Internacional	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
43	26/10/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte Internacional ficará pronta em novembro	Capa	Informativo	Notícia sem foto	não consta
44	2/11/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte Internacional pronta para os testes	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
45	23/11/1991	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte no Peperi foi documentada	Capa	Informativo	Nota sem foto	não consta
46	30/1/1993	Jornal Regional	São José do Cedro	Ponte Internacional	9	Informativo	Notícia sem foto	não consta
47	13/3/1993	Jornal Regional	São José do Cedro	Ponte será inaugurada em abril	9	Informativo	Notícia sem foto	não consta
48	20/3/1993	Jornal Regional	São José do Cedro	Nome para a ponte	2	Informativo	Nota sem foto	não consta
49	3/4/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte Internacional já tem nome		Informativo	Nota sem foto	não consta
50	3/4/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte Peperi-Guaçú; Positivo II; Positivo III; Negativo I; Negativo II; Resultado	5	Opinativo	Notas na coluna "Ponto de vista"	não consta

51	10/4/1993	Jornal Regional	São José do Cedro	Ponte internacional ganha nome	Capa	Informativo	Nota sem foto	não consta
52	13/6/1993	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Inauguração da ponte pode ocorrer em abril	5	Informativo	Notícia sem foto	não consta
53	26/6/1993	Jornal Regional	São José do Cedro	Mobilização total	2	Informativo	Nota sem foto	não consta
54	4/2/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Mercosul I e II	2	Opinativo	Notas em coluna	não consta
55	25/2/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Estrada de Paraíso foi estadualizada	3	Informativo	Notícia sem foto	não consta
56	5/3/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ponte Internacional	4	Informativo	Nota sem foto	não consta
57	18/3/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponto de vista	5	Opinativo	Nota em coluna	Mário Lima
58	9/4/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Mudança de Ministro atrasa inauguração da Ponte Internacional	Contracapa	Informativo	Nota sem foto	não consta
59	14/5/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ponte Internacional	4	Informativo	Nota sem foto	não consta
60	18/5/1994	Diário Catarinense	Florianópolis	Ligação com Argentina será inaugurada sábado	27	Informativo	Notícia com foto	não consta

61	20/5/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Peperi-Guaçu: um pioneirismo de integração do Mercosul	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
62	20/5/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponto de vista	5	Opinativo	Nota em Coluna	Mário Lima
63	21/5/1994	Diário Catarinense	Florianópolis	Uma vitória local	2	Opinativo	Editorial	não consta
64	21/5/1994	Diário Catarinense	Florianópolis	Ponte liga o Estado à Argentina no Oeste	19	Informativo	Notícia sem foto	Alcebíades Santos
65	21/5/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ponte internacional será inaugurada neste sábado	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
66	21/5/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Zanotelli destaca a necessidade de asfaltamento	3	Informativo	Notícia sem foto	não consta
67	21/5/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ênio Recziegel - é um sonho alcançado	6	Informativo	Notícia sem foto	não consta
68	21/5/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ponte Internacional: uma história de muito trabalho	Contracapa	Informativo	Notícia com foto	não consta
69	23/5/1994	Diário Catarinense	Florianópolis	Ponte Internacional é inaugurada	23	Informativo	Notícia com foto	Alcebíades Santos
70	25/5/1994	A Notícia	Joinville	Ponte tem papel fundamental no Mercosul	12	Informativo	Notícia com fotos	Sérgio Wathier

71	27/5/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Uma conquista sem fronteiras	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
72	27/5/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Konde Reis diz que ponte é modelo de união	5	Informativo	Notícia com foto	não consta
73	28/5/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ponte Internacional foi inaugurada com grande festa	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
74	4/6/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponto de vista	5	Opinativo	Nota em coluna	Mário Lima
75	8/6/1994	Correio Riograndense	Caxias do Sul	Ponte sobre o rio Peperi-guaçu estimula o Oeste de Santa Catarina	Capa e 8	Informativo	Notícia com foto	não consta
76	10/6/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponto de vista	5	Opinativo	Nota em coluna	Mário Lima
77	11/6/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Intercâmbio comercial	Capa	Informativo	Nota sem foto	não consta
78	30/6/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Intercâmbio comercial	Contracapa	Informativo	Notícia sem foto	não consta
79	1/7/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Deputado quer verbas para o Extremo-Oeste	3	Informativo	Nota sem foto	não consta

80	8/7/1994	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Região necessita de Polícia Rodoviária Federal	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
81	12/11/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste no Mercosul Regional	4	Opinativo	Artigo em Coluna	Dom Dirceu Milani
82	17/12/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Zanotelli acusa Kleinubing de omissão	6	Informativo	Notícia com foto	não consta
83	24/12/1994	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Retrospectiva: Grande festa de inauguração da Ponte Internacional	7	Informativo	Nota com foto	não consta
84	16/1/1995	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Indignação e revolta com a imprensa	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
85	16/1/1995	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponto de vista	5	Opinativo	Nota em coluna	Mário Lima
86	28/1/1995	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponte é prioridade na região	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
87	18/3/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Governo de SC vai assinar protocolo com a Argentina	3	Informativo	Notícia com foto	não consta
88	25/3/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Encontro	2	Opinativo	Nota em coluna	não consta

89	25/3/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Vieira e Puerta assinam protocolo	3	Informativo	Notícia com foto	não consta
90	1/4/1995	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Autoridades se reúnem em Posadas	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
91	1/4/1995	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Ponto de vista	5	Opinativo	Nota em coluna	Mário Lima
92	1/4/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Acordo sela integração com a Argentina	Capa e p. 3	Informativo	Notícia com foto	não consta
93	1/4/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Posadas I e II	2	Opinativo	Nota em coluna	não consta
94	8/4/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Hülse anuncia obras para a região	Capa e p. 3	Informativo	Notícia com foto	não consta
95	8/4/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Mercosul	2	Opinativo	Nota em coluna	não consta
96	22/4/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Bi-nacional	2	Opinativo	Nota em coluna	não consta
97	3/6/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Audiência com ministro pode definir futuro da ponte internacional	6	Informativo	Notícia com foto	não consta

98	10/6/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Basso anuncia obras importantes para São Miguel	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
99	24/6/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Rodovia à ponte internacional será federalizada	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
100	22/7/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Rodovia à Argentina foi federalizada	Contracapa	Informativo	Notícia com foto	não consta
101	4/8/1995	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	O caminho para o Pacífico	Capa	Informativo	Notícia com foto	não consta
102	5/8/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ponte ganha novo aliado	3	Informativo	Notícia sem foto	não consta
103	12/8/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	BR-282	2	Informativo	Nota em coluna	não consta
104	25/8/1995	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Presidente da Comissão Binacional critica lideranças	Capa	Informativo	Notícia sem foto	não consta
105	2/9/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	BR-282	2	Informativo	Nota em coluna	não consta
106	9/9/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	BR-282	2	Informativo	Nota na coluna "Síntese dos	não consta

							Fatos"	
107	11/11/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Asfaltamento I e II	2	Informativo	Notas em coluna	não consta
108	18/11/1995	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	SC e Misiones fecham acordo	6	Informativo	Notícia com foto	não consta
109	28/8/2005	Diário Catarinense	Florianópolis	Prejuízo tem trânsito livre	18 e 19	Informativo	Reportagem com foto e infográfico	Diego Rosa
110	16/9/2009	Gazeta Catarinense	São Miguel do Oeste	Ordem para asfaltamento será assinada hoje	18	Informativo	Notícia com foto	Marcioniz e Bavaresco
111	19/9/2009	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Assinada ordem de serviço para asfaltamento da Ruta 27	11	Informativo	Notícia sem foto	não consta
112	26/5/2010	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Comitiva de SMOeste vistoria obras de asfaltamento na Argentina	11	Informativo	Notícia com foto	não consta
113	4/6/2010	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Marcada para segunda-feira a inauguração da BR-282	Capa e 3	Informativo	Notícia com foto	não consta
114	4/6/2010	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ministro vai inaugurar asfalto na BR 282	5	Informativo	Notícia com foto	não consta

115	7/6/2010	Diário Catarinense	Florianópolis	BR-282(1) e BR-282(2)	8	Opinativo	Notas na coluna "Informe Político"	Roberto Azevedo
116	7/6/2010	Diário do Iguaçu	Chapecó	Asfaltamento da BR-282 chega à fronteira	Capa e 16	Informativo	Notícia com foto	não consta
117	7/6/2010	Diário do Iguaçu	Chapecó	O Grande Dia I e II	2	Opinativo	Notas na coluna "Opinião"	Arnaldo Lanz
118	8/6/2010	Diário Catarinense	Florianópolis	R\$ 200 mi em obras	26	Informativo	Notícia com box	Darci Debona
119	8/6/2010	Diário do Iguaçu	Chapecó	BR-282 asfaltada até a Argentina	Capa e 12	Informativo	Notícia com fotos	não consta
120	8/6/2010	Diário do Iguaçu	Chapecó	Integração regional	4	Opinativo	Nota na coluna "Ronda Política"	Edu Vial
121	8/6/2010	Diário do Iguaçu	Chapecó	Inaugurado último trecho da BR-282 I e II	26	Opinativo	Notas na coluna "Extremo-Oeste"	Mário Lima
122	9/6/2010	Diário Catarinense	Florianópolis	A estratégica BR-282	14	Opinativo	Editorial	não consta
123	9/6/2010	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	BR-282: A epopeia está concluída e entregue	Capa e 3	Informativo	Notícia com fotos	não consta

124	9/6/2010	Gazeta Catarinense	São Miguel do Oeste	Trecho Brasil/Argentina da BR 282 é inaugurado	Capa e 4	Informativo	Notícia com foto	Bibiana Zapparoli
125	11/6/2010	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Ministro dos Transportes inaugura a BR 282 no Extremo Oeste de SC	Capa e 3	Informativo	Notícia com fotos	não consta
126	25/2/2012	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Obras de asfaltamento da BR-282 podem ter sido superfaturadas, diz presidente da Comissão Binacional	Capa e p. 2	Informativo	Notícia sem foto	não consta
127	25/2/2012	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Denúncia	2	Opinativo	Nota na coluna "Bastidores da Política"	não consta
128	25/2/2012	Jornal Regional	São Miguel do Oeste	Superfaturamentos	4	Opinativo	Nota em coluna	Luciano Encarnaçã o
129	10/5/2014	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Mobilização será na sexta-feira	17	Informativo	Notícia com foto	Roberson Wagner
130	10/5/2014	O Líder	São Miguel do Oeste	Comitivas do Brasil e da Argentina se reúnem na próxima sexta	A/24	Informativo	Notícia sem foto	Camila Pompeo
131	14/5/2014	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Mobilização é nesta semana	Capa e 12	Informativo	Notícia com foto	Roberson Wagner

132	16/5/2014	Gazeta Catarinense	São Miguel do Oeste	Lideranças brasileiras e argentinas se reúnem em Paraíso	Capa e 4	Informativo	Notícia com foto	não consta
133	17/5/2014	Diário Catarinense	Florianópolis	Ponte internacional	12	Opinativo	Nota na coluna	Moacir Pereira
134	17/5/2014	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	"Não podemos mendigar por 200 metros de ponte"	Capa e 17	Informativo	Notícia com fotos	Roberson Wagner
135	17/5/2014	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	O poder integrador	2	Opinativo	Editorial	não consta
136	17/5/2014	O Líder	São Miguel do Oeste	Autoridades realizam mobilização em prol da conclusão das obras da Ponte Internacional Peperi-Guaçú	A/16	Informativo	Notícia com foto	não consta
137	21/5/2014	Jornal Imagem	São Miguel do Oeste	Autoridades pedem a conclusão das obras da Ponte Internacional Peperi-Guaçú	4	Informativo	Notícia com foto	não consta
138	24/5/2014	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Peperi-Guaçu: apenas uma ponte?	2	Opinativo	Artigo na coluna "Zona Franca"	Deny Alfano
139	24/5/2014	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Argentinos já têm pré-projeto	18	Informativo	Notícia com infográficos	Roberson Wagner

140	24/5/2014	O Líder	São Miguel do Oeste	Governo de Santa Catarina e Província de Misiones firmam protocolo de intenções	M/02	Informativo	Notícia com foto	não consta
141	17/2/2016	Revista Exame	São Paulo	Passagem clandestina	22	Informativo	Notícia com foto	Leo Branco
142	1/4/2016	Gazeta Catarinense	São Miguel do Oeste	Promulgado acordo para construção da Ponte Internacional	5	Informativo	Notícia com foto	não consta
143	2/4/2016	Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Governo sela acordo para nova ponte	3	Informativo	Notícia com foto	não consta

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE 4 – Codebook final

Termos qualificadores

Região abandonada (**esquecida**; desamparada)

Região com economia **débil**

Região com **potencial** (em desenvolvimento; de futuro)

Região de **injustiças** sociais (exploração)

Região de um povo **ordeiro** (movimento pacífico; que respeita as leis)

Região de um povo **sofredor** (aflito; insatisfeito)

Região de um povo **trabalhador** (produtivo; população laboriosa; que luta; que tem iniciativa)

Região **estratégica** para a segurança nacional

Região **fértil** (rica em termos agropecuários; grande produtora de gêneros alimentícios)

Região habitada por **colonos** (produtores rurais/proletariado rural)

Região **homogênea** (eticamente; culturalmente; em termos de origem)

Região isolada (rincão; **sertão**)

Região onde as **leis** não são respeitadas (conflito pela terra)

Região que quer se **emancipar** (emancipanda; separatista; divisionista)

Região **rica** (próspera; potência; farta; riquíssima; pujante; autossuficiente; com economia forte)

Região **vasta** (imensa)

Termos denominadores

Área do antigo **Território** Federal do Iguazu (Região do antigo Território Federal do Iguazu)

Extremo Oeste (Extremo-oeste)

Fronteira (Faixa de Fronteira; fronteira de Santa Catarina)

Oeste (oestinas)

Região do **Iguazu**

Exemplos

Da **desatenção** dos governos estadual e federal (Ex.: "O controle aduaneiro vem sendo feito pela Argentina desde 1994"; "prédios escolares abandonados"; "obras inconclusas ou atrasadas"; "região não recebe, como retorno dos órgãos públicos, nem 20% do que paga de impostos")

Da **ordem** (Ex.: Quando instituições oficiais, mecanismos legais ou burocráticos são usados como justificativa para ações, encaminhamentos, caracterizações, etc. "Receita está realizando vistoria (...)"; "Itamaraty nomeou uma comissão (...)"; "Dossiê com mais de 100 páginas")

De **arbitrariedades** ou ilegalidades (Ex.: "onde foi assassinada toda uma família")

De **conflitos** sociais (Ex.: "problemas em torno da posse de terras"; "morticínios de posseiros e sangrentos choques de interesses territoriais",)

De **fracasso** (Ex.: "(...) já existiu o mencionado Território do Iguazu, e sem nenhum proveito real para os seus habitantes")

De importância **econômica** (Ex.: "riqueza agropecuária"; "com indústria de madeira sem paralelo")

De **iniciativa** e trabalho (Ex.: ponte feita com recursos de doações de empresas e dos municípios)

De **isolamento** (Ex.: "a longa distância que separa o Oeste da capital"; "os péssimos meios de interligação")

De **necessidades** (Ex.: "produtores precisam de garantias de compras"; "precisam de financiamento para maquinários"; "região não tem uma linha telefônica, um curso científico")

De que a região é **preterida** em relação a outras (Ex.: "Enquanto outras regiões do Estado são aquinhoadas com vultuosos investimentos em dinheiro público")

De **relevância** política (Ex.: "com grande população"; "por onde Adolfo Konder passou para encontrar Getúlio Vargas")

De **união** (Ex.: "Estavam presentes cerca de 500 pessoas em clima festivo"; "se fosse feito um plebiscito, cerca de 95% da totalidade dos eleitores lá existentes apoiaria o movimento"; "mais de 500 pessoas estiveram presentes no conclave, num total de 94 municípios representados")

Do desconhecimento (Ex.: Não **sabe** quais as reais necessidades)

Do potencial de **desenvolvimento** (Ex.: "Mesmo com a rodovia argentina ainda não finalizada, em janeiro de 2014, registrou-se quase 2.500 pessoas que transitaram pela aduana"; "riqueza dos recursos florestais"; "foram investidos R\$ 84 milhões no asfaltamento"; "região com terras de primeira qualidade"; "com potencial energético fabuloso"; "excelência do clima"; "fecundidade das terras")

De mobilização e organização (Ex.: "**comissões** estão sendo organizadas")

De **interesses** político-partidários (Ex.: "vários de seus integrantes desejam concorrer nas próximas eleições")

De **vigilância** (Ex.: "polícia de Cascavel está agindo com rigor")

De **obras** realizadas (Ex.: "ligação de energia elétrica")

De **divergências** internas (Ex.: segmentos da região com posicionamentos conflitantes)

De **crescimento** (Ex.: aumento do número de casas; incremento de indústrias)

Metáforas, *slogans* ou *chavões*

Que indicam unidade/**equidade** ("anseio das comunidades"; "homens de todas as classes", "todos os recantos", "sem distinções de cores partidárias")

Que indicam **capacidade** de mobilização ("diversas autoridades"; "carta de intenções"; "movimento de raízes profundas")

Que indicam compromisso com as **pautas** locais ("bandeiras de lutas e esperanças"; "ciência da missão")

Que indicam **desintegração** ("esfacelamento do Estado"; "poucos elementos urbanos")

Que indicam **determinação** ("pregando a necessidade")

Que indicam **fartura**/riqueza ("a Canaã bíblica"; região que é "celeiro agrícola" do Brasil)

Que indicam **fragilidades** (sem força para "arrancar da União")

Que indicam **manipulação** (o caminho que não é apenas "um beco sem saída" mascarado de "tela pintada"; "movimento de caráter político"; populações expostas a todas as explorações políticas "dos que as parasitam"; "improvisados salvadores")

Que indicam **pobreza** ("proletariado rural")

Que indicam **poder** ("fortes fazendeiros")

Que indicam **progresso** ("construção acelerada")

Que indicam **sofrimento** ("infernizam sua existência"; "desfavoráveis condições atuais de sua existência")

Que indicam **valores** morais ("homens de boa fé"; "boa vontade" dos empresários)

Que indicam **violência** ("registros sangrentos")

Que indicam algo injusto (Ex.: "concessões **infames**")

Que indicam **importância** (Ex.: "de grande envergadura")

Que indicam uma **recomendação** (Ex.: “é preciso tratar as feridas para curar o paciente”)

Que indicam **irresponsabilidade** (Ex.: “aventura separatista”)

Que indicam **ousadia** (Ex.: “de maneira não convencional”)

Que remetem a um **prêmio** (Ex.: “seu momento de glória”)

Que **minimiza** uma ação (Ex.: “só tem interesse local”)

Que indicam **percalços** ou problemas (Ex.: “acabou a novela”)

Origens do problema

Infraestrutural (construção de uma nova ponte e estrutura aduaneira)

Desconhecimento (da região, das lideranças, dos valores das comunidades locais, dos procedimentos adotados para a solução dos problemas)

Estatual (causado devido à ausência do Estado ou ineficácia de ações estatais)

Falta de integração (distância da capital; problemas na logística de transporte; intenção de emancipação; "Paraná e Santa Catarina nunca tiveram a posse absoluta dessas regiões e fizeram muito pouco para o seu desenvolvimento")

Política (reduzida expressão política parlamentar; predominância de interesses políticos partidários sobre os interesses coletivos)

Socioeconômica

Cultural

Demandas (Ex.: tomou conhecimento das necessidades)

Consequências

Abandono governamental

Ausência de identificação (política, econômica ou cultural)

Busca por soluções locais

Dificuldades socioeconômicas

Engajamento de segmentos sociais específicos

Iniciativas **isoladas**

Injustiça social (Ex.: **posseiros** expulsos)

Necessidade de **justificativa**/esclarecimento

Pressão política

Prosperidade

Reivindicação por **autonomia**

Decepção com os governos

Sensibilização das autoridades

Soluções **simplistas**

Surgimento de **movimentos** organizados

Visibilidade política

Mobilização político-**partidária**

Fragmentação da força econômica e política (Ex.: com o Estado do Iguazu o poder de barganha por recursos pode diminuir)

Intensificação da luta (Ex.: "o movimento implanta-se cada vez mais")

Não **reconhecimento** das ações do poder público (Ex.: "efetiva ação governamental em seu território")

Imagens visuais

Que remete a um problema ou **adversidade** (Ex.: Ponte Internacional Peperi-guaçu danificada)

Que **remete** a uma conquista (foto de obras)

Que identifica os possíveis **responsáveis**; a quem executa a ação

Que sintetiza uma **ideia**/ação

Que **ilustra** uma informação específica (Ex.: Foto da cidade onde acontecerá o evento)

Que identifica as possíveis **vítimas** da ação; quem sofre a ação

Indicações de tratamento

Angariar apoios (mobilizar atores da região e externos a ela)

Atender as reivindicações do povo

Conhecer os problemas

Conquistar autonomia

Defender e **divulgar** a região (seus valores; potencialidades)

Eleger representantes comprometidos (mudança de governo; novos representantes; representantes que sejam legítimos delegados dos interesses regionais)

Fazer "a nossa parte" (foco nas iniciativas locais; unir forças; trabalhar)

Fortalecer as instituições e os movimento locais organizados

Governo deve **aparelhar** a polícia e a justiça

Governo deve **coibir** arbitrariedades e violência

Governo deve garantir **educação**

Governo deve **intervir** em favor dos mais fracos

Governo deve **proporcionar** infraestrutura (Ex.: Implantação de estrutura aduaneira na Ponte Internacional Peperi-guaçu)

Identificar responsáveis e pressionar

Reconhecer os motivos e a justiça das reivindicações

Manter a união das forças políticas/econômicas/sociais

Estabelecer um **diálogo** franco e objetivo (Ex.: "debates francos e objetivos")

Desvincular as ações/discussões de princípios eleitorais ou partidários

Governo deve distribuir **melhor** as obras, serviços e recursos

Denunciar os interesses ocultos (Ex.: “declarou haver interesses inconfessáveis”)

Promover a **integração** (Ex.: “em favor daqueles que trabalham para a integração”)

Valorizar as ações das lideranças

Atores (quem fala pela região)

Agente da polícia ou da justiça (delegado; promotor; juiz)

Empresário(a) (empreendedor; gestor; sócio de empresa)

Fazendeiro (empresário rural; grande produtor; ruralista)

Formador(a) de opinião (jornalista, pesquisador, comentarista, personalidade)

Instituição do setor privado (bancos; institutos de pesquisa; empresas de consultoria)

Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.)

Liderança religiosa (pastor; padre; bispo, etc.)

Sindicalista (dirigente sindical; pessoa que se dedica à atividade sindical)

Político(a) (integrante de partido ou pessoa que, embora ocupe um cargo, na ocasião descrita fala como liderança político-partidária)

Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente)

Representante de organização da sociedade civil (dirigente; responsável; coordenador)

Trabalhador rural (agricultor; pequeno produtor; camponês)

Trabalhador urbano (operário; assalariado; empregado)

Veículo jornalístico (jornal; rádio; televisão)

Integrante de órgão do governo (servidor público; funcionário público; ocupante de cargo público)

Integrante de organização da sociedade civil (militante; apoiador; líder comunitário)

Coletividades (população; povo; habitantes; trabalhadores)

Atores (Quem fala da região)

Agente da polícia ou da justiça (**delegado**; promotor; juiz)

Empresário(a) (**empreendedor**; gestor; sócio de empresa)

Fazendeiro (empresário rural; grande **produtor**; ruralista)

Formador(a) de **opinião** (jornalista, pesquisador, comentarista, personalidade)

Instituição do setor privado (**bancos**; institutos de pesquisa; empresas de consultoria)

Instituição do setor público (**prefeitura**; Câmara de Vereadores; Universidade Federal; etc.)

Liderança religiosa (**pastor**; padre; bispo, etc.)

Sindicalista (dirigente **sindical**; pessoa que se dedica à atividade sindical)

Político(a) (integrante de partido ou pessoa que, embora ocupe um cargo, na ocasião descrita fala como **liderança** político-partidária)

Representante de instância **governamental** (cargo ocupado oficialmente)

Representante de organização da sociedade **civil** (dirigente; responsável; coordenador)

Trabalhador rural (**agricultor**; pequeno produtor; camponês)

Trabalhador urbano (**operário**; assalariado; empregado)

Veículo jornalístico (jornal; rádio; televisão)

Integrante de órgão do governo (**servidor** público; funcionário público; ocupante de cargo público)

Integrante de organização da sociedade civil (**militante**; apoiador; líder comunitário)

Coletividades (população; **povo**; habitantes; trabalhadores)

Atores (de quem se fala na região)

Agente da polícia ou da justiça (delegado; **promotor**; juiz)

Empresário(a) (empreendedor; **gestor**; sócio de empresa)

Fazendeiro (empresário rural; **grande** produtor; ruralista)

Formador(a) de opinião (jornalista, **pesquisador**, comentarista, personalidade) Instituição do setor privado (bancos; **institutos** de pesquisa; empresas de consultoria) Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de **Vereadores**; Universidade Federal; etc.)

Liderança religiosa (pastor; **padre**; bispo, etc.)

Sindicalista (dirigente sindical; pessoa que se **dedica** à atividade sindical)

Político(a) (integrante de partido ou pessoa que, embora ocupe um cargo, na ocasião descrita se **expressa** como liderança político-partidária)

Representante de instância governamental (cargo ocupado oficialmente) Representante de organização da sociedade civil (**dirigente**; responsável; coordenador)

Trabalhador rural (agricultor; pequeno produtor; **camponês**)

Trabalhador urbano (operário; **assalariado**; empregado)

Veículo jornalístico (jornal; **rádio**; televisão)

Integrante de órgão do governo (servidor público; **funcionário** público; ocupante de cargo público)

Integrante de organização da sociedade civil (militante; **apoiador**; líder comunitário)

Coletividades (população; povo; **habitantes**; trabalhadores)

Atores (de quem se fala para além da região)

Agente da polícia ou da justiça (delegado; promotor; **juiz**)

Empresário(a) (empreendedor; gestor; **sócio** de empresa)

Fazendeiro (empresário rural; grande produtor; **ruralista**)

Formador(a) de opinião (jornalista, pesquisador, **comentarista**, personalidade)

Instituição do setor privado (bancos; institutos de pesquisa; empresas de **consultoria**)

Instituição do setor público (prefeitura; Câmara de Vereadores; **Universidade** Federal; etc.)

Liderança religiosa (pastor; padre; **bispo**, etc.)

Sindicalista (dirigente sindical; pessoa que se dedica à **atividade** sindical)

Político(a) (integrante de partido ou pessoa que, embora ocupe um cargo, na **ocasião** descrita fala como liderança político-partidária)

Representante de instância governamental (cargo ocupado **oficialmente**)

Representante de organização da sociedade civil (dirigente; responsável; **coordenador**)

Trabalhador rural (agricultor; **pequeno** produtor; camponês)

Trabalhador urbano (operário; assalariado; **empregado**) Veículo jornalístico (jornal; rádio; **televisão**)

Integrante de órgão do governo (servidor público; funcionário público; **ocupante** de cargo público)

Integrante de organização da sociedade civil (militante; apoiador; **líder** comunitário)

Coletividades (**população**; povo; habitantes; trabalhadores)